

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ana Paula Korndörfer

**“É MELHOR PREVENIR DO QUE CURAR”:
A higiene e a saúde nas escolas públicas gaúchas (1893-1928)**

São Leopoldo

2007

ANA PAULA KORNDÖRFER

**“É MELHOR PREVENIR DO QUE CURAR”:
A HIGIENE E A SAÚDE NAS ESCOLAS PÚBLICAS GAÚCHAS (1893-1928)**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História, Programa de Pós-Graduação em História, Área de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Eliane Cristina D. Fleck

São Leopoldo

2007

ANA PAULA KORNDÖRFER

“É MELHOR PREVENIR DO QUE CURAR”:
A HIGIENE E A SAÚDE NAS ESCOLAS PÚBLICAS GAÚCHAS (1893-1928)

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História, Programa de Pós-Graduação em História, Área de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Aprovado em 20/04/2007

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck – Orientadora

Prof. Dr. Flávio Madureira Heinz – UNISINOS

Prof^a. Dra. Heloísa Helena Pimenta Rocha – UNICAMP

AGRADECIMENTOS

Mesmo que, muitas vezes, se diga que o trabalho acadêmico seja solitário (e realmente convivemos muito com o nosso “eu” e sofremos de toda sorte de “fragilidades psíquicas temporárias”), quem já passou pela experiência de uma dissertação ou tese sabe que, ao final, muitos agradecimentos e alguns pedidos de desculpas são devidos e necessários. Meus sinceros agradecimentos...

- ... à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – pelo suporte financeiro, essencial para a realização deste estudo;*
 - ... à professora Eliane Fleck, pela orientação acadêmica competente e dedicada, iniciada ainda na graduação, pelos questionamentos, pela amizade, pelo incentivo e confiança durante os períodos de “divórcio” com a Dissertação;*
 - ... aos professores do Programa de Pós-graduação em História da Unisinos, em especial aos professores Flávio Madureira Heinz e Paulo Roberto Staudt Moreira, pelas aulas e conversas estimulantes e encorajadoras;*
 - ... aos professores do Programa de Pós-graduação em Educação da Unisinos, em especial aos professores Lúcio Kreutz, Beatriz Daudt Fischer e Berenice Corsetti, pelas discussões e sugestões;*
 - ... aos meus colegas do Programa de Pós-graduação em História da Unisinos, em especial à Márcia Volkmer, à Ângela Flach e ao Mauro Dillmann, pelas discussões dos projetos, pelas informações compartilhadas e pelo compartilhamento das angústias e dúvidas em nossas “terapias de grupo”;*
 - ... aos professores e colegas do Projeto Conjunto Unisinos – UNCPBA (Juan Manuel Padrón, Valeria Palavecino, Valeria D’Agostino, Luciano Barandiaran, Andrea Reguera, Blanca Zeberio e Mónica Blanco), pela oportunidade de pensar outros problemas e de pensar os mesmos problemas com outros olhos;*
 - ... à Janaína Trescastro, por ser uma querida “facilitadora” nas complicadas questões burocráticas;*
 - ... à minha família, pelo amor, pelo carinho, pela paciência e pelos “puxões de orelha” (algumas vezes necessários...) durante estes dois anos. Sem vocês, tudo teria sido bem mais difícil;*
 - ... às minhas amigas Gabriela Dilly, Bárbara Gerusa Hermann e Cristina Laidmer, pela paciência, carinho e “convocações”;*
 - ... ao pessoal do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS –, por terem me auxiliado com dedicação na busca e localização das fontes analisadas nesta investigação;*
 - ... aos colegas e amigos com quem convivi ou com quem apenas troquei algumas idéias ou indicações bibliográficas.*
- A todos, minha imensa gratidão e meu carinho sincero.*

RESUMO

Em “*É melhor prevenir do que curar*”: *a higiene e a saúde nas escolas públicas gaúchas (1893 – 1928)*, abordamos o tratamento dado pelos governantes gaúchos às questões relacionadas à saúde e à higiene nas escolas públicas primárias do Rio Grande do Sul entre os anos de 1893 e 1928. A análise das Introduções aos Relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior do Rio Grande do Sul, dos Relatórios da Higiene e da Instrução Pública – seções administrativas afetas à Secretaria do Interior e Exterior – e da Legislação do período revela que os governantes do RS – em sintonia com as discussões que vinham se dando no âmbito nacional – não deixaram de manifestar sua preocupação com os elevados índices de mortalidade e de criminalidade infantis. Considerando as posições políticas assumidas e as estratégias por eles adotadas para combatê-las, priorizamos as proposições que visavam garantir a salubridade do espaço escolar, o desenvolvimento saudável e a preservação do físico da população escolar, e as que atribuíam aos professores um decisivo papel na disseminação de hábitos higiênicos *na e através da* escola pública primária gaúcha.

Palavras-chave: Escola Pública Primária. República. Higiene. Saúde. Infância. Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

“Preventing is better than curing”: *Hygiene and Health in the Public Schools of the State of Rio Grande do Sul from 1893 to 1928* discusses the treatment given by the public officials of the state of Rio Grande do Sul to issues related to hygiene and health in the elementary schools in the period from 1893 to 1928. The analysis of the introductions to the reports of the state’s Department Of Internal and External Affairs, of the reports on Hygiene and Public Instruction – wich were administratively subjected to that Department – and of the legislation of the period reveals that the public officials of Rio Grande do Sul – in accordance with discussions that were being conducted at the national level – didn’t fail to express their concern with the high rates of infant mortality and criminality. Taking into account the political positions adopted by them and the strategies they employed to lower those rates, this thesis focuses on the propositions designed to guarantee good health in the schools, healthy development and the preservation of the physical conditions of the students as well as the propositions that ascribed to teachers a decisive role in the dissemination of hygienic habits *in* and *through* the state’s elementary schools.

Key-words: Elementary public school. Republic. Hygiene. Health. Infancy. State of Rio Grande do Sul.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Progresso.....	53
Figura 2	– Cortiço	54
Figura 3	– Insalubridade.....	54
Figura 4	– Coeficientes de Natalidade e Mortalidade (1907)	78
Figura 5	– Dr. Protasio Antonio Alves.....	92
Figura 6	– Casa de Correção de Porto Alegre (1898)	105
Figura 7	– Oficina da Casa de Correção de Porto Alegre (1922)	108
Figura 8	– Ginástica – Bagé (1924)	144
Figura 9	– Ginástica – Montenegro (1924)	144
Figura 10	– Ginástica – Santa Maria (1924)	145
Figura 11	– Curso Elementar – Escola Complementar (Porto Alegre – 1924)	156
Figura 12	– Escola Complementar – Aula Prática (Porto Alegre – 1924).....	157

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Legislação referente à Instrução Pública	114
Quadro 2 – Exercícios Físicos nos Regulamentos da Instrução Pública.....	132
Quadro 3 – Exercícios Físicos nos Regimentos e Programas da Instrução Pública.....	133
Quadro 4 – Programas do Ensino Primário Elementar e Complementar (1899)	150

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** – Mortalidade Infantil (0-2 anos) – Porto Alegre: 1910-1927 94
- Tabela 2** – “Quadro comparativo da mortalidade infantil, no Rio Grande do Sul, comparado com a de diversas cidades nacionais e estrangeiras em 1924” 96
- Tabela 3** – Menores Reclusos na Casa de Correção de Porto Alegre – 1924 106

LISTA DE ABREVIATURAS

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

LEG – Legislação

SIE – Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – OS CENÁRIOS NACIONAL E REGIONAL	
1.1 As muitas repúblicas: projetos, idéias e regionalismos	28
1.2 Os “homens da ciência” e da saúde	36
1.3 Os “homens das letras” e da educação	55
1.4 As crianças: “matéria facilmente moldável”	64
CAPÍTULO II – A INFÂNCIA GAÚCHA	
2.1 A “nossa infância descuidada”: desvendando um contexto	70
2.2 A mortalidade infantil no RS: índices e diagnósticos.....	86
2.3 A criminalidade infantil: os menores infratores e a Casa de Correção.....	103
CAPÍTULO III – O ESPAÇO ESCOLAR	
3.1 As escolas públicas primárias gaúchas: da transição do Império para a República	113
3.2 As escolas e os projetos para a higiene e a saúde pública	117
3.3 A (in)salubridade do espaço escolar: diagnósticos e propostas	120
3.4 Os cuidados com a saúde do corpo: exercícios e preservação do físico.....	131
3.5 A importância do espaço escolar: o papel dos professores.....	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	166
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS	175

INTRODUÇÃO

Então, se tão vasto problema não interessa ao historiador, o que lhe interessa? Ouve-se, freqüentemente, essa pergunta, e a resposta não é, de modo algum, simples: o interesse do historiador dependerá do estado da documentação, de suas preferências pessoais, de uma idéia que veio à mente, do pedido de um editor, de quanta coisa mais? Mas, se com essa pergunta se pretende saber pelo que *deve* um historiador interessar-se, então qualquer resposta é impossível: concordaríamos em reservar o nobre nome de história a um incidente diplomático e em recusá-lo à história dos jogos e esportes? É impossível fixar uma escala de importância que não seja subjetiva.¹

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais² – PCNs – propostos pelo Ministério da Educação na década de 1990, encontraremos destacado, entre os objetivos do Ensino Fundamental, “conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva”. O tema *saúde* aparece também na relação de Temas Transversais propostos pelos PCNs. Também nos *Conteúdos de Saúde Para o Primeiro e Segundo Ciclos* (1ª à 4ª séries) que têm por objetivo essencial “subsidiar práticas para a vida saudável”, encontramos destacada no bloco de conteúdo *Autoconhecimento para Autocuidado* a preocupação com a higiene corporal e a alimentação saudável. Entre os conteúdos a serem desenvolvidos neste bloco, encontramos itens como: adoção de postura física adequada; rejeição ao consumo de água não potável; medidas práticas de autocuidado para a higiene corporal: utilização adequada de sanitários, lavagem das mãos antes das

¹ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4.ed. Brasília: UnB, 1998, p.36.

² UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO-USP. Biblioteca Virtual. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Disponível em: <<http://www.bibvirt.usp.br>>.

refeições e após as eliminações, limpeza de cabelos e unhas, higiene bucal, uso de vestimentas e calçados apropriados, banho diário; entre outros. Já no bloco *Vida Coletiva*, destacam-se, dentre os conteúdos a serem desenvolvidos, o conhecimento dos principais sinais e sintomas das doenças transmissíveis mais comuns na realidade do aluno, formas de contágio, prevenção e tratamento precoce para a proteção da saúde pessoal e de terceiros; e também a participação ativa na conservação de ambiente limpo e saudável no domicílio, na escola e nos lugares públicos em geral. A inclusão de temas relacionados à saúde e à higiene nos Parâmetros Curriculares Nacionais não nos causa estranheza, parecendo natural que essas questões sejam discutidas e trabalhadas na escola. Mas a relação entre escola e saúde / higiene não foi sempre considerada tão “óbvia”, tão “natural”, como pretendemos demonstrar neste estudo.

A idéia de realizarmos este estudo surgiu ainda na Graduação, quando trabalhava como bolsista de iniciação científica em um projeto intitulado “Infância, Violência Urbana e Saúde Pública (POA: 1890 – 1920)”, orientado pela Prof^a. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck. A partir do desenvolvimento do projeto mencionado, elaboramos a Monografia de Conclusão de Curso em História – Licenciatura Plena, que tinha como objetivo analisar o discurso oficial do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) no que se referia a questões voltadas para a infância, com ênfase nas políticas públicas para a saúde infantil propostas para o Rio Grande do Sul entre os anos de 1893 e 1910. Para realizá-lo, utilizamos como fontes primárias os Relatórios da Diretoria de Higiene do Estado do Rio Grande do Sul, Relatórios estes que integravam os Relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior juntamente com a Instrução Pública, a Brigada Militar, a Junta Comercial, entre outros, e que estão disponíveis para consulta no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS³.

Cabe lembrar que, de acordo com a Constituição Estadual de 1891, o Presidente do Estado era assistido em suas funções por três Secretários de sua livre escolha e incumbidos das Secretarias dos Negócios das Obras Públicas, dos Negócios da Fazenda e dos Negócios do

³ No último Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior do Rio Grande do Sul analisado, a esta Secretaria eram subordinadas as seguintes seções administrativas: Repartição Central, Chefatura de Polícia [Chefatura de Polícia, Casa de Correção, Gabinete de Identificação e Estatística Criminal], Repartição de Estatística, Diretoria de Higiene, Brigada Militar, Teatro São Pedro, Junta Comercial, Biblioteca Pública, Arquivo Público, Museu Júlio de Castilhos, Assistência a Alienados [Colônia Jacuí, Manicômio Judiciário, Hospital São Pedro] e Diretoria Geral da Instrução Pública. SIE.3 – 044 (1928).

Interior e Exterior⁴. Estes Secretários de Estado eram, por sua vez, obrigados a apresentar relatórios anuais ao Presidente⁵. Os Relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior eram organizados a partir dos Relatórios dos Diretores da Higiene e da Instrução Pública, entre outros. Ao analisarmos os Relatórios da Diretoria de Higiene, constatamos que, do total de 17 Relatórios, 11 (64,7%) faziam alguma referência à infância, entre textos, dados e tabelas. Mas o que mais nos chamou a atenção foi que um número considerável de referências à infância e à saúde infantil estava relacionado à escola, ao ambiente escolar. O *como* e os *porquês* desta relação estão entre os objetivos desta Dissertação.

Em “*É melhor prevenir do que curar*”: *a higiene e a saúde nas escolas públicas gaúchas (1893 - 1928)*, nossa proposta é analisar como as questões relacionadas à infância – incluindo aí as discussões que se davam em torno do conceito de infância no período – e à saúde infantil são apresentadas e tratadas pelos governantes gaúchos, com destaque para sua aplicação nas escolas públicas do Rio Grande do Sul entre os anos de 1893 e 1928. Buscaremos, também, estabelecer a relação entre os anseios por uma população normatizada e higienizada pelas elites republicanas brasileiras, e, mais especificamente, pelas elites republicanas gaúchas, e a realidade social e política do estado naquele período.⁶

Em sua grande maioria, os estudos consultados se utilizam, assim como a nossa análise, de alguns conceitos elaborados por Michel Foucault e que nos permitem entender a escola como uma das instituições na qual encontramos um tipo específico de poder denominado *disciplina* ou *poder disciplinar*⁷ que, agindo sobre o corpo – realidade mais

⁴ RIO GRANDE DO SUL. Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul, de 14 de julho de 1891. In: Constituições do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Procuradoria-Geral do Estado, Instituto de Informática Jurídica, 1990. Título II, Seção Primeira, Capítulo III – Das atribuições do presidente – Parágrafo único.

⁵ Idem, Título II, Seção Primeira, Capítulo V – Dos secretários de Estado – Artigo 29.

⁶ Esclarecemos que não é nosso objetivo apresentar e avaliar a influência do positivismo na educação durante os governos sob o domínio do Partido Republicano Rio-grandense, proposta que já foi desenvolvida em estudos, como os de Berenice Corsetti, Elomar Tambara e Solon Eduardo Annes Viola.

⁷ Segundo Michel Foucault, “a disciplina é uma técnica de exercício de poder que foi, não inteiramente inventada, mas elaborada em seus princípios fundamentais durante o século XVIII. [...] Os mecanismos disciplinares são, portanto, antigos, mas existiam em estado isolado, fragmentado, até os séculos XVII e XVIII, quando o poder disciplinar foi aperfeiçoado como uma nova técnica de gestão dos homens. Fala-se, freqüentemente, das invenções técnicas do século XVIII – as tecnologias químicas, metalúrgicas, etc. – mas, erroneamente, nada se diz da invenção técnica dessa nova maneira de gerir os homens, controlar suas multiplicidades, utilizá-las ao máximo e majorar o efeito útil de seu trabalho e sua atividade, graças a um sistema de poder suscetível de controlá-los. Nas grandes oficinas que começam a se formar, no exército, na escola,

concreta do indivíduo – fabrica o homem necessário à sociedade capitalista, um homem higiênico e saudável. Como bem aponta Roy Porter em sua *História do Corpo*⁸,

[...] uma história da educação, que se concentra exclusivamente em atingir habilidades como a leitura e a escrita, deixará escapar uma das principais funções da escola para crianças pobres, de caridade ou elementar do passado: inculcar a obediência física ou a educação como um processo para domesticar as crianças.⁹

Apesar das críticas¹⁰ a certas teorizações de Foucault, acreditamos que algumas de suas ferramentas analíticas, como as relacionadas à ação sobre o corpo, sejam adequadas a nossas análises, pois, como afirma Sandra Caponi “[...] é preciso lembrar alguns momentos históricos pontuais em que o saber médico e as políticas impositivas reforçaram-se mutuamente, atuaram solidariamente de tal modo que uma acabou legitimando e

quando se observa na Europa um grande progresso da alfabetização, aparecem essas novas técnicas de poder que são uma das grandes invenções do século XVIII”. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 18.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003, p.105. Como características da *disciplina* ou *poder disciplinar*, Foucault aponta os seguintes aspectos: distribuição espacial dos indivíduos, exercício de controle sobre o desenvolvimento da ação e não sobre seu resultado, vigilância constante e perpétua dos indivíduos, e registro contínuo de informações (FOUCAULT, 2003, p.105-106). Roberto Machado, em introdução da coletânea *Microfísica do Poder*, define o que Foucault chamou de *disciplina* ou *poder disciplinar* da seguinte forma: “É importante notar que ela nem é um aparelho, nem uma instituição, na medida em que funciona como uma rede que as atravessa sem se limitar a suas fronteiras. Mas a diferença não é apenas de extensão, mas de natureza. Ela é uma técnica, um dispositivo, um mecanismo, um instrumento de poder, são ‘métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade...’. É o diagrama de um poder que não atua no exterior, mas trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial, capitalista” (FOUCAULT, 2003, p. XVII – introdução de Roberto Machado).

⁸ PORTER, Roy. *História do Corpo*. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda França Lopes. 2.ed. São Paulo: UNESP, 1992.

⁹ *Ibidem*, p.313-314.

¹⁰ Dentre as críticas ao pensamento foucaultiano, destacamos a apresentada no texto de Sandra Caponi, em que esta autora afirma que “são numerosos os autores que têm criticado um certo reducionismo foucaultiano, que tende a apresentar o discurso da medicina exclusivamente como uma forma de controle social” (CAPONI, Sandra. *Corpo, população e moralidade na história da medicina. Esboços*, Florianópolis, v.9, p.70, 2002). Outra crítica aos postulados de Foucault pode ser encontrada em texto de Diego Armus intitulado *Legados y tendencias en la historiografía sobre la enfermedad en América latina moderna*. Segundo Armus, é necessário evitar-se a utilização quase mecânica dos postulados foucaultianos, buscando também informações empíricas e explorando não só a disciplinarização, mas também a assistência. Armus assinala ainda que, e consideramos isto bastante interessante no contexto deste estudo, “[...] las prácticas de la higiene terminaron siendo interiorizadas por la gente común y no necesariamente, o exclusivamente, como resultado de una suerte de resignada aceptación de las iniciativas disciplinares del Estado sino como una evidencia de las ventajas y mejoras que podían lograr en sus condiciones materiales de existencia”. ARMUS, Diego. *Legados y tendencias en la historiografía sobre la enfermedad en América latina moderna*. In: ARMUS, Diego (Comp.). *Avatares de la medicalización en América latina (1870 – 1970)*. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2005, p.26. Mesmo não sendo nosso objetivo aqui, a análise da apropriação das iniciativas disciplinares é uma possibilidade bastante rica e interessante.

consolidando a outra”.¹¹ Acreditamos que o período que analisamos seja um destes momentos referidos pela autora.

Em relação ao *corpus* documental analisado, priorizamos os Relatórios da Diretoria de Higiene, além dos Relatórios da Instrução Pública, disponíveis para consulta no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRs. Como já referimos, tanto a Higiene quanto a Instrução Pública estavam subordinadas à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior do Rio Grande do Sul no período delimitado para este estudo. Buscamos também os conteúdos referentes à educação e à higiene mencionados nas Introduções aos Relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior e escritas pelo respectivo Secretário. Esclarecemos que as informações sobre a detenção de menores na Casa de Correção de Porto Alegre estão em outras seções dos Relatórios, como as referentes ao Conselho Penitenciário ou à Casa de Correção de Porto Alegre. Complementamos a análise dos Relatórios, com exceção do referente ao ano de 1905, que não foi localizado, com a Legislação (Legislação do Estado do Rio Grande do Sul – Leis, Decretos e Atos – AHRs) e com estudos bibliográficos relacionados às temáticas desenvolvidas. Vale ressaltar que, com o passar dos anos, os Relatórios tiveram uma significativa alteração em sua apresentação, na medida em que os textos informativos foram reduzidos para privilegiar os dados estatísticos. Tanto os Relatórios quanto a Legislação estão, em geral, em boas condições para manuseio e consulta.

Considerando que os “documentos do passado não foram elaborados para o historiador, mas sim para atender as necessidades específicas do momento”¹², os Relatórios serão analisados como indicadores do posicionamento do governo republicano gaúcho em relação à infância e ao papel da escola na higienização e disseminação de hábitos higiênicos. Não constitui objetivo desta Dissertação a análise da apropriação e reinterpretação do proposto pelo governo, o que tornaria necessário um estudo mais amplo e que incluísse outras fontes.

Apesar de o recorte espacial deste estudo ser o Rio Grande do Sul, visto que os Relatórios são documentos produzidos pelo governo estadual gaúcho, com propostas e

¹¹ CAPONI, 2002, p.73.

¹² BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p.69.

avaliações feitas pelo estado, é importante observar que a maioria dos dados refere-se a Porto Alegre. Em diversas oportunidades, os Diretores da Higiene apontaram a falta de dados para outras regiões do estado, como podemos observar nos Relatórios de 1895, 1897, 1898 e 1899. Segundo o Diretor de Higiene de 1915, o Dr. Ricardo Machado, apenas neste ano o serviço de estatística demográfico-sanitária começou a abranger todo o estado. Mesmo assim, os dados continuaram referindo-se principalmente à cidade de Porto Alegre.

O período delimitado para este estudo situa-se entre 1893, ano do primeiro Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior do Rio Grande do Sul que localizamos em nossas consultas aos acervos, a 1928, último ano de um período em que, segundo Beatriz Teixeira Weber¹³, o governo estadual agiu de acordo com “uma mesma perspectiva orientando as políticas de saúde”. Acreditamos, porém, ser importante apontar que este recorte temporal não indica, necessariamente, que os períodos imediatamente anterior e posterior a este tenham sido radicalmente diferentes, podendo sim apresentar continuidades e semelhanças. Um indicativo disto é a permanência de funcionários nos quadros do governo do estado no período posterior a 1928. Cabe esclarecer que o período de abrangência dos Relatórios é irregular durante praticamente todo o período delimitado para nossa investigação, visto que, apenas em 1925, o Dr. Protasio Antonio Alves, então Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, determinou que o tempo historiado nos Relatórios das repartições afetas à Secretaria fosse de janeiro a dezembro do ano anterior. Porém, para fins de análise, consideramos que o Relatório apresentado em 1910, por exemplo, refere-se ao ano de 1910, apesar de não desconsiderarmos que alguns dados e informações apresentados possam referir-se ao ano anterior (no caso de nosso exemplo, 1909).

Esta Dissertação se insere no debate proposto pelos estudos filiados à história social da infância. Valemo-nos de algumas considerações feitas por Hebe Castro, em estudo intitulado *História Social*¹⁴, para situá-lo melhor:

¹³ WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense – 1889/1928*. Santa Maria: Editora da UFSM; Bauru: EDUSC – Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999, p.27.

¹⁴ CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. Sugiro a leitura do texto de Hebe Castro para aprofundamento de discussões sobre a história social, seu desenvolvimento e questionamentos.

A referência ao movimento dos *Annales* se faz necessária por ter-se tornado o marco, real ou simbólico, de constituição de uma nova história, em oposição às abordagens ditas rankianas, predominantes entre os historiadores profissionais até a primeira metade do século. Ainda hoje, a expressão “história social” é freqüentemente utilizada como forma de demarcar o espaço desta outra postura historiográfica frente à historiografia tradicional.¹⁵

Mesmo frente à multiplicidade de objetos e abordagens, a história social prioriza, segundo Castro, “[...] a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos – *sociais* – na explicação histórica”.¹⁶

No que se refere à história social no Brasil, fortemente marcada em seu desenvolvimento pelas ciências sociais, a história social do trabalho, a história social do Brasil colonial e da escravidão e a história social da família constituem as áreas que têm concentrado o maior número de trabalhos e discussões nos últimos anos. Sobre a história social da família, sua metodologia e principais temáticas abordadas, a historiadora afirma que “a história da família definiu-se como campo específico no Brasil a partir da década de 1980. Confluíram para tanto as pesquisas em demografia histórica [...] e a exploração do tema por sociólogos e antropólogos, nas décadas de 1960 e 1970”.¹⁷

Seguindo tendências da história social pós-anos 70, a história da família tentou responder aos impasses encontrados tanto pela abordagem da demografia histórica, que marcou fortemente, como base metodológica, a maioria dos trabalhos sobre a temática, quanto pela abordagem realizada por sociólogos e antropólogos. Referindo-se ainda à forte presença da demografia histórica nos trabalhos sobre a família no Brasil, Hebe Castro afirma que, apesar desta forte presença, temas mais gerais como nupcialidade e fecundidade, por exemplo, foram sendo substituídos, progressivamente, por temas que “[...] exigiam um tratamento socialmente diferenciado e que implicavam um nível bem menor de agregação dos dados, ou mesmo questionavam o lugar central das fontes demográficas”.¹⁸ A partir destas mudanças, aspectos como a pluralidade social dos arranjos familiares passaram a ser priorizados em relação às generalizações predominantes nos modelos anteriores. A expansão das temáticas e

¹⁵ CASTRO, 1997, p.45.

¹⁶ *Ibidem*, p.54.

¹⁷ *Ibidem*, p.56.

¹⁸ *Ibidem*, p.56.

abordagens acabaram constituindo subcampos – como a família escrava, por exemplo – e novas áreas de especialização, como a história da sexualidade.

Interessam-nos para este estudo, especialmente, as reflexões feitas sobre a história social da família, por Tânia Maria Gomes da Silva Bezzant¹⁹ – *História da Família: Novos Tempos, Novas Abordagens* – e Sheila de Castro Faria²⁰ – *História da Família e Demografia Histórica*.

As mudanças dramáticas vivenciadas pela instituição “família” nas últimas cinco décadas são apontadas por Bezzant e Faria como fatores impulsionadores do interesse dos historiadores pelo tema: aumento do número de separações, divórcios e uniões consensuais, crescimento do número de mulheres solteiras que optam pela maternidade, uniões homossexuais, surgimento de técnicas de contracepção cada vez mais modernas e inusitadas. Segundo Sheila de Castro Faria, os questionamentos e discussões atuais sobre a família foram aspectos que impulsionaram os estudos na área da história social da família, na medida em que “foram os questionamentos sobre a situação da família, hoje, que levaram muitos estudiosos a enveredar por este caminho. A família, como problema, tornou-se tema atual e os questionamentos sobre sua estrutura ou sua crise interessam tanto ao homem comum quanto aos especialistas”.²¹

Para Tânia Maria Gomes da Silva Bezzant, a temática da família, antes tida como marginal, tem sido, recentemente, incluída como objeto de análise da historiografia. Segundo a autora, “o estudo da família brasileira tem-se tornado fonte de crescente interesse para muitos historiadores sociais, desejosos de maior conhecimento acerca dessa importante instituição, por muitos anos abandonada pela Historiografia”.²² Ela afirma que o “abandono” epistemológico não foi exclusividade dos pesquisadores brasileiros e que os historiadores, em geral, consideravam a família como uma temática de menor importância, já que “[...] a História sempre esteve restrita ao estudo da vida pública, deixando a análise da vida

¹⁹ BEZZANT, Tânia Maria Gomes da Silva. *História da Família: Novos Tempos, Novas Abordagens*. *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, v.3, n.2, dez. 2003.

²⁰ FARIA, Sheila de Castro. *História da Família e Demografia Histórica*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VANFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

²¹ *Ibidem*, p.241.

²² BEZZANT, 2003, p.135.

doméstica para outras áreas de conhecimento. Os historiadores passaram a discutir a família, quando os problemas cotidianos romperam a esfera do privado [...]”.²³ A autora aponta os direitos e deveres do casal, a autoridade dos pais sobre as crianças, os divórcios, a contracepção e o aborto como problemas cotidianos que romperam a esfera do privado e tornaram-se, cada vez mais, questões de Estado.

As renovações historiográficas também são apontadas por Bezzant, que as vincula ao questionamento da supremacia da história política a partir da *Escola dos Annales*, já destacada por Hebe Castro, e que teria promovido a ampliação dos objetos de pesquisa e despertou o interesse por novos temas.

Estabelecendo uma cronologia dos estudos sobre a família²⁴, Bezzant afirma que estes estudos eram praticamente inexistentes antes dos anos 50 e “quando realizados, restringiam-se a análises genealógicas, quase sempre dos grupos de elite, deixando a vida familiar do homem comum em total obscuridade”.²⁵ O avanço da demografia, nos anos 50, e o desenvolvimento da história oral são apontados como elementos importantes para o desenvolvimento das pesquisas e proporcionaram a ampliação do campo de estudos.

Segundo Faria, a história social da família e a demografia apresentam, no Brasil, uma relação estreita, já que, segundo a autora, foram, e ainda são, os demógrafos historiadores / historiadores demógrafos que desenvolvem a temática. A autora observa que “no Brasil, os estudos sobre a família (ou as famílias) acompanham, com passos mais vagarosos, as tendências historiográficas de outras áreas, como Europa, Estados Unidos e Canadá, mas com a especificidade de que, aqui, há uma relação ainda mais forte com a demografia histórica”.²⁶ Os primeiros trabalhos que discutem a família no Brasil, segundo Bezzant, foram realizados na década de 30 e têm entre seus pesquisadores Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. Para as

²³ FLANDRIN apud BEZZANT, 2003, p.136.

²⁴ Bezzant chama a atenção para o cuidado que devemos ter ao falar de história da família. Segundo ela, “o estudo da família não é fácil e discuti-la requer análise cuidadosa. Melhor seria não falarmos em história da família, mas ‘das famílias’, já que a família apresenta diferenciações quanto ao tempo e local de observação” (BEZZANT, 2003, p.136). Referindo-se à mesma questão, Sheila de Castro Faria também faz uma ressalva sobre o conceito de *família*. Sobre o Ocidente cristão, por exemplo, a autora afirma que não houve apenas um sistema familiar. “A diversidade caracterizou a história da família ocidental, embora alguns traços comuns possam ser identificados. Talvez o mais correto fosse a pluralização do título: história das famílias, mesmo em se tratando só do mundo ocidental” (FARIA, 1997, p.242).

²⁵ BEZZANT, 2003, p.136.

²⁶ FARIA, 1997, p.242.

décadas de quarenta a setenta, a autora afirma que, de quarenta a sessenta, o interesse ainda foi bastante tímido. Já nos anos setenta, em íntima relação com a demografia histórica, o enfoque passou a ser a dinâmica da população: mulheres, nupcialidade, fecundidade e estrutura da família. Entre os autores que desenvolveram seus trabalhos nos anos 70, a autora destaca Sérgio Nadalin, Eni de Samara Mesquita, Maria Luiza Marcilio e Maria Beatriz Nizza da Silva.

É, contudo, nos anos 80 que a autora identifica uma maior abrangência na produção historiográfica sobre a temática, complementada por contribuições da antropologia e da sociologia (estudos sobre casamento, sexualidade, conflitos em família...). É também a partir deste período que surgem, segundo Bezzant, novas representações sobre a família escrava no Brasil, o que também foi destacado por Hebe Castro e Sheila de Castro Faria. O estigma da promiscuidade sexual que marcou os estudos tradicionais sobre os escravos nas décadas de 1960 e 1970 foi revisto na década de 80.

Apesar de os estudos orientados pela perspectiva da história social da família serem muito recentes, Sheila de Castro Faria afirma que alguns balanços historiográficos já foram realizados e cita, entre outros, o realizado por Michael Anderson, que estabeleceu uma tipologia a partir de quatro linhas de abordagens, dentre as quais Faria destaca três: a demografia, a economia doméstica e a dos sentimentos. Com relação à última linha de abordagem, Faria afirma que

O interesse básico pode ser resumido na tentativa de se chegar à emergência das atuais relações familiares, descortinando, na história, **os momentos de transformação dos sentimentos em relação a criança**, família, amor, sexo etc. Em geral, estes estudos tratam da longa duração e abarcam amplos espaços, utilizando fontes quase sempre descritivas, como relatos de época, diários, literatura, pintura, brinquedos e outras de tipo singular e qualitativo, principal ponto de ataque de seus críticos.²⁷

Dentre as três linhas de abordagem destacadas por Faria, a que mais se aproxima da adotada neste estudo é a que considera “os momentos de transformação dos sentimentos em relação a criança”, uma vez que no período abarcado pela investigação – fins do século XIX e início do século XX – não só o conceito de infância passava por transformações, como

²⁷ FARIA, 1997, p.250. [grifo nosso]

também as discussões e preocupações em relação à criança se modificaram e se intensificaram, podendo ser constatadas na documentação que analisamos.

Sem entrar no mérito das críticas²⁸ feitas a esta linha de abordagem da história social da família, é importante destacar que a autora cita, entre os representantes desta linha, Philippe Ariès, autor do estudo intitulado *História Social da Criança e da Família*²⁹, de ampla circulação e influência para diversos estudos sobre a história social da família e, mais especificamente, da criança, inclusive no Brasil.

Um dos objetivos de Ariès neste estudo é mostrar o novo lugar assumido pela criança e pela família em nossas sociedades industriais, através de uma análise iconográfica, dos trajés, dos jogos e brincadeiras e da progressiva importância atribuída à educação. Ariès localiza no século XVII as principais e mais vigorosas transformações, ressaltando que a família da segunda metade do século XVII já se organizava em torno da criança.

Essa separação – e essa chamada à razão – das crianças deve ser interpretada como uma das faces do grande movimento de moralização dos homens promovido pelos reformadores católicos ou protestantes ligados à Igreja, às leis ou ao Estado. Mas ela não teria sido realmente possível sem a cumplicidade sentimental das famílias, e esta é a segunda abordagem do fenômeno que eu gostaria de sublinhar. A família tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos, algo que ela não era antes. Essa feição se exprimiu sobretudo através da importância que se passou a atribuir à educação. [...] A família começou então a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância, que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela.³⁰

O estudo de Ariès, como afirmamos anteriormente, não somente exerceu influência sobre diversos trabalhos, como gerou também polêmicas e debates. Moysés Kuhlmann Jr.,

²⁸ Uma das principais críticas é a ausência de dados empiricamente comprováveis, pois a utilização de fontes como pinturas e brinquedos, por exemplo, determinaria uma interpretação subjetiva, dificilmente comprovada a partir destas fontes.

²⁹ ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Tradução de Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

³⁰ *Ibidem*, p.11-12.

autor de diversos estudos sobre a infância no Brasil, em seu trabalho *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*³¹, ressaltou:

Desde a década de 1960, vêm sendo publicados vários trabalhos na historiografia inglesa, francesa, norte-americana e italiana, que representam um impulso significativo à história da infância. Mas a idéia de que a preocupação com esse tema seja derivada da obra de Ariès, ou mais genericamente, de que tenha surgido apenas naquela década, precisa ser problematizada. [...] há histórias da infância desde o século XIX, ao menos, e é necessário uma certa cautela para se caracterizar os pioneirismos no estudo da criança e no uso de fontes ou enfoques inovadores.³²

Além da cautela sugerida por Kuhlmann Jr. em relação ao “pioneirismo de Ariès”, o autor faz ainda algumas outras críticas ao trabalho do historiador francês, ressaltando que o sentimento de infância não era inexistente em tempos antigos ou na Idade Média como afirmado por ele.³³ Contudo, a crítica que consideramos mais importante é a que refere os problemas decorrentes da transposição, para outros contextos, da visão linear do desenvolvimento histórico presente no estudo do historiador francês. Segundo Kuhlmann Jr., este é o caso de estudos que pretendem identificar o “desabrochar” do sentimento de infância no final do século XIX, no Brasil, sem considerar, por exemplo, “[...] que os sinais do desenvolvimento de um sentimento de infância, da forma como analisa Ariès, estiveram presentes no Brasil já no século XVI, quando os jesuítas desenvolveram a estratégia de sua catequese alicerçada na educação dos pequenos indígenas [...]”.³⁴

De acordo com a visão de Ariès, o Brasil estaria vivendo, no final do século XIX e início do século XX, o processo ocorrido na França no século XVII e não, como defende Kuhlmann Jr., “[...] as manifestações do grande impulso com relação à infância que representou o próprio século XIX, em todo o mundo ocidental, especialmente após a década

³¹ KUHLMANN JR., Moysés. *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 1998. Ao apontar os comentários e críticas deste autor ao trabalho de Philippe Ariès, não pretendemos discutir a validade destas críticas, mas sim referir a existência do debate. Especificamente sobre a história da infância, este autor afirma que a história da assistência, da educação e da família são as vertentes que mais têm contribuído para os estudos, a partir da utilização de vários métodos, enfoques e abordagens (KUHLMANN JR., 1998, p.17).

³² *Ibidem*, p.16-17.

³³ A polêmica sobre a existência ou não do sentimento de infância na Idade Média, despertada pelo trabalho de Ariès, também é destacada por Irene Rizzini em RIZZINI, Irene. *O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Ilustrações de Pedro Pamplona. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Amais, 1997.

³⁴ KUHLMANN JR., 1998, p.22.

de 1870”.³⁵ A preocupação com a saúde infantil, um dos pontos da análise que propomos, por exemplo, intensificou-se tanto na Europa quanto no Brasil em fins do século XIX e início do século XX.

Kuhlmann Jr. destaca que a crença no progresso e na ciência marcou a segunda metade do século XIX e o início do século XX, e as nações ocidentais mobilizaram-se para a adaptação aos novos instrumentos e processos produtivos e, para, em nome da “civilização”, criar novas instituições sociais, como as instituições de educação popular, por exemplo. A educação neste período foi largamente influenciada pelo discurso médico-higiênico, assim como o vocabulário pedagógico que foi disseminado na sociedade, aspecto que será retomado mais adiante ao desenvolvermos a idéia da necessidade de educar as mães para garantir os cuidados essenciais aos filhos.

Também Irene Rizzini, em estudo intitulado *O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*, vincula os novos significados do conceito de infância e a nova dimensão social adquirida pela criança “[...] às grandes transformações econômicas, políticas e sociais, que marcam a era industrial capitalista do século XIX [...]”.³⁶ A autora afirma ainda que “o interesse pela infância, nitidamente mais aguçado e de natureza diversa daquela observada nos séculos anteriores, deve ser entendido como reflexo dos contornos das novas idéias”.³⁷

³⁵ KUHLMANN JR., 1998, p.22. Dentre os trabalhos desenvolvidos sobre a temática na Argentina e aos quais tivemos acesso, destacamos o de Cláudia Azucena Pechín que, em texto intitulado *Infancia, aprendizaje y nacionalidad en los inicios del sistema educativo argentino*, afirma que a infância apareceu, na América Latina, como setor da realidade digno de atenção em fins do século XIX. A autora afirma ainda que “durante la primera mitad del siglo XIX, la sociedad occidental comenzó a especular sobre la existencia de etapas evolutivas dentro de la niñez. La minoridad atrajo una atención especial desde la medicina y la justicia; la crianza y la educación de los niños accedieron a un lugar central. El ‘descubrimiento de la niñez’ estimuló el debate y solicitó respuestas oficiales frente al fenómeno del abandono, la regulamentación de los hospicios y la condena por infanticidio (esto es, dejar morir o ayudar a morir a la prole), aspectos que permanecieron ocultos durante el siglo anterior. La conformación de la identidad de la infancia institucionalizada en los Estados-nación modernos fundó la necesidad de la educación infantil. Pero también, la existencia de una cada vez más numerosa población infantil en países en crecimiento y en proceso de industrialización constituía el dato previo para la planificación de políticas alfabetizadoras, de asilamiento o de incorporación al mundo del trabajo de manera tal de proceder a la contención del sujeto.” PECHÍN, Claudia Azucena. *Infancia, aprendizaje y nacionalidad en los inicios del sistema educativo argentino*. In: DI LISIA, María Silvia; SALTO, Graciela Nélica (Ed.). *Higienismo, Educación y Discurso en la Argentina (1870 – 1940)*. La Pampa: Editorial de la Universidad Nacional de La Pampa, 2004, p.66.

³⁶ RIZZINI, 1997, p.24.

³⁷ *Ibidem*, p.25.

Vários foram os trabalhos de História, de História da Educação e de Antropologia Social que, por abordarem direta ou indiretamente o tema da infância brasileira e gaúcha no período delimitado, nos auxiliaram no desenvolvimento das reflexões aqui apresentadas. Dentre os trabalhos desenvolvidos sobre outros contextos, que não especificamente o gaúcho, destacamos os de Moysés Kuhlmann Jr., José Gondra, Adriana de B. Resende Vianna, Margareth Rago, Fernando Torres Londoño, Irene Rizzini, Irma Rizzini, Maria Luiza Marcilio, Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura, Heloísa Helena Pimenta Rocha e Jurandir Freire Costa. Da produção intelectual gaúcha sobre a infância, destacamos os trabalhos de Sandra Jatahy Pesavento, Silvia Maria Fávero Arend, Cláudia Mauch, Aidê Campello Dill, Anderson Zalewski Vargas, Beatriz Teixeira Weber, Maria Stephanou, Berenice Corsetti, Solon Eduardo Annes Viola, Elomar Tambara e Mozart Linhares da Silva. Muitos destes autores não abordaram especificamente a infância ou a infância escolarizada – enquanto alvo de campanhas de higienização – no Rio Grande do Sul, mas nos oferecem dados e sistematizações que giram em torno da infância, com ênfase para temas como o abandono e a saúde infantil, por exemplo.

Nas obras da historiadora Sandra Jatahy Pesavento obtivemos informações sobre a importância atribuída à educação no estado, sobre a infância desamparada gaúcha e sobre o papel atribuído à mulher enquanto mãe de família, aspecto este também desenvolvido por Cláudia Mauch. Anderson Zalewski Vargas, por sua vez, nos trouxe valiosas contribuições no que se refere aos menores de rua porto-alegrenses no início do século XX, ao analisar as páginas de um jornal local. Informações sobre os *menores* detidos na Casa de Correção de Porto Alegre foram encontradas em investigação de Mozart Linhares da Silva sobre a população carcerária do Rio Grande do Sul entre 1850 e 1930. Silvia Maria Fávero Arend, em estudo sobre a família porto-alegrense em finais do século XIX, abordou questões como o trabalho infantil e a agressão contra crianças. Tanto Beatriz Teixeira Weber quanto Maria Stephanou trouxeram importantes contribuições sobre a questão da saúde no Rio Grande do Sul. As investigações empreendidas por Weber foram muito importantes para compreender e traçar um panorama geral sobre a saúde no estado e sobre a atuação do governo republicano nesta área. Já Stephanou, ao problematizar as imbricações entre discursos e saberes médicos e educação, forneceu subsídios importantes para pensarmos a relação entre saúde, higiene e escola. A escola pública gaúcha e a organização educacional empreendida pelo governo gaúcho durante a República Velha foram discutidas por Berenice Corsetti, Solon Eduardo

Annes Viola e Elomar Tambara. Apesar de suas análises enfatizarem a influência do positivismo na educação pública estadual gaúcha, em especial sobre a organização e funcionamento das mesmas, estes estudos foram de enorme valia, com destaque para a análise feita por Berenice Corsetti. Em nossa incursão na produção historiográfica sul-rio-grandense pudemos, ainda, constatar que Aidê Campello Dill realizou o único estudo específico sobre a infância gaúcha no período abarcado por nossa análise, o que parece apontar para uma significativa lacuna em termos do tratamento da temática.

Associando-se ao esforço destes historiadores gaúchos de debruçar-se sobre a infância no Rio Grande do Sul, no período de transição do século XIX para o século XX, empreendemos esta investigação que se dedicou, entre outros objetivos, a identificar as propostas de atuação do estado em relação à infância. Constatamos – a partir da documentação que analisamos – que a organização da educação pública estadual, a saúde e a higiene da população, a infância desamparada e infratora, e a mortalidade infantil foram temas que mereceram a permanente atenção do governo estadual, o que fica evidenciado nos diagnósticos realizados e nas medidas por ele adotadas no período de 1893 a 1928.

Optamos por desenvolver as questões centrais desta Dissertação em três capítulos. No primeiro, apresentamos um panorama nacional, regional e local durante o período delimitado, destacando aspectos relacionados à política e ao regime republicano, à saúde e à educação brasileiras e gaúchas, bem como questões relativas ao conceito de infância em vigor no fim do século XIX e início do XX.

No segundo capítulo, desenvolvemos questões relacionadas à infância brasileira e gaúcha, enfocando as questões que preocupavam as elites no período estabelecido para nossa investigação, como a saúde e a mortalidade infantil, assim como a infância abandonada e em conflito com a lei. Para desenvolver estas temáticas, valemo-nos, dentre outras fontes, dos apontamentos dos médicos Protasio Antonio Alves e Euclides de Castro Carvalho sobre questões relativas à saúde infantil no estado. A questão dos *menores* recolhidos à Casa de Correção de Porto Alegre também foi alvo de nossa atenção.

No terceiro e último capítulo, apresentamos alguns aspectos sobre a organização e funcionamento das escolas públicas primárias gaúchas, detendo-nos na análise sobre como as

questões relacionadas à saúde e à higiene no e do espaço escolar foram abordadas pelos governantes gaúchos durante o período de 1893 a 1928, enfocando três eixos principais de análise: a (in)salubridade do espaço escolar, os cuidados com o corpo e o papel dos mestres no ensino e disseminação de hábitos saudáveis e higiênicos.

Acreditamos que o mérito maior desta investigação resida na análise que empreendemos dos Relatórios da Diretoria de Higiene e da Instrução Pública do Rio Grande do Sul de fins do século XIX e início do XX, na medida em que a fizemos a partir de uma perspectiva pouco trabalhada, a da saúde e da higiene infantil, enfocando, especificamente, o tratamento dado pelo governo republicano gaúcho a estas questões e sua aplicação no âmbito da escola pública primária. Em razão disso, acreditamos estar contribuindo para estudos não só na área da História da Infância, mas também para futuros estudos sobre a História da Educação no Rio Grande do Sul, áreas que, retomando as palavras de Paul Veyne – e que constam na epígrafe desta Introdução –, acreditamos ser *subjetivamente* importantes.

CAPÍTULO I – OS CENÁRIOS NACIONAL E REGIONAL

“A sciencia não é privilegio de nenhuma raça ou nação”.³⁸

Este capítulo tem por objetivo apresentar um panorama nacional, regional e local no período delimitado para este estudo. Não pretendemos realizar aqui um estudo sobre os primeiros anos da República no Brasil e no Rio Grande do Sul, o que já foi feito com sucesso em diversos trabalhos, mas sim focar aspectos que consideramos importantes para a compreensão da temática central deste estudo, qual seja, a higiene e a saúde nas escolas públicas do Rio Grande do Sul. Para tanto, destacaremos neste primeiro capítulo alguns aspectos da política a nível nacional e regional e da natureza do regime adotado; discutiremos questões relacionadas à saúde e à educação brasileiras e gaúchas, assim como discutiremos também o novo significado adquirido pela infância no período em questão.

1.1 AS MUITAS REPÚBLICAS: PROJETOS, IDÉIAS E REGIONALISMOS

Um dos objetivos deste capítulo, como já referimos, é destacar alguns aspectos da política a nível nacional e regional. Para tanto, iniciaremos abordando os diferentes modelos existentes para a República brasileira no final do século XIX, com ênfase no projeto positivista, que teve grande influência no Rio Grande do Sul durante a República Velha (1889 – 1930).

Boris Fausto afirma que a passagem do Império para a República pode ser considerada “quase um passeio”, mas que os anos posteriores ao 15 de novembro foram de grande incerteza. Os grupos em disputa pelo poder divergiam não apenas em seus interesses, mas também em suas concepções de como organizar a República brasileira.³⁹

³⁸ João Abbott era o Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior do Rio Grande do Sul em 1897. SIE.3 – 004 (ABBOTT, João. Introdução, 1897, p.11).

³⁹ FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, Imprensa Oficial do Estado, 2001, p.139. Maria Emília Prado, no quarto capítulo de *Memorial das desigualdades: Os impasses da cidadania no Brasil (1870 – 1902)*, também afirma que eram muitos os interesses em disputa na mudança de regime. PRADO, Maria

Mas as idéias republicanas não surgiram no Brasil com a proclamação. Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca, em seu artigo *A idéia de república no Império do Brasil*⁴⁰, afirma que as idéias republicanas já estavam presentes no país desde o Primeiro Reinado (1822 – 31). O termo “república” possuía, na primeira metade do século XIX, significados muito diferentes.

Em primeiro lugar, de acordo com a herança do Antigo Regime, seria ainda associado à identificação de um território regido pelas mesmas leis, ou submetido ao mesmo governante, a despeito da forma de governo. Em segundo lugar, a idéia de república também era compreendida como a precedência do bem comum e a prevalência da lei e da Constituição sobre os interesses individuais. Em terceiro lugar, o conceito de república denotava o governo eletivo e temporário.⁴¹

A particularidade resultante do pertencimento ao continente americano e a ausência de uma aristocracia na América eram argumentos apresentados em prol da república nos periódicos analisados pela autora.

Neste período, início do século XIX, os anseios federalistas já estavam presentes, porém nem sempre como sinônimo de república. As idéias republicanas ganharam força em 1870⁴², com a divulgação, no Rio de Janeiro, do “Manifesto Republicano”.

O documento atacava as instituições políticas do Império, o Poder Moderador, o caráter vitalício do Senado. O republicanismo do final do

Emília. *Memorial das desigualdades: Os impasses da cidadania no Brasil (1870 – 1902)*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

⁴⁰ FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. A idéia de república no Império do Brasil. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 1, n.5, nov. 2005.

⁴¹ *Ibidem*, p.31.

⁴² Segundo Lilia Moritz Schwarcz, “[...] a década de 70 é entendida como um marco para a história das idéias no Brasil, uma vez que representa o momento de entrada de todo um novo ideário positivo-evolucionista [...]”. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras: 1993, p.14. Ainda abordando a assim chamada *geração de 1870*, Maria Aparecida Rezende Mota afirma, em seu estudo sobre Sílvio Romero, que “os grandes temas nacionais – a escravidão, a imigração, o regime político, a separação entre a Igreja e o Estado, a liberdade de consciência, o ensino –, postos e repostos à luz das novas teorias, criavam uma atmosfera de efervescência intelectual permeada pela crença na transformação do país pela força das idéias. A *intelligentsia* engajada no projeto renovador confiava cegamente na ciência, estando convencida, portanto, de que a educação intelectual era o único caminho para melhorar os homens. A essa herança do iluminismo oitocentista agregava-se a consciência da necessidade de adequar o país à modernidade ocidental. Para tal, era preciso buscar as causas do ‘atraso cultural’ do país e propor soluções, de sorte que a marcha em direção à civilização não fosse retardada. Não é, portanto, obra do acaso que as teorias informadas por uma filosofia progressista da história, como o comtismo, o darwinismo e o spencerismo, dominassem o circuito intelectual”. MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Sílvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p.31.

século deslocava então seu eixo para as províncias do Centro-Sul do país, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais. Ainda assim, o **movimento era heterogêneo**. [...] **Muitas opiniões, diferentes conceitos, projetos distintos**. Mas, ao final do século XIX, a república deixava o mundo das idéias para se tornar uma realidade possível.⁴³

Pode-se, então, perguntar: quais eram, ao final do século XIX, os projetos distintos de república? Quais eram os modelos de organização da sociedade? José Murilo de Carvalho destaca três projetos de república em seu escrito *Entre a Liberdade dos Antigos e a dos Modernos: A República no Brasil*.⁴⁴

O primeiro projeto é o dos proprietários rurais, especialmente os paulistas, que definiam como modelo ideal de república o norte-americano⁴⁵. A definição individualista do pacto social (definição do público como soma dos interesses individuais), a ênfase na organização do poder e a solução federalista eram aspectos atraentes, para este grupo, no modelo norte-americano. Era o projeto mais forte.

⁴³ FONSECA, 2005, p.33. [grifo nosso]

⁴⁴ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. Texto intitulado *Entre a Liberdade dos Antigos e a dos Modernos: a República no Brasil*. Segundo Carvalho, a opção pela República e por determinado modelo de república estava relacionada à solução que se desejava dar aos problemas do país. Também Maria Emília Prado destaca os vários projetos republicanos existentes no contexto que antecedeu o 15 de novembro. Segundo esta autora, “positivistas vinculados ao Apostolado, republicanos adeptos das idéias liberais, republicanos com tendências liberais democráticas, a alta oficialidade, os escalões inferiores do Exército, os que adotavam posições federalistas radicais, fazendeiros de áreas decadentes, intelectuais urbanos, fazendeiros do rico, vasto e promissor oeste paulista. Estas eram as personagens da trama republicana para a qual um mínimo compromisso foi preciso de modo a tornar viável o 15 de novembro. A mudança era ambiciosa. Vários eram, entretanto, os projetos republicanos” (PRADO, 2005, p.180).

⁴⁵ Sobre a busca de modelos externos, José Murilo de Carvalho afirma que o fenômeno é universal. “Isto não significa, no entanto, que ele não possa ser útil para entender uma sociedade particular. Que idéias adotar, como adotá-las, que adaptações fazer, tudo isto pode ser revelador das forças políticas e dos valores que predominam na sociedade importadora” (CARVALHO, 1999, p. 90). Referindo-se à importação de idéias, questão abordada por Carvalho em estudo sobre *O Positivismo Brasileiro e a Importação de Idéias*, este autor afirma se tratar de fenômeno complexo cuja análise envolve a discussão de elementos importantes. CARVALHO, José Murilo de. *O Positivismo Brasileiro e a Importação de Idéias*. In: GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; LEAL, Elisabete (Org.). *Revisitando o Positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998. No que se refere especificamente à circulação/movimentação de idéias no Brasil no período estabelecido para este estudo, José Murilo de Carvalho aponta que “a República não produziu correntes ideológicas próprias ou novas visões estéticas. Mas, por um momento, houve um abrir de janelas, por onde circularam mais livremente idéias que antes se continham no recatado mundo imperial. Criou-se um ambiente que Evaristo de Moraes chamou com felicidade de porre ideológico, e que poderíamos também chamar, sob a inspiração de Sérgio Porto, de maxixe do republicano doido. Nesse porre, ou nesse maxixe, misturavam-se, sem muita preocupação lógica ou substantiva, várias vertentes do pensamento europeu. Algumas delas já tinham sido incorporadas durante o Império, como o liberalismo e o positivismo; outras foram impulsionadas, como o socialismo; outras ainda foram somente então importadas, como o anarquismo”. CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.24.

O segundo projeto é a versão jacobina, atraente para um setor da população urbana, formada por pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes, e “[...] para quem o regime imperial aparecia como limitador das oportunidades de trabalho”.⁴⁶ Afastados do poder econômico e social, estes grupos eram atraídos pelas idéias, abstratas, de liberdade, igualdade e participação. A revolução e o povo nas ruas, projetos pretendidos pelos radicais da República, não tinham condições reais de acontecer.

O terceiro projeto é o positivista, projeto que atraía setores urbanos da população, principalmente professores, estudantes e militares.⁴⁷

⁴⁶ CARVALHO, 1999, p.94.

⁴⁷ Segundo o *Dicionário do Brasil Imperial (1822 – 1889)*, “o conjunto de idéias filosóficas denominado positivismo pelo seu próprio fundador, o francês Augusto Comte (1798-1857), ganhou terreno e adeptos no Brasil nas últimas décadas do século XIX. As academias militares, médicas, de engenharia e de direito foram os espaços intelectuais onde primeiro começaram a ser defendidas teses com base nos pressupostos teóricos de Comte. Augusto Comte (Isidore Auguste Marie François Xavier) nasceu na cidade francesa de Montpellier em 1798 e faleceu em Paris, em 1857. O positivismo, em termos gerais, tem como pressupostos básicos uma crença inabalável na ciência e no primado da razão. A história seria regida por leis imutáveis, científicas ou positivas, passíveis de apreensão por parte do homem, sendo que a lei fundamental seria a evolução. A trajetória evolucionária da humanidade estaria sujeita, para o positivismo, à lei dos três estados: teológico, metafísico e positivo. No primeiro, predominavam as crenças no sobrenatural; no segundo, o pensamento metafísico; no terceiro, o pensamento científico. A República seria o regime ideal para a transição em busca da fase final, pois ajudaria a superar a fase metafísica, típica das monarquias hereditárias, embasadas no direito divino dos reis”. ZENI, Maurício. Positivismo. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822 – 1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p.585-586. O encontro entre Comte e Clotilde Vaux, em 1845, produziu uma mudança profunda na obra de Comte, com a introdução de elementos religiosos e o predomínio do sentimento sobre a razão. Essa mudança no conjunto filosófico de Comte foi responsável por rupturas, inclusive no Brasil, entre os que adotaram sua obra filosófica em seu conjunto, incluindo os aspectos religiosos, e os que adotaram apenas a parte dita científica. Retomando as reflexões de José Murilo de Carvalho sobre a importação de idéias, este autor, referindo-se especificamente à importação do positivismo, destaca que havia mais de um positivismo já a partir de Comte, cujos seguidores optavam entre a adoção do sistema completo, incluindo a religião da humanidade, ou a adoção da parte “científica” do sistema. Partindo disso, Carvalho aponta que a importação do positivismo no Brasil poderia ocorrer ao nível de expressões e frases de efeito, de alguns valores ligados ao sistema comtiano (progresso na ordem, cientificismo, incorporação, entre outros), ou de idéias, como as fases da humanidade, por exemplo. Além da diversidade de positivismos importados e da variedade de formas de importação, Carvalho destaca a importância de analisar quem importou. No caso do positivismo, destaca os técnicos e cientistas, como engenheiros, médicos e matemáticos, por exemplo, e os militares. Como consequência, para o cenário nacional, da importação dos “positivismos”, o autor aponta o grande peso adquirido pela retórica cientificista no plano intelectual, a introdução e reforço da idéia de executivo forte e dominante no campo político, e a idéia de sociedade incorporadora, includente, no campo social. Consideramos importante destacar ainda as seguintes palavras do autor sobre o fenômeno da importação de idéias: “É preciso atenção aos modos, conteúdo, objetivos e consequências da recepção, e a quem recebe. Mesmo sistemas fechados de pensamento, como o positivismo, podem ser absorvidos de maneira distinta por pessoas distintas e com consequências distintas. As mesmas idéias podem em alguns casos reforçar valores preexistentes, em outros desafiar-los, servir à conservação ou à mudança. As consequências das idéias podem não ter relação alguma com os objetivos de quem inicialmente as adotou, se é que este alguém tinha algum objetivo além do simples consumo individual. Não se trata, portanto, de dizer se as idéias estão ou não em seu lugar. Elas circulam e são apropriadas das maneiras mais variadas” (CARVALHO, 1998, p.26).

O arsenal teórico positivista possuía armas muito úteis. A começar pela condenação da monarquia em nome do progresso. Pela lei dos três estados, a monarquia correspondia à fase teológico-metafísica, que devia ser superada pela fase positiva, cuja melhor encarnação era a República. A separação da Igreja e do Estado era também uma demanda atraente para este grupo [...].⁴⁸

Idéias como a ditadura republicana (Poder Executivo forte e intervencionista) e a incorporação do proletariado, política social a ser implementada pelo Estado, também eram atraentes para os adeptos deste projeto. Os positivistas seriam os protagonistas do regime no campo espiritual; os empresários, no campo material. Em texto intitulado *O pecado original da República*, Carvalho afirma que “os positivistas não admitiam direitos, apenas deveres. O dever do povo, ou dos trabalhadores, era trabalhar, o dever dos empresários e o do Estado era cuidar do bem-estar do povo”.⁴⁹ A pátria, a família e a mulher também eram muito valorizadas pelos positivistas. Como nomes importantes do positivismo no Brasil, podemos destacar Benjamin Constant, Miguel Lemos e Teixeira Mendes, fundadores, com alguns outros nomes, da primeira sociedade positivista brasileira em 1876⁵⁰.

Por um lado, a relação entre o positivismo e a proclamação da República pode ser vista como convergente, já que o regime republicano era defendido pelos positivistas, assim como a separação entre a Igreja e o Estado e o casamento civil que foram implementados com a proclamação. Por outro lado, idéias como a obrigação dos ricos em proteger os pobres e a proteção dos índios não encontraram receptividade. De acordo com Maurício Zeni, “embora atuantes, sua contribuição acabou rendendo mais frutos na busca de símbolos cívicos para a nova República [...]”⁵¹, o que fica evidenciado na bandeira republicana, com sua inscrição “Ordem e Progresso”, uma das contribuições dos positivistas.⁵²

⁴⁸ CARVALHO, 1999, p.95.

⁴⁹ CARVALHO, José Murilo de. O pecado original da República. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 1, n.5, p.21, nov. 2005.

⁵⁰ Sobre a criação da primeira sociedade positivista brasileira, em 1876, Beatriz Teixeira Weber afirma que esta era “[...] uma sociedade de pessoas que se declaravam positivistas em diferentes graus, o que deu origem ao Apostolado Positivista, a partir da proposta de união dos dois grupos [de Miguel Lemos e de Teixeira Mendes]” (WEBER, 1999, p.35). O Apostolado Positivista aderiu à “religião da humanidade” defendida por Pierre Laffitte em 1877. Adotaram uma rígida hierarquia que incluía, entre outros aspectos, a proibição da ocupação de cargos públicos.

⁵¹ ZENI, 2002, p.587.

⁵² José Murilo de Carvalho, em estudo intitulado *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, afirma que também entre nós, brasileiros, observou-se uma batalha de símbolos e alegoria pelo imaginário republicano, batalha esta que fez parte das batalhas ideológica e política. Segundo Carvalho, “a elaboração de

A proclamação da República ocorreu oficialmente no dia 15 de novembro de 1889. A primeira Constituição Republicana Brasileira, de 1891, inspirou-se no modelo norte-americano, consagrando a República Federativa Liberal, com um sistema presidencialista de quatro anos de mandato. Os estados ficaram autorizados a exercer atribuições diversas, como contrair empréstimos no exterior e organizar forças militares e justiça próprias. O voto passou a ser direto e universal, e todos os brasileiros maiores de 21 anos, excluídas categorias como os analfabetos, os mendigos, os praças militares e as mulheres, poderiam votar. Houve a separação entre a Igreja e o Estado, entre outras transformações. A União manteve, entre outras atribuições, o direito de criar bancos emissores de moeda, a arrecadação de impostos de importação. O Legislativo estava dividido em Câmara dos Deputados e Senado. O Senado deixou de ser vitalício.

Gostaríamos de destacar ainda que em textos como *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi* e *O pecado original da República*, José Murilo de Carvalho não apenas apresenta os projetos para a República, mas também analisa como a democracia política, prometida pelas correntes jacobina e liberal-federalista, foi posta em prática pelo novo regime. Retomando os projetos, pode-se definir da seguinte forma o papel da participação política popular em cada um deles: a corrente jacobina enfatizava a participação popular, a corrente liberal-federalista admitia alguma participação popular, e a corrente positivista não previa papel ativo para o povo na República. Ainda segundo o autor,

um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo”. CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.10. José Murilo de Carvalho analisa, entre outros aspectos, a bandeira nacional, que Maurício Zeni aponta como influência e contribuição positivistas. No sexto capítulo, intitulado *Os positivistas e a manipulação do imaginário*, Carvalho afirma, sobre os positivistas, que “eles se envolveram intensamente em todas as batalhas simbólicas aqui discutidas: as do mito de origem, do herói, da alegoria feminina, da bandeira. [...] Constituíram, sem dúvida, o grupo mais ativo, mais beligerante, no que diz respeito à tentativa de tornar a República um regime não só aceito como também amado pela população. Suas armas foram a palavra escrita e os símbolos cívicos. [...] Há pelo menos dois pontos que podem ajudar a entender sua atuação. O primeiro e mais óbvio é a própria doutrina comtista; o segundo é a concepção dos ortodoxos sobre a tática política que deveria ser adotada no Brasil para levar adiante as reformas indicadas por Comte” (CARVALHO, 1990, p.129). Explorando o primeiro ponto – o imaginário comtista – Carvalho destaca a presença dos elementos utópicos, religiosos e a valorização da expressão artística no pensamento de Comte. Referindo-se ao segundo ponto – a concepção dos ortodoxos sobre a tática política a ser adotada no Brasil – Carvalho afirma que “a junção da doutrina comtista com a visão estratégica dos ortodoxos fez desses positivistas os principais manipuladores de símbolos da República. Se a doutrina lhes dava o conteúdo da simbologia, a concepção estratégica impulsionava-os para a ação com maior urgência do que a sentida pelos positivistas franceses, ou europeus em geral, mesmo os de convicção comtiana. O Brasil se lhes apresentava como às portas de grandes transformações, talvez mesmo de verdadeiro salto na seqüência das fases evolutivas. Além disso, viam-se em posição privilegiada para apressar a marcha da história. [...] Se a ação tinha de se basear no convencimento, impunha-se o uso dos símbolos” (CARVALHO, 1990, p.139).

Um ponto central da propaganda republicana era a idéia de autogoverno, do povo governando a si mesmo, do país se autodirigindo, sem necessidade de uma família real de origem européia e de um imperador hereditário. Das três correntes principais da propaganda, a jacobina era a que atribuía maior protagonismo ao povo.⁵³

Para analisar a efetiva participação popular no sistema político inaugurado com a República, Carvalho apresenta alguns dados numéricos importantes. O censo de 1920 apontava a população brasileira em 30,6 milhões. Para saber quantos desses cidadãos eram também cidadãos políticos, devem ser excluídos desse total os analfabetos (75,5% da população), as mulheres, os estrangeiros e os menores de 21 anos. Feitos os cálculos, restam 2,4 milhões de brasileiros legalmente autorizados a participar do sistema político por meio do voto. “Se eram poucos os que podiam votar, menos ainda eram os que de fato votavam.”⁵⁴ O autor apresenta uma abstenção de 40% nas eleições presidenciais de 1910, disputadas entre Rui Barbosa e Hermes da Fonseca. Votar podia ser perigoso (Rio de Janeiro – capangas a serviço dos candidatos), e as fraudes também não eram exatamente um “incentivo” à prática do voto. Mas, para o autor, a baixa participação popular nos processos eleitorais não significava que o povo fosse apático ou inexistente.

Por fora do sistema legal de representação, havia ação política, muitas vezes violenta. Entre os poucos que votavam, os que escolhiam não votar e os muitos que não podiam votar, havia o que eu chamo de povo da rua, isto é, a parcela da população que agia politicamente, mas à margem do sistema político, e às vezes contra ele.⁵⁵

⁵³ CARVALHO, 2005, p.20-21.

⁵⁴ Ibidem, p.22.

⁵⁵ Ibidem, p.22. Marcelo de Souza Magalhães, em texto intitulado *Repensando política e cultura no início da República: existe uma cultura política carioca?*, questiona a interpretação feita por José Murilo de Carvalho sobre a política carioca em *Os bestializados*. Segundo Magalhães, “[...] defende-se aqui a existência de uma importante vida política na Capital Federal, tanto no que diz respeito à atuação dos representantes quanto dos representados. Rejeita-se, portanto, a interpretação de que o povo optou por não participar da República, porque ‘sabia’ que ela não era ‘progressista’. Ao contrário, a análise da documentação produzida pelo Poder Legislativo municipal permite supor que o povo, além de ter atuado nas várias repúblicas (festas religiosas, entrudo etc.), também atuava no campo político-institucional, apesar do regime republicano ter-se configurado segundo um modelo excludente e restritivo de cidadania. Modelo esse, aliás, compartilhado internacionalmente na época”. MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Repensando política e cultura no início da República: existe uma cultura política carioca?* In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p.295.

O autor exemplifica o “agir politicamente à margem do sistema político” citando a Revolta da Vacina⁵⁶ e Canudos, entre outros episódios.

O povo da rua era quase sempre tratado à bala, mas Carvalho apresenta ainda outra forma empregada para lidar com os excluídos na República: através dos missionários do progresso, como Oswaldo Cruz⁵⁷, que viam no povo uma “[...] massa inerte e analfabeta a ser tratada, corrigida e civilizada”.⁵⁸ A Primeira República (1889 – 1930) não cumpriu as promessas de propaganda, de ampliação da participação política, de autogoverno do povo. Como afirmou Maria Emília Prado, “os republicanos prometeram um tempo de liberdade e progresso, mas a república se apresentava excludente e hierarquizada nos progressos materiais que viabilizava”.⁵⁹

A Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, por sua vez, teve clara inspiração positivista. Proclamada em nome da família, da pátria e da humanidade (sem menção a Deus), estabeleceu o predomínio completo do Executivo e uma Assembléia dos Representantes com atribuições apenas orçamentárias. A influência positivista no Rio Grande do Sul é explicada por José Murilo de Carvalho pela tradição militar do estado e pelo fato de os republicanos gaúchos constituírem minoria e precisarem de disciplina e coesão para se impor. Boris Fausto

⁵⁶ A Revolta da Vacina ocorreu no Rio de Janeiro em 1904, e seu estopim foi a decretação da vacinação antivariolosa obrigatória. Segundo Micael M. Herschmann e Carlos Alberto Messeder Pereira, “a rebelião foi a manifestação de uma população insatisfeita com uma série de medidas autoritárias que iam desde uma política deflacionária e desapropriações de imóveis na área central da capital até a ‘invasão da privacidade’ efetuada pelos batalhões de sanitaristas de Oswaldo Cruz, com os quais estes segmentos sociais dificilmente poderiam se identificar”. HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Org.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p.28. Segundo José Murilo de Carvalho, a Revolta da Vacina pode ser vista como uma reafirmação de valores tradicionais, uma reação às “missões civilizadoras”. Segundo o autor, a revolta desencadeou um vasto e profundo protesto, com “revoltas dentro da revolta”, como os consumidores de serviços públicos, por exemplo, manifestando seu descontentamento contra as companhias prestadoras de serviços (CARVALHO, 1997, p.138; CARVALHO, 1999, p.117).

⁵⁷ Oswaldo Cruz (1872-1917) formou-se doutor em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1892, com a tese “Veiculação Microbiana pelas Águas”. Especializou-se, em 1896, em Bacteriologia no Instituto Pasteur de Paris. Foi diretor de Manguinhos, bem como da Diretoria Geral de Saúde Pública (1903 – 1909). É importante destacar que Manguinhos tornou-se, no início do século XX, um importante centro de pesquisas, com destaque para os trabalhos realizados no combate à febre amarela e na sanitização das cidades. Recebeu a medalha de ouro pelo saneamento do Rio de Janeiro no XIV Congresso Internacional de Higiene e Demografia de Berlim em 1907. Foi eleito, em 1913, para a Academia Brasileira de Letras. Oswaldo Cruz faleceu em 1917. Informações sobre a vida e o trabalho de Oswaldo Cruz podem ser encontradas nas páginas eletrônicas da Fundação Oswaldo Cruz (Disponível em: <<http://www.fiocruz.br>>) e da Biblioteca Virtual Oswaldo Cruz (Disponível em: <<http://www2.prossiga.br/ocruz>>). Informações sobre Manguinhos estão em SCHWARCZ, 1993, p.25.

⁵⁸ CARVALHO, 2005, p.24.

⁵⁹ PRADO, 2005, p.216.

também apresenta esta argumentação como possibilidade de explicação. Acrescente-se a isto o fato de governantes gaúchos, como Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, terem estudado na Faculdade de Direito paulista, local de circulação de idéias positivistas.

A proclamação da República criou condições para que chegasse ao poder, no Rio Grande do Sul, o Partido Republicano Rio-grandense. O Partido foi fundado em 1882 e teve como principais líderes os já citados Júlio Prates de Castilhos e Antônio Augusto Borges de Medeiros. Como características bastante gerais do PRR, orientado pelo positivismo, poderíamos destacar os princípios da “Ordem e Progresso”, “Incorporação”, “Ditadura Republicana”, “Equilíbrio Orçamentário”, “Cientificismo”, “Educação” e “Liberdade Profissional e Religiosa”. No governo do PRR, positivista, o progresso ocorreria dentro da ordem; haveria a cooperação, integração e incorporação das classes; o Executivo seria forte e dominante, e não haveria nenhuma despesa sem receita. Os republicanos gaúchos influenciados pelos ideais positivistas depositaram muita fé nas ciências. Na área da educação, o estado responsabilizou-se pelo ensino primário, laico e gratuito. Durante o governo do PRR, instituiu-se a liberdade profissional e religiosa, que estabelecia que não era dever do governo regular a prática das profissões, como a medicina, e nem a adoção desta ou daquela religião. Para os fins deste estudo, concentrar-nos-emos em aspectos relacionados ao cientificismo, à liberdade profissional e à educação.⁶⁰

1.2 OS “HOMENS DA CIÊNCIA” E DA SAÚDE

A proclamação da República, em 1889, transformou palavras como “modernidade”, “urbanização”, “civilização” e “reforma” em objetivos das elites brasileiras. Saíamos de uma sociedade de tipo escravista e iniciávamos o processo de construção de uma sociedade

⁶⁰ Para discussões sobre o Partido Republicano Rio-grandense e sobre a influência do positivismo no Rio Grande do Sul apontamos, entre outros estudos, GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; LEAL, Elisabete (Org.). *Revisitando o Positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998; FRANCO, Sérgio da Costa. *Júlio de Castilhos e Sua Época*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS; MEC/SESu/PROEDI, 1988; LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975; PINTO, Celi Regina J. *Positivismo: Um Projeto Político Alternativo (RS: 1889 – 1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986; BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. In: DACANAL, José; GONZAGA, Sergius (Org.). *RS: Cultura e Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p.34-59; BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, cap. 9; AXT, Gunter et al (Org.). *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

capitalista urbano-industrial. Buscava-se, de preferência, uma modernização “à européia”, pois “o Estado Republicano estava preocupado em impor uma racionalidade que correspondesse às transformações sociais, econômicas e políticas ocorridas na Europa no último quartel do século XIX”.⁶¹

Juntamente com o capital estrangeiro investido no Brasil, resultado do desenvolvimento sem precedentes da segunda Revolução Industrial, o país recebeu também um conjunto de valores e modelos. Para podermos competir no mercado internacional, “civilizar-se” era uma necessidade. Desenvolver e inovar na área das ciências era “crucial para o destino da nação”. Micael M. Herschmann e Carlos Alberto Messeder Pereira desenvolvem, em estudo organizado sobre a invenção do Brasil moderno, aspectos relacionados à educação, à engenharia e à medicina e apresentam os especialistas ou cientistas como “artífices ou porta-vozes” da modernização. Mesmo concentrando os estudos nas décadas de 1920 e 1930, Herschmann e Pereira fornecem informações importantes para compreender o período inicial da República. A reformulação dos espaços urbanos, dos valores e comportamentos da população era a missão desses especialistas. Através da reorganização urbana, buscar-se-ia, por exemplo, a internalização dos novos valores pela projeção externa, pública, destes modelos.

Médicos higienistas e sanitaristas⁶², também objetos deste trabalho, invadiam a privacidade dos lares objetivando a normatização, ou seja, homens e mulheres higiênicos e sadios, aptos a desempenharem “[...] tanto seus papéis como produtores quanto como reprodutores e guardiões de proles sãs e de uma raça ‘sadia’ e ‘pura’”.⁶³ O Brasil experimenta, no período, o que Lilia Moritz Schwarcz denominou de “a época dos grandes projetos de saneamento”, que alcançavam distintos espaços e “prescrevem hábitos alimentares,

⁶¹ HERSCHMANN, PEREIRA, 1994, p.26.

⁶² Diferenciando médicos higienistas e sanitaristas, Lilia Moritz Schwarcz afirma que “nesse momento [passagem do século XIX para o XX], conectada à noção de higiene, aparecia a idéia de saneamento: caberia aos médicos sanitaristas a implementação de grandes planos de atuação nos espaços públicos e privados da nação, enquanto os higienistas seriam os responsáveis pelas pesquisas e pela atuação cotidiana no combate às epidemias e às doenças que mais afligiam as populações. No entanto, essa divisão entre sanitaristas – responsáveis pelos grandes projetos públicos – e higienistas – vinculados diretamente às pesquisas e à atuação médica mais individualizada – funcionou, muitas vezes, de maneira apenas teórica. Na prática, as duas formas de atuação apareceram de modo indiscriminado” (SCHWARCZ, 1993, p.206).

⁶³ HERSCHMANN, PEREIRA, 1994, p.48-49.

indumentárias, costumes. Buscam a disciplina no uso de lugares públicos, pedem a educação higiênica na mais tenra idade”.⁶⁴

Mas as transformações idealizadas pelas elites não seriam facilmente implementadas.

A sociedade, evidentemente, não respondeu homogeneamente a essas “reformas”, uma vez que a maioria da população ainda organizava suas vidas de acordo com valores tradicionais, clientelistas, bem longe do modelo de estrutura social oferecido pelo Estado.⁶⁵

É interessante destacar que José Murilo de Carvalho aponta, em escrito intitulado *Brasil 1870-1914: A Força da Tradição*⁶⁶, que o Brasil era um país predominantemente rural no período inicial da República.⁶⁷ Em 1920, por exemplo, as cidades com mais de 20 mil habitantes representavam 13% da população, e este mundo rural possuía valores diferentes dos das elites modernizantes urbanas. “Este mundo, assim como essa república, da qual estavam excluídos 95% dos cidadãos, nada tinham de moderno. Era um mundo de analfabetismo, de trabalho semi-servil, de ausência de direitos, de paternalismo.”⁶⁸

Tanto o estudo de Herschmann e Pereira, quanto o estudo de Nilson do Rosário Costa em *Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil (1889-1930)*, entre outros, relacionam diretamente o desenvolvimento das políticas de saúde no Brasil aos

⁶⁴ SCHWARCZ, 1993, p.207.

⁶⁵ HERSCHMANN, PEREIRA, 1994, p.27-28.

⁶⁶ CARVALHO, 1999, p.107-129.

⁶⁷ Maria Emília Prado afirma que, nos anos iniciais da República, “a cidade ainda era um espaço pouco familiar para a imensa maioria da população brasileira” (PRADO, 2005, p.213).

⁶⁸ CARVALHO, 1999, p.116. Abordando a força da tradição e o que era considerado moderno pelas elites brasileiras, José Murilo de Carvalho aponta que “a força da tradição não se revelava apenas na reação às mudanças. Ela estava presente no próprio conteúdo do que era visto e considerado como moderno pelos setores da elite. Na época de que nos ocupamos, moderno, modernidade, modernização significava muita coisa. Eram as novidades tecnológicas: a estrada de ferro, a eletricidade, o telégrafo, o telefone, o gramofone, o cinema, o automóvel, o avião; eram as instituições científicas: Manguinhos, Butantã, a Escola de Minas, as escolas de Medicina e Engenharia; eram as novas idéias, o materialismo, o positivismo, o evolucionismo, o darwinismo social, o livre cambismo, o secularismo, o republicanismo; era a indústria, a imigração européia, o branco; era a última moda feminina de Paris, a última moda masculina de Londres, a língua e a literatura francesas, o dândi, o flâneur; e era também o norte-americano, o pragmatismo, o espírito de negócio, o esporte, a educação física. Antigo, tradicional, atrasado, era o português, o colonial, o católico, o monárquico; era o índio, o preto, o sertanejo; era o bacharel, o jurista, o padre, o pai-de-santo; era o centralismo político, o parlamentarismo, o protecionismo, o espiritualismo, o ecletismo filosófico. Todos os elementos mencionados acima podiam ser parte do conceito de moderno, mas a maneira pela qual se combinavam é que vai dar o sentido da modernidade, seu maior ou menor grau de rompimento com a tradição” (CARVALHO, 1999, p.119-120). Ainda segundo Carvalho, ao definir o que a modernidade brasileira não era, aponta que esta não incorporava as idéias de democracia e igualdade, sendo “alérgica” ao povo.

interesses econômicos e políticos das classes dominantes nacionais: promoção do mercado, do trabalho assalariado, etc. Houve, no período em questão, uma grande valorização do trabalho em detrimento do ócio. O trabalho era apresentado como “obrigação social” e “fator de progresso”. Segundo Nilson do Rosário Costa, “a documentação existente indicou que a ação de saúde pública foi um instrumento de importância central para a preservação da força de trabalho e a criação de condições mínimas de **salubridade**⁶⁹ em diversas regiões do país”.⁷⁰

Voltando aos médicos higienistas e sanitaristas, pouco a pouco estes elementos “adquirem uma crescente participação no aparato governamental, seja dirigindo o serviço sanitário, seja definindo dispositivos estratégicos de regulação dos comportamentos e da vida íntima dos diversos setores da sociedade”.⁷¹ Era necessário ensinar ao trabalhador e à sua família a “pedagogia da virtude” – ou seja, ser bom trabalhador, membro de uma família, moralizado, higienizado – buscando eliminar práticas “selvagens e promíscuas”, “resquícios de um passado indígena e colonial”.

A proclamação da República reforçou o processo de modernização e urbanização e inaugurou um projeto de salubridade para o Brasil, com o remodelamento das cidades, instalação de redes de água e esgoto, alargamento das ruas e derrubada de cortiços. Sobre este processo em São Paulo, Heloísa Helena Pimenta Rocha afirma que

Em sua itinerância pelas ruas de São Paulo, esses novos habitantes [fazendeiros enriquecidos, ex-escravos, brancos pobres e imigrantes] vão

⁶⁹ “Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde” (FOUCAULT, 2003, p.93).

⁷⁰ COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985, p.17. [grifo nosso]

⁷¹ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar: Brasil 1890 – 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.120. É importante destacar que Herschmann e Pereira apontam que, junto com a entrada em cena dos médicos, observa-se a ascensão dos engenheiros e dos educadores no campo intelectual (HERSCHMANN, PEREIRA, 1994). No caso da administração pública do Rio Grande do Sul pelo PRR, é possível observar a ascensão destas personagens na burocracia estadual. Médicos como Protasio Alves e Carlos Barbosa Gonçalves ocuparam, entre outros cargos, a presidência do RS. Encontramos também grande número de engenheiros ocupando cargos na Secretaria das Obras Públicas do Rio Grande do Sul. Os advogados, como Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros, também ocuparam cargos de destaque na administração pública gaúcha. Odaci Luiz Coradini realizou interessante trabalho abordando, entre outros aspectos, a ocupação de cargos político-partidários pela elite médica gaúcha. CORADINI, Luiz Odaci. O recrutamento da elite, as mudanças na composição social e a ‘crise da medicina’ no Rio Grande do Sul. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol.4, n.2, p.265-286, jul./out. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>.

construindo novos cenários, fazendo surgir elegantes cafés e confeitarias, luxuosas casas comerciais, atraentes vitrines e prósperas indústrias. Edificando suntuosos palacetes, majestosos prédios públicos, rasgando largas ruas e avenidas. Demolindo tudo que lembrasse o passado e, em seu lugar, erigindo os símbolos do progresso e da civilização. Entretanto, nem só de luxo e bom gosto se tecem os fios dessa história. Doenças, fome, miséria, desemprego comporão a face menos nobre desse empreendimento civilizatório.⁷²

Como fica claro pela transcrição acima, ao lado do novo, do moderno, São Paulo assistiu à disseminação da pobreza e da miséria. Os cortiços e habitações coletivas representavam, por exemplo, de acordo com médicos e governantes, uma ameaça gravíssima à São Paulo que se desejava construir. A autora destaca a atuação do Conselheiro Antônio da Silva Prado⁷³ na prefeitura da Capital, entre os anos de 1899 e 1910, nos projetos de modernização de São Paulo.

Já com relação ao Rio de Janeiro, José Murilo de Carvalho destaca as atuações do prefeito Pereira Passos⁷⁴ e do médico Oswaldo Cruz na busca pelo “progresso”. Segundo este autor

A mais espetacular missão urbana foi a reforma e o saneamento da cidade do Rio de Janeiro, empreendidos pelo engenheiro Pereira Passos e pelo médico Oswaldo Cruz, a partir de 1903. Um novo porto foi construído, ruas foram alargadas ou abertas, centenas de casas demolidas. Uma avenida rasgou o ventre da velha cidade colonial expulsando gente, alterando o transporte, mudando a cara da cidade. O prefeito Passos quis ainda mudar os hábitos da população para que a cidade também nisto se parecesse com o modelo

⁷² ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Higiene de São Paulo (1918 – 1925)*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2003b, p.25.

⁷³ Conselheiro Antônio da Silva Prado (1840 – 1929), político, comerciante e industrial pertencente à tradicional família paulista, ocupou, entre outros cargos, a prefeitura de São Paulo de 1899 a 1911. Sua administração está associada à urbanização e à busca por dar uma feição européia à cidade. Dentre as realizações de seu governo, está a construção do Teatro Municipal. Informações sobre a vida e atuação política de Antônio da Silva Prado podem ser encontradas nas páginas eletrônicas do Senado e do governo de São Paulo. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>> e <<http://www.prodiam.sp.gov.br>>.

⁷⁴ Francisco Pereira Passos (1936 – 1913), “engenheiro de origem aristocrática, com longa experiência em obras públicas, que estudara em Paris na época das reformas produzidas pelo barão de Hausmann”, assumiu a prefeitura da capital federal em 1902, com a incumbência de reformar a cidade, o que realizou através da remodelação arquitetônica das edificações, da abertura de avenidas, de mudanças no tráfego urbano, entre outras alterações. Informações sobre Francisco Pereira Passos e a reforma realizada na capital federal podem ser encontradas na página eletrônica da Biblioteca Virtual Oswaldo Cruz. Disponível em: <<http://www2.prossiga.br/ocruz>>.

parisiense. Recolheu mendigos, mandou tirar vacas e cães das ruas, proibiu cuspir nas ruas e dentro dos veículos.⁷⁵

Cidades importantes como São Paulo e Rio de Janeiro viviam projetos de modernização e civilização, mas a situação geral da saúde no país caracterizava-se pela propagação de epidemias, falta de serviços de atendimento à população, precariedade dos recursos e necessidade de verbas especiais em situações de emergência.⁷⁶ Como veremos, a situação não era melhor no Rio Grande do Sul ou em Porto Alegre.

A situação da saúde era precária no estado, não havendo grandes transformações durante o período inicial da República. O Rio Grande do Sul, no período delimitado para o estudo, não possuía uma tradição de escola médica e também não havia passado por um processo de crescimento e modernização, diferentemente do Rio de Janeiro. O estado inseriu-se tardiamente no restante do país e produzia basicamente para o mercado interno, sofrendo, por isso, certo descaso das políticas oficiais. O RS foi marcado, culturalmente, pela imigração de vários grupos europeus durante o século XIX, pela presença de diversas nações africanas (diversidade cultural) e pelo intercâmbio com os países vizinhos.⁷⁷

Sobre o posicionamento do Partido Republicano gaúcho em relação às questões da saúde, Beatriz Teixeira Weber afirma que as medidas para evitar a propagação de doenças foram restritas.⁷⁸ Mantiveram-se, até 1920, apenas atitudes cotidianas de limpeza da cidade. Os tão almejados projetos de esgoto que aparecem com frequência nos Relatórios da Diretoria de Higiene, por exemplo, só começaram a ser implementados em 1920. De orientação positivista, os membros do PRR possuíam uma fé inabalável na ciência como fatora do

⁷⁵ CARVALHO, 1999, p.111.

⁷⁶ WEBER, 1999. Éder Silveira afirma que “a cidade, com seus vícios e ambigüidades, foi, durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX, amplamente explorada tanto pelos poetas e escritores quanto pelos cientistas sociais. A Berlim de Georg Simmel, a Paris de Baudelaire e, mais tarde, de Walter Benjamin, as cidades coloniais e imperiais brasileiras de Gilberto Freyre, de prismas diferentes, chamaram atenção por seu caráter múltiplo, por suas temporalidades diversas e pela variedade de seus espaços. Mais do que isso, pronunciavam-se, diante do olhar esquadrinhador e higienista dos gestores sociais, como um espaço a ser controlado, um espaço cujas reentrâncias deveriam ser transformadas em linhas retas, espaços de visibilidade e de controle. O olhar ‘medicalizador’, ao entrar na cidade visando limpá-la ao participar de sua concepção, como enfatizou Michel Foucault, tinha como principal objetivo analisar ‘os lugares de acúmulo e amontoamento de tudo que, no espaço urbano, pode provocar doença, lugares de formação e difusão de fenômenos epidêmicos ou endêmicos’”. SILVEIRA, Éder. *A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005, p.98-99.

⁷⁷ WEBER, 1999, p.24.

⁷⁸ *Ibidem*, p.32.

progresso.⁷⁹ No Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior de 1897, encontramos as palavras do então Secretário João Abbott, que, referindo-se à saúde pública, exemplificam essa fé na ciência.

A sciencia não é privilegio de nenhuma raça ou nação. O brasileiro de tudo é capaz, tudo apprehende, tudo observa e tudo póde ensinar. [...] Não poupe o Governo, como tem feito, despezas para criação e organização do serviço, e dentro em pouco estarão ultrapassados os limites que hoje nos são impostos pelo preconceito, pela ignorancia e pela má vontade. O Rio Grande progride e ninguem poder-lhe-á entorpecer a marcha. Elle sabe que o seu logar é na vanguarda da sciencia e da industria, e que caber-lhe-á a primazia entre os que lutam pela verdade e respeito ás leis que regem o homem e a sociedade. Abnegação pelos outros, esquecimento do eu, vida collectiva, sociedade, humanidade, é a Escola do Rio Grande do Sul. Muito pelo Rio Grande; mais pelo Brasil e muito mais pela Humanidade.⁸⁰

A busca pela “modernização à européia” e a valorização da ciência, exemplificada no parágrafo acima transcrito, também aparecem sob outras formas, como a realização de levantamentos e estatísticas e as constantes comparações entre os índices dos estados e cidades brasileiras entre si ou em relação a outros países.

Calculando se a população da cidade [Porto Alegre] em 60.000 habitantes, temos uma proporção de 37,4 de mortes por mil habitantes; mortalidade

⁷⁹ “Augusto Comte formulou uma complexa teoria, utilizando os conhecimentos do seu tempo, concebendo uma filosofia baseada na ciência. Os pontos mais destacados dessa filosofia são relativos ao método, que procura a evidência dos fatos, subordinando a imaginação e a argumentação à observação, buscando o enunciado das leis universais que regem os fenômenos. Sua filosofia da história baseia-se na lei dos três estágios, em que todas as ciências e o espírito humano, como um todo, desenvolvem-se passando pelas fases teológica, metafísica e positiva. No estágio positivo, as ciências realizariam a investigação do real, marcando a passagem do poder espiritual para as mãos dos sábios e cientistas, e do poder material para o controle dos industriais. Sua classificação das ciências estende-se da mais simples à mais complexa, estabelecendo a seqüência até a que alcança a totalização do saber, realizada pela Sociologia, passando pela Matemática, Astronomia, Física, Química e Biologia. Na Sociologia, o conhecimento distingue-se entre a estática e a dinâmica sociais. A primeira estudaria as condições constantes da sociedade; a segunda investigaria as leis do seu progressivo desenvolvimento. A idéia fundamental da estática é a ordem; a da dinâmica, o progresso, sendo a dinâmica social subordinada à estática, pois o progresso provém da ordem e aperfeiçoa os elementos permanentes de qualquer sociedade, que são a religião, a família, a propriedade e a linguagem” (WEBER, 1999, p.34). Ainda segundo Weber, vários autores destacam uma descontinuidade no pensamento de Comte após seu encontro com Clotilde de Vaux, havendo a incorporação de elementos místicos. Após a morte de Comte (1857), houve uma cisão entre seus seguidores: Pierre Laffitte (aceitação da doutrina comtiana em sua totalidade) e Paul – Émile Littré (desprezo ao movimento religioso proposto por Comte, adotando apenas a metodologia científica e a filosofia política). A penetração do positivismo no Brasil ocorreu através de Benjamin Constant e a Escola Militar. Miguel Lemos e Teixeira Mendes foram figuras exponenciais na propagação do positivismo no Brasil. A feição religiosa teria sido a predominante no Rio Grande do Sul. Os princípios positivistas foram adotados de forma adaptada, adequando-se às necessidades e objetivos dos grupos que os adotaram, o que permitiu o aparecimento de ambigüidades e choques.

⁸⁰ SIE.3 – 004 (Introdução, 1897, p.11).

muitissimo grande, attendendo que Rio de Janeiro, com a sua reputação de insalubre, tem uma media de 30 a 31 e nas cidades onde os preceitos de hygiene são applicados com rigor a mortalidade tem descido, como em Londres, a 19.⁸¹

Os índices de mortalidade da cidade de Porto Alegre eram considerados bastante elevados, como podemos observar na transcrição do Relatório. Segundo Beatriz Teixeira Weber, em 1913, o índice da mortalidade (coeficiente de mortalidade por mil habitantes) em Porto Alegre era de 25.70, o Rio de Janeiro possuía um índice de 20.85, Londres, de 14.62 e Buenos Aires, de 15.50.⁸² A comparação com a Europa⁸³ também aparece nos Relatórios, quando o Diretor de Higiene apresenta os cálculos de quanto se perdia com a doença e a morte, já que significavam a interrupção da ação produtiva.

Ora, como já tive ocasião de dizer, avaliando, como fizeram os ingleses, a vida de cada homem em uma certa quantia e tomando por base (valor minimo dado pelos economistas) um conto de réis, eu concludo que mais de mil contos de réis serão perdidos aqui em Porto Alegre por anno, emquanto não se puzerem em execução trabalhos de saneamento como os que se fazem nos grandes centros.⁸⁴

Para os dirigentes positivistas, o cidadão deveria ser educado nos princípios da ciência e, esclarecido, tomaria as decisões relativas à sua saúde e à da sua família. Esse princípio está diretamente relacionado ao ideal, já citado, da liberdade profissional e religiosa defendida pelo Apostolado Positivista. De acordo com esse ideal, não caberia ao governo republicano regular as profissões e as crenças da população. Ao governo caberia o longo processo de educação da população – moralização dos indivíduos pela tutela do Estado – , e esta população instruída regularia as profissões de acordo com suas preferências.

O princípio de separação entre os poderes temporal e espiritual foi fundamental para articular a visão sobre saúde tida pelos positivistas que assumiram o governo gaúcho. Não apoiavam qualquer intervenção que

⁸¹ SIE.3 – 001 (Higiene, 1893, p.95).

⁸² WEBER, 1999, p.62.

⁸³ Equipamentos para os Laboratórios de Desinfecção, Química e Bromatologia e de Bacteriologia também eram importados da Europa (Relatórios da Diretoria de Higiene). O Instituto Pasteur foi fundado, no RS, durante o governo de Carlos Barbosa (1908 – 1913) (WEBER, 1999, p.55).

⁸⁴ SIE.3 – 001 (Higiene, 1894, p.98).

ferisse a liberdade de escolha de cada indivíduo em seu cotidiano. O poder temporal podia apenas incentivar a educação baseada na ciência.⁸⁵

A reorganização social ocorreria em escalas, atingindo primeiramente as idéias, depois os costumes e, por último, as instituições. Não caberia ao Estado interferir em questões individuais. Essa questão atingia diretamente os médicos, pois, no estado, qualquer pessoa poderia praticar a arte da cura, devendo, para isso, apenas inscrever-se na Diretoria de Higiene mediante o pagamento de uma taxa. Deveriam ser multados os que exercessem a medicina sem a inscrição ou que cometessem algum erro, mas essa fiscalização simplesmente não acontecia.

Para o serviço da medicina registraram suas cartas 4 médicos formados em faculdades da República, 5 por universidades estrangeiras e 38 que não exibiram título de habilitação. Para o exercício de farmácia 2, que exibiram cartas, 1 pela faculdade do Rio de Janeiro e outro pela da Bahia, e 7 que não apresentaram título de habilitação. Para o da arte obstétrica inscreveram-se 13, das quais duas exibiram títulos de habilitação por faculdades estrangeiras. Para o da arte dentária 4, e, finalmente, para venderem drogas inscreveram-se 24. Deram essas inscrições uma renda superior a 18:000\$000.⁸⁶

A liberdade profissional, perspectiva diferenciada adotada somente no Rio Grande do Sul pela “autonomização das práticas regionais”, juntamente com a liberdade de religião, ocasionou uma enxurrada de práticos no estado.⁸⁷ Houve diversos conflitos entre esses práticos e os médicos diplomados, principalmente depois da fundação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, em 1892. Os médicos reagiram constantemente contra a liberdade profissional. Elizabeth Rochadel Torresini destaca, em seu texto *A modernidade e o exercício da medicina em Olhai os lírios do campo, de Érico Veríssimo*⁸⁸, que o IX Congresso Brasileiro de Medicina, realizado em Porto Alegre, em 1926, provocou uma série de reações à liberdade profissional. Apoiados por médicos de outros estados, os médicos gaúchos mais uma vez questionaram o governo do estado no que se referia à liberdade profissional. Mas foi

⁸⁵ WEBER, 1999, p.49-50.

⁸⁶ SIE.3 – 007 (Higiene, 1899, p.9).

⁸⁷ Segundo Weber, através do decreto-lei de 30 de dezembro de 1891, o “[...] Governo Provisório determinou que os estados eram responsáveis pela organização das ações sanitárias terrestres nas suas regiões” (WEBER, 1999, p.44). Nos outros estados, o exercício das profissões era amplamente regulamentado.

⁸⁸ TORRESINI, Elizabeth Rochadel. A modernidade e o exercício da medicina em Olhai os lírios do campo, de Érico Veríssimo. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n.38, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.fapa.com.br/cienciaseletras/publicacao.htm>>. Acesso em: 11 set. 2006.

apenas em 1932, através do Decreto n. 20.931 expedido pelo governo provisório de Getúlio Vargas, que foi regulamentado o exercício da medicina.⁸⁹

O Apostolado defendia a liberdade profissional porque, entre outros motivos, a medicina⁹⁰ não era uma arte perfeitamente racionalizada, havendo várias teorias e práticas. Em decorrência disso, os médicos não hesitavam em acusar de charlatanismo ou ignorância tudo o que se afastasse do seu modo de ver. No entendimento do Apostolado, a concessão de privilégios à classe médica seria uma forma de oprimir os cidadãos, que poderiam recorrer somente a eles, cabendo aos mesmos se esforçarem para adquirir a confiança da população.⁹¹ O Apostolado afirmava ainda que

[...] as sociedades modernas sofreriam do flagelo do medicalismo: a exploração da sociedade por meio da Medicina. Esse flagelo seria caracterizado pela imposição de práticas, como o isolamento dos doentes; pela imposição dos médicos do Estado em caso de doença; pela desinfecção, que atacaria a propriedade alheia; pela vacinação, que penetraria nos organismos e lhes introduziriam infecções que julgavam capazes de imunizar outras; pelo monopólio do diploma concedido pelo Estado, que impediria o cidadão de “confiar os cuidados de sua saúde e a intimidade do seu lar ao médico que for de sua inteira confiança espiritual e moral”.⁹²

A medicina, durante o período abrangido pela pesquisa, não era como a conhecemos hoje, sendo “[...] destituída de consensos terapêuticos e intensamente marcada pelas tentativas

⁸⁹ TORRESINI, 2005, p.71. “O novo decreto define o exercício da medicina, da odontologia, da medicina veterinária, das profissões de farmacêutico, parteira e enfermeira, e estabelece normas de vigilância, fiscalização e punição das infrações. Estabelece os deveres do médico, exige a notificação anual do endereço do consultório e fixa a conduta médica nos padrões universais. Normas quanto à clareza das receitas, atestados de óbitos, anúncios na imprensa, consultórios, parcerias com outros profissionais e indústrias farmacêuticas, responsabilidades nos procedimentos, entre outras, são claramente definidas” (TORRESINI, 2005, p.71).

⁹⁰ A visão de Comte sobre a medicina afirmava que ela “[...] não é uma ciência enquanto teoria abstrata, mas um saber positivo da unidade do homem concreto [...]. A autoridade moral dos médicos deve servir como o ascendente social do qual todos os cientistas devem ser dotados. [...] Afirma a subordinação da Medicina à moral, e a extensão da religião ao domínio da saúde, fazendo do médico, assim como do sacerdote, aquele que diz o que é preciso fazer e o que se pode esperar, que traz a resignação em nome de uma ordem superior quando a ação não pode modificá-la. Esse fundamento teórico concebe a saúde como harmônica, como elemento corporal subordinado às leis superiores da sociologia e da moral. [...] A Medicina seria, então, um saber sintético, que deve levar em conta todo o indivíduo. Deve completar a ciência sintética do homem, abraçando os fatores intelectuais, afetivos e sociais que entram em jogo no equilíbrio geral que constitui a saúde. O centro de toda a elaboração de uma teoria sintética da doença, que fundamenta a introdução sistemática do ponto de vista social da Medicina, é a teoria cerebral (doutrina da harmonia vital ou da influência do cérebro sobre o corpo)” (WEBER, 1999, p.36-37). Ainda segundo Weber, as ambigüidades na adoção do positivismo no Brasil – a “receptividade seletiva” de José Murilo de Carvalho – foram muito marcantes no que se refere a propostas de saúde pública e à compreensão do papel da medicina (WEBER, 1999, p.36).

⁹¹ WEBER, 1999, p.45-47.

⁹² *Ibidem*, p.47.

de ensaio e erro. Esses médicos experimentavam objetivamente imensas dificuldades em diagnosticar e curar doenças, ou atuar nas frequentes epidemias [...]”.⁹³ Os médicos, influenciados por sua formação católica, apresentavam dificuldades em separar ciência e religião. Muitos dos procedimentos adotados não estavam vinculados à certeza do seu funcionamento. Os médicos representavam apenas **uma das possibilidades** de cura às quais a população podia recorrer em caso de doença. Mas os métodos dolorosos e as explicações muitas vezes incompreensíveis, distantes do entendimento popular, aproximavam a população de parteiras, curandeiros, benzedeiras, espíritas e demais práticos. A coexistência dessas diversas práticas – possibilidades de cura – está presente nas crônicas de Achylles Porto Alegre.⁹⁴ Em sua crônica intitulada *Barbeiro e Cirurgião*, Achylles Porto Alegre conta que

Entremeado com os relógios, viam-se bojudos frascos de botica dos de boca larga e tampa de vidro, cheios de água, onde rabeavam sanguessugas. Ali se viam também caixas especiais contendo ventosas e um estojo de dentista. Logo ao entrar, se esbarrava, ao pé da porta, com um rebolo. É que o Eiras, além de exímio “esfolá-queixos”, era cirurgião, relojoeiro, dentista e amolador.⁹⁵

Já em crônica intitulada *Velho André, o Boticário*, Achylles Porto Alegre narra que o farmacêutico André Jesuíno de Oliveira Barreto “tinha farmácia alopata, mas tratava pela

⁹³ WEBER, 1999, p.84.

⁹⁴ PORTO ALEGRE, Achylles. *História popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1994. As crônicas de Achylles Porto Alegre (1848 – 1926) foram escritas entre os anos de 1915 e 1925 e selecionadas por Deusino Varela em 1940. Segundo Charles Monteiro, em artigo intitulado *Histórias e memórias da cidade nas crônicas de Aquiles Porto Alegre (1920 – 1940)*, a crônica, gênero de fronteira, está situada entre a história e a literatura. “Crônica e história, de maneiras diferentes, são formas de escrita que elaboram a passagem do tempo e a memória de um grupo ou de uma sociedade por meio da seleção proposta pelo filtro do tempo presente. Cronistas e historiadores desempenham o papel social de intérpretes da memória coletiva. Eles realizam uma leitura da memória coletiva promovendo cortes, seleções, acréscimos e silenciamentos. Ambos produzem uma memória social, a partir da ótica e dos interesses de determinado grupo, embora sua escrita pretenda dar conta da experiência social de toda a sociedade” (MONTEIRO, 2004, p.83). Ainda segundo Monteiro, as crônicas podem ser tomadas como documentos, visto que “[...] se apresentam como escrita social de um tempo, produção de interpretações de uma experiência social urbana, como narrativas sobre o cotidiano da cidade [...]” (MONTEIRO, 2004, p.84). Achylles Porto Alegre foi jornalista (*Jornal do Comércio*: 1884 – 1888, *A Notícia*: 1896), funcionário público (capitão reformado, telegrafista, funcionário do tesouro, inspetor escolar), professor (Instituto Brasileiro, Escola Normal, Júlio de Castilhos), um dos fundadores da Sociedade Partenon Literário, juntamente com seus irmãos Apolinário e Apeles, sócio fundador do IHGRS (1920) e escreveu e publicou poesias, crônicas, romances, contos e livros de história. MONTEIRO, Charles. *Histórias e memórias da cidade nas crônicas de Aquiles Porto Alegre (1920-1940)*. *História UNISINOS*, São Leopoldo, v.8, n.10, jul./dez. 2004. Retomaremos as crônicas de Achylles Porto Alegre no terceiro capítulo deste estudo, considerando sua atuação como inspetor escolar e professor.

⁹⁵ *Ibidem*, p.180.

homeopatia, fazendo curas milagrosas, como citavam muitos casos de doentes desenganados pelos médicos e que ele os punha bons com a sua ‘água fria’.”⁹⁶

A tentativa dos médicos de se organizarem como corporação, o que ocorreu tardiamente no estado, esbarrava na liberdade profissional e nos choques entre os próprios médicos, que possuíam diferentes concepções sobre as doenças e formas de cura (homeopatia⁹⁷, alopatia⁹⁸, teoria dos miasmas⁹⁹, teoria microbiana¹⁰⁰, etc.).¹⁰¹

Muitas descobertas e inovações médicas ocorreram ou eram bastante recentes no período inicial da República brasileira. A anestesia, por exemplo, foi inventada em 1846; a assepsia, somente em 1865.

Em 1882 Robert Koch (1843 – 1910) descobriu o agente causador da tuberculose (...). Entre 1880 e 1898 foram descobertos os germes causadores da febre tifóide, da hanseníase, da lepra, da malária, da tuberculose, do mormo, do cólera, da erisipela (o estreptococo, responsável também por outras infecções), da difteria, da febre de Malta, do cancro mole, da pneumonia pneumocócica, das infecções estafilocócicas, do tétano, da peste, do butolismo, da disenteria (*Shigella*).¹⁰²

A confiança, que, segundo os positivistas, deveria ser conquistada pelos médicos, era obtida, muitas vezes, através de elementos nem sempre relacionados à capacidade de cura. Nikelen Acosta Witter informa, em estudo sobre as práticas de cura ainda durante o período

⁹⁶ PORTO ALEGRE, 1994, p.185.

⁹⁷ “Homeopatia: s. f. MED. 1 método terapêutico que consiste em prescrever a um doente, sob uma forma muito diluída e dinamizada, uma substância capaz de produzir efeitos semelhantes aos que ele apresenta [Este método foi criado, no fim do s XVIII, pelo médico alemão Samuel Hahnemann (1755-1843)]”. HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p.1546.

⁹⁸ “Alopatia: s. f. MED. sistema ou método de tratamento em que se empregam remédios que, no organismo, provocam efeitos contrários aos da doenças em causa” (HOUAISS, VILLAR, 2001, p.165).

⁹⁹ “Miasma: s. m. HIST. MED. 1 emanção a que se atribuía, antes das descobertas da microbiologia, a contaminação das doenças infecciosas e epidêmicas 2 exalação pútrida que emana de animais ou vegetais em decomposição” (HOUAISS, VILLAR, 2001, p.1914).

¹⁰⁰ “Microbiologia: s. f. 2 BIO. MED. especialidade biomédica que se dedica ao estudo dos microrganismos patogênicos, responsáveis pelas doenças infecciosas, englobando a bacteriologia, virologia e micologia” (HOUAISS, VILLAR, 2001, p.1915).

¹⁰¹ Sobre o fortalecimento tardio dos médicos no Rio Grande do Sul, é interessante observar que Éder Silveira afirma que “ainda que, como alguns estudos sobre a medicina no Rio Grande do Sul defendem, seu fortalecimento institucional tenha sido um pouco tardio, ocorrendo somente na passagem do século XIX ao XX, esses discursos [os discursos analisados por Silveira] dão visibilidade ao olhar médico, ou ‘medicalizado’, já intimamente ligado ao modo de pensar o espaço público, as questões relativas à higiene e à saúde dos cidadãos” (SILVEIRA, 2005, p.129-130).

¹⁰² SCLAR, Moacyr. *Do mágico ao social: trajetória da saúde pública*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002, p.76.

imperial, que elementos subjetivos como a capacidade discursiva e a postura em público também eram considerados pela população em suas escolhas por determinado atendimento para as doenças.¹⁰³

O estado do Rio Grande do Sul teve dois regulamentos para as questões da saúde no período em questão: o Regulamento para o Serviço de Higiene, de 1895, e o Regulamento da Diretoria de Higiene do Estado do Rio Grande do Sul, de 1907. Segundo Beatriz Teixeira Weber, o Regulamento para o Serviço de Higiene de 1895 era bem mais minucioso e bastante parecido com o dos demais estados brasileiros. O Regulamento de 1907 restringiu as medidas relativas à saúde cabíveis ao estado, tornando-se, desta forma, mais adequado à perspectiva positivista adotada pelo governo.¹⁰⁴ “O Regulamento de 1907 apresentou maior adequação à perspectiva positivista adotada no Rio Grande do Sul, que entendia não ser atribuição do Estado regulamentar a medicina, as casas de cura e as práticas de saúde e interferir nas habitações e nas decisões particulares sobre o uso ou não da vacina.”¹⁰⁵

Apesar do estabelecimento do ideal da liberdade profissional e religiosa no Rio Grande do Sul e de se dizer contrário ao que chamava de “terrorismo e autoritarismo sanitário”, o governo gaúcho – de inspiração positivista – adotou práticas contrárias ao ideário defendido pelo Apostolado Positivista, priorizando o isolamento dos doentes e a desinfecção das residências para evitar a propagação das doenças.¹⁰⁶ Em casos de doenças contagiosas, os passos eram os seguintes: 1º - deslocamento do médico para diagnóstico da doença, 2º - isolamento do doente ou suspeito, 3º - desinfecção da moradia. Ao relatar como se estava combatendo a varíola em Porto Alegre em 1894, Protasio Alves¹⁰⁷ informou que

[...] a **policia sanitaria** que temos feito por intermedio dos **desinfectadores**; não se deixando permanecer na cidade focos de infecção variolica,

¹⁰³ WITTER, Nikelen Acosta. *Dizem que foi feitiço: as práticas de cura no sul do Brasil (1845 a 1880)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

¹⁰⁴ WEBER, 1999, p.50-52.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p.52. Comparando o Regulamento da Higiene de 1895 (Decreto n. 44, de 2 de abril de 1895) e o de 1907 (Decreto n. 1240A, de 31 de dezembro de 1907), é possível perceber que o de 1907 é mais sucinto e com disposições mais gerais.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p.32.

¹⁰⁷ O Dr. Protasio Alves merecerá maior atenção ainda neste estudo, uma vez que a sua atuação no governo do estado, tanto na Diretoria de Higiene quanto na Secretaria do Interior e Exterior, está intimamente relacionada à principal questão aqui discutida, ou seja, a higiene e a saúde nas escolas públicas gaúchas.

tolerando que se tratem fóra do lazareto só os individuos cujas condições permittam **isolamento** em casa e desinfecções frequentes.¹⁰⁸

Como fica claro na citação acima, “polícia sanitária”, “desinfecção” e “isolamento” faziam parte da política de combate às doenças do governo republicano no RS.

As doenças¹⁰⁹ que apareciam com freqüência nos Relatórios da Diretoria de Higiene e que preocupavam o governo eram a varíola¹¹⁰, a tuberculose¹¹¹, a febre tifóide¹¹², a difteria¹¹³, a peste¹¹⁴, a disenteria¹¹⁵, a coqueluche¹¹⁶, o sarampão¹¹⁷, a escarlatina¹¹⁸ e a sífilis¹¹⁹. A

¹⁰⁸ SIE.3 – 001 (Higiene, 1894, p.98). [grifo nosso]

¹⁰⁹ As doenças também possuem história, sendo concebidas de acordo com as percepções e saberes de seu tempo. Segundo Diego Armus, em texto intitulado *Legados y tendencias en la historiografía sobre la enfermedad en América latina moderna*, “además de su dimensión biológica, las enfermedades cargan con un repertorio de prácticas y construcciones discursivas que reflejan la historia intelectual e institucional de la medicina. Las enfermedades también pueden ser una oportunidad para desarrollar y legitimar políticas públicas, canalizar ansiedades sociales de todo tipo, facilitar y justificar el uso de ciertas tecnologías, descubrir aspectos de las identidades individuales y colectivas, sancionar valores culturales y estructurar la interacción entre enfermos y proveedores de atención a la salud. De algún modo, y tal como ha escrito uno de los más influyentes historiadores en este campo, una enfermedad existe luego que se ha llegado a una suerte de acuerdo que revela que se la ha percibido como tal, denominado de un cierto modo y respondido con acciones más o menos específicas. En otras palabras, razones particulares y coyunturas temporales enmarcan la vida y muerte de una enfermedad, su ‘descubrimiento, ascenso y desaparición’” (ARMUS, 2005, p.13-14). Por isso, considere interessante apresentar quais eram as explicações da época para as doenças que mais preocupavam o governo gaúcho. Utilizei, para este fim, o dicionário de medicina de CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina popular e das sciencias accessarios para uso das familias*. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

¹¹⁰ “Com estes nomes designa-se uma erupção geral de borbulhas pelo corpo, que se convertem em grandes pustulas redondas e purulentas; acabam pela desecção e deixam nodos vermelhas, as quais succedem cicatrizes mais ou menos apparentes” (CHERNOVIZ, 1890, p.325, vol. II).

¹¹¹ “Tísica ou Phthisica: A molestia de que nos vamos occupar é designada frequentemente pelo nome de *molestia de peito*, e esta denominação é devida talvez a essa supremacia da faculdade de destruir que a distingue, e que faz esquecer perante ella as outras affecções menos perigosas do peito. A tísica consiste no desenvolvimento de tuberculos nos pulmões. Os *tuberculos* são corpos de côr branco-amarellada, opacos, de grossura que pôde variar desde o volume de um grão de arroz até ao de um ovo ou de uma laranja. Ordinariamente tem o volume de um grão de ervilha. Espalhados no meio dos pulmões, podem occupar a sua maior parte; pôde haver um só ou podem existir em pequeno numero: ao principio são duros e solidos, tornam-se molles no fim de um tempo variavel, e são então expulsos pela tosse. Em seu logar deixam no pulmão excavações proporcionadas ao seu volume, chamadas *cavernas*. É o desenvolvimento dos tuberculos nos pulmões, que occasiona a diminuição lenta das forças, o emmagrecimento progressivo, e produz a molestia chamada *tísica*” (CHERNOVIZ, 1890, p.1092, vol. II).

¹¹² “Esta molestia recebeo muitas denominações. Chamaram-lhe *febre mucosa, perniciosa, maligna, nervosa, lenta nervosa, putrida, adynamica, ataxica, dothinenterite*, etc. Symptomas: a molestia principia por um sentimento de peso na bocca do estomago, pulso forte e frequente, fastio, boca amarga, lingua coberta de uma camada branca, colicas, fraqueza, dôres nos membros, urinas poucas e espessas” (CHERNOVIZ, 1890, p.1100, vol. I).

¹¹³ Não encontrei, sob esta denominação, informações sobre a moléstia.

¹¹⁴ “Dava-se outr’ora este nome a todas as molestias epidemicas que faziam grandes estragos; mas hoje applica-se exclusivamente a uma febre grave do Egyto e de outras partes do Oriente, caracterizada, entre outros symptomas, por bubões, gangrenas e que é frequentemente contagiosa” (CHERNOVIZ, 1890, p.716-717, vol. II).

¹¹⁵ “Molestia cujos symptomas principaes consistem em frequentes evacuações de materias mucosas misturadas com sangue, acompanhadas de colicas e de um sentimento de ardor no anus” (CHERNOVIZ, 1890, p.887, vol. I).

tuberculose era considerada o flagelo do período. No Relatório da Diretoria de Higiene de 1903, o Diretor Protasio Alves afirma que “só a tuberculose cresce e cresce progressivamente de modo pavoroso! Lançando um olhar sobre a estatística destes últimos anos, vemos a mortalidade geral sofrer pequenas oscilações, mas a por tuberculose não”.¹²⁰ No ano anterior (1902), a tuberculose foi responsável por 16,45% do total de óbitos ocorridos em Porto Alegre. Em 1890, eram usuais o internamento ou a morte sem assistência.¹²¹

As principais reclamações da população com relação à saúde e à salubridade no Rio Grande do Sul eram referentes à sujeira das ruas, às condições dos alimentos, à dificuldade de conseguir atestados do óbito, entre outras. Qual era a situação específica de Porto Alegre, dentro deste contexto? Sobre a situação da capital gaúcha na década de 1910, Anderson Zaleski Vargas, em texto intitulado *Moralidade, autoritarismo e controle social em Porto Alegre na virada do século 19*, afirma que

Durante boa parte dos anos 10, Porto Alegre permaneceu sendo uma cidade provinciana, sem os sinais característicos do processo de homogeneização que acompanhou a transformação do capitalismo em um sistema mundial. [...] O crescimento econômico-demográfico não foi acompanhado de uma renovação em seu plano urbanístico, em suas edificações e em sua infraestrutura de serviços. A cidade cresceu concentrada em torno de uma exígua área central, reproduzindo uma planificação urbana cujas deficiências eram

¹¹⁶ “Dá-se este nome a uma tosse violenta e convulsiva que torna a aparecer com intervallos mais ou menos longos, e que consiste em muitas expirações successivas, seguidas de uma inspiração sonora” (CHERNOVIZ, 1890, p.704, vol. I).

¹¹⁷ “Esta molestia é uma febre acompanhada de tosse, vermelhidão dos olhos, e caracterizada pela erupção, sobre a pelle, de pequenas pintas vermelhas, semelhantes ás mordeduras de pulga. *Causas*. O sarampo é produzido por uma causa que não é conhecida; reina ordinariamente de uma maneira epidemica; isto é, ataca grande numero de indivíduos ao mesmo tempo” (CHERNOVIZ, 1890, p.956, vol. II).

¹¹⁸ “Molestia geral que, depois de alguns dias de febre, se annuncia por pintas vermelhas, cuja reunião forma largas manchas vermelhas, um pouco resaltadas acima da pelle, que se confundem e cobrem toda a superficie do corpo. Esta molestia, assim como o sarampo, de que pouco difere, é frequentemente acompanhada de inflammação de garganta” (CHERNOVIZ, 1890, p.1005, vol. I).

¹¹⁹ “Syphilis , mal syphilitico, mal venereo, gallico, taes são os diversos nomes de uma molestia caracterizada por varios symptomas [...]. Transmite-se pela approximação dos sexos, mas contrahe-se tambem por qualquer outra especie de contacto immediato, comtanto que os logares, que correm este risco, sejam simplesmente cobertos de membrana mucosa, como a glande, os labios, etc., ou então que, sendo cobertos pela pelle, esta se ache casualmente despida de sua epiderme por qualquer ferida ou esfoladura. Resultam d’isso frequentes exemplos de semelhantes moléstias contrahidas pela amamentação, por beijos [...]” (CHERNOVIZ, 1890, p.1031, vol. II).

¹²⁰ SIE.3 – 012 (Diretoria de Higiene, 1903, p.222).

¹²¹ Em 1918, aproximadamente, os gastos com a saúde eram de menos de 2,5% dos gastos totais do orçamento, sendo que a Brigada Militar recebia 33,8%. WEBER, Beatriz Teixeira. Doenças, Epidemias e Medos: Possibilidades de Pesquisa no Século XIX. In: I Seminário de Pesquisas do AHRs, 2001, Porto Alegre. *Anais do I Seminário de Pesquisa do AHRs*, 2001 (E-Book). [A autora não explica estes dados]

agravadas pelas péssimas condições de habitabilidade das edificações, pelos limitados e precários serviços de água, luz, esgoto e transportes.¹²²

Sandra Jatahy Pesavento já desenvolvia, em 1990, em *O cotidiano da república: elite e povo na virada do século*¹²³, questões sobre habitação, água, esgoto, luz e transportes em Porto Alegre no período em questão.

Segundo a autora, o crescimento da cidade de Porto Alegre, no final do século XIX, gerou o “problema habitacional”. A população pobre e trabalhadora, que precisava morar perto de seu trabalho, buscava moradias de baixo preço. A existência dessa população pobre que dividia o espaço dos cortiços gerava uma série de protestos.

Para a opinião pública em geral, de tendência conservadora, a existência de cortiços, porões, casebres e barracos sem ar e sem luz, infectados e superlotados, era um problema a ser atacado. Pobres no centro da cidade, à vista de todos, em antros de promiscuidade e sujeira, implicavam sobretudo uma questão moral que devia ser solucionada. Mais do que a todos, entretanto, era ao poder público que cabia apresentar soluções. A República fora proclamada sob os auspícios do progresso e do trabalho livre, mas dentro de ordem, e populações pobres sem teto convertiam-se em focos de tensão social, que era preciso evitar.¹²⁴

Também Silvia Maria Fávero Arend, em *Amasiar ou casar? A família popular no final do século XIX*¹²⁵, aponta para as péssimas condições sanitárias de Porto Alegre em fins do século XIX. Segundo esta autora,

A Federação (órgão de imprensa do PRR), A Reforma (órgão de imprensa do Partido Liberal), O Mercantil, O Independente, O Século, Gazeta da Tarde, A Gazetinha, Correio do Povo eram jornais que circulavam no final do século XIX, em Porto Alegre. Com grande frequência, esses periódicos noticiavam e discutiam os problemas da capital. Alguns desses jornais denunciavam as péssimas condições sanitárias da cidade e cobravam das autoridades públicas providências no sentido de reverter esse quadro. A capital gaúcha possuía um serviço de água limitado e deficiente, habitações

¹²² VARGAS, Anderson Zalewski. Moralidade, autoritarismo e controle social em Porto Alegre na virada do século 19. In: MAUCH, Cláudia et al. *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre/Canoas/São Leopoldo: Ed. Universidade/UFRGS / Ed. ULBRA / Ed. UNISINOS, 1994. p.33.

¹²³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O cotidiano da república: elite e povo na virada do século*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

¹²⁴ *Ibidem*, p.37.

¹²⁵ AREND, Silvia Maria Fávero. *Amasiar ou casar? A família popular no final do século XIX*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

mal iluminadas e ventiladas, nenhuma instalação de esgoto, ruas sujas e escuras.¹²⁶

Nos Relatórios da Diretoria de Higiene, as habitações como os cortiços, por exemplo, também aparecem como preocupação. No Relatório de 1893, o primeiro a ser analisado, a questão já aparece. Afirma o Diretor de Higiene que “ha nos pontos mais populosos da cidade *cortiços* inhabitáveis cuja demolição se impõe, encontram-se pateos sem esgotos mesmo para as águas pluviais, a lotação de certas casas de habitação comum precisa muito de ser fiscalizada”.¹²⁷

As classes populares moradoras dos cortiços e porões deveriam ser varridas do centro da cidade, juntamente com essas construções, numa ação saneadora e moralizadora. A *Gazeta da Tarde* de 12 de abril de 1897 publicou, segundo transcrição de Pesavento, que “quem é pobre não tem luxo [...] more na cidade quem tiver condições de cidadão”.¹²⁸

Outras preocupações também referidas no texto de Sandra Pesavento, e que constituíram preocupações constantes nos Relatórios, foram as condições da água e a falta de uma rede de esgotos. No Relatório de 1894, o Inspetor Protasio Alves afirma que

Para diminuir-se a mortalidade: é necessario que sejam construidos já **esgotos** subterraneos para o serviço da zona onde a população é mais densa, de sorte que a cidade fique livre das impurezas das sargetas e o littoral de toda a especie de immundicies; é preciso que todas as casas tenham **agua** boa e em abundancia, o que só se conseguirá quando a municipalidade a distribuir [...].¹²⁹

Ainda segundo Pesavento, outra queixa antiga e que se renovava ano após ano relacionava-se ao saneamento da cidade. “As ruas não eram limpas, a cidade não tinha esgotos cloacais, o recolhimento do lixo era mal feito e, como coroamento destes ‘descasos das autoridades’ as epidemias encontravam um ambiente propício para se desenvolver.”¹³⁰

¹²⁶ AREND, 2001, p.25.

¹²⁷ SIE.3 – 001 (Higiene, 1893, p.97).

¹²⁸ PESAVENTO, 1998, p.38.

¹²⁹ SIE.3 – 001 (Higiene, 1894, p.98). [grifo nosso]

¹³⁰ PESAVENTO, 1998, p.45.

A população de Porto Alegre teve água filtrada em 1927, os esgotos estavam funcionando em 1913, e o projeto de remodelação urbana só foi levado a efeito em 1924.¹³¹

O governo republicano gaúcho, através da Diretoria de Higiene, também procurava resolver o problema da má qualidade de gêneros alimentícios como a carne e o leite. No Relatório de 1898¹³², o Diretor de Higiene chegou a afirmar que a carne, o principal gênero da nossa alimentação, não poderia ser mais descuidada do que o era no estado (e, conseqüentemente, em Porto Alegre). Segundo o Diretor, a falta de cuidados com a qualidade da carne ia desde a escolha do animal até a entrega ao consumidor. Um último problema relacionado às ruas da capital era ainda apontado pela população e pelos governantes: as crianças que perambulavam pelas ruas de Porto Alegre, apenas brincando, ou esmolando e cometendo pequenos delitos. Esta questão nos remete ao próximo ponto de discussão: a importância atribuída à educação, e à escola, em fins do século XIX e início do século XX, também vista como medida para evitar a situação acima aludida.

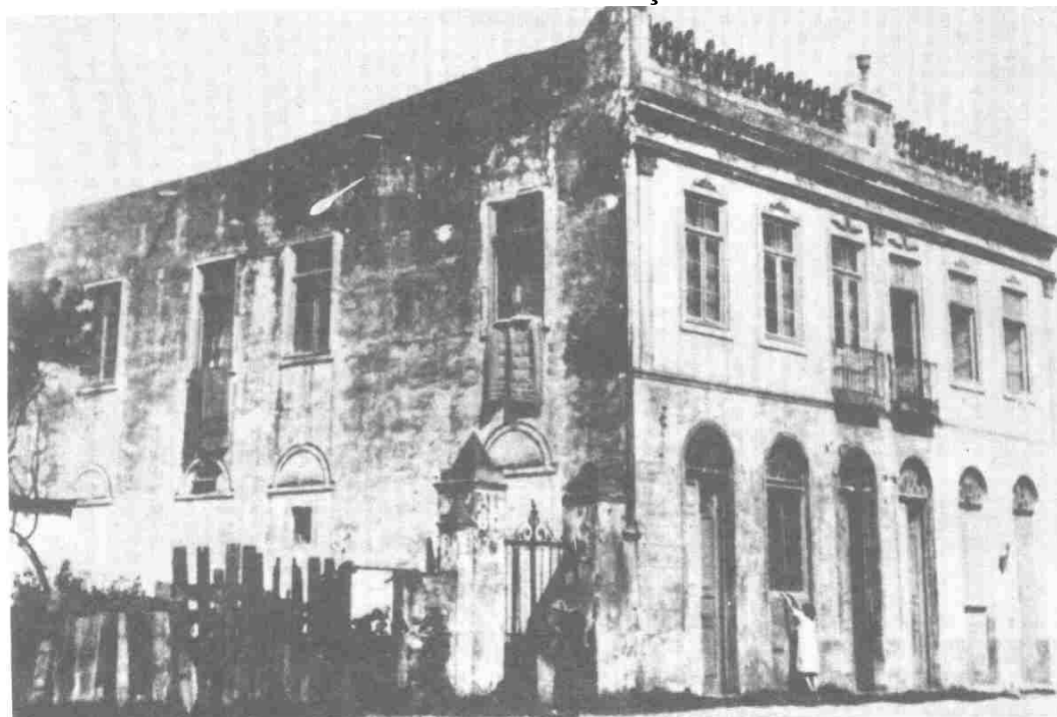
FIGURA 1 - Progresso



“Da iluminação ao bonde, a eletricidade impulsiona o progresso. Voluntários da Pátria esquina Mal. Floriano, década de 10” (PESAVENTO, Sandra Jatthy (Coord.). *O espetáculo da rua*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996, p.26).

¹³¹ WEBER, 1999, p.54-55.

¹³² SIE.3 – 006 (Higiene, 1898).

FIGURA 2 - Cortiço

“Habitar em cortiços: a antiga casa de uma família passa a ser a casa de muitos. Em cada quarto, uma família... Início do século. Cortiço da Rua Gen. Caldwell, no Menino Deus” (PESAVENTO, 1996, p.41).

FIGURA 3 - Insalubridade

“O esgoto à mostra da antiga Rua de Bragança (Marechal Floriano) no século passado, fonte de constantes reclamações da população” (PESAVENTO, 1996, p.25).

1.3 OS “HOMENS DAS LETRAS” E DA EDUCAÇÃO

Os debates e propostas para políticas educacionais já estavam presentes, no Brasil, desde o início do período imperial, e intensificaram-se na segunda metade do século XIX. Segundo Alessandra F. Martinez de Schueler, em seu estudo *Crianças e escolas na passagem do Império para a República*¹³³, durante o período imperial, o Ministério do Império era responsável pela administração do ensino primário e secundário na Corte, assim como pelo ensino superior em todo o país. Os ensinos primário e secundário ficavam, de acordo com o Ato Adicional de 1834, a cargo das Províncias, mas, segundo Schueler, as medidas e a legislação implementadas na Corte acabavam servindo de modelo para as Províncias.¹³⁴

Maria Luiza Marcilio, em artigo intitulado *O bê-á-bá no caos*¹³⁵, aponta como marcas das escolas primárias durante o Império a inexistência de prédios escolares, a ausência de mobiliário e material escolar, a falta de método de ensino, a falta de assiduidade e grande evasão de crianças, e a falta de preparo dos mestres de primeiras letras. Muitos desses problemas persistirão para além da proclamação da República brasileira em 1889, como veremos em alguns dos pontos a serem discutidos no desenvolvimento deste estudo.

No período de transição do Império para a República, “[...] o processo de discussões sobre a educação infantil foi intensificado, com a entrada de novos atores sociais e novas problemáticas”.¹³⁶ Os debates e reformas educacionais estavam, neste período, integrados a problemas sociais, políticos e culturais mais amplos, como o processo de abolição da escravidão, o movimento republicano e a busca pela reconstrução da nação. “A partir de meados do século XIX, por meio das instituições de ensino e de um aparato educacional e correccional, as crianças e jovens tornaram-se objetos de saberes e discursos científicos baseados nas teses médicas, jurídicas, pedagógicas e psicológicas.”¹³⁷ Na busca pela reconstrução da nação e do Brasil moderno, os educadores aparecem, segundo Herschmann e

¹³³ SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. *Crianças e escolas na passagem do Império para a República*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.19, n.37, set. 1999. Não paginado. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em: 10 dez. 2003.

¹³⁴ *Ibidem*, [s.p.].

¹³⁵ MARCILIO, Maria Luiza. *O bê-á-bá no caos*. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 1, n.4, out. 2005.

¹³⁶ SCHUELER, 1999, [s.p.].

¹³⁷ *Ibidem*, [s.p.].

Pereira, em estudo já citado, entre os principais articuladores e semeadores dos novos modelos sociais.

Apontemos, então, como estava organizada a educação escolar a partir da Constituição Republicana de 1891. Segundo Carlos Roberto Jamil Cury, em sua análise sobre *A Educação nas Constituições Brasileiras*¹³⁸, o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos seria leigo (Art.72, § 6º). Assegurava-se também, através do direito à livre manifestação de pensamento (Art.72, § 12º), do livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial (§ 24º) e da plenitude do direito de propriedade (§ 17º), a iniciativa privada na oferta de educação escolar. O ensino oficial, mantido, “[...] passou a ser o critério para equiparação dos estudos ofertados pelos estabelecimentos regidos pela liberdade de ensino. É o que procede da leitura do Art. 35”.¹³⁹ O ensino primário passou a ser competência dos estados, concorrentes com a União no que referia ao ensino secundário e superior. A gratuidade e a obrigatoriedade não eram estabelecidas pela Constituição, ficando a cargo dos estados estabelecê-las ou não. “Na verdade, o corte liberal da Constituição deixava a demanda por educação escolar ao indivíduo que, atraído pelo exercício do voto, seria motivado a buscar os bancos escolares.”¹⁴⁰ A partir do que foi disposto pela Constituição Federal de 1891, apontaremos agora como ficou organizado o ensino público no Rio Grande do Sul governado pelos dirigentes do Partido Republicano Rio-grandense.

Segundo Elomar Tambara, em texto intitulado *Positivismo e Educação no Rio Grande do Sul*¹⁴¹, no Programa do Partido Republicano Histórico do Rio Grande do Sul constava, em seu item 4, “Temporal e não espiritual”,

- d) Liberdade de ensino pela suspensão do ensino oficial superior e secundário
- e) Liberdade de profissões, pela supressão dos privilégios escolásticos ou acadêmicos
- f) Liberdade, laicidade e gratuidade de ensino primário

¹³⁸ CURY, Carlos Roberto Jamil. *A Educação nas Constituições Brasileiras*. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*, volume III: século XX. Petrópolis: Vozes, 2005.

¹³⁹ *Ibidem*, p.23-24.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p.24.

¹⁴¹ TAMBARA, Elomar. *Positivismo e Educação no Rio Grande do Sul*. In: GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; LEAL, Elisabete (Org.). *Revisitando o Positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998.

Prescreve ainda, no item “Temas sociais”:

- a) Educação e instrução popular
- b) Ensino técnico profissional¹⁴²

A Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul, por sua vez, estabeleceu que o ensino primário nos estabelecimentos públicos seria “leigo, livre e gratuito”, bem como foram estabelecidas a liberdade espiritual e profissional no estado. O Título II – Do Governo do Estado, Capítulo III – Das atribuições do Presidente, estabelece em seu vigésimo Artigo que é competência do Presidente providenciar sobre o ensino público primário, gratuito e livre, ministrado pelo estado (a definição do ensino como livre, leigo e gratuito está no Título IV – Garantias Gerais da Ordem e do Progresso no Estado, Artigo 71, parágrafo 10º).¹⁴³

Retomando o texto de Tambara, este autor afirma, ao analisar a influência e relação do positivismo na educação gaúcha durante o governo do PRR, que o papel do positivismo gaúcho com relação à educação deve ser analisado tendo em vista a atuação da bancada do Rio Grande do Sul em nível federal, destacando, neste sentido, a constante defesa do “ensino livre” e da não intromissão do governo central nos estados. Estes deveriam ter o direito de legislar sobre o ensino sem a intromissão do governo central e sem a prestação de contas para o mesmo. Referindo-se, especificamente, à defesa do ensino livre, Tambara afirma que, para a bancada gaúcha, “a questão do ensino deveria depender da iniciativa particular. O importante era que fosse universalizado, sem discriminação de forma alguma, o direito de estruturar estabelecimentos de ensino da maneira como melhor aprovesse a cada um”.¹⁴⁴ Como exemplos da influência do castilhismo (“positivismo à gaúcha”) na política educacional federal, Tambara cita as Reformas Rivadávia Corrêa e Carlos Maximiliano.¹⁴⁵

¹⁴² TAMBARA, 1998, p.176.

¹⁴³ RIO GRANDE DO SUL. Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul, de 14 de julho de 1891. In: Constituições do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Procuradoria-Geral do Estado, Instituto de Informática Jurídica, 1990.

¹⁴⁴ TAMBARA, 1998, p.181-182.

¹⁴⁵ Berenice Corsetti afirma que “as reformas educacionais que ocorreram no período da 1ª República, ao que tudo indica, espelham o avanço e o recuo da influência positivista. Benjamin Constant, ainda como Ministro da Guerra do primeiro governo provisório, levou a cabo uma reforma do ensino militar onde são perceptíveis vários postulados da doutrina positivista, a qual adaptou às necessidades do Estado (à formação de sua burocracia) e às demandas de setores da sociedade civil, especialmente os das camadas médias. Na mesma direção coloca-se a reforma que promoveu, em 1891, como Ministro da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, no campo do ensino primário e secundário, na qual buscou a substituição do currículo acadêmico por um currículo enciclopédico, com a inclusão de disciplinas científicas e a implantação do ensino seriado. Além disso, Benjamin Constant adotou medidas que promoveram o alargamento dos canais de acesso ao ensino superior, em função das constantes e crescentes pressões dos candidatos no sentido de tornar mais fácil o ingresso nesse nível, bem

Solon Eduardo Annes Viola, debruçando-se sobre *As Propostas Educativas das Escolas Públicas no Início do Século*¹⁴⁶ e debatendo alguns dos pressupostos teóricos que a partir do pensamento de Augusto Comte orientaram as políticas educacionais dos governos do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do período republicano, afirma que “a proposta educacional dos governantes rio-grandenses influenciados pelo positivismo assume princípios educacionais voltados para a formação da cidadania, da formação moral regeneradora, do projeto de inserção social dos trabalhadores, e da formação cultural enciclopédica da população”.¹⁴⁷ Segundo Viola, as propostas educacionais do Partido Republicano Rio-

como criou condições legais para que as escolas superiores pudessem fornecer diplomas com o mesmo valor daqueles concedidos pelas escolas federais” (CORSETTI, Berenice. *Controle e Ufanismo: A Escola Pública no Rio Grande do Sul (1889/1930)*. 537p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1998, p.140-141). Referindo-se às Reformas Rivadávia Corrêa e Carlos Maximiliano, Corsetti afirma que “à proporção em que o ensino superior se modificava pela facilidade de acesso, com a multiplicação das escolas (27 escolas superiores de 1891 a 1910) e com as alterações das condições de acesso, aumentavam as restrições a esse processo, o que iria provocar nova reforma de ensino, em 1911, efetuada por Rivadávia Corrêa que, ao diagnóstico do mau funcionamento do ensino agregou os princípios positivistas, chegando a uma série de medidas como a supressão do caráter oficial do ensino e a garantia de total liberdade e autonomia para os estabelecimentos de ensino. As medidas implementadas por Rivadávia Corrêa provocaram enormes resistências. Ao Ministro da Justiça e do Interior do governo de Venceslau Brás, Carlos Maximiliano Pereira dos Santos, coube reordenar o campo educacional. Num contexto de refluxo da influência positivista, reoficializou o ensino, reformou o Colégio Pedro II e regulamentou o ingresso nas escolas superiores. Em 1925, a Reforma João Luis Alves e Rocha Vaz, no Governo Arthur Bernardes, se constituiu na medida mais ampla promovida pela União, já que envolveu modificações em diversos aspectos do sistema escolar brasileiro, tendo buscado um acordo entre a União e os Estados visando promover a educação primária, extinguir os exames preparatórios e parcelados, herança do Império ainda vigentes, além de estabelecer processos de controle político-ideológico de estudantes e professores” (CORSETTI, 1998, p.141-142).

¹⁴⁶ VIOLA, Solon Eduardo Annes. *As Propostas Educativas das Escolas Públicas no Início do Século*. In: GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; LEAL, Elisabete (Org.). *Revisitando o Positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998.

¹⁴⁷ Ibidem, p.183. Segundo Solon Eduardo Annes Viola, “Augusto Comte entendia que a principal função social da educação era a de recompor a ordem moral de uma sociedade desarticulada pelas agitações revolucionárias que levaram a burguesia ao poder. Na situação política do Rio Grande do Sul, a organização e a universalização do sistema de ensino criariam uma nova cultura capaz de superar as formas teológicas e metafísicas do conhecimento, estabelecendo as normas morais necessárias para que, uma sociedade que vivia em permanente conflito entre elites, chegasse, enfim, a uma situação de paz interna. Comte propunha dar à educação a função de elevar as condições do homem para que tivesse aptidão no desempenho de seus compromissos sociais, colocando os interesses coletivos acima dos interesses individuais, e participando da regeneração social através do aperfeiçoamento constante dos indivíduos. Projetava-se, assim, uma educação que, além do conhecimento e da formação do espírito científico, construísse a cidadania da ordem e indivíduos de profunda formação moral. Esta era, aliás, uma tarefa própria das mulheres. Elas seriam as principais responsáveis como esposas, mães e primeiras professoras. A educação assumia o papel de condutora do comportamento social e individual, de adaptação do indivíduo e de reguladora dos princípios de conduta ética da sociedade que, a partir de então, se pretendia virtuosa e construtora de seu próprio destino político. O próprio projeto de inserção social e política através da educação produziria, também, o efeito oposto, ou seja, excluiria da cidadania os não alfabetizados, a quem a sociedade via como pessoas sem moral, distantes do comportamento ético, dos bons costumes e do civismo nacionalista” (VIOLA, 1998, p.188-189). Os cidadãos seriam formados através de uma educação cívica e disciplinadora. Ainda segundo Viola, a visão de Comte com relação à educação “[...] decorre de sua compreensão de ciências e de sociedade. O ensino básico universalizado precisaria ser enciclopédico, partindo sempre do mais simples para o mais complexo, do mais próximo para o mais distante, do concreto para o abstrato. No entanto, quando elabora sua utopia científica atribui às mulheres, a obrigação de serem as primeiras professoras de seus filhos, principalmente em função da preparação moral, só possível pelo afeto materno.

grandense buscaram seguir os três princípios comtianos básicos, quais sejam, (1) produzir uma educação universal e enciclopédica, (2) educar a partir do concreto e (3) produzir uma educação técnica e profissionalizante. Além disso, a política educacional orientou-se em três direções: (1) difusão do ensino elementar, (2) criação do ensino complementar e (3) implantação do ensino técnico profissionalizante. A educação deveria ser um preparatório para a vida profissional, qualificando e disciplinando trabalhadores, bem como deveria formar cidadãos obedientes e úteis à Pátria. Definindo os objetivos da política educacional desenvolvida no Rio Grande do Sul pelos republicanos de orientação positivista, Solon Viola afirma que “nos governos de Castilhos e Medeiros a educação era vista como lugar privilegiado para desenvolver a disciplina, a energia, o espírito de ordem, a reflexão, o patriotismo e outras qualidades na formação do caráter”.¹⁴⁸

Berenice Corsetti busca esclarecer, em sua Tese intitulada *Controle e Ufanismo - A Escola Pública no Rio Grande do Sul (1889/1930)*, “[...] o papel desempenhado pela escola pública no projeto político de desenvolvimento conservador do Rio Grande do Sul, levado a cabo pelos dirigentes gaúchos de orientação positivista que comandaram o Estado à época”.¹⁴⁹ Para realizar este estudo, Corsetti analisa o contexto histórico do Rio Grande do Sul entre os anos de 1889 e 1930; a política educacional implementada pelos dirigentes republicanos no período; a organização educacional concretizada pelo governo gaúcho; e a escola pública gaúcha, seus sujeitos e ensino desenvolvido. Em texto derivado da Tese acima mencionada e intitulado *Política e organização da educação sob o castilhismo*¹⁵⁰, Berenice Corsetti afirma que

No Rio Grande do Sul do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX, diversas modificações sociais ocorreram, entre as quais o problema da escola pública mereceu um destaque até então inexistente. Nesse período, a sociedade rio-grandense foi alvo de um processo de modernização que se constituiu na expressão da modernidade republicana,

Sugeria, então, o uso do ‘método subjetivo’, resultado das relações entre a lógica científica e os sentimentos. A educação seguiria uma evolução gradual que partindo da relação familiar prosseguiria na direção de formar técnicos e cientistas. A sistematização do conhecimento escolar estaria submetida às leis do saber enciclopédico envolvendo a matemática, a astronomia, a física, a química, a língua nacional, o grego e o latim clássicos. [...] Para Comte, este tipo de saber possuía uma escala evolutiva que seguia uma ordem objetiva e leis gerais para cada uma das ciências” (VIOLA, 1998, p.189).

¹⁴⁸ VIOLA, 1998, p.187.

¹⁴⁹ CORSETTI, 1998, p.24.

¹⁵⁰ CORSETTI, Berenice. *Política e organização da educação sob o castilhismo*. In: AXT, Gunter et al (Org.). *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

marcado por uma série de medidas definidas a partir do Estado gaúcho, que visaram a eliminação das condições que vigoraram até quase final do século XIX, marcadas pelo domínio da oligarquia rural tradicional. A implementação da escola, no âmbito das ações destinadas à expansão do ensino, integrou esse processo.¹⁵¹

Neste texto, a autora apresenta os principais elementos da organização educacional e da política do estado para o setor da educação. Como características da política relativa à educação no Rio Grande do Sul, Corsetti destaca quatro aspectos: a intervenção da bancada gaúcha no parlamento nacional (aspecto também destacado, como vimos, por Elomar Tambara), a atuação do governo gaúcho em nível estadual, a mediação com a Igreja Católica, e a construção de um imaginário republicano como criador da “consciência nacional”.

Referindo-se ao primeiro aspecto – a intervenção da bancada gaúcha no parlamento nacional – Corsetti destaca a atuação de Pinheiro Machado¹⁵² e a defesa religiosa do programa do PRR, que estabelecia a liberdade de ensino pela supressão do ensino secundário e superior; a liberdade de profissões; a liberdade, laicidade e gratuidade do ensino primário; a educação e instrução popular, e o ensino técnico-profissional. “Na prática, a idéia central era a da ‘liberdade de ensino’, que balizou a atuação da bancada gaúcha no Congresso Nacional, sempre que a questão polêmica da educação foi debatida e deliberada”.¹⁵³

Quanto à atuação do governo gaúcho em nível estadual, segundo aspecto destacado, Corsetti afirma que a educação foi utilizada como “instrumento da política de modernização do Estado”.¹⁵⁴ As principais características da atuação do governo gaúcho no setor educacional foram resumidas pela autora como sendo as seguintes:

- a) Expansão do ensino público primário, como ação fundamental do Estado;
- b) Estímulo e apoio, inclusive com verbas públicas, ao ensino técnico-profissional e superior privados;
- c) Nacionalização do ensino, especialmente nas regiões coloniais;

¹⁵¹ CORSETTI, 2005, p.203.

¹⁵² José Gomes Pinheiro Machado (1851-1915) era gaúcho de Cruz Alta. Foi aluno da Escola Militar do Rio de Janeiro e formou-se em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1878. Advogado, magistrado e pecuarista, foi deputado e senador. Foi um dos fundadores do Partido Republicano Rio-grandense e também do Partido Republicano Conservador. Político influente durante a República Velha, Pinheiro Machado foi assassinado em 1915. Informações sobre José Gomes Pinheiro Machado podem ser encontrada na página eletrônica do Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>.

¹⁵³ CORSETTI, 2005, p.205.

¹⁵⁴ *Ibidem*, p.205.

- d) **Utilização da escola como instrumento de política de saúde preventiva, através da formação da “consciência sanitária da população”**, bem como de assistência social;
- e) Contenção de despesas com a expansão do ensino, através dos mecanismos das subvenções escolares e do envolvimento das municipalidades;
- f) Centralização administrativa e uniformização pedagógica;
- g) Controle pleno do ensino público e liberdade à iniciativa privada;
- h) Utilização da escola pública para a formação da mentalidade adequada ao processo de modernização conservadora promovido pelo Estado;
- i) Diferenciação dos saberes, como parte da própria lógica da dominação e da construção do processo de modernização capitalista patrocinado pelos dirigentes republicanos de orientação positivista.¹⁵⁵

Sobre o terceiro aspecto – a mediação com a Igreja Católica – Corsetti afirma que houve uma relação de acomodação entre o Partido Republicano Rio-grandense e a Igreja Católica, mas que esta acomodação foi complicada, marcada por desavenças e conflitos, visto que a educação era um campo permanente de disputa entre, por exemplo, a iniciativa pública (Estado) e a iniciativa privada (Igreja). Segundo Corsetti, “[...] o Estado não abria mão de ser o educador por excelência do trabalhador que o capitalismo necessitava para sua consolidação e pleno desenvolvimento”, o que explicaria, segundo a autora, o grande investimento no ensino primário.¹⁵⁶

Quanto ao quarto aspecto – a construção de um imaginário republicano criador da “consciência nacional” – Corsetti aponta que a atuação do PRR no setor educacional também tinha por objetivo a construção de um imaginário social que, além de “projetar os valores indispensáveis à consolidação do modelo capitalista de sociedade”, desse “suporte de legitimação e adesão ao projeto que estava sendo implantado”.¹⁵⁷ Na conquista do imaginário social, foram utilizados a palavra escrita e falada [imprensa, discursos etc.], os símbolos e os

¹⁵⁵ CORSETTI, 2005, p.206. Destacamos o item *d*, pois este aspecto observado por Berenice Corsetti como característica da atuação do governo republicano gaúcho no setor educacional nas primeiras décadas republicanas é um dos elementos que compõem a temática central deste estudo: a higiene e a saúde nas escolas públicas gaúchas entre os anos de 1893 e 1928. Para maiores informações e esclarecimentos sobre as principais características da atuação do governo do PRR nas questões referentes ao ensino, consultar CORSETTI, 1998.

¹⁵⁶ *Ibidem*, p.207.

¹⁵⁷ *Ibidem*, p.207.

rituais: “Em paralelo, a ação mediadora com a Igreja Católica possibilitou a manipulação dos símbolos e sentimentos religiosos, bem ao gosto da perspectiva ideológica do positivismo”.¹⁵⁸

Ao abordar a organização educacional do Rio Grande do Sul na Primeira República, Berenice Corsetti destaca a utilização de instrumentos legais na implementação desta organização, como a Constituição Estadual e o orçamento do estado.

A Constituição Estadual estruturou um estado centralizador e autoritário, em que o Presidente do Estado acumulava os Poderes Executivo e Legislativo, e a Assembléia dos Representantes possuía, como já afirmamos, apenas atribuições orçamentárias. No que se refere especificamente ao setor educacional, a hierarquia estava assim definida: Presidente do Estado, Secretário do Interior e Exterior, Inspetor Geral da Instrução e, por último, inspetores, diretores, professores e demais funcionários. Segundo Corsetti, esta estrutura permaneceu praticamente inalterada até o final da década de 1920, ocorrendo modificações entre os anos de 1911 a 1927, com a supressão da Inspetoria Geral da Instrução Pública e a extinção do cargo de Inspetor Geral, ficando o serviço a cargo da Repartição Central da Secretaria do Interior e Exterior.

O estudo de Berenice Corsetti trouxe informações novas e importantes no que se refere ao orçamento estadual destinado à educação entre os anos de 1889 e 1930. Textos já consagrados na historiografia sobre o Rio Grande do Sul, como *A Arqueologia do Estado – Providência: Sobre um enxerto de idéias de longa duração*, de Alfredo Bosi¹⁵⁹, e *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*, do brasilianista Joseph Love¹⁶⁰, entre outros, destacam a grande quantidade de recursos destinados ao ensino gaúcho no

¹⁵⁸ CORSETTI, 2005, p.208. É interessante retomar aqui o estudo de José Murilo de Carvalho - *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. É válido também apontar a relação estabelecida por Corsetti entre os rituais e as escolas. Sobre esta questão, a autora afirma que os rituais “estiveram presente especialmente através das comemorações e festas cívicas destinadas à propaganda eficiente dos valores da modernidade republicana. A escola pública contribuiu eficazmente nessa tarefa. As festas escolares eram verdadeiros rituais destinados a modelar condutas, não se constituindo em eventos apenas laudatórios das personalidades mitificadas, servindo também para estimular condutas ‘positivas’, reforçando os comportamentos recomendados com o estímulo de premiações” (CORSETTI, 2005, p.208). Na Introdução do estudo organizado por Eric Hobsbawm e Terence Ranger, intitulado *A invenção das tradições*, encontramos referência à associação entre nação e fenômenos associados, como os símbolos nacionais e as interpretações históricas, por exemplo. Ver HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. Introdução: A invenção das tradições.

¹⁵⁹ BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

¹⁶⁰ LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. Tradução de Adalberto Marson. São Paulo: Perspectiva, 1975.

período em questão. Com relação aos gastos referentes à educação no período posterior à guerra civil de 1893, Love afirma que a educação encabeçava a lista das despesas públicas, geralmente representando aproximadamente um quarto dos gastos estaduais.

[...] a educação passou para segundo plano unicamente em época de guerra ou em período de mobilização, ocasião em que vinha em primeiro lugar a Brigada Militar. O Rio Grande destinou à educação uma parte de sua receita bem maior do que São Paulo ou Minas Gerais, nenhum dos quais foi capaz de forçar a aplicação de um imposto significativo sobre a propriedade rural. Com efeito, a capacidade do governo estadual para impor uma taxa de vulto sobre a propriedade e a ênfase dada ao ensino público deram à política fiscal rio-grandense uma conformação decididamente progressista, se comparada à de outros membros da Federação.¹⁶¹

Como vemos, Love ressalta, no trecho acima transcrito, não só a importância atribuída à educação pelo governo republicano gaúcho nas primeiras décadas do novo regime, como também aponta os grandes investimentos no setor.

Berenice Corsetti percebeu, porém, ao analisar os dados da receita e despesa ordinária do Rio Grande do Sul entre os anos de 1896 e 1929, e observando especialmente o procedimento adotado pelo governo no que se referia à Instrução Pública, Brigada Militar, Saúde Pública, Justiça e Polícia, que “[...] a execução orçamentária determinava a existência de ‘sobras’ de recursos, indicadas pelos saldos, que eram depois aplicados, através das despesas extraordinárias, em setores de interesse do governo”.¹⁶² Explicando mais detalhadamente como eram geradas estas “sobras” e como eram aplicadas em outros setores, Corsetti afirma que

Enquanto o Estado não aplicava todos os recursos aprovados pela Assembléia para a educação primária, outras atividades estavam recebendo recursos públicos, como o ensino técnico-profissional e superior privados, da mesma forma que obras de infra-estrutura foram patrocinadas pelo Estado, como os gastos de conservação e reparação de estradas, construção de pontes, dragagens e trabalhos hidráulicos, serviços de terra e colonização, dragagem e balisamento de canais interiores, transporte ferroviário e lacustre, entre outros que sinalizam a importante ação dos republicanos, para criar as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo na região.

¹⁶¹ LOVE, 1975, p.109.

¹⁶² CORSETTI, 2005, p.210.

Desse modo, a educação pública do Rio Grande do Sul, além de ter sido usada como importante mecanismo de legitimação dos governos republicanos, foi também transformada num instrumento da política econômica desenvolvida pelos dirigentes positivistas do sul do Brasil.¹⁶³

Como Corsetti demonstra em sua tese, o governo republicano gaúcho afirmava a suprema importância da educação, mas gerava “sobras” neste setor que eram investidas em infra-estrutura, por exemplo. Desta forma, nem todo o orçamento aprovado e destinado à educação foi efetivamente aplicado no setor.

Além da Constituição Estadual e do orçamento do estado, outros instrumentos legais utilizados na organização educacional implementada pelos dirigentes republicanos do PRR foram apontados por Berenice Corsetti, como os Regulamentos e Regimentos Internos das escolas públicas gaúchas, mas estes serão discutidos no terceiro capítulo deste estudo, quando abordarmos esta temática – escolas públicas – de forma mais minuciosa.

1.4 AS CRIANÇAS: “MATÉRIA FACILMENTE MOLDÁVEL”

Antes de abordarmos os novos significados do conceito de infância e a nova dimensão social adquirida por este personagem no Brasil e no Rio Grande do Sul em fins do século XIX e início do XX, consideramos importante esclarecer o que se entende por infância hoje e o que se entendia por infância no período de nosso estudo.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal n. 8.069, de 1990)¹⁶⁴, em seu Livro I, Título I, Artigo 2º, “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.¹⁶⁵

¹⁶³ CORSETTI, 2005, p.210.

¹⁶⁴ BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: Imprensa Nacional, 1991.

¹⁶⁵ O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa nos informa que infância é “na vida do ser humano, período que vai do seu nascimento ao início da adolescência”. Juridicamente, é o “período da vida que é legalmente definido como aquele que vai desde o nascimento até os 12 anos, quando se inicia a adolescência”. Infância é ainda, de

Entretanto, no período delimitado para este estudo, a definição do conceito de infância – faixa etária compreendida – e a distinção entre *criança* e *adolescente* não estavam claramente estabelecidas. Segundo Irene Rizzini, “no decorrer do século XIX, empregava-se à larga o termo infância para designar os anos de desenvolvimento de um indivíduo, até que atingisse a maioridade”.¹⁶⁶ Rizzini afirma ainda que “[...] em geral até os idos de 1900, não se costumava fazer distinção entre a fase da infância e da adolescência. No início do século XX, ao contrário, aparecem menções ao púbere, ao rapaz e à rapariga, normalmente em associação ao problema da criminalidade”.¹⁶⁷

Feitas estas considerações, passaremos agora a explorar os novos significados adquiridos pelo conceito *infância* em fins do século XIX e início do XX.

Abordando a infância brasileira durante o período colonial, Jurandir Freire Costa, em *Ordem Médica e Norma Familiar*¹⁶⁸, afirma que as crianças ocupavam um papel “secundário”, instrumental, não sendo o personagem principal na vida familiar daquele período. Segundo Costa, o filho “[...] era visto e valorizado enquanto elemento posto a serviço do poder paterno. A imagem do filho era, portanto, despida dos atrativos que atualmente a compõem. De hábito, ele tinha direito apenas a uma atenção genérica, não-personalizada”.¹⁶⁹

É no período delimitado para este estudo, a passagem do século XIX para o século XX, que o desconhecido universo infantil começa a ser explorado e a criança/infância é

acordo com este dicionário, “o conjunto das crianças” (HOUAISS, VILLAR, 2001, p.1611). Kátia Cibelle Machado Pirrotta afirma que “no âmbito jurídico, não há consenso internacional sobre a definição de adolescência e seus limites etários. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança define de forma genérica a criança como o ser humano com até dezoito anos de idade, não distinguindo infância de adolescência” (PIROTTA, Kátia Cibelle Machado. Juventude e Saúde Sexual e Reprodutiva: estudo com alunos da rede estadual de ensino público no município de Santos, 2005. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006. Caxambu. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_780.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2007). Claudia Azucena Pechín, já citada anteriormente, faz uma distinção entre “criança” (em espanhol, *niño*) e “infância” (em espanhol, *infancia*): “Si bien en los documentos aparecen los términos ‘infancia’ y ‘niñez’ como sinónimos, la distinción entre ambos conceptos puede resultar útil para la reflexión, ya que mientras ‘niñez’ indica un sujeto concreto, ‘infancia’ significa – según el diccionario – ‘primer estado de una cosa después de su nacimiento o erección’. Es decir, primer estado de una generación, de un conjunto de niños que, en el devenir, se constituyen como tales [...]” (PECHÍN, 2004, p.66-67).

¹⁶⁶ RIZZINI, 1997, p.222.

¹⁶⁷ Ibidem, p.222. Reforçando o que afirmamos anteriormente sobre a *infância* ser uma construção social, Kuhlmann Jr. afirma que “infância tem um significado genérico e, como qualquer outra fase da vida, esse significado é função das transformações sociais: toda sociedade tem seus sistemas de classes de idade e a cada uma delas é associado um sistema de status e de papel” (KUHLMANN JR., 1998, p.16).

¹⁶⁸ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

¹⁶⁹ Ibidem, p.153.

colocada sob as lentes dos especialistas. É neste período que a infância abandonada, a mortalidade infantil, as moléstias de criança e a busca de legitimação pelos médicos se cruzam e se relacionam. Buscando ampliar seu espaço de atuação, os médicos apresentavam-se cada vez mais como indispensáveis nos cuidados para com os pequenos.

Segundo Margareth Rago, em estudo intitulado *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar: Brasil: 1890 – 1930*, de uma posição secundária, como foi destacado por Jurandir Freire Costa em relação ao período colonial brasileiro, “[...] a criança foi paulatinamente separada e elevada à condição de figura central no interior da família, demandando um espaço próprio e atenção especial [...]”.¹⁷⁰ Espaço próprio e atenção especial significavam, entre outras coisas, alimentação, vestuário, brinquedos e horários especiais, bem como cuidados baseados nos saberes da pediatria, puericultura e pedagogia, por exemplo.

Retomando alguns aspectos já desenvolvidos, relembramos que a proclamação da República brasileira, ocorrida em 1889 e que se constitui em marco dessa transição, estabeleceu novos projetos e perspectivas para as elites brasileiras: o Brasil deveria se tornar um país moderno, urbano e civilizado, tudo isto através do trabalho de especialistas nas áreas da medicina, da engenharia e da educação. Os espaços urbanos, os valores e os comportamentos da população seriam “reformados”. Homens e mulheres deveriam ser higiênicos, sadios e moralizados, bons trabalhadores e membros de uma família que deveria atender aos critérios da monogamia, conjugalidade, fidelidade e reprodutividade. A República trouxe consigo um novo modelo de cidadão, que seria alcançado através da medicina e dos especialistas. É neste cenário que vemos surgir a figura do “reizinho da família”, expressão citada por Rago.

“Vencer o atraso colonial”, “transformar o Brasil numa Paris dos trópicos”, passaria, necessariamente, por uma higienização, moralização e normatização da população, projeto este que incluiria a infância. O poder médico, ao outorgar-se um papel de importância vital na recuperação da infância e na normatização / higienização da família, importantes elementos

¹⁷⁰ RAGO, 1985, p.117.

na construção da pátria que se desejava, experimentou uma crescente participação nas ações governamentais.¹⁷¹

Os anseios e objetivos da elite política brasileira identificados com as palavras “modernidade”, “civilização” e “urbanização”, entre outras, também imprimiram suas marcas, suas características na idéia, no conceito de infância do início do período republicano. “Matéria facilmente moldável”, “matéria-prima”, “reserva dos homens do Brasil”, “adulto em formação” e “futuro de uma pátria em gestação” são algumas das expressões encontradas em estudos sobre a infância no final do século XIX, revelando a percepção do período.

Margareth Rago, em seu já citado trabalho *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar: Brasil 1890 – 1930*, apresenta esta percepção de infância como “matéria facilmente moldável”.

Matéria facilmente moldável, o Estado deveria preocupar-se em formar o caráter da criança, inculcando-lhe o amor ao trabalho, o respeito pelos superiores em geral, as noções de bem e mal, de ordem e desordem, de civilização e barbárie, enfim, os princípios da moral burguesa.¹⁷²

Semelhante idéia sobre a infância é apresentada por James E. Wadsworth, em seu estudo sobre a atuação do dr. Moncorvo Filho¹⁷³ que, em 1899, criou o IPAI (Instituto de Proteção e Amparo à Infância). O autor afirma que “para Moncorvo Filho, as crianças possuíam um valor intrínseco, pois representavam a **matéria-prima** a partir da qual a futura força de trabalho poderia ser moldada”.¹⁷⁴

Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura, autora que trabalhou a infância desamparada na República Velha¹⁷⁵, revela-nos a percepção vigente no período em relação

¹⁷¹ Para um panorama mais amplo dos projetos e propostas para o progresso e modernização do Brasil, ver HERSCHMANN, PEREIRA, 1994.

¹⁷² RAGO, 1985, p.121. [grifo nosso]

¹⁷³ WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol.19, n.37, set. 1999. Não paginado. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 10 dez. 2003.

¹⁷⁴ Ibidem, [s.p.].

¹⁷⁵ MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol.19, n.37, set. 1999. Não paginado. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 10 dez. 2003.

à infância, através do discurso do Deputado Nicanor Nascimento, no qual as crianças são apresentadas como o “futuro da nação”.

Em 1918, o Deputado Nicanor Nascimento, em meio à discussão no Congresso Nacional sobre o trabalho de crianças e adolescentes, ressalta que nos menores está a “**reserva dos homens do Brasil**”. Aqueles que “têm hoje dez, doze anos, serão dentro de oito ou dez anos a Nação” enfatiza, e conclui que a geração do presente terá passado, as suas energias “ter-se-ão extinguido e serão esses homens que virão resolver todos os problemas militares e econômicos da Nação”.¹⁷⁶

“Sementes do futuro”, as crianças despertavam, na passagem para o século XX, cuidados e preocupações. A recém-surgida figura do “reizinho da família” e a sua grande importância dentro do ideal de família – nuclear e higiênica – possibilitou a interferência dos médicos higienistas no interior das famílias, buscando a transformação de hábitos populares. Os especialistas buscavam transformar e desautorizar crenças e práticas consideradas primitivas, o que incluía práticas tradicionais relacionadas ao recém-nascido e que até então eram domínio feminino passado de geração para geração. A infância era agora preocupação de médicos, juristas, pedagogos e governantes. O país assistia à multiplicação de creches, escolas e outras instituições voltadas para a infância.

Segundo Irene Rizzini,

A criança deixa de ocupar uma posição secundária e mesmo desimportante na família e na sociedade e passa a ser percebida como valioso patrimônio de uma nação; como *‘chave para o futuro’*, um ser em formação – *‘ductil e moldável’* – que tanto pode ser transformado em *‘homem de bem’* (elemento útil ao progresso da nação) ou num *‘degenerado’* (um vicioso inútil a pesar nos cofres públicos).¹⁷⁷

Entre os governantes do Rio Grande do Sul, a percepção sobre a infância era a mesma no período em questão. Em Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior de 1895, o titular desta Secretaria, o Dr. João Abbott, ao escrever sobre a necessidade de criação de uma escola correcional para *menores vadios, vagabundos e desvalidos*, afirma que “educal-as [as crianças] e instruil-as é prevenir males futuros, é preparar o cidadão de

¹⁷⁶ MOURA, 1999, [s.p.]. [grifo nosso]

¹⁷⁷ RIZZINI, 1997, p.25.

amanhã”.¹⁷⁸ A infância gaúcha e as preocupações do governo republicano gaúcho a ela relacionadas serão discutidas nos próximos capítulos deste estudo.

¹⁷⁸ SIE.3 – 003 (Introdução, 1895/1896, p.5).

CAPÍTULO II – A INFÂNCIA GAÚCHA

Ao invés da iluminação azeite de peixe, a luz elétrica; ao invés da ‘maxambomba’ – que não matava ninguém -, o ‘elétrico’ e o ‘auto’, que, como epidemias, estão sempre fazendo vítimas – o que o progresso nos trouxe. É doloroso – mas é bonito. [...] Temos postes telefônicos e de luz elétrica, que nos trazem à casa, de longe, num relâmpago, a palavra e a luz. Mas, ah! Como nos falta tanta coisa... Faltam-nos a nossa infância descuidada e a nossa mocidade sonhadora.¹⁷⁹

As palavras do já citado cronista Achylles Porto Alegre expressam a preocupação de diversos setores da sociedade brasileira e gaúcha em fins do século XIX e início do século XX: o Brasil e o Rio Grande do Sul buscavam o moderno – a luz elétrica, o “auto” – mas ainda tinham sérios e urgentes problemas, como a “infância descuidada” identificada pelo nosso cronista.

Neste segundo capítulo, nossa proposta é desenvolver questões relacionadas à infância que preocupavam diversos setores da sociedade brasileira e gaúcha, em especial, os maus tratos contra crianças, o trabalho infantil, a mortalidade, a infância desamparada e a criminalidade infantil. Num primeiro momento, abordaremos estas questões a partir da bibliografia produzida em âmbito nacional e regional. Num segundo momento, desenvolveremos especificamente a questão da mortalidade infantil, através das impressões do médico Protasio Alves – complementadas pelas de outros médicos que também ocuparam a Diretoria de Higiene –, e do médico paulista Euclides de Castro Carvalho. A criminalidade infantil será analisada no último ponto deste capítulo, no qual enfocaremos os *menores* presos na Casa de Correção de Porto Alegre.

2.1 A “NOSSA INFÂNCIA DESCUIDADA”: DESVENDANDO UM CONTEXTO

Segundo Irma Rizzini, em *Assistência à Infância no Brasil: uma análise de sua construção*¹⁸⁰, no início do século XX,

¹⁷⁹ PORTO ALEGRE, 1994, p.25

¹⁸⁰ RIZZINI, Irma. *Assistência à Infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

As crianças nas ruas, nos asilos, nas famílias, nas fábricas e oficinas, a mortalidade e a criminalidade infantil, são temas que preocupam diversas categorias profissionais da época, aquecendo as discussões e provocando o surgimento de propostas, projetos, leis, no sentido de proteger e assistir a infância “desvalida”, mas também de aliviar a consciência de uma sociedade envergonhada e ameaçada com a sua presença.¹⁸¹

Como já afirmamos no primeiro capítulo desta Dissertação, no final do século XIX e início do século XX intensificam-se as discussões em torno da infância e de questões relativas a ela, como a mortalidade infantil e a criminalidade. Médicos, juristas, educadores e governantes, entre outros setores das elites brasileira e gaúcha, discutiam essas questões e propunham ações. A realização dos *Congressos da Criança*, como o 3º Congresso Americano da Criança – CAC – e o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, realizados simultaneamente no Rio de Janeiro em 1922, durante a Exposição Internacional comemorativa ao Centenário da Independência, confirmam essa preocupação crescente com a infância.

Analisando a documentação relativa ao 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, Moysés Kuhlmann Jr.¹⁸² nos informa que o CBPI / 3º CAC foi dividido em 5 seções: Sociologia e Legislação, Assistência, Pedagogia, Medicina e Higiene, e reuniu diversos setores envolvidos nas discussões sobre a infância. A comissão do Rio Grande do Sul estava entre as 20 comissões estaduais presentes ao evento. O CBPI tinha por objetivo, segundo Kuhlmann Jr., “[...] tratar de todos os assuntos que direta ou indiretamente se refiram à criança, tanto no ponto de vista social, médico, pedagógico, higiênico, em geral, como particularmente em suas relações com a Família, a Sociedade e o Estado [...]”.¹⁸³

Este mesmo autor ressalta que o eixo principal dos *Congressos da Criança* girava em torno de questões relativas à proteção à infância, destacando que este não foi um movimento exclusivamente brasileiro ou um “reflexo tardio” com relação à Europa, e enfatizando que

A proteção à infância é o motor que a partir do final do século XIX impulsiona em todo o mundo ocidental a criação de uma série de associações

¹⁸¹ RIZZINI, 1993, p.25-26.

¹⁸² KUHLMANN JR., Moysés. A circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moysés (Org.). *Os Intelectuais na História da Infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

¹⁸³ *Ibidem*, p.465.

e instituições para cuidar da criança, sob diferentes aspectos: da sua saúde e sobrevivência – com os ambulatórios obstétricos e pediátricos; dos seus direitos sociais – com as propostas de legislação e de associações de assistência; da sua educação e instrução – com o reconhecimento de que estas podem ocorrer desde o nascimento, tanto no ambiente privado, como no espaço público. Nesse processo, distribuem-se competências e atribuições do Estado e da sociedade, delimitam-se os campos jurídico, médico, assistencial, educacional, assim como se debatem definições legais e normativas.¹⁸⁴

Para que possamos identificar os condicionantes que interferiram na elaboração de propostas e de projetos para a proteção da infância, torna-se fundamental um diagnóstico das condições da infância brasileira e gaúcha nas últimas décadas do século XIX. De acordo com Irma Rizzini, “o problema da infância maltratada começa a se esboçar com as denúncias médicas dos maus tratos recebidos por filhos de pais das ‘classes desafortunadas’”.¹⁸⁵ Segundo esta autora, médicos como o Dr. Moncorvo Filho¹⁸⁶ identificavam na ignorância dos pais a explicação para este problema. Além disso, apontavam o alcoolismo na infância, a alimentação inadequada e os castigos físicos como “venenos” contra a infância.

No que se refere, especificamente, ao alcoolismo¹⁸⁷, Rizzini destaca que “na crença popular, o álcool era tido como fortificante ou como calmante, dependendo da bebida” e que o vinho e a aguardente eram as bebidas mais comumente dadas a crianças.¹⁸⁸ Já a má alimentação estava associada, muitas vezes, à má qualidade dos gêneros alimentícios, mas também a outra questão muito discutida no período, principalmente pelos médicos, a falta de preparo das mães para cuidarem de seus filhos pequenos. A mulher aparecia como figura-chave na família – era mãe, esposa e provedora¹⁸⁹ – e enquanto responsável pelos cuidados

¹⁸⁴ KUHLMANN JR., 2002, p.464. Moysés Kuhlmann Jr. afirma ainda que esta distribuição de competências não é estanque e corporativa.

¹⁸⁵ RIZZINI, 1993, p.26.

¹⁸⁶ O Dr. Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo Filho (1871-1944), filho do Dr. Carlos Arthur Moncorvo de Figueiredo (1846-1901), este considerado o fundador da pediatria científica no Brasil, fundou e consolidou, em 1899, o IPAI – Instituto de Proteção e Assistência à Infância, com filiais por todo o Brasil. Médico higienista, Moncorvo Filho escreveu quase 400 obras em defesa da infância. Para maiores informações sobre o Dr. Moncorvo Filho e a sua atuação, ver Kuhlmann Jr. (2002), Wadsworth (1999) e Irene Rizzini (1997). A atuação do Dr. Moncorvo Filho será melhor desenvolvida ainda neste capítulo.

¹⁸⁷ O alcoolismo era considerado, juntamente com a tuberculose e a sífilis, um dos grandes males do período.

¹⁸⁸ RIZZINI, 1993, p.26.

¹⁸⁹ Sobre a exaltação do papel da mulher na família, especificamente no período em questão, alguns textos atribuem ou reforçam a relação entre esta questão e a influência do positivismo. Em seu texto *O cotidiano da república: elite e povo na virada do século*, Sandra Jatahy Pesavento afirma que “neste sentido, seu papel [da mulher] na sociedade estava selado: nascida ‘encantadora menina’, ‘anjo de pureza’, crescia ‘casta donzela’ e ‘filha obediente’, para tornar-se ‘fiel esposa’ e ‘mãe dedicada’ [...]. O positivismo consagrava a mulher como o

dos filhos – higiene, educação, alimentação, etc. – era vista como uma das responsáveis pela situação preocupante em que se encontrava a infância no início do período republicano brasileiro. Concomitantemente, dava-se a desautorização, por parte dos especialistas, de crenças e práticas adotadas com os recém-nascidos e as crianças, que passaram a ser consideradas primitivas e ultrapassadas.

Em seu estudo *Ordem Pública e Moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*¹⁹⁰, Cláudia Mauch define da seguinte forma o papel ideal atribuído às mulheres no período: “A virtude feminina estaria no recato e pudor, elementos essenciais para o cumprimento da alta missão que lhes teria sido investida por ‘Deus’ e pela ‘natureza’: a maternidade”.¹⁹¹

As mães deveriam, segundo os médicos, ser educadas para cuidarem de seus filhos, recebendo orientações básicas sobre a gestação, o trato com o recém-nascido, alimentação, doenças infantis e higiene. Esta educação poderia ocorrer através da imprensa escrita, do rádio, de publicações populares e de serviços profissionais.¹⁹²

No que se refere aos castigos físicos, Irma Rizzini afirma que, para o Dr. Moncorvo Filho, estes eram resultantes, em primeiro lugar, do alcoolismo dos pais.¹⁹³ Já Silvia Maria Fávero Arend, em estudo sobre a família popular porto-alegrense no final do século XIX, traz outros interessantes elementos relacionados ao tema. Ao trabalhar com processos penais, a autora afirma que um pequeno número destes aborda atitudes violentas entre adultos e crianças.

‘sexo afetivo’, reserva moral da sociedade, freio dos maus instintos e suavizadora de conflitos. Sua permanência no lar, dedicada à educação dos filhos e a fornecer bons exemplos, era uma garantia de manutenção da ordem social” (PESAVENTO, 1998, p.72). José Murilo de Carvalho, por sua vez, em texto intitulado *Entre a Liberdade dos Antigos e dos Modernos*, afirma, ao abordar as propostas dos positivistas ortodoxos brasileiros, que “algumas propostas, como as que se referiam à exaltação do papel da mulher e da família, estavam sem dúvida dentro de uma tradição cultural enraizada. Mas seus efeitos eram antes de natureza conservadora, na medida em que reforçavam o patriarcalismo vigente” (CARVALHO, 1999, p.100). Como vemos, José Murilo de Carvalho não relaciona a exaltação do papel da mulher e da família à influência do positivismo, como o faz Pesavento, mas identifica esta exaltação como aspecto já presente, enraizado, na tradição cultural brasileira.

¹⁹⁰ MAUCH, Cláudia. *Ordem Pública e Moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

¹⁹¹ Ibidem, p.98.

¹⁹² DILL, Aidê Campello. *A criança sob inspiração positivista no Rio Grande do Sul (1898 – 1928)*. 234p. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999, p.102.

¹⁹³ RIZZINI, 1993, p.27.

Segundo Arend, “esse conflitos deviam ser bastante freqüentes, mas a maioria acabava sendo resolvida sem a intervenção da Polícia e/ou da Justiça”.¹⁹⁴ Ao analisar, entre outros casos, o de um menino de 9 anos, vítima de uma “sova”, a autora afirma que o uso de violência contra crianças era aceito, de maneira geral, por adultos de diversas camadas sociais. Para a mesma autora, “as atitudes violentas empregadas contra crianças eram, entre outras, uma tentativa de disciplinarização com vistas à formação para o trabalho”.¹⁹⁵ Os castigos não deveriam, portanto, ferir ou mutilar o corpo das crianças a ponto de impedir o trabalho.¹⁹⁶

O trabalho infantil também era uma das preocupações e tema de debates e discussões na passagem do século XIX para o XX. Irma Rizzini afirma, tomando como referência a organização do mercado de trabalho após a abolição da escravidão, que este era

[...] condição básica para que as relações capitalistas de produção pudessem dominar plenamente a economia brasileira. Este mercado de trabalho é formado por imigrantes, [...] e pela população pobre das cidades, inclusive mulheres e crianças. A organização de um mercado de trabalho incluía a preparação do trabalho do menor aos requisitos da produção artesanal e fabril, formando desde cedo a futura mão-de-obra da indústria. Vários institutos surgem com essa preocupação [...].¹⁹⁷

Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura, em estudo sobre a *Infância Operária e Acidente do Trabalho em São Paulo*¹⁹⁸, afirma que crianças estavam inseridas no trabalho industrial paulista já em 1870, e nas mais variadas funções. Nos primeiros anos do século XIX, os menores já estão, segundo Moura, “[...] plenamente incorporados ao processo produtivo e são vítimas freqüentes de acidentes do trabalho nos estabelecimentos industriais [...]”.¹⁹⁹ Segundo Irma Rizzini, as condições de trabalho das crianças eram “as piores possíveis”: coação através de castigos corporais, ameaças, dispensas, multas, disciplina rígida e falta de higiene do ambiente de trabalho eram alguns dos aspectos denunciados pela

¹⁹⁴ AREND, 2001, p.43.

¹⁹⁵ Ibidem, p.44.

¹⁹⁶ No último capítulo da Dissertação, abordaremos a questão dos castigos físicos nas escolas públicas primárias gaúchas.

¹⁹⁷ RIZZINI, 1993, p.31.

¹⁹⁸ MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. *Infância Operária e Acidente do Trabalho em São Paulo*. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História da criança no Brasil*. 5.ed. São Paulo: Contexto, 1998.

¹⁹⁹ Ibidem, p.118-119.

imprensa no período.²⁰⁰ Moura acrescenta ainda à lista a jornada excessiva, o trabalho noturno, a falta de segurança e a baixa remuneração. Tanto Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura quanto Vera Regina Beltrão Marques, autora que desenvolveu estudo sobre *Histórias de higienização pelo trabalho: crianças paranaenses no novecentos*²⁰¹, relacionam o emprego da mão-de-obra infantil à possibilidade de diminuição dos custos de produção. Segundo Marques,

A entrada de crianças no mercado de trabalho concretizou um dos grandes anseios do empresariado, pois ao possibilitar a diminuição dos custos de produção contribuiu para aumentar a acumulação do capital. Crianças-operárias recebiam salários irrisórios para operar máquinas projetadas para adultos nas quais produziam tanto quanto estes. Porém não esqueçamos o detalhe: empresários importaram máquinas adaptadas aos pequenos para que, nelas, eles pudessem docilmente render mais.²⁰²

Desconhecemos a existência de estudos específicos sobre o trabalho infantil no Rio Grande do Sul ou em Porto Alegre, mas dispomos de informações sobre sua ocorrência.²⁰³ Retomando o estudo de Silvia Maria Fávero Arend sobre a família popular porto-alegrense no final do século XIX, constata-se que

Para os populares, os filhos, após certa idade (em torno de 7 anos), deixavam de ser “uma boca a mais” para se tornarem mão-de-obra. As meninas, de maneira geral, trabalhavam nos serviços domésticos, ao passo que os meninos ajudavam nos botequins e vendas e também nas tarefas domésticas.²⁰⁴

Em relação ao trabalho infantil, é oportuno ressaltar que, embora os excessos fossem condenados, este era visto, primordialmente, como meio para regeneração e moralização da criança, para evitar “desvios” ou como forma para corrigi-los. Essas atribuições regeneradoras podem ser vislumbradas nas propostas para a infância desamparada e para a contenção da

²⁰⁰ RIZZINI, 1993, p.32.

²⁰¹ MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Histórias de higienização pelo trabalho: crianças paranaenses no novecentos*. *Cadernos CEDES*, Campinas, v.23, n.59, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

²⁰² *Ibidem*, p.59.

²⁰³ Alguns Relatórios da Instrução Pública trazem informações sobre crianças que abandonam a escola por precisarem trabalhar. Um exemplo pode ser encontrado nas palavras do Inspetor Arthur Toscano Barbosa no Relatório de 1899 (SIE.3 – 007).

²⁰⁴ AREND, 2001, p.67.

criminalidade infantil. É esta percepção, em grande medida, que determinará que em nenhum momento o trabalho do menor seja questionado.

Tenta-se somente regulamentá-lo e tornar a criança trabalhadora mais apta, com a criação de institutos e escolas profissionais. A tentativa de impor uma legislação específica sobre o trabalho do menor, o legaliza perante a sociedade e o Estado, que o concebem como um meio eficaz de prevenir o desvio e fomentar a “economia nacional”.²⁰⁵

No que se refere à mortalidade infantil, observou-se que “a partir de estudos demográficos, [...] é eleita como um dos mais sérios problemas que afetam a infância, gerando não só uma série de estudos [...], mas também propostas, projetos e iniciativas assistenciais visando a saná-la”.²⁰⁶

Em nível nacional, os índices da mortalidade infantil preocupavam, enormemente, médicos, governantes e defensores da infância. Os médicos procuravam apontar as causas da mortalidade infantil, destacando a hereditariedade, a ignorância e a pobreza como sendo as causas gerais. Relacionadas à hereditariedade estavam a sífilis e o alcoolismo. A ignorância se manifestava, como já mencionamos, nos cuidados inadequados das mães para com seus filhos. Dentre as causas mais específicas da mortalidade infantil, os médicos destacavam, entre outras, os transtornos digestivos, os distúrbios respiratórios e as causas natais e pré-natais.

Irma Rizzini também aponta como fatores para o alto índice da mortalidade infantil a herança alcoólica, a tuberculose, a sífilis, a dieta inadequada e insuficiente, problemas higiênicos das habitações e a ignorância dos pais sobre higiene e puericultura.²⁰⁷ Como veremos no próximo ponto deste capítulo, o Rio Grande do Sul também apresentava elevados índices de mortalidade infantil, o que foi apontado e discutido não apenas pelo Dr. Protasio Alves e por outros médicos que trabalharam na Diretoria de Higiene, como também por outros médicos, como o Dr. Euclides de Castro Carvalho, médico paulista que trabalhou no estado e escreveu, como veremos mais adiante, um estudo sobre o estado sanitário do RS.

²⁰⁵ RIZZINI, 1993, p.32.

²⁰⁶ Ibidem, p.33.

²⁰⁷ Ibidem, p.32-33.

Um outro aspecto relacionado à mortalidade de crianças merece a nossa atenção: o que representava, social e economicamente, a perda de crianças. Referindo-se à preocupação dos médicos com os crescentes índices de mortalidade infantil, Margareth Rago afirma que

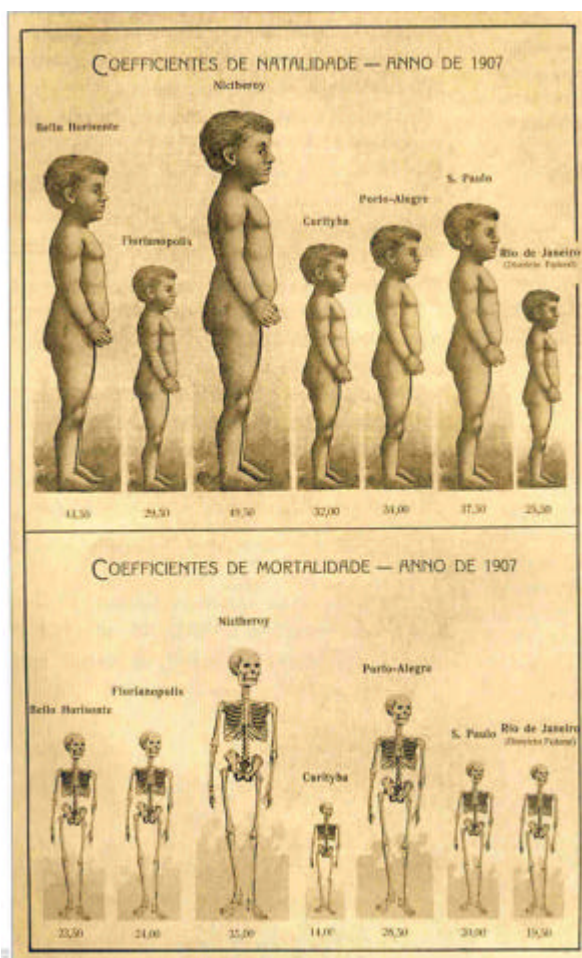
Refletindo sobre o tema, a literatura médica procura detectar as causas do fenômeno, elabora estatísticas e quadros comparativos referentes à situação em outros Estados e mesmo entre países. Certamente, o problema não era novo, mas neste momento histórico adquire dimensões inusitadas no discurso médico, criminologista, dos industriais, principalmente pela ameaça de despovoamento que representava para a nação.²⁰⁸

A citação acima nos permite observar que a mortalidade infantil representava o choque entre a prática da “compra de braços” e a morte dos “futuros homens do Brasil”, que transformariam o Rio Grande do Sul e o país e que levariam o Brasil ao progresso. As doenças e a mortalidade representavam prejuízos econômicos, visto que a criança seria, amanhã, o trabalhador, o produtor e, também, o consumidor. Encontramos, tanto nos Relatórios estaduais como em outros estudos, cálculos para avaliação do quanto se perdia, monetariamente, com a mortalidade.²⁰⁹

²⁰⁸ RAGO, 1985, p.125.

²⁰⁹ No Relatório de 1894, o Dr. Protasio Alves calculou, com base em estudos realizados por ingleses, que mais de mil contos de réis eram perdidos em vidas humanas em Porto Alegre enquanto não se realizavam as obras de saneamento (SIE.3 – 001, Higiene, 1894, p.98).

FIGURA 4 – Coeficientes de Natalidade e Mortalidade (1907)



BOTELHO, Tarcísio. Contando os milhões. *Nossa História*, Rio de Janeiro, ano 1, n.4, p.77, fev. 2004.

James Wadsworth, em seu estudo sobre os modelos ideológicos e institucionais de assistência à infância idealizados e promovidos pelo Dr. Arthur Moncorvo Filho, afirma, ao tratar da campanha contra as moscas por este liderada, que

Cálculos desta natureza eram freqüentes entre higienistas e ativistas da época, que procuravam determinar o custo econômico dos problemas sociais como estratégia para tentar despertar a consciência da necessidade de reformas. Não obstante, avaliações deste gênero evidenciam claramente os interesses econômicos das elites brasileiras nas crianças e as motivações econômicas em relação à legislação de assistência à infância.²¹⁰

²¹⁰ WADSWORTH, 1999, [s.p.].

Ainda segundo Wadsworth, o governo brasileiro adotou este mesmo raciocínio – cálculo do custo monetário da mortalidade infantil – no Código de Menores de 1927²¹¹. A criança deveria ser legalmente protegida, pois “representava um recurso econômico e social para a nação”.²¹² Irma Rizzini também aponta a relação entre capital e vida, afirmando que “começa a tornar-se corrente na época, a relação entre capital e vida; combate à mortalidade infantil e investimento econômico”.²¹³ Essa relação também aparece na documentação que analisamos, como será apontado mais adiante, quando destacaremos os diagnósticos e preocupações do Dr. Protasio Alves com relação à mortalidade infantil no Rio Grande do Sul.

Além da crescente preocupação com a saúde infantil, vemos surgir, em fins do século XIX e início do XX, as primeiras grandes instituições de assistência e proteção à infância doente e desamparada, bem como os primeiros institutos correcionais e profissionalizantes.

As questões relacionadas à infância, como a infância desamparada e em conflito com a lei, já vinham sendo discutidas no Brasil pelas elites pensantes, desde pelo menos o início do Segundo Reinado, mas sem planos ou projetos elaborados. Buscava-se empregar modelos bem-sucedidos no exterior. Desde os tempos coloniais, a assistência e a proteção à infância em situação de risco foram monopolizadas pela Igreja Católica. Durante o Império, novas soluções foram ensaiadas pelo Estado e pela Igreja, mas ainda de forma caritativa e efêmera.²¹⁴ Esse panorama começou a se transformar em fins do século XIX.

A idéia de saúde não estava, no período em questão, relacionada apenas à saúde física infantil, mas também a um comportamento considerado “saudável”. A criança saudável não era apenas a criança fisicamente saudável, mas também a criança disciplinada, higienizada e moralizada. Seguindo este raciocínio, acreditamos ser importante destacar um aspecto desenvolvido por Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura, em estudo intitulado *Meninos e meninas de rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do*

²¹¹ O Código de Menores de 1927 consolidou, no Brasil, as leis de assistência e proteção aos menores.

²¹² WADSWORTH, 1999, [s.p.].

²¹³ RIZZINI, 1993, p.33.

²¹⁴ MARCILIO, Maria Luiza. O Menor Infrator e os Direitos da Criança no Século XX. In: LOURENÇO, Maria Cecília França (Org.). *Direitos Humanos em Dissertações e Teses da USP: 1934-1999*. São Paulo: EDUSP, 2000.

adolescente na República Velha, e no qual refere a existência não da “infância”, mas de “infâncias” ou então de uma “infância multifacetada”.²¹⁵

Os defensores da infância brasileira deparavam-se, ao final do século XIX, com problemas de “infâncias” bastante distintas: a infância das camadas privilegiadas e a infância desamparada, abandonada, marginalizada. Havia um choque, um abismo, entre a infância que se desejava ter, associada a termos como amor, ternura e alegria de viver e que representaria o progresso do país no porvir; e a realidade de crianças abandonadas, desamparadas, em perigo ou já consideradas perigosas.

A infância, segundo Irene Rizzini, apresentava uma dupla simbologia: *a criança*, esperança e futuro da nação; e *o menor*, uma ameaça à sociedade.²¹⁶ Desta visão ambivalente, surgiu um discurso ambíguo, em que a criança aparecia como um ser que precisava de proteção, mas que também deveria ser contido.

Nas ruas, as crianças deixavam de ser crianças e se transformavam em *menores*, categoria jurídica socialmente construída. Ainda segundo Irene Rizzini, ser um *menor* era “[...] carecer de assistência, era sinônimo de pobreza, baixa moralidade e periculosidade”.²¹⁷ Os *menores* eram os filhos dos pobres, não educados nos padrões de moralidade vigentes e, desta forma, passíveis de intervenção judiciária.²¹⁸

A preocupação com a infância desamparada e com a saúde infantil fica clara quando observamos, no período delimitado para este estudo, a existência de um número considerável de instituições voltadas para a infância. Entre estas instituições, podemos citar o IPAI –

²¹⁵ MOURA, 1999, [s.p.].

²¹⁶ Segundo Irene Rizzini, a criança mais visada pelas elites brasileiras na transição do século XIX para o XX era a que carecia de proteção do Estado, precisando ser “corrigida” ou “reeducada” (RIZZINI, 1997, p.64). Esta preocupação era dirigida aos estratos empobrecidos da população.

²¹⁷ RIZZINI, 1997, p.223. Fernando Torres Londoño, em *A Origem do Conceito Menor*, afirma que “na passagem do século, *menor* deixou de ser uma palavra associada à idade, quando se queria definir a responsabilidade de um indivíduo perante a lei, para designar principalmente as crianças pobres abandonadas ou que incorriam em delitos” (LONDOÑO, Fernando Torres. *A Origem do Conceito Menor*. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História da criança no Brasil*. 5.ed. São Paulo: Contexto, 1998, p.142).

²¹⁸ Segundo Irene Rizzini, os domínios médico e jurídico eram complementares na atuação sobre a infância neste período. “Em conclusão: a aparente falta de atrito entre os domínios médico e jurídico deu-se por serem complementares, pois não havia uma criança como objeto que demandava intervenção, mas duas. À criança pobre, cujo seio familiar era visto como ignorante, mas não imoral, reservava-se o cuidado médico e o respaldo higienista. À criança que perdera sua inocência (ou encontrava-se em perigo de...), logo pervertida, portanto criminosa – a Justiça” (RIZZINI, 1997, p.97-98).

Instituto de Proteção e Amparo à Infância – fundado em 1899, no Rio de Janeiro, pelo já citado Dr. Moncorvo Filho. Moncorvo Filho estabeleceu metas bastante ambiciosas para o IPAI, entre as quais estavam as de “[...] inspecionar e regular as amas de leite, estudar as condições de vida das crianças pobres, providenciar proteção contra o abuso e a negligência para com menores, inspecionar as escolas, fiscalizar o trabalho feminino e de menores nas indústrias”.²¹⁹ Além disso, ele propunha “[...] campanhas de vacinação, disseminação de conhecimentos sobre doenças infantis [...]”.²²⁰ A criação de institutos para a proteção da infância, um hospital para crianças carentes, a criação de instituições semelhantes ao Dispensário Moncorvo e o estabelecimento de cooperações entre governos federal, estadual e municipal para proteção de jovens e crianças complementavam as metas.

Em 1919, Moncorvo Filho criou o Departamento da Criança no Brasil, a primeira iniciativa de abrangência nacional e com previsão de atuação em diversas frentes, com administração de cursos educativos em puericultura e higiene infantil destinado às mães. Mas a prioridade continuou sendo o atendimento às famílias pobres.²²¹

Ao buscarmos informações sobre a existência ou não de instituições como o IPAI no Rio Grande do Sul para o período em questão, encontramos as seguintes informações na Tese de Aidê Campello Dill, intitulada *A Criança Sob Inspiração Positivista no Rio Grande do Sul (1898 – 1928)*:

Diante da problemática do mundo infantil, e para evitar a desintegração familiar, incentivam-se movimentos assistenciais em defesa dos direitos da infância ora em forma de contribuições espontâneas, ora em recolhimento e distribuição de gêneros de primeira necessidade ou atendimento à saúde da criança.

A sociedade gaúcha, através de associações femininas, instituições filantrópicas, religiosas e do comércio, procura integrar-se a estes movimentos. Algumas soluções emergenciais são aplicadas em defesa da criança como a “festa da caridade”, promovida pelas senhoras associadas do Clube Caixeiral.²²²

²¹⁹ WADSWORTH, 1999, [s.p.].

²²⁰ Ibidem, [s.p.].

²²¹ RIZZINI, 1997, p.93-94.

²²² DILL, 1999, p.87.

Ainda segundo Dill, os movimentos e medidas de proteção e assistência à infância gaúcha contavam com a participação de senhoras porto-alegrenses e suas famílias, de autoridades governamentais e de movimentos filantrópicos²²³. A relação entre o estado (governos estadual e municipal) e as instituições de proteção e amparo à infância, contudo, não fica clara. Seguindo com o estudo de Dill sobre a infância gaúcha entre os anos de 1898 e 1928, este nos informa que

Os governos estadual e municipal apóiam essas instituições através de subvenções financeiras e fazem doações de prédios ou terrenos para construção de casas para tal fim, e as mais importantes são: Orfanato Santo Antônio Pão dos Pobres, Sociedade Asilo da Previdência, Orfanato Nossa Senhora da Piedade, Sociedade Beneficente União 13 de Janeiro, Asilo São Benedito, Federação Operária do Rio Grande do Sul, Instituto de Proteção Operária, Sociedade Instrução e Caridade, Colégio Nossa Senhora da

²²³ Sobre a transformação de uma assistência à infância predominantemente caritativa para uma assistência marcada pelos ideais da filantropia, Irene Rizzini afirma que “ao longo dos séculos XVIII e XIX, assiste-se a uma lenta inversão da liderança sobre a assistência dirigida aos pobres, obedecendo a uma visão crescentemente secularizada da sociedade. Observa-se o deslocamento do domínio da Igreja, associada aos setores públicos e privados, para o domínio do Estado, que passa a estabelecer múltiplas alianças com instituições particulares. Entram em conflito os valores enfraquecidos da caridade e os novos ideais da filantropia. Trata-se de um processo que em parte decorre das mudanças nas relações de poder que vinham ocorrendo entre Igreja e Estado no cenário político internacional” (RIZZINI, 1997, p.145). Encontramos também, na primeira edição do *Album do Rio Grande do Sul*, organizado por Carlos Reis e publicado em 1905, outros indícios e informações sobre iniciativas da sociedade gaúcha em defesa da infância. Além da indicação da existência de uma Associação Protetora da Infância, cujos nomes em destaque no *Album* são o do Dr. Olyntho Oliveira e de D. Maria Gloria Py, podemos observar também algumas das atividades desenvolvidas por esta Associação, como a quermesse e o concurso de beleza infantil. Gostaríamos aqui de destacar o concurso de beleza infantil: ao analisarmos a imagem apresentada no *Album*, podemos observar que as crianças fotografadas não são crianças pertencentes a famílias pobres, como indica, por exemplo, a foto da filha de um médico. Encontramos, porém, tanto em Aidê Campello Dill quanto em James Wadsworth, informações sobre um outro tipo de concurso para crianças, o Concurso de Robustez. Wadsworth, em estudo sobre as idéias e a atuação do Dr. Moncorvo Filho, afirma que para participar do Concurso, um dos eventos mais importantes das celebrações do Dia da Criança organizadas por Moncorvo Filho e com a ajuda das Damas da Assistência, “[...] a criança deveria possuir menos de um ano de idade, regra que nem sempre era seguida, e ter sido amamentada durante pelo menos por seis meses. A mãe também precisava apresentar um atestado policial comprovando sua pobreza. As crianças eram avaliadas por um médico, de acordo com critérios de saúde e vigor geral” (WADSWORTH, 1999, [s.p.]). Aidê Campello Dill, por sua vez, ao abordar o primeiro concurso de robustez infantil organizado, em 1917, pelo Intendente Municipal e por um grupo de médicos porto-alegrenses, afirma que “o objetivo é orientar os pais para a formação dos filhos sadios. Os objetivos do concurso visam aumentar a população do Estado, estimular a natalidade e instituir medidas populares de amparo à infância. E a criança é chamada a participar da sociedade com sua graça e beleza” (DILL, 1999, p.109). Como podemos observar, os Concursos de Robustez apontados por Dill e Wadsworth têm um público alvo diferente do Concurso de Beleza Infantil, como podemos constatar a partir da foto do *Album do Rio Grande do Sul*. Voltados para a infância pobre, os Concursos de Robustez infantil apresentavam “[...] um ideal médico e racial para a saúde, vigor e beleza” (WADSWORTH, 1999, [s.p.]) e que se buscava, através de iniciativas como esta, divulgar e disseminar na sociedade brasileira. Curiosamente, durante a realização de nossa Dissertação, tivemos informações sobre um concurso de saúde infantil que se realizaria na cidade de Canoas – RS, em 2006. Apesar do contato com a prefeitura municipal desta cidade, não obtivemos, infelizmente, maiores informações. REIS, Carlos A. (Org.). *Album do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: [s. n.], 1905.

Piedade, Centro Católico de Porto Alegre e o Instituto Pedro Chaves Barcellos.²²⁴

As instituições acima citadas atendiam, em sua grande maioria, órfãos e crianças pobres e desamparadas, oferecendo abrigo, sustento e educação.²²⁵ As informações oferecidas por Dill, bem como a análise que fizemos dos Relatórios da Diretoria de Higiene e da Instrução Pública, nos levam a crer que a relação entre estado e instituições de proteção e amparo à infância no Rio Grande do Sul não deveria ir muito além de subvenções financeiras e doação de prédios e terrenos.

Sobre a temática da infância desamparada, Adriana de Resende B. Vianna, em seu trabalho *O mal que se adivinha – polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910 - 1920*²²⁶, afirma que

O período entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX caracteriza a emergência do *problema* da minoridade no sentido da demarcação de um campo de interesse e atuação de diversas instituições e saberes. Nesse aspecto, trata-se de um período no qual é consolidada a representação de um *problema social* cristalizado na massa diversificada de crianças pobres passíveis de serem enquadradas em classificações que denotassem sua situação anormal frente a um modelo de infância e família.²²⁷

Em um panorama que envolvia temáticas como a propagação da higiene, o controle e reformulação do espaço urbano, a necessidade de repressão à criminalidade e criação de novas formas de compulsão ao trabalho, as crianças desamparadas tornavam-se foco do trabalho de diversos profissionais.

O Instituto Disciplinar de São Paulo (1902 – São Paulo), a Escola Premonitória Quinze de Novembro (1903 – Rio de Janeiro), a Escola de Menores Abandonados (Rio de Janeiro), a Colônia Correccional de Dois Rios (1903 – Rio de Janeiro), o Instituto João Pinheiro (1909 – Minas Gerais) e a Colônia Artística, Industrial e Agrícola da Providência

²²⁴ DILL, 1999, p.90.

²²⁵ Para maiores informações sobre cada uma destas instituições, ver DILL, 1999, p.91-98.

²²⁶ VIANNA, Adriana de Resende B. *O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro (1910 – 1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

²²⁷ *Ibidem*, p.42.

(1899 – Belém do Pará) são alguns exemplos de instituições voltadas para a infância considerada potencialmente perigosa.²²⁸ Segundo Maria Luiza Marcilio, o objetivo dessas instituições era proporcionar “[...] uma educação saudável, regeneradora, em um ambiente disciplinar e normatizado, onde se ensinaria particularmente o amor ao trabalho, o culto à pátria, os valores éticos de uma sociedade liberal-burguesa”.²²⁹

Abrigando crianças desamparadas ou consideradas delinquentes, essas instituições ensinavam as primeiras letras e também algum ofício, para que essa “matéria facilmente moldável” se transformasse em cidadãos disciplinados, trabalhadores úteis a si e à pátria.

No Rio Grande do Sul, mais especificamente em Porto Alegre, a infância também era alvo de atenções. Em seu livro *O Cotidiano da República*, Sandra Jatahy Pesavento destaca a preocupação da sociedade gaúcha com o destino das crianças pobres, muitas vezes abandonadas nas ruas ou deixadas na “roda dos expostos” da Santa Casa²³⁰, aguardando por

²²⁸ Estas instituições não tinham todas o mesmo caráter, como demonstra Adriana de Resende B. Vianna em estudo intitulado *Internação e Domesticidade: caminhos para a gestão da infância na Primeira República*, ao analisar a Escola Premonitória Quinze de Novembro e a Colônia Correccional de Dois Rios. Segundo Vianna, a Escola Premonitória “[...] pretendia representar-se e ser representada fundamentalmente como instituição destinada à prevenção e não à punição” (VIANNA, 2002, p.30), enquanto a Colônia Correccional era tomada como um lugar de punição. Como o objetivo desta Dissertação não é analisar as especificidades de cada uma das instituições voltadas para a infância, gostaríamos de nos valer das palavras de Vianna para destacar o que consideramos importante no que se refere a estas instituições: “Tanto nos casos de internação de menores em instituições ligadas à polícia, quanto nos casos de sua inclusão em redes domésticas, o que estava em jogo era a construção de expedientes e mecanismos de controle de seres sociais considerados potencialmente perigosos” (VIANNA, Adriana de Resende B. *Internação e Domesticidade: caminhos para a gestão da infância na Primeira República*. In: GONDRA, José Gonçalves (Org.). *História, Infância e Escolarização*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002. p.39).

²²⁹ MARCILIO, 2000, p.41.

²³⁰ A Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, mecanismo elaborado para o recolhimento de crianças abandonadas, foi instituído em 1837 e extinto em 1940. A Roda dos Expostos existiu em diversas Santas Casas brasileiras, e as datas de instituição e extinção variaram. Segundo Maria Luiza Marcilio, em *A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil. 1726 – 1950*, “a roda de expostos foi uma das instituições brasileiras de mais longa vida, sobrevivendo aos três grandes regimes de nossa História. Criada na Colônia perpassou e multiplicou-se no período imperial, conseguiu manter-se durante a República e só foi extinta definitivamente na recente década de 1950! Sendo o Brasil o último país a abolir a chaga da escravidão, foi ele igualmente o último a acabar com o triste sistema da roda dos enjeitados. Mas essa instituição cumpriu importante papel. Quase por século e meio a roda de expostos foi praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada em todo o Brasil” (MARCILIO, 1997, p.51). Ainda segundo Marcilio, a primeira roda foi instalada em Salvador em 1726. O Rio Grande do Sul, por sua vez, possuiu três rodas: Porto Alegre (1837), Rio Grande (1838) e Pelotas (1849). Sobre o movimento para abolição da roda, a autora afirma o seguinte: “Em meados do século XIX, seguindo os rumos da Europa liberal, que fundava cada vez mais sua fé no progresso contínuo, na ordem e na ciência, começou forte campanha para a abolição da roda dos expostos. Esta passou a ser considerada imoral e contra os interesses do Estado. Aqui no Brasil igualmente iniciou-se movimento para sua extinção. Ele partiu inicialmente dos médicos higienistas, horrorizados com os altíssimos níveis de mortalidade reinantes dentro das casas de expostos. Vidas úteis estavam sendo perdidas para o Estado. Mas o movimento insere-se também na onda pela melhoria da raça humana, levantada com base nas

caridade. No caso das crianças abandonadas, mais uma vez as mães, principais responsáveis pelos cuidados e pela educação moral das crianças, aparecem como as culpadas pelo terrível destino dos pequenos.

Essa prática era por todos condenada, culpando-se a mulher que renegava assim a sua tarefa de mãe e que praticava o pior dos crimes.²³¹ Neste ponto, as análises sociais pecavam: não era a miséria que levava a mulher a agir de tal forma, mas o seu descaramento, a sua falta de sentimentos ou a sua vergonha de não querer criar “o fruto do seu erro”. [...] Abandonar um filho era um crime que não merecia perdão.²³²

Eram freqüentes, segundo Pesavento, as notícias de crianças desaparecidas, mortas, seduzidas, pedindo esmolas e perambulando pelas ruas, atraídas pelo jogo e pela bebida. Essas crianças, ofensa à moral e aos bons costumes, sofriam violência por parte da polícia administrativa.

Anderson Zalewski Vargas, ao analisar as páginas de *O Independente*, jornal porto-alegrense que circulou no início do século XX, em estudo intitulado *Porto Alegre, início do século XX: imprensa, “ânsia de civilização” e menores de rua*²³³, observa que para os

teorias evolucionistas, pelos eugenistas” (MARCÍLIO, 1997, p.66). As rodas mais importantes do Brasil sobreviveram no século XX, como as de São Paulo e Salvador, em funcionamento até a década de 1950 (MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil: 1726 – 1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997). Para maiores informações sobre a Roda dos Expostos em Porto Alegre, ver SANSEVERINO, Patrícia. *A Roda dos Expostos e o Seu Fim na Porto Alegre do Século XX*. São Leopoldo: UNISINOS, Trabalho de Conclusão do Curso de História – Licenciatura Plena, 2002. Em alguns Relatórios da Secretaria do Interior e Exterior do Rio Grande do Sul, encontramos dados sobre os “expostos” da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. No Relatório de 1895 (SIE.3 – 003, p.148), por exemplo, encontramos as seguintes informações: “O movimento da – Casa da Roda – no anno proximo findo foi como segue: Passaram de 1893: 73, Entraram em 1894: 18, Falleceram: 12, Completaram a idade: 12, Entregues a criação gratuita: 3, Entregue a seu pai: 1. Passaram para o corrente anno: 63”.

²³¹ O abandono de crianças aparecia classificado como crime no Código Penal Brasileiro de 1890, em seu Título IX, Capítulo IV – Da subtração, ocultação e abandono de menores, Artigo 292, que define o seguinte: “Expôr, ou abandonar, infante menor de sete annos, nas ruas, praças, jardins públicos, adros, cemiterios, vestibulos de edificios publicos ou particulares, emfim, em qualquer lugar, onde, por falta de auxilio e cuidados, de que necessite a victima, corra perigo sua vida, ou tenha logar a morte” receberia uma pena de prisão celular por seis meses a um anno. O §1. deste Artigo determinava ainda que se o abandono ocorresse em lugar ermo e que, por este motivo, a vida da criança estivesse em perigo ou se esta viesse a falecer, a pena passaria a ser de prisão celular por um a quatro annos. Já o §2. definia que se o crime fosse cometido pelo pai, pela mãe ou pela pessoa responsável pela guarda do menor, o autor soffreria igual pena, com o acréscimo da terça parte (MACEDO, Oscar de Soares (Coment.). *Código Penal da Republica dos Estados Unidos do Brasil - 1890*. 5.ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1910).

²³² PESAVENTO, 1998, p.77.

²³³ VARGAS, Anderson Zalewski. Porto Alegre, início do século XX: imprensa, “ânsia de civilização” e menores de rua. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

articulistas deste periódico as crianças deveriam permanecer no âmbito privado – nos lares – para serem educadas pelas mães, e não nas ruas – âmbito público – lugar de risco, de perigo, onde as crianças poderiam ser contaminadas pelos moralmente corrompidos e criminosos. Ao se referirem aos “menores de rua”, os articulistas de *O Independente* assumiam, segundo Vargas, a seguinte postura:

Assim como todos os moradores dos becos, bairros e zonas suspeitas eram ou “vagabundos” ou “prostitutas”, todos os menores que moravam ou eventualmente freqüentavam aqueles espaços podiam ser vistos como “menores vadios”, como “ladrões embrionários”, um perigo para a sobrevivência da sociedade. Assim todos podiam ser alvo de medidas proporcionais à gravidade do problema que, nas páginas do jornal, foi quase que cotidianamente elaborado.²³⁴

Entre as medidas terapêuticas propostas pelo periódico para sanar o problema dos “menores de rua”, Vargas destaca a vigilância, a repressão e a regeneração, com a instalação, quando possível, de escolas correcionais, como a Quinze de Novembro, do Rio de Janeiro, e de institutos profissionalizantes. O destino dos menores infratores gaúchos, porém, era a Casa de Correção de Porto Alegre, aspecto que será desenvolvido ao final deste capítulo.

2.2 A MORTALIDADE INFANTIL NO RS: ÍNDICES E DIAGNÓSTICOS

Como afirmamos anteriormente, a mortalidade infantil também preocupou médicos e governantes gaúchos nas primeiras décadas do período republicano. O que propomos, especificamente para este ponto de nosso estudo, é analisar o problema da mortalidade infantil no Rio Grande do Sul a partir das impressões do Dr. Protasio Antonio Alves, médico e governante gaúcho, e do Dr. Euclides de Castro Carvalho, médico paulista que realizou um estudo sobre o estado sanitário do RS, em 1927, e no qual abordou, entre outros aspectos, o problema da mortalidade infantil no estado. As impressões do Dr. Protasio Alves serão, algumas vezes, complementadas pelas de outros médicos que também dirigiram a Diretoria de Higiene do estado.

²³⁴ VARGAS, 2004, p.263.

O Dr. Protasio Antonio Alves merece lugar de destaque em nosso estudo, visto que ocupou cargos importantes relacionados à infância, como a Diretoria de Higiene e a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. É possível perceber, a partir da leitura destes Relatórios, que o Dr. Protasio Alves foi quem mais abordou questões como a mortalidade infantil e a salubridade do espaço escolar, sendo que esta última questão será abordada no terceiro capítulo desta Dissertação. O Dr. Protasio Alves é, em nosso estudo, ao mesmo tempo fonte – na medida em que escreveu Relatórios da Diretoria de Higiene e Introduções aos Relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, e propôs muito da Legislação para a saúde e educação aprovada por Decretos no período de nossa investigação – e objeto, pois foi político atuante, realizando diagnósticos e propondo soluções para os problemas referentes à infância gaúcha.

Protasio Antonio Alves nasceu em Rio Pardo, em 21 de março de 1859, filho do boticário rio-pardense Patrício Antonio Alves e de Cândida Carolina Ávila Alves, também natural de Rio Pardo. Aprendeu as primeiras letras na terra natal e frequentou, posteriormente, o colégio particular dirigido por Fernando Gomes, em Porto Alegre, onde estudou com Júlio de Castilhos. Iniciou, em 1877, os estudos de medicina no Rio de Janeiro²³⁵ e “como estudante de Medicina, Protasio vive por muitos anos no Rio de Janeiro imperial, lançando-se aos estudos científicos e também à ação política em prol do advento da República no Brasil”.²³⁶ Durante o período de estudos no Rio de Janeiro, Protasio Alves foi presidente do Club Republicano Evolucionista. Em 13 de dezembro de 1882, obteve o título de doutor com louvor, com a tese *Paralelo entre a divulsão e a uretrotomia interna*. Em 1883, Protasio viajou para a Europa – Viena, Berlim e Paris – onde viveu por dois anos e se aperfeiçoou em Urologia, Ginecologia e Obstetrícia. Sobre as relações estabelecidas durante os estudos no Rio de Janeiro e na Europa, Maria do Carmo Campos e Martha Geralda Alves D’Azevedo afirmam que “é bem provável que Protasio tenha mantido correspondência com os seus colegas europeus. Certo é que, ao longo dos anos, não perde o contato com os colegas do Rio

²³⁵ A Escola de Medicina do Rio de Janeiro é a segunda mais antiga do país, fundada em 1832. A Faculdade de Medicina da Bahia foi fundada em 1808.

²³⁶ CAMPOS, Maria do Carmo; D’AZEVEDO, Martha Geralda Alves. *Protasio Alves e o seu tempo (1859 – 1933)*. Porto Alegre: Já Editores, 2006, p.45. A maioria das informações sobre o Dr. Protasio Antonio Alves foram retiradas desta biografia escrita pela bisneta e pela neta, respectivamente, do médico. Algumas informações também estão disponíveis na página eletrônica do Acervo Histórico do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul – SIMERS. Disponível em: <<http://www.memoria.simers.org.br>>.

de Janeiro”.²³⁷ Entre os colegas do Rio de Janeiro, amigos e interlocutores do médico, encontramos, entre outros, o médico Carlos Chagas²³⁸.

Ao voltar da Europa, o Dr. Protasio Alves abriu consultório no centro de Porto Alegre, atendendo em dois endereços: na farmácia Otto Marquadson e em sua residência, na rua General Câmara. Operações, partos, moléstias de senhoras, vias urinárias e laringe eram as práticas e especialidades do médico.

Em 29 de maio de 1886, Protasio Antonio Alves casou-se com Geralda Velho Cardia, natural da cidade de Rio Grande e filha de José Ignácio Gomes Cardia e de Josepha Velho Cardia, esta pertencente à tradicional família gaúcha. Protasio e Geralda tiveram cinco filhos: Brenno Cardia Alves (1887 – médico da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre) Hugo Cardia Alves (1888 – funcionário público), Glauco Cardia Alves (1892 – advogado), Cândida Alves Paim (1896) e Almir Alves (1897 – médico e professor da Faculdade de Medicina).

Em sua vida pública, o Dr. Protasio Antonio Alves exerceu, desde o final do século XIX, muitos cargos e funções: mesário da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (eleito para o biênio 1890 – 1891); provedor interino da mesma instituição (1891); sub-delegado de polícia do 3º distrito de Porto Alegre (1889); deputado na primeira Constituinte (foi um dos 43 signatários da Carta de 14/7/1891); presidente da Assembléia Legislativa; Diretor da Higiene Pública do Estado (1891 – 1896 e 1901 – 1904)²³⁹; presidente da Sociedade de Medicina de Porto Alegre (eleito em 1890); diretor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre (1898 – 1904 e 1905 – 1907); Professor Catedrático de Anatomia e Fisiologia Obstétrica; Tenente – Coronel – Cirurgião da Divisa do Comando Superior da Guarda Nacional no Rio

²³⁷ CAMPOS, D´AZEVEDO, 2006, p.63.

²³⁸ Carlos Justiniano Ribeiro Chagas (1878-1934) formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1903. Dedicou-se ao estudo científico de doenças tropicais e ocupou, entre outros cargos, a direção de Manguinhos (1917-1934) e do Departamento Nacional de Saúde Pública (1920-1926). Manteve estreita relação com Oswaldo Cruz e realizou, em 1905, a primeira campanha bem-sucedida contra a malária no Brasil (Itatinga – São Paulo). Carlos Chagas foi o responsável, em 1909, pela descoberta do ciclo evolutivo de um novo protozoário denominado *Trypanosoma Cruzi*, causador da doença que viria a se chamar Doença de Chagas. Esta descoberta teve grande repercussão tanto no Brasil quanto no exterior. Membro titular da Academia Nacional de Medicina, Carlos Chagas recebeu, em 1921, o título de doutor *honoris causa* da Universidade de Harvard. Na década de 1910, participou das chamadas viagens científicas, promovidas pelo Instituto Oswaldo Cruz e cujos objetivos eram investigar os problemas médico-sanitários do interior brasileiro. As informações sobre Carlos Chagas estão disponíveis na Biblioteca Virtual Carlos Chagas. Disponível em: <<http://www.prossiga.br/chagas>>.

²³⁹ Constatamos que o Dr. Protasio Alves continuou assinando os Relatórios da Diretoria de Higiene entre os anos de 1896 e 1901, informação que não confere com a apresentada por Campos e D´Azevedo.

Grande do Sul (1901); Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior (1907 – 1928); Vice-Presidente da Seção 4 do Congresso Médico Latino-Americano no Rio de Janeiro (1909); Secretário de Obras Públicas (1916 – 1917); Diretor-Geral da Instrução Pública; Vice-Presidente do Estado do Rio Grande do Sul (dois mandatos entre 1918 e 1928); professor honorário da Faculdade de Medicina de Porto Alegre (1921); sócio-fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920); sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (1920 – 1933); presidente da Comissão Organizadora do IX Congresso Médico Brasileiro (Porto Alegre, 1926), entre outros cargos.²⁴⁰

Além das funções e cargos elencados acima, gostaríamos de destacar algumas outras ações do Dr. Protasio Alves. O médico realizou a primeira operação de cesariana em Porto Alegre, e “depois desse feito, como sentisse a necessidade de parteiras competentes, Protasio Alves cria no Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre uma Enfermaria de Partos e melhora o Serviço de Cirurgia de mulheres, onde faz também Ginecologia”.²⁴¹ A fundação da Enfermaria de Partos ocorreu entre os anos de 1894 e 1895. Em 1897, Protasio Alves fundou, com os colegas Dioclécio Pereira, Serapião Mariante, Carlos Nabuco e Sebastião Leão, o Curso de Partos na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.²⁴² A criação do curso aparece referida no Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior de 1897 da seguinte maneira: “curso livre de partos – O corpo clínico da enfermaria de gynecologia da Santa Casa de Misericordia desta capital creou no mesmo estabelecimento um ‘curso livre de partos’, que foi inaugurado no dia 5 de abril proximo

²⁴⁰ As informações sobre a vida pública do Dr. Protasio Antonio Alves foram retiradas de CAMPOS, D’AZEVEDO, 2006, p.128-129. Outras informações podem ser encontradas nas páginas 410 a 416 deste mesmo estudo.

²⁴¹ Ibidem, p.76.

²⁴² Os drs. Dioclécio Pereira e Serapião Mariante foram colegas do Dr. Protasio Alves na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, assim como o Dr. Carlos Wallau, responsável, durante muitos anos, pelo serviço de estatística do Rio Grande do Sul (CAMPOS, D’AZEVEDO, 2006, p.45). O Dr. Sebastião Leão nasceu em Porto Alegre em 20 de janeiro de 1866. Formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1888 e voltou a Porto Alegre, prestando assistência médica em instituições como sociedades de beneficência, na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, no Club Caixeiral e na Beneficência Portuguesa, entre outras. Além da medicina, Sebastião Leão dedicou-se também à imprensa, sendo diretor, por exemplo, da Revista da Sociedade de Medicina de Porto Alegre. A história do Rio Grande do Sul também despertou o interesse deste médico gaúcho. Em 1896, foi nomeado médico legista da polícia, e no desempenho desta função, realizou estudos de antropologia criminal. Sobre estes estudos, é possível ler o relatório escrito pelo médico e anexo ao Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior do Rio Grande do Sul de 1897 (SIE.3 004). Ainda sobre as atividades médicas do Dr. Sebastião Leão, consideramos interessante observar que este trabalhou como interno da clínica de moléstias de crianças da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro durante o período de estudo nesta instituição. O Dr. Sebastião Leão faleceu em 1903, aos 37 anos de idade. As informações sobre o dr. Sebastião Leão foram encontradas em PORTO ALEGRE, Achylles. *Homens Illustres do Rio Grande do Sul*. 2.ed. Porto Alegre: Selbach, 1917, p.134.

passado”.²⁴³ No ano seguinte, 1898, Protasio Alves liderou a fundação da Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre.²⁴⁴

A vida política do Dr. Protasio Antonio Alves concentrou-se nas áreas da saúde (Higiene Pública) e da educação (Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior), e é em razão disso que, no terceiro capítulo, destacaremos o encontro entre estas duas esferas de atuação: a higiene nas escolas públicas gaúchas. Muitas são as referências, nos Relatórios da Diretoria de Higiene e nos Relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, à saúde infantil e, especificamente, à salubridade do espaço escolar. Não que estes dados estivessem ausentes dos Relatórios assinados pelo também Diretor da Higiene, Dr. Ricardo Machado, ou pelo responsável pela Instrução Pública, o Sr. Manoel Pacheco Prates²⁴⁵, como veremos no terceiro capítulo da Dissertação.

Algumas questões importantes sobre a atuação de Protasio Alves foram apontadas por Beatriz Teixeira Weber em artigo intitulado *Positivismo e ciência médica no Rio Grande do Sul: a Faculdade de Medicina de Porto Alegre*²⁴⁶ e devem ser destacadas. O Dr. Protasio Alves era, segundo a autora, filiado ao Apostolado Positivista, o qual já mereceu referência – no primeiro capítulo – quando apresentamos o posicionamento do Apostolado em relação à Medicina e às questões de saúde pública. Porém, segundo Beatriz Teixeira Weber,

[...] até os médicos do PRR tinham a preocupação com a organização de suas entidades corporativas, embora defendessem a perspectiva positivista da liberdade profissional. A ambigüidade de certas posições a respeito da vacinação, por exemplo, indica que a argumentação médica, técnica, sobre a questão, podia estar influenciando as discussões. É o caso de Protásio Alves, que era a favor da vacinação apesar de ser contrário aos dogmas positivistas.

²⁴³ SIE.3 – 004 (1897).

²⁴⁴ A Faculdade Livre de Medicina e Farmácia de Porto Alegre foi a terceira Faculdade de Medicina fundada no país, depois das Faculdades do Rio de Janeiro (1832) e da Bahia (1808). Esta Faculdade, fusão da Escola de Farmácia e do Curso de Partos, deu origem às atuais Faculdades de Medicina e de Farmácia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (CAMPOS, D’AZEVEDO, 2006, p.78-79).

²⁴⁵ Manuel Pacheco Prates (1856 – 1938) nasceu em Santana do Livramento – RS. Formou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1884. Foi Diretor Geral da Instrução Pública do Rio Grande do Sul e professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre. Em 1911, foi nomeado professor da Faculdade de Direito de São Paulo, cargo do qual foi compulsoriamente aposentado em 1934. Esteve à frente da Instrução Pública estadual de 1894 a 1911. As informações sobre Manuel Pacheco Prates podem ser encontradas em REIS, 1905, p.191 e no endereço eletrônico do Ministério Público do RS. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/memorial>>.

²⁴⁶ WEBER, Beatriz Teixeira. Positivismo e ciência médica no Rio Grande do Sul: a Faculdade de Medicina de Porto Alegre. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.5, n.3, nov. 1998/fev. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 9 mar. 2006. Não paginado.

Os médicos responsáveis pela “ciência” inseriam-se na ambigüidade do cotidiano, não apresentando comportamentos dirigidos coerentemente por uma perspectiva teórica, mas respostas diversificadas às situações, dependendo dos seus interesses pessoais, políticos, ou de necessidades práticas (Cooter, 1982, p. 87). Suas atitudes são um claro indício da complexidade do processo que estavam vivendo.²⁴⁷

A citação extraída do estudo realizado por Weber indica a complexidade da situação vivida no RS por médicos como o Dr. Protasio Alves, que ocupou cargos importantes num governo de orientação positivista e que defendeu a liberdade profissional até o final do período de nossa investigação.

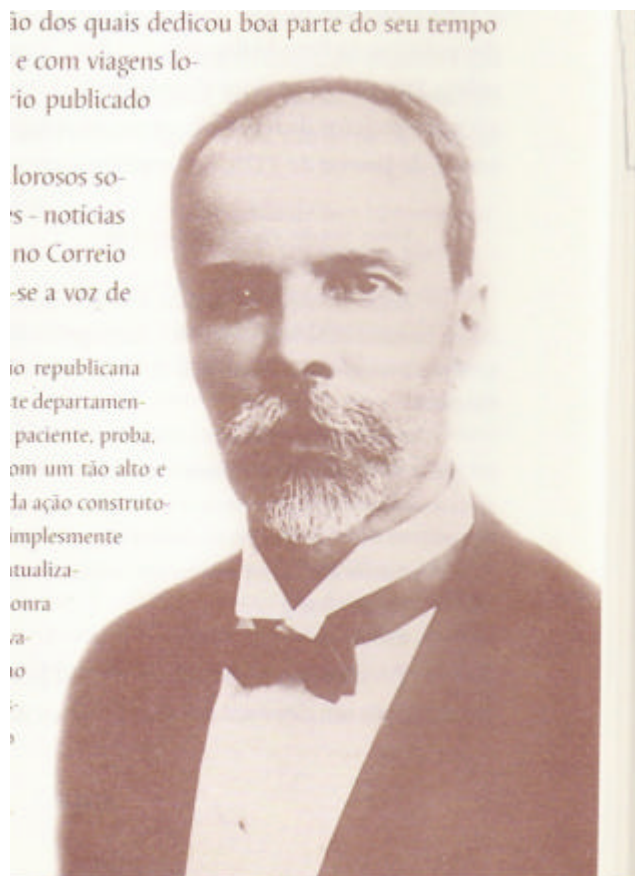
O Dr. Protasio Alves, como indicam os dados apresentados sobre a sua vida pública, praticou a medicina, participou da organização de eventos nacionais de medicina, manteve contato com médicos como Carlos Chagas, realizou viagens de estudos para a Europa e liderou a fundação da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, mas foi também político republicano extremamente atuante, assumindo, entre outros cargos, a Diretoria de Higiene, a Instrução Pública, a Secretaria do Interior e Exterior e a vice-presidência do estado. Fica a pergunta: o Dr. Protasio Alves agia, ao dirigir a Diretoria de Higiene ou a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, como membro do Apostolado Positivista ou como médico? Buscando responder a esta questão, Weber afirma, em texto sobre a história da Medicina no Rio Grande do Sul, que “quando estourava alguma epidemia, sua intervenção [de Protasio Alves] baseava-se nos princípios que a medicina do seu tempo indicava [...]”.²⁴⁸ E, em outros momentos, que princípios teriam norteado as ações e políticas do Dr. Protasio Alves? No que se refere à higiene nas escolas públicas do Rio Grande do Sul, temática do nosso terceiro capítulo, que medidas o Dr. Protasio Alves teria proposto e adotado? Como o estado se organizou?

²⁴⁷ WEBER, 1998/99, [s.p.].

²⁴⁸ WEBER, Beatriz Teixeira. A História da Medicina no Rio Grande do Sul. In: *Projeto SBPC na Comunidade*, abr. 2001. Disponível em: <<http://www.usfm.br>>. Acesso em: 9 mar. 2006, [s.p.].

Protasio Antonio Alves encerrou a sua vida política em janeiro de 1928 e faleceu à meia-noite do dia 4 para o dia 5 de junho de 1933.²⁴⁹

FIGURA 5 – Dr. Protasio Antonio Alves



Fonte: CAMPOS, D´AZEVEDO, 2006, p.131.

Em publicação intitulada *O Estado Sanitario do Rio Grande do Sul*²⁵⁰, estudo produzido pelo Dr. Euclides de Castro Carvalho em 1927, também encontramos valiosas informações sobre a mortalidade infantil no estado e questões a ela relacionadas. Segundo informações obtidas na própria publicação do estudo, o Dr. Euclides de Castro Carvalho, médico paulista, era ex-médico da Marinha Mercante Francesa, ex-chefe de clínica da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, ex-médico da Estrada de Ferro São Paulo – Rio

²⁴⁹ A atuação profissional e política do Dr. Protasio Antonio Alves merece, em nossa opinião, novos estudos que se dediquem, sobretudo, a desvendar a aparente ambigüidade entre o exercício profissional da medicina e sua adesão aos postulados positivistas.

²⁵⁰ CARVALHO, Euclides de Castro. *O Estado Sanitario do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1927.

Grande, ex-estagiário da 3ª enfermagem cirúrgica da Santa Casa do Rio de Janeiro, ex-interno do Hospital Hahnemanniano do Rio de Janeiro e farmacêutico diplomado pela Escola de Farmácia de São Paulo.

O estudo foi, segundo consta no próprio, aprovado pelo 9º Congresso Médico Brasileiro, ocorrido em Porto Alegre em 1926. Na introdução da publicação de *O Estado Sanitario do Rio Grande do Sul*, encontramos a “opinião da Imprensa de Porto Alegre, a respeito do livro” e selecionamos o comentário publicado em *A Federação*, periódico do Partido Republicano gaúcho.

Estado Sanitario do Rio Grande do Sul – O dr. Euclides de Castro Carvalho, medico residente em Prata, neste Estado, está organisando um trabalho intitulado ‘Estado Sanitario do Rio Grande do Sul’. Os fins e intuitos dessa obra são puramente scientificos, constituindo a prosecução de estudos a que especialmente se dedica o autor que, no Congresso Medico realisado no anno transacto nesta capital, entre outros apreciaveis trabalhos, apresentou um versando sobre o ‘Estado sanitario da região colonial italiana’. Afim de enriquecer o livro com o maior numero possivel de dados, positivos e certos, o dr. Castro Carvalho dirigiu um questionario a todos os intendentos municipaes, e outras autoridades, os quaes, estamos seguros, lhe fornecerão de boamente os esclarecimentos solicitados, contribuindo para a ampliação de um trabalho de real interesse para o Rio Grande do Sul. D’ “A Federação” 16-2-927.²⁵¹

Como já afirmamos, os índices da mortalidade infantil preocupavam tanto os médicos quanto os governantes e defensores da infância. Nos Relatórios da Diretoria de Higiene, parte dos Relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior do Rio Grande do Sul, os altos índices da mortalidade infantil também foram uma preocupação freqüente. No Relatório de 1893, o Dr. Protasio Alves, então Inspetor da Higiene, afirmava que a estatística evidenciava a grande mortalidade de crianças.²⁵² Já no Relatório de 1909, o Dr. Ricardo Machado, então Diretor de Higiene, escreveu que “o numero total, absoluto, de obitos conservou-se o mesmo, apesar do augmento da população durante o anno; por outro lado é digno da maxima attenção que 33% d’esses obitos correspondem aos abaixo de 2 annos [...]”²⁵³

²⁵¹ CARVALHO, 1927, p.v.

²⁵² SIE.3 – 001 (Higiene, 1893, p.96).

²⁵³ SIE.3 – 018 (Higiene, 1909, p.244).

No Relatório do ano de 1928, encontramos informações sobre estes índices de mortalidade relativos aos anos de 1910 e 1927, os quais reproduzimos na tabela abaixo, com o acréscimo do cálculo da porcentagem que o número de óbitos de crianças menores de 2 anos representava em relação ao total de óbitos de Porto Alegre.

**TABELA 1 – Mortalidade Infantil (0 – 2 anos)
Porto Alegre: 1910-1927**

ANO	OBITUÁRIO GERAL	MORT. INFANTIL	%*
1910	2702	860	31,8% **
1911	3488	1393	39,9%
1912	4159	1460	35,1%
1913	3689	1305	35,3%
1914	3310	1203	36,3%
1915	3311	1110	33,5%
1916	3305	1071	32,4%
1917	3845	1346	35%
1918	5087	1344	26,4%
1919	3091	1506	48,7%
1920	3864	931	24%
1921	3515	1458	41,4%
1922	3580	1251	34,9%
1923	4124	1503	36,4%
1924	4269	1479	34,6%
1925	4080	1300	31,8%
1926	3992	1194	29,9%
1927	4501	1511	33,5%

Fonte: SIE.3 – 044 (Higiene, 1928, p.107).

* Porcentagem da mortalidade infantil (0 – 2 anos) em relação ao obituário geral.

** Os dados referentes ao obituário geral e à mortalidade infantil apresentados nesta tabela foram retirados do Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior do Estado do Rio Grande do Sul do ano de 1928 – SIE.3 – 044. Gostaríamos, no entanto, de ressaltar que estes mesmos dados, quando apresentados ano a ano nos Relatórios, nem sempre conferem com os dados apresentados no Relatório de 1928. Optamos pela reprodução dos dados do Relatório de 1928, por este apresentar os dados referentes a todos os anos em questão.

Podemos observar que a porcentagem representada pela mortalidade infantil (0-2 anos) era bastante elevada, ultrapassando, na maioria dos anos, os 30%. Podemos inferir, pelos dados apresentados na tabela acima, que os índices da mortalidade infantil “flutuavam”

de acordo com a situação geral da saúde no estado, pois não observamos tendência clara de queda ou crescimento destes índices. As péssimas condições de salubridade em Porto Alegre, a má qualidade da água e dos gêneros alimentícios, a alta incidência de doenças como a tuberculose, por exemplo, e os baixos investimentos do governo gaúcho em saúde²⁵⁴ exerciam grande influência sobre os índices de mortalidade infantil.

Euclides de Castro Carvalho, por sua vez, apontava como principais causas da mortalidade infantil no Rio Grande do Sul, em primeiro lugar, as moléstias do aparelho digestivo; em segundo lugar, as causas natais, pré-natais e neonatais, entre as quais a sífilis se acha incluída, e, em seguida, as moléstias do aparelho respiratório, as doenças infecto-contagiosas e as afecções constitucionais das mães (nefrite, tuberculose, eclampsia, diabetes, etc.). No Relatório da Diretoria de Higiene do estado, os transtornos digestivos também aparecem como uma das principais causas da mortalidade infantil, juntamente com as chamadas moléstias gerais, ou seja, tuberculose, gripe, febre tifóide, sífilis (transmitida pela mãe), peste, sarampo, entre outras.

Euclides de Castro Carvalho, ao definir a natimortalidade, esclarece os procedimentos empregados no Brasil: “[...] seguimos, geralmente, em nossas estatísticas, o methodo allemão de só considerarmos morto o infante que não apresenta ao nascer signaes de vida, ou que morre durante o trabalho de parto”.²⁵⁵ Ainda segundo Carvalho, as principais causas da natimortalidade eram a sífilis e o álcool. Além destes dois fatores, o autor apontava também como causas, porém concorrendo em menor grau, as más condições do parto (debilidade congênita do feto ou sua prematuridade, por exemplo) e o casamento entre pessoas doentes, entre outros.

Não é possível, a partir dos dados dos Relatórios da Diretoria de Higiene do Rio Grande do Sul, organizar um estudo sistemático sobre a natimortalidade em Porto Alegre ou no Rio Grande do Sul, mas é possível inferir, pelas referências dos Diretores da Higiene e

²⁵⁴ No estudo de Berenice Corsetti sobre a escola pública no Rio Grande do Sul, no período de 1889 a 1930, encontramos dados sobre os gastos com as políticas públicas no que se refere à participação relativa na despesa ordinária do Rio Grande do Sul. Analisando estes dados, podemos constatar que o maior investimento em saúde ocorreu no ano de 1905, quando 1,77% da despesa ordinária do Estado foi investida nesta área. Já o menor investimento ocorreu em 1907, com 0,32% da despesa ordinária sendo direcionada para a saúde (CORSETTI, 1998, p.261).

²⁵⁵ CARVALHO, 1927, p.188.

pelo estudo de Carvalho, que os números eram preocupantes. A título de exemplo, apresentamos os dados registrados no Relatório da Diretoria de Higiene de 1903 e referentes ao ano de 1902: dos 2608 nascimentos registrados em Porto Alegre, 192 foram de crianças nascidas mortas, ou seja, 7,3%.²⁵⁶ Euclides de Castro Carvalho, por sua vez, oferece dados para o ano de 1925. Segundo Carvalho, “[...] nasceram mortos em Porto Alegre 426 crianças²⁵⁷, o que prefaz uma média diária de 1,16. O coeficiente sobre mil habitantes é de 1,84 [...]”.²⁵⁸ Já o coeficiente calculado sobre mil habitantes para o estado do Rio Grande do Sul, em 1922, era, segundo Carvalho, de 0,67.

Buscando estatísticas e quadros comparativos especificamente sobre a mortalidade infantil, encontramos, no já citado *O Estado Sanitario do Rio Grande do Sul*, o seguinte quadro comparativo.

TABELA 2 - Quadro comparativo da mortalidade infantil, no Rio Grande do Sul, comparado com a de diversas cidades nacionais e estrangeiras em 1924*

CIDADES	População	Obitos geraes	Obitos de menores de 1 ano	Nascimentos	Coef. sobre 1.000 nascimentos
Haya	391.369	3.473	257	7.984	32,18
Stockolmo	438.896	4.737	276	5.399	51,12
Londres	4.576.505	55.887	5.904	85.147	69,33
Milão	864.720	10.748	901	12.723	70,81
Buenos Ayres	1.838.561	25.186	3.381	45.805	73,81
Chicago	2.939.605	32.918	4.528	58.900	76,87
Hamburgo	1.074.357	12.454	1.296	15.086	85,90
Paris	2.906.472	41.639	4.061	46.069	88,09
Bruxelas	215.145	2.290	283	3.079	91,91
Barcelona	760.572	15.392	1.845	18.229	101,21
Liverpool	851.800	11.424	2.117	20.559	102,97
Praga	795.149	8.336	1.105	9.523	116,08
Napoles	789.531	15.484	2.527	19.507	129,54
Varsovia	965.237	14.208	3.277	21.157	154,88
R. de Janeiro	1.442.088	23.140	5.325	33.889	157,00
São Paulo	789.995	13.158	3.896	23.191	168,00

²⁵⁶ SIE.3 – 012 (Higiene, 1903, p.221).

²⁵⁷ O Relatório de 1926 apresenta, para o ano de 1925, o número de 427 natimortos. SIE.3 – 042 (1926).

²⁵⁸ CARVALHO, 1927, p.189.

Porto Alegre	218.728	4.516	1.144	6.717	170,31
Cairo	804.200	27.226	10.072	41.467	242,89
Pelotas	82.160	2.043	645	2.471	261,02
Rio Grande	45.660	1.306	571	1.416	403,24
Rio Grande do Sul (Estado)	2.287.940	26.648	7.452	63.629	117,11

Fonte: CARVALHO, 1927, p.209. [grifo nosso]

*Mantive a grafia original do quadro.

Referindo-se ao alto coeficiente da mortalidade infantil no Rio Grande do Sul, e que pode ser observado no quadro acima, Euclides de Castro Carvalho, autor deste estudo sobre o estado sanitário do RS, afirma que este “[...] vem se mantendo ha alguns annos, contrastando com o grande surto de progresso que presentemente atravessamos, **supprimindo vidas que deveriam constituir amanhã os principaes factores de povoamento, de actividade social e economica**”.²⁵⁹ Como podemos observar, Carvalho anuncia o vínculo que já apontamos em momento anterior deste capítulo, o existente entre vida/saúde e economia. Esta relação não está ausente dos Relatórios apresentados pelo Dr. Protasio Alves, como evidenciado no Relatório de 1893:

A estatistica evidenciá tambem a grande mortalidade de crianças. Sendo a mortalidade na infancia um problema que muito interessa, **até mesmo sob o ponto de vista economico**, os hygienistas dos paizes em que a densidade da população produz a emigração; calcule-se o que não será para nós a importancia d’este problema, para nós, que precisamos de braços e, por isso, os compramos!²⁶⁰

A má qualidade dos gêneros alimentícios, em especial do leite, também foi assunto abordado nos Relatórios da Diretoria de Higiene, como podemos observar no Relatório de 1898, no qual o Dr. Protasio Alves escreveu:

Com o leite cousa analoga se observa; o pessoal, encarregado de sua fiscalisação, apesar de toda a boa vontade, não póde exercel-a, porque para isso falta-lhe a competencia. A fiscalisação quasi limita-se á densidade do leite. Para provar a minha asserção quanto á competencia, citarei o facto, por mim observado uma vez e de que tenho tido noticia tambem por varias pessoas. O fiscal chamou na minha presença a dous leiteiros que passavam,

²⁵⁹ CARVALHO, 1927, p.206. [grifo nosso]

²⁶⁰ SIE.3 – 001 (Higiene, 1803, p.96). [grifo nosso]

mandou um d'elles despejar o leite em uma medida de litro e mergulhou n'elle o densimetro; logo em seguida tira do bolso um lenço de chita, enxuga o densimetro e repete a operação com o outro leiteiro. É desnecessario dizer que o leite que serviu para o banho, voltou á vasilha commum. Nenhuma fiscalisação se exerce sobre o animal d'onde se tira o leite, estabulos, etc. São essas duas, a meu ver [falta de fiscalizaçã sobre a carne e o leite], as principaes causas da grande quantidade de molestias gastro-intestinaes que, sobretudo no verão, que acaba de findar, tanto mal têm feito n'esta cidade.²⁶¹

É possível inferir, a partir dos comentários do Dr. Protasio Alves sobre a necessidade de um maior controle da qualidade do leite, que este era bastante precário; e que a má qualidade dos gêneros alimentícios estava diretamente relacionada às moléstias gastro-intestinais que, segundo o médico, tanto mal faziam em Porto Alegre durante o verão.

Com relação aos transtornos digestivos, é importante observar que os médicos condenavam a alimentação artificial para as crianças pequenas. O Dr. Euclides de Castro Carvalho, por exemplo, afirmava que a maioria das crianças morria devido “á imprevidência e aos erros de alimentação”.²⁶² O médico paulista concordava que a qualidade do leite interferia, incontestavelmente, nos índices da mortalidade infantil, mas acreditava que a introdução de alimentação inadequada, assim que a criança começava a ingerir outros alimentos além do leite, era o principal problema a pesar nos índices da mortalidade de crianças ocasionada por moléstias do aparelho digestivo.

Observamos que a alimentação e a má qualidade do leite eram questões importantes quando o assunto era a mortalidade infantil. Outro indício de preocupação com a qualidade da alimentação das crianças pode ser observado no Regulamento do Serviço de Higiene do Rio Grande do Sul de 1895.²⁶³ Neste Regulamento, no Capítulo II, que determina as funções da Diretoria, é estabelecido que ao Secretário cabia examinar as amas de leite e passar certificados aos interessados (Artigo 5º).²⁶⁴

Outras importantes causas da mortalidade infantil eram as pré-natais e natais. No Relatório de 1910, encontramos um parágrafo em que o Dr. Ricardo Machado, Diretor de

²⁶¹ SIE.3 – 006 (Higiene, 1898, p.575).

²⁶² CARVALHO, 1927, p.211.

²⁶³ LEG 626 - Decreto n. 44, de 2 de abril de 1895.

²⁶⁴ Esta determinação não aparece mais no Regulamento da Diretoria de Higiene de 1907 (LEG 641 – Decreto n. 1240A, de 31 de dezembro de 1907).

Higiene, demonstra sua preocupação com o obituário infantil elevado. Neste parágrafo, o então Diretor de Higiene ressalta também a necessidade de assistência a gestantes e mães.

Continua alta a porcentagem com que figuraram no obituario os menores de dois annos. Se bem que (como no caso da tuberculose) o facto seja extensivo a todas as capitaes e de difficil remedio, ainda assim alem de outros meios indirectos conviria o poder publico ir em auxilio da iniciativa particular dotando com sua attenção as organizações protectoras da infancia, protegendo efficazmente a gestante no termo da gravidez e a mãe logo após o parto.²⁶⁵

Vale destacar que, ao manifestar sua preocupação com as gestantes e mães, o Dr. Ricardo Machado não descreveu um panorama sombrio exclusivamente para o Rio Grande do Sul, mas ressaltou que a alta porcentagem da mortalidade infantil era fato extensivo a todas as capitais.

No Relatório de 1897, há uma nota sobre a criação do Curso Livre de Partos, inaugurado pelo corpo clínico da enfermaria de ginecologia da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.²⁶⁶ Esta informação nos permite explorar um outro aspecto importante em relação à mortalidade infantil e, principalmente, à natimortalidade: o pouco conhecimento dos médicos sobre o corpo feminino na passagem do século XIX para o século XX. Beatriz Teixeira Weber, em seu já citado estudo *As artes de curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense: 1889 – 1928*, constatou que

A existência de espaços e práticas de cura *alternativos* manifesta-se com maior intensidade no atendimento às “moléstias de senhoras”. As mulheres eram atendidas em casa ou nas casas das parteiras e, mesmo quando atendidas por médicos, ainda não havia conhecimento suficiente sobre técnicas obstétricas como cesariana ou o funcionamento do corpo feminino. Só eram convocados médicos formados por parturientes de posses ou para partos complicados, não resolvidos pelas parteiras e comadres. [...] os médicos ainda utilizavam amplamente procedimentos dolorosos e violentos, em 1910: havia desconhecimentos sobre onde e como cortar, sobre a questão da dor, problemas com hemorragias e como suturar, infecções, etc. Essas dificuldades justificaram que os médicos tentassem não se envolver com a “arte obstétrica” por um longo período.²⁶⁷

²⁶⁵ SIE.3 – 019 (Higiene, 1910, p.205).

²⁶⁶ SIE.3 – 004 (1897, p.318).

²⁶⁷ WEBER, 1999, p.195.

Como é possível observar pela transcrição acima, tanto a busca de médicos por parte de gestantes não era prática consolidada no período estudado, quanto os médicos tinham bastante dificuldade em cuidar das gestantes e realizar partos difíceis, pois o conhecimento sobre o corpo feminino ainda era bastante restrito.

Outra importante questão debatida no período era a do infanticídio e do aborto criminoso. No já citado Regulamento para o Serviço de Higiene do Estado – Decreto n. 44, de 2 de abril de 1895 –, organizado pelo Dr. Protasio Alves, encontramos, no Título II, Capítulo II – Da Polícia Sanitária, o Artigo 34, com o seguinte texto:

Art. 34 – As maternidades particulares e casas de saúde sómente poderão funcionar debaixo da direcção de um profissional responsavel perante a directoria de hygiene por tudo quanto ali occorrer sob o ponto de vista sanitario.

§1º As maternidades deverão ter livro especial, no qual serão inscriptas as mulheres recebidas a tratamento, com especificação do nome, naturalidade, idade, profissão, estado e numero de filhos; e mencionar-se-ão a data da entrada, a marcha da prenhez, a época do nascimento do filho e da morte deste, caso falleça, bem assim a do aborto, com designação da causa provavel e accidentes que sobrevierem á mulher depois do parto ou aborto. Esse livro será conforme o modelo que a directoria de hygiene determinar; terá as respectivas folhas rubricadas pelo director de hygiene e só será exhibido ás auctoridades sanitarias.

§2º **No caso que constar á autoridade sanitária que em alguma maternidade se praticam abortos criminosos, poderá ella proceder ás pesquisas que entender convenientes e do resultado dará conhecimento ao director de hygiene, para que este transmitta á autoridade policial. Verificado o aborto nestas condições, caberá o procedimento criminal que fôr no caso.**

§3º Quando em uma maternidade ou casa de saúde occorrer qualquer caso de molestia puerperal ou transmissivel, deverá o respectivo director participar immediatamente o occorrido á autoridade sanitaria, que tomará as providencias necessarias.²⁶⁸

Como podemos observar pelo Artigo parcialmente transcrito acima, havia a preocupação, por parte do governo, em controlar, minimamente, as condições de funcionamento das maternidades particulares e casas de saúde. Buscavam-se também informações sobre natalidade, natimortalidade e mortalidade através de registros realizados

²⁶⁸ LEG 626 - Decreto n. 44, de 2 de abril de 1895. [grifo nosso]

nas maternidades.²⁶⁹ Do Artigo 34 acima transcrito, o 2º parágrafo nos informa que a realização de abortos criminosos seria notificada às autoridades policiais para o “procedimento criminal que fôr no caso”. Mas quais eram os procedimentos criminais nestes casos? Segundo o Código Penal de 1890²⁷⁰, Título X – Dos Crimes Contra a Segurança de Pessoa e Vida – em seu Capítulo IV – Do aborto, Artigo 301, o aborto provocado com a anuência e acordo da gestante teria como pena, para quem o realizasse, prisão celular por um a cinco anos. Em parágrafo único, neste mesmo artigo, lemos que “em igual pena incorrerá a gestante que conseguir abortar voluntariamente, empregando para esse fim os meios; e com redução da terça parte, si o crime for commettido para occultar a deshonra própria”.

Já no que se refere ao infanticídio, o Código estabelece no Título X, Capítulo II, Artigo 298, que será de prisão celular por seis a 24 anos a pena para quem “matar recém-nascido, isto é, infante nos sete primeiros dias do seu nascimento, quer empregando meios directos e activos, quer recusando á victima os cuidados necessários á manutenção da vida e a impedir sua morte”. Observamos que, segundo o parágrafo único deste artigo, a pena seria reduzida para prisão celular por três a nove anos se este crime fosse perpetrado pela mãe para occultar desonra própria.²⁷¹

Para ressaltar a preocupação dos médicos gaúchos com relação aos abortos, destacamos as palavras do Dr. Mário Totta (1874 – 1947), médico obstetra responsável pelo Curso de Enfermagem Obstétrica da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e citadas por Elizabeth Rochadel Torresini em seu estudo *A modernidade e o exercício da medicina em Olhai os lírios do campo, de Érico Veríssimo*, nas quais fazia referência ao número de mulheres mortas em decorrência da “indústria do aborto”. Apesar de se referir a um período posterior ao de nosso estudo – década de 1930 –, acreditamos que o Dr. Mário Totta nos dá

²⁶⁹ As preocupações específicas com as maternidades desaparecem no Regulamento da Higiene de 1907 (LEG 641 – Decreto n. 1240A, de 31 de dezembro de 1907).

²⁷⁰ Consultamos MACEDO, 1910. Segundo o autor, o aborto criminoso era um dos pontos mais controvertidos do Código. Dentre as questões que perpassavam o tema, o advogado aponta a da classificação jurídica deste delito: seria o aborto criminoso um delito social, um atentado contra a ordem das famílias, um crime contra a pessoa ou um crime contra a segurança da pessoa e vida, como foi classificado no Código de 1890?

²⁷¹ Observamos que tanto na penalidade para o aborto criminoso quanto para o infanticídio, o tempo de prisão seria reduzido nos casos em que estes crimes fossem cometidos por mulheres na tentativa de occultar a desonra própria. Para discussão da temática honra / desonra no período em questão, indicamos as leituras de CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Tradução de Elizabeth de Avelar Solano Martins. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000. ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

boas indicações sobre a dimensão do problema ao afirmar que “[...] em 1930, atendemos na maternidade 291 mulheres com aborto incompleto, havendo 18 mortes; em 1931 o numero elevou-se a 323, com 14 mortes; 1932 a 280, com 11 mortes, e, nesse anos [sic], até o dia de hoje, o número de casos continua na mesma proporção”.²⁷²

No Relatório da Diretoria de Higiene de 1893, encontramos uma passagem que relaciona o alto índice de mortalidade infantil com a ignorância popular:

Uma parcella n’esta estatistica notavel pela quantidade que representa é a dos obitos sem assistencia medica. Procurando estudar a causa d’esse facto, notamos que dos 518 individuos fallecidos sem assistencia, 358 foram creanças menores de 10 annos das quaes, apenas 18 falleceram com menos de 24 horas. Observamos por outro lado que, d’entre os 1754 individuos que falleceram com assistencia medica, só 644 eram menores de 10 annos, havendo 5 com menos de 24 horas. Temos no primeiro grupo (sem assistencia) uma mortalidade em creanças de 70% e no segundo a mortalidade das creanças é de 36%. Esta differença mostra que grande numero de creanças morre por falta de soccorros profissionaes. **Essa falta não provém da recusa dos medicos em prestar cuidados aos pequenos doentes; ella provém da crença, que tem o povo, de que a homoeopathia (sic) é a medicina das creanças e, baseados n’essa crença, deixam de procurar um profissional para ir pedir ao seu Fulano uma dose para o pequeno.**²⁷³

Podemos observar, tanto através das palavras do Dr. Protasio Alves acima transcritas, quanto dos dados numéricos apresentados e relativos à mortalidade infantil sem assistência médica, a existência de uma disputa, no campo da saúde, entre os vários saberes, disputa esta ocasionada pela já citada liberdade profissional implantada pelo governo do PRR no estado. Parece-nos, no entanto, que um elemento foi aparentemente ignorado pelo Dr. Protasio Alves em sua consideração sobre a mortalidade infantil sem assistência médica: o elevado custo das consultas médicas.²⁷⁴

Também Euclides de Castro Carvalho apontou a ignorância das mães como fator responsável, em grande parte, pela morte de seus filhinhos. Carvalho afirma em seu estudo que

²⁷² TORRESINI, 2005, p.63.

²⁷³ SIE.3 – 001 (Higiene, 1893, p.95-96) [grifo nosso]. Para analisar o discurso do governo republicano gaúcho, será necessário, muitas vezes, utilizar os primeiros Relatórios, pois os textos informativos tendem a diminuir face ao aumento dos dados estatísticos.

²⁷⁴ Sobre o custo das consultas, ver WEBER, 1999, p.57.

É justamente numa alimentação adequada que reside a vida das crianças. A ignorância de certas mães que usam de praticas absurdas, atribuindo á dentição todos os males de seus filhinhos, assim como julgando-se ellas conhecedoras, por simples e mysterioso effeito da propria maternidade, de tudo que convenha a esses innocentes, é a causa principal do sacrificio da infancia. Apesar de toda a solitudine e carinho, são as mães, em grande parte, as maiores responsaveis pela morte de seus filhinhos, por quem ellas dariam a vida, sem vacilar.²⁷⁵

A análise que fizemos dos diagnósticos realizados pelos médicos Protasio Antonio Alves e Euclides de Castro Carvalho confirma as informações que obtivemos em estudos já realizados sobre os índices da mortalidade infantil no Brasil e no Rio Grande do Sul, na medida em que apontam para a permanente discussão acerca das causas da mortalidade de crianças, a preocupação com a má qualidade dos gêneros alimentícios e o estabelecimento da relação entre ignorância e mortalidade infantil.

2.3 A CRIMINALIDADE INFANTIL: OS MENORES INFRATORES E A CASA DE CORREÇÃO

O destino dos menores infratores gaúchos era a Casa de Correção de Porto Alegre, prédio construído à beira do Guaíba entre 1852 e 1855, e cujas instalações eram precárias e insuficientes para abrigar os criminosos a ela destinados. Um dos problemas da instituição era a superlotação, pois, como bem apontado por Mozart Linhares da Silva²⁷⁶, “a demanda de presos do interior para a Casa de Correção de Porto Alegre explica também a sua constante superlotação que, em alguns períodos mantinha uma população duas vezes maior que a sua capacidade [...]”.²⁷⁷ A Casa de Correção da capital recebia presos oriundos de diversas regiões do estado, e a superlotação favorecia, entre outros problemas, a ameaça ao estado sanitário do ambiente. Segundo Sandra Jatthy Pesavento, as condições precárias da Casa de Correção já haviam sido constatadas em 1885, quando uma comissão formada pelo cronista

²⁷⁵ CARVALHO, 1927, p.211. [grifo nosso]

²⁷⁶ SILVA, Mozart Linhares da. *Eugenia, antropologia criminal e prisões no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

²⁷⁷ *Ibidem*, p.53. Segundo Silva, a capacidade da Casa de Correção de Porto Alegre era de aproximadamente 200 presos até 1870-80, passando para 300 vagas depois de algumas reformas (SILVA, 2005, p.53). O maior índice de presos foi registrado na Casa de Correção em 1922: 657 detentos (SILVA, 2005, p.54).

Achylles Porto Alegre, pelo político Júlio de Castilhos, pelo médico e homem público Ramiro Barcellos e por alguns jornalistas visitou a cadeia. Além de apontarem o já mencionado problema da superlotação, os membros da comissão também descreveram o ambiente da prisão de forma bastante negativa. Segundo Pesavento,

[...] acrescente-se a este quadro as paredes negras, as goteiras, o abafamento, a promiscuidade, a confusão de espaços, com materiais fecais em tinas vizinhas àquelas para a lavagem de roupa: tudo isto denunciava erros de administração, falta de verbas e má condição de vida dos presos. As palavras usadas para qualificar o ambiente e seus ocupantes são significativas. A cadeia é “antro”, é “inquisitorial prisão”, com espaços onde se respiram “os mais nocivos miasmas”, sem renovação de ar; os presos são, por sua vez, designados como “infelizes”, “miseráveis” e “desgraçados”.²⁷⁸

Buscando caracterizar um pouco melhor a população carcerária da Casa de Correção de Porto Alegre, reunimos as informações fornecidas por Mozart Linhares da Silva, em especial, as referentes a esta população no ano de 1897.²⁷⁹ Segundo este autor, os detentos da Casa de Correção estavam, neste ano, classificados pelo tipo de crime cometido: 184 (81,41%) estavam presos por homicídio; 16 (7,07%), por roubo; e 9 (3,98%), por lesões corporais.²⁸⁰ Na classificação *composição étnica*, 71 presos (31,41%) eram brancos e 155 (68,58%), não-brancos.²⁸¹ Quanto à nacionalidade, 174 (76,99%) foram classificados como *nacionais*, enquanto 52 (23%) aparecem como *estrangeiros*.²⁸² Destes 52 presos classificados como *estrangeiros*, 22 (42,30%) eram da Itália, 11 (21,15%) eram do Estado Oriental e 4 (7,69%), da Alemanha.²⁸³ No que se refere à ocupação dos detentos em 1897, os três principais índices são jornaleiro (81 presos ou 38,02%), carpinteiro (12 presos ou 5,63%) e soldado (11 presos ou 5,16%).²⁸⁴ Do total de detentos neste ano, 24 cometeram crimes em Porto Alegre (14,03%); 19 em Pelotas (11,11%), e 14 (8,18%) cometeram crimes em Rio Grande.²⁸⁵ Porém, o índice que mais nos interessa aqui se refere à faixa etária dos detentos da Casa de Correção em 1897: 7 (3,16%) detentos tinham entre 13 e 16 anos de idade e 42

²⁷⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Visões do Cárcere*. Jeweb Editora Digital, 2003. E-Book.

²⁷⁹ Os dados referentes à população carcerária da Casa de Correção de Porto Alegre em 1897 foram compilados por Silva no Relatório do Dr. Sebastião Leão apresentado em 1897. Seleccionamos sempre os três primeiros índices apresentados por Silva.

²⁸⁰ SILVA, 2005, p.42. [O total de presos classificados na tabela que apresenta estes dados foi de 226]

²⁸¹ Ibidem, p.47. [O total de presos classificados na tabela que apresenta estes dados foi de 226]

²⁸² Ibidem, p.48. [O total de presos classificados na tabela que apresenta estes dados foi de 226]

²⁸³ Ibidem, p.48.

²⁸⁴ Ibidem, p.50. [O total de presos classificados na tabela que apresenta este índice foi de 213]

²⁸⁵ Ibidem, p.52. [O total de presos classificados na tabela que apresenta este índice foi de 171]

(19%), tinham entre 17 e 20 anos.²⁸⁶ Somando-se as porcentagens, quase um quarto (22,16%) da população carcerária da Casa de Correção de Porto Alegre tinha entre 13 e 20 anos em 1897.

FIGURA 6 – Casa de Correção de Porto Alegre (1898)



“Vista Geral – 1898” (Fonte: E-Book do I Seminário de Pesquisas do AHRS).

Sabemos que os menores deveriam receber um tratamento diferenciado na Casa de Correção, conforme previsto pelo Regulamento²⁸⁷ Especial da Cadeia Civil de Porto Alegre (27 de fevereiro de 1857) que determinava, em sua Seção V – Da classificação e subdivisão das prisões na cadeia, Artigo 35 e parágrafos 1, 2, 6 e 7, que os menores de idade seriam classificados de forma diferente dos outros presos da cadeia. O parágrafo 1º, por exemplo, estabelecia que “as prisões números 1, 2, 3, 6, 10, 11 e 19 são destinadas aos que têm sido condenados a 12 anos de galés, prisão, ou pena maior, excetuando-se unicamente os menores de 21 anos (não condenados a galés ou prisão perpétua), os quais serão conservados nas prisões números 9, 12 e 18”. Já o Regulamento Provisório da Casa de Correção – Ato nº 24, de 29 de fevereiro de 1896 – estabelecia, no Artigo terceiro do Título Preliminar – Da Casa de Correção – que a “separação entre condenados e detidos será absoluta. As mulheres e menores serão também recolhidos a alojamentos separados”. Quanto às atividades desenvolvidas

²⁸⁶ SILVA, 2005, p.45. [O total de detentos classificados na tabela que apresenta este índice foi de 221]

²⁸⁷ Os Regulamentos da Casa de Correção estão disponíveis nos Anais do I Seminário de Pesquisas do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – AHRS – realizado de 4 a 6 de outubro de 2001. E-Book.

durante a detenção, esse mesmo Regulamento determinava, no Título IV – Custeamento e Produtos dos Trabalhos – Artigos 104 e 105, que “para os serviços de cozinha do estabelecimento, lavanderias, enfermarias, limpeza e obras da casa serão escolhidos de preferência os condenados até dois anos de prisão, considerando-se o estado pago de seu sustento, e quites os condenados com as custas, à vista dos serviços que prestarem”, mas “os menores de vinte e um anos, embora condenados até dois anos, irão sempre para as oficinas aprender ofício” (Art. 105). O Regulamento da Casa de Correção (Decreto nº 2.012, de 22 de agosto de 1913) manteve as determinações relativas aos menores de idade que constavam do Regulamento Provisório de 1896. Como fica bastante evidente, o trabalho aparece aqui como meio de regeneração desses menores, como forma de corrigir “desvios”, visto que os menores de 21 anos *sempre* deveriam trabalhar nas oficinas para aprender um ofício. O espaço da prisão era também o espaço do trabalho.

O Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior de 1924 apresenta a informação de que existiam, naquele período, 18 reclusos de menor idade na Casa de Correção, sendo 16 homens e 2 mulheres.²⁸⁸ Sobre a natureza dos crimes por eles cometidos, encontramos os seguintes dados:

TABELA 3 – Menores Reclusos na Casa de Correção de Porto Alegre – 1924

Natureza do crime praticado	Nº de menores reclusos que praticaram este crime
Infanticídio	2
Latrocínio	1
Homicídio simples	6
Roubo	7
Furto	1
Lesões graves	1
Soma	18

Fonte: SIE.3 040 – 1924 – II Volume

²⁸⁸ SIE.3 – 040 (Casa de Correção, 1924, p.350).

Ainda neste Relatório, encontramos informações sobre as atividades desenvolvidas pelos menores durante a reclusão na Casa de Correção, assim como uma dura crítica à convivência entre menores infratores e criminosos adultos.

As duas reclusas trabalham na Alfaiataria (Secção de Mulheres), enquanto os dezesseis detentos se ocupam, uns nas officinas, outros em affazeres varios, de accôrdo com as respectivas aptidões phisicas, frequentando todos, diariamente, a Escola do Estabelecimento. De grande alcance social seria, como hei dito já em anteriores relatorios, a existencia de um estabelecimento destinado, exclusivamente, aos delinquentes de menor idade, pois a convivencia com criminosos adultos fal-os, via de regra, adquirir defeitos e vicios que não tinham dantes. Entram para a prisão, muitas vezes, como disse Garraud, “discipulos no crime, della saindo mestres”.²⁸⁹

Na transcrição acima, podemos observar que as duas menores detidas na Casa de Correção trabalhavam na alfaiataria, enquanto os meninos menores estavam distribuídos pelas oficinas e “outros afazeres”. Há na transcrição, também, referência à escola que funcionava no estabelecimento, e que neste mesmo ano, 1924, contava com 40 presos matriculados. No Relatório, vemos que a escola em funcionamento na Casa de Correção aparece como escola “para adultos”, mas, na própria transcrição destacada acima, temos a crítica relativa à convivência entre menores e adultos na Casa: menores entrariam na instituição como discípulos do crime e sairiam dela mestres. Indo ao encontro desta afirmação, Fernando Torres Londoño afirma que, apesar de o Código Penal de 1890 ter cogitado as prisões especiais para menores, “[...] os visitantes de Casas de Detenção e das Cadeias das grandes cidades, no começo do século, tinham que assistir ao espetáculo da convivência de menores com adultos criminosos, o que fazia das cadeias verdadeiros laboratórios do crime e escolas para criminosos”.²⁹⁰

²⁸⁹ SIE.3 – 040 (Casa de Correção, 1924, p.350).

²⁹⁰ LONDOÑO, 1998, p.139.

FIGURA 7 – Oficina da Casa de Correção de Porto Alegre (1922)

“Oficina – 1922” (Fonte: E-Book do I Seminário de Pesquisas do AHRs).

A situação dos menores na Casa de Correção gaúcha e sua convivência com criminosos adultos também foi abordada no Relatório do Conselho Penitenciário apresentado no Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior de 1926, ao discutir a reforma do sistema penitenciário no estado.²⁹¹ Segundo o presidente do Conselho, Francisco de Souza Ribeiro Dantas,

Questão, porém (sic), de maior relevância é a que diz respeito ao recolhimento dos menores delinquentes á Casa de Correção. O art. 3º da lei federal nº 4.242, de 5 de janeiro de 1921, e o Decreto nº 16.272, de 20 de dezembro de 1923 reformaram completamente nossa legislação penal, em relação á criminalidade dos menores.²⁹²

²⁹¹ SIE.3 – 042 (Conselho Penitenciário, 1926, p.330) – Segundo informações apresentadas no próprio Relatório, o Conselho Penitenciário foi instalado em Porto Alegre em maio de 1925, pelo Decreto nº 3.432. O presidente do Conselho era Francisco de Souza Ribeiro Dantas. Uma das funções do Conselho era visitar e avaliar os estabelecimentos penais do Rio Grande do Sul.

²⁹² Ibidem, p.330.

De acordo com o estudo realizado por Londoño, a Lei Federal n. 4242, de janeiro de 1921, e o Decreto n. 16.272, de dezembro de 1923, a partir de seus dispositivos legais, previam que “[...] a questão da criança abandonada, vadia e infratora, pelo menos no plano da lei, deixou de ser uma questão de polícia a passou e ser uma questão de assistência e proteção, garantida pelo Estado através de instituições e patronatos”.²⁹³ A partir destas disposições, os cuidados com esta criança deveriam ser especializados e com objetivos específicos, cabendo aos higienistas, educadores e juristas desempenharem importante papel nestes cuidados diferenciados. Mas, ao prosseguir em seus comentários sobre a nova legislação para a criança infratora, o Sr. Dantas afirma que o cumprimento imediato desta legislação era impossível no contexto gaúcho do período, pois não havia nem instituições especiais para esses menores, nem meios para a separação entre adultos e menores na Casa de Correção de Porto Alegre.

Consagrando these actualmente vencedora em todos os paizes civilizados, a nova lei subtrahе o menor á pena, no sentido tradicional e legal desta palavra. Em substancia, a these é esta: “o menor delinquente não deve ser punido, mas educado”. A emenda do citado Decreto acha-se concebida precisamente nestes termos expressivos: “Approva o regulamento da ASSISTENCIA e PROTECCÃO aos menores abandonados e delinquentes”. Para realizar esse objectivo, a lei instituiu um juizo e um processo especiaes para os menores, e condicionou a execução dos provimentos judiciaes a respeito, ao internamento do menor em asylos, casas de preservação e casas de refórma.

Quanto a esta ultima parte, na previsão bem justificada de que em muitos pontos do paiz, senão em todo elle, não se encontrariam estabelecimentos deste genero, nem seria possível construil-os de um dia para outro, dispôz o citado decreto, art. 36, que, verificada essa hypothese, “os menores de 14 a 18 annos seriam recolhidos ás prisões communs; porém *separados dos condemnados maiores, e sujeitos a regimen adequado*: - DISCIPLINAR E EDUCATIVO, EM VEZ DE PENITENCIARIO”. É esse o nosso caso. **Não temos nem asylos para menores, nem casas de preservação, nem casas de refórma.**

Os menores que, em virtude de determinação judicial, deveriam ser recolhidos a taes estabelecimentos, serão internados na Casa de Correccão. Acontece, porém, que, nessa Casa, não ha possibilidade de conserval-os separados dos condemnados maiores, nem de submettel-os ao regimen legal – disciplinar e educativo.²⁹⁴

As palavras do Sr. Francisco de Souza Ribeiro Dantas, presidente do Conselho Penitenciário, nos revelam uma série de informações importantes. Apontam, primeiramente,

²⁹³ LONDOÑO, 1998, p.142.

²⁹⁴ SIE.3 – 042 (Conselho Penitenciário, 1926, p.330). [grifo nosso]

para as discussões que vinham sendo travadas no período sobre a necessidade de uma legislação específica para os *menores*. De acordo com Irene Rizzini,

As leis de proteção à infância, desenvolvidas nas primeiras décadas do século XX no Brasil, também faziam parte da estratégia de educar o povo e sanear a sociedade. As leis visavam prevenir a desordem, à medida em que ofereciam suporte às famílias nos casos em que não conseguissem conter os filhos insubordinados, os quais poderiam ser entregues à tutela do Estado; e, pela suspensão do Pátrio Poder, previam a possibilidade de intervir sobre a autoridade paterna, transferindo a paternidade ao Estado, caso se julgasse necessário (sobretudo quando a pobreza deixava de ser “digna” e a família era definida como sendo contaminada pela imoralidade).²⁹⁵

Referindo-se à legislação para a infância desenvolvida no período, Maria Luiza Marcilio afirma que “a produção jurídica brasileira, por sua vez, desde o início do século, elaborava jurisprudência moderna para atender à população infantil em estado de risco. Acreditava-se que o futuro da nação estava em jogo. Era preciso sanear-la, civilizá-la, por meio da higienização e da educação do povo”.²⁹⁶

²⁹⁵ RIZZINI, 1997, p.98.

²⁹⁶ MARCILIO, 2000, p.44. Mesmo não sendo nosso objetivo realizar um estudo aprofundado sobre a legislação específica para menores no período em questão, acreditamos que algumas referências sobre o tema sejam importantes. O Código Penal dos Estados Unidos do Brasil de 1890 estabelecia a imputabilidade penal plena aos 14 anos de idade e estabelecia ainda que o menor com idade até 9 anos era irresponsável penalmente. Quanto aos menores de 14 anos e maiores de 9, era utilizado o critério biopsicológico, fundado na idéia do *discernimento* e avaliado pelo magistrado. Durante muitos anos, debateu-se o Código Penal de 1890, pois se considerava que este havia sido elaborado às pressas e sem debate de questões importantes. Segundo Irene Rizzini, no que se refere a questões relativas à infância, o Código era considerado um retrocesso quando comparado ao Código Criminal de 1830, tendo em vista que rebaixava a idade penal de 14 para 9 anos, como vimos acima, justamente num período em que se discutia a superioridade da educação sobre a punição (RIZZINI, 1997, p.188). Sobre a noção de *discernimento*, Rizzini afirma que “em diferentes períodos históricos foram fixadas determinadas faixas etárias para aplicação da noção de discernimento. A partir daquele limite no qual se atribuía à criança a capacidade de discernir, tendo atingido portanto a ‘idade da razão’, a ela seriam imputadas as leis aplicáveis de acordo com o crime do qual era acusada. Esta prática nos foi legada pelas Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas, vigentes no Brasil durante o domínio português. Ao longo do século XIX, a figura do discernimento foi sistematicamente questionada no meio jurídico, porém mantida na prática. Nas duas primeiras décadas do século XX, período de formulação de uma legislação específica para os menores, a noção de discernimento foi abertamente ridicularizada e veio a ser erradicada com a promulgação do Código de Menores de 1927” (RIZZINI, 1997, p.135-136). No que se refere à imputabilidade penal, o Código de Menores de 1927 estabeleceu a idade de 14 anos. O Código Penal de 1940 elevou a idade para 18 anos, mantida pela Reforma Penal de 1984 (Lei nº 7.209/84) e pela Constituição de 1988. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069, de 13 de janeiro de 1990) prevê que o adolescente infrator – pessoa entre 12 e 18 anos – será passível de aplicação de medida socioeducativa prevista no próprio Estatuto. Poderíamos destacar ainda, no que se refere à legislação, o Código Civil brasileiro, de 1916, que ampliou os poderes de intervenção do Estado sobre as famílias das crianças desviantes; a criação, em 1921, do Serviço de Proteção à Infância Abandonada e Delinqüente (Lei Orçamentária n. 4242); a aprovação, em 1923, do Regulamento de Assistência e Proteção aos Menores Abandonados e Delinqüentes (este Regulamento foi mencionado por Dantas em seu Relatório do Conselho Penitenciário); a elaboração do Código de Menores de 1927, “[...] projeto não-punitivo, recuperador, disciplinar, tutelar e

Em segundo lugar, o Sr. Dantas aponta para a dificuldade do Rio Grande do Sul em atender as disposições estabelecidas pela Lei Federal de 1921 e pelo Decreto de 1923, ressaltando que o estado não apresentava condições – apesar do tratamento diferenciado para os menores estabelecido pelos Regulamentos da Casa de Correção de Porto Alegre – de mantê-los separados e de submetê-los ao regime legal, disciplinar e educativo. Como proposta para solucionar estes problemas, Dantas propunha como solução o estabelecimento de um vasto estabelecimento penitenciário, com a possibilidade de construção de pavilhões anexos à Casa de Correção, o que resolveria também a questão da convivência entre homens e mulheres. Ainda argumentando sobre as vantagens desta solução, o presidente do Conselho Penitenciário afirma que

O plano, assim rapidamente indicado em linhas geraes, realizaria as vantagens seguintes:

1ª - Permittiria a execução da nova legislação sobre a criminalidade dos menores, preparando, desde já, a solução do problema da infancia abandonada, problema palpitante, eminentemente social, por isso que interessa o futuro da própria civilização. Na genese da delinquencia dos menores, e, portanto, da delinquencia em geral, o que se encontra é o abandono, o desamparo, a falta de assistencia, e, peor ainda, a exploração. Salvo casos de degenerescencia profunda, do dominio da psiquiatria, os menores não nascem com tendencias para o crime. Em um Congresso de Anthropologia (sic), reunido em Paris, o Dr. Dalifol, director de uma importante colonia penitenciaria, naquelle paiz, disse, sem levantar contestação alguma: “Como director de um estabelecimento para correção de menores, e como educacionista, eu não creio nas creanças que nascem criminosas; como anthropologista, tão pouco”.

O proprio Lombroso²⁹⁷, que affirmava a existencia, em todos os menores, de germens da criminalidade, e lhes attribuia, como caracteristicos, todos os defeitos, cólera, vingança, privação de senso moral, crueldade, obscenidade,

paternal” (MARCILIO, 2000, p.45). Após o período delimitado para nosso estudo, podemos destacar a criação do Serviço de Assistência ao Menor, em 1941, a criação da Funabem, em 1964, a criação da Febem, em 1976, a aprovação de um novo Estatuto do Menor, em 1979, e a promulgação do ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. Internacionalmente, merecem destaque a proclamação da primeira Declaração dos Direitos da Criança, em 1923 (Genebra – Liga das Nações), e a Declaração Universal dos Direitos da Criança, em 1959 (ONU – Organização das Nações Unidas). As informações sobre a legislação para os menores aqui referidas se encontram em MARCILIO, 2000; RIZZINI, 1997 e SOARES, Janine Borges. *A construção da responsabilidade penal do adolescente no Brasil: uma breve reflexão histórica*. Texto disponível na página eletrônica do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov>>.

²⁹⁷ Cesare Lombroso (1835-1909), professor universitário e criminologista italiano, desenvolveu o que ficou conhecido como a escola italiana de Antropologia Criminal. Os estudos realizados por Lombroso procuravam demonstrar a existência de um tipo humano destinado ao crime e que poderia ser fisicamente identificado. A influência dos estudos de Lombroso pode ser verificada no Rio Grande do Sul não só pela referência de Francisco de Souza Ribeiro Dantas, mas também pelos estudos realizados pelo Dr. Sebastião Leão sobre os presos da Casa de Correção de Porto Alegre. Estas informações estão em PESAVENTO, Sandra Jatahy. As muitas faces do crime. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 1, n.3, set. 2005. Outras informações sobre o pensamento de Lombroso e sua influência no Brasil e no Rio Grande do Sul podem ser encontradas em SILVA, 2005.

preguiça, mentira, etc., admittia a influencia poderosa da educação e aconselhava-a como de indeclinavel necessidade. **Educar o menor, formar-lhe o character, preparal-o para o bem, quando a familia não o faz, e, antes, o abandona, ou o explora, é funcção social.** A nova legislação consagra as providencias destinadas a esse fim. Cumpre não lhe adiar a execução.²⁹⁸

A posição assumida pelo presidente do Conselho Penitenciário em discussões internacionais nos permite verificar, mais uma vez, a visão de homens públicos gaúchos em relação ao problema da infância abandonada e infratora. Em concordância com os discursos do período, a criança abandonada, vadia e infratora aparece aqui como alvo de assistência, proteção e ações educativas, e não mais como alvo de punição, reforçando a percepção de que “a condição de desamparo material e moral definia, diferenciava e fazia das crianças que viviam em ditas circunstâncias, pessoas que deviam ser tratadas e protegidas pelo Estado”.²⁹⁹

Na busca dos culpados pela situação dessas crianças – material e moralmente desamparadas – ora eram apontadas as mães como culpadas, ora era o governo. Um elemento, no entanto, era recorrente nas discussões sobre a infância: a importância da educação. Isto fica evidenciado na imprensa gaúcha do período.

Embora os jornais socialistas da época falassem remotamente num rearranjo social que poria fim a tais desigualdades – das quais as crianças pobres eram as vítimas inocentes –, as soluções apontadas convergiam para um mesmo caminho: o da educação.³⁰⁰

No próximo capítulo, enfocaremos a atuação dos governantes do Rio Grande do Sul para a melhoria das condições higiênicas das escolas públicas gaúchas e para a disseminação de hábitos saudáveis e higiênicos através destas, ação que não só beneficiaria a saúde das crianças (a “infância descuidada” de Achylles Porto Alegre) que frequentavam as escolas públicas do estado, mas a sociedade em geral e as futuras gerações.

²⁹⁸ SIE.3 – 042 (Conselho Penitenciário, 1926, p.333-334). [grifo nosso]

²⁹⁹ LONDOÑO, 1998, p.143.

³⁰⁰ PESAVENTO, 1998, p.78.

CAPÍTULO III – O ESPAÇO ESCOLAR

Em casas apropriadas, bem localizadas, dotadas de bom material, muito aproveitarão a saúde das crianças e a sociedade em geral, porque fácil será ao professor ministrar as noções práticas de higiene, que irão repercutir no meio externo.³⁰¹

Este capítulo tem por objetivo discutir como questões relacionadas à saúde e à higiene no e do espaço escolar, temáticas discutidas em âmbito nacional, foram abordadas e propostas pelos governantes gaúchos no período de 1893 a 1928. O nosso foco central de análise será a escola pública primária gaúcha, e a investigação será desenvolvida a partir de três eixos principais: a (in)salubridade do espaço escolar, os cuidados com o corpo, e o papel dos professores na disseminação de preceitos de saúde e higiene. Mesmo não sendo nosso objetivo principal, apontaremos também alguns aspectos sobre a administração e o funcionamento das escolas públicas do Rio Grande do Sul no período delimitado para este estudo, o que facilitará a compreensão da temática aqui desenvolvida.

3.1 AS ESCOLAS PÚBLICAS PRIMÁRIAS GAÚCHAS: DA TRANSIÇÃO DO IMPÉRIO PARA A REPÚBLICA

Para iniciarmos este ponto, retomaremos rapidamente alguns aspectos já abordados no Capítulo I, especialmente no tópico 1.3 – Os “homens das letras” e da educação. Como destacamos no primeiro capítulo deste estudo, o ensino primário passou a ser competência dos estados a partir da Constituição Republicana de 1891, enquanto o ensino secundário e o superior eram de responsabilidade conjunta dos estados e da União. A gratuidade e a obrigatoriedade não estavam previstas na Constituição, ficando a cargo dos estados atendê-las ou não. A Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, por sua vez, definiu que o ensino primário nos estabelecimentos públicos seria “leigo, livre e gratuito”.

³⁰¹ Palavras do Dr. Protasio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em Relatório apresentado no ano de 1907 (ALVES, Protasio. SIE.3 – 015, Introdução, 1907, p.12).

Ao final do tópico mencionado, destacamos que, segundo Corsetti, além da Constituição Estadual e do orçamento do estado, outros instrumentos legais foram utilizados na organização educacional do Rio Grande do Sul no período em questão, como os Regulamentos e Regimentos Internos das escolas públicas gaúchas.

Para a organização educacional rio-grandense, não menos importantes foram os regulamentos e regimentos internos das escolas que, pelo conjunto de determinações que encerraram, possibilitam a percepção da ação governamental num plano muito específico, ou seja, o interior da própria escola. Essas regulamentações expressaram a forma como os elementos integrantes da política educacional do Estado gaúcho, no tocante à escola pública, se realizavam concretamente.³⁰²

No quadro abaixo, ficam bem evidenciados os Regulamentos, os Regimentos e algumas modificações por eles introduzidas a que faremos referência ao longo deste capítulo.

QUADRO 1 – Legislação referente à Instrução Pública

DECRETO	DETERMINAÇÃO
Decreto n. 89, de 2 de fevereiro de 1897	Regulamento da Instrução Pública
Decreto n. 130, de 22 de janeiro de 1898	Regimento Interno das Escolas Elementares
Decreto n. 239, de 5 de junho de 1899	Programa do Ensino Primário Elementar e Complementar
Decreto n. 874, de 28 de fevereiro de 1906	Novo Regulamento da Instrução Pública
Decreto n. 1479, de 26 de maio de 1909	Criou Colégios Elementares e modificou Regulamento da Escola Complementar de Porto Alegre
Decreto n. 2224, de 29 de novembro de 1916	Modificou alguns aspectos do Regulamento da Instrução Pública sobre o Ensino Elementar e Complementar
Decreto n. 3898, de 4 de outubro de 1927	Novo Regulamento da Instrução Pública
Decreto n. 3903, de 14 de outubro de 1927	Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino Público

Fonte: Quadro ampliado em Corsetti, 1998, p.285. As informações contidas neste quadro foram retiradas da Legislação do período (LEG 628, 630, 631, 640, 645, 655 e 685).

³⁰² CORSETTI, 2005, p.210-211.

Como podemos observar, três Regulamentos foram expedidos para a Instrução Pública gaúcha durante o período analisado: 1897, 1906 e 1927. Os Regulamentos e Regimentos estabeleciam as condições de organização e funcionamento das escolas públicas do Rio Grande do Sul, e de acordo com Corsetti, é possível perceber aspectos como a) a perspectiva intervencionista do Estado em relação à educação, b) os princípios e objetivos do ensino, c) a organização do ensino, d) o controle disciplinar estabelecido e e) a preparação para o mercado.³⁰³ Gostaríamos de destacar aqui um destes aspectos, aquele que diz respeito a quais eram, segundo os dirigentes republicanos que governaram o estado entre os anos de 1893 e 1928, os objetivos do ensino público no RS.

Já no Relatório da Instrução Pública de 1896, o então Diretor Dr. Manoel Pacheco Prates, afirmava que

Educar, porém, não consiste em ensinar a lêr, escrever e calcular. Educar consiste em um processo que abrange a triplice natureza humana. Exerce sua benéfica acção sobre o corpo, desenvolvendo-o com observancia intelligente e systematica das benignas leis de hygiene que conservam a saude e prolongam a existencia. Sobre a intelligencia, robustecendo-a e enriquecendo-a com conhecimentos uteis e cultivando-lhe o gosto que se eleva com a virtude; finalmente, sobre as faculdades moraes, fortalecendo-lhe a consciencia do bem e do dever.³⁰⁴

A educação deveria abranger a tríplex natureza humana: moral, física e intelectual. Estes objetivos do ensino público foram reafirmados nos Regulamentos e Regimentos durante o período abarcado por esta investigação. O último Regulamento analisado, de 1927, estabelece que o ensino compreenderá a educação moral, cívica, física e intelectual. O Regimento de 1927, por sua vez, reafirma, em seu Capítulo I – Do ensino, Artigo 1º - que “os estabelecimentos de ensino têm por fim promover e dirigir simultaneamente o desenvolvimento moral, physico e intellectual dos alumnos, proporcionando-lhes conhecimentos uteis á vida”.³⁰⁵ É importante não esquecer, como bem destacou Corsetti, que a “instrução foi colocada como exigência destinada a possibilitar o mais importante dever do cidadão livre, ou seja, o exercício do voto, sustentáculo para os governos republicanos”.³⁰⁶

³⁰³ CORSETTI, 2005, p.211-213.

³⁰⁴ SIE.3 – 003 (Instrução Pública, 1896, p.297).

³⁰⁵ LEG 685 – Decreto n. 3.903, de 14 de outubro de 1927.

³⁰⁶ CORSETTI, 2005, p.211.

Porém, dentre os objetivos do ensino público estadual, enfatizaremos o que se refere ao desenvolvimento físico dos alunos, aspecto central em nossas análises.

No que se refere à organização do ensino primário gaúcho, acreditamos ser importante sublinhar que este estava dividido em elementar e complementar a partir do Regulamento da Instrução Pública de 1897, sendo ministrado nos colégios distritais³⁰⁷ e nas escolas elementares³⁰⁸. Segundo Berenice Corsetti, “[...] a instituição dos colégios distritais se inseriu numa proposta mais abrangente de estruturação de um ensino complementar que inclui a formação profissional, com a inserção da extinta Escola Normal nos moldes dos colégios distritais”.³⁰⁹ O curso complementar cumpriu importante função na formação de candidatas ao magistério público estadual. Os colégios distritais foram suprimidos em 1905, e, a partir da reforma de 1906, foram instituídas as escolas complementares. O ensino elementar continuava destinado a crianças a partir de 7 anos de idade, de ambos os sexos, e era ministrado nas escolas elementares. O ensino complementar, então, passou a ser ministrado nas escolas complementares, “[...] sendo destinado aos alunos que se mostrassem habilitados nas matérias do curso elementar” e deveria ter, na medida do possível, “[...] caráter prático e profissional, como o fim de desenvolver o ensino elementar e de preparar candidatas ao magistério público primário”.³¹⁰ A partir de 1909, apenas a escola complementar de Porto Alegre continuou em funcionamento, sendo desativadas as escolas complementares instaladas em Santa Maria, Santa Cruz e Montenegro em 1906. O ensino público sofreu modificações durante o período de nossa investigação, mas acreditamos que o essencial esteja aqui apontado. Para informações detalhadas sobre a organização e funcionamento das escolas públicas primárias gaúchas, recomendamos a leitura da análise minuciosa realizada por Berenice Corsetti em seu estudo já destacado.

³⁰⁷ “Os colégios distritais seriam instituídos onde fosse verificada pelo governo a necessidade deles, com tantos professores quantas fossem as classes em que se dividisse o respectivo curso, tendo por base o grau de adiantamento e nunca o número de matérias a serem ensinadas. O ensino complementar ministrado nesses colégios seria dividido em três classes, de acordo com os respectivos programas e as respectivas instruções” (CORSETTI, 1998, p.293).

³⁰⁸ “As escolas elementares deveriam ser tantas quanto fossem necessárias, devendo ser todas, quanto ao ensino, do mesmo grau. O ensino era dividido em três classes e estas em duas seções cada uma, de acordo com o programa geral do ensino e as respectivas instruções” (CORSETTI, 1998, p.292). As escolas públicas elementares recebiam matrículas de crianças a partir dos 7 anos de idade. Constatamos, no entanto, que a idade para ingresso na escola variou significativamente nos Relatórios. Em alguns Relatórios, a idade escolar é definida com sendo dos 7 aos 13, por exemplo, e em outras, dos 7 aos 14.

³⁰⁹ CORSETTI, 1998, p.295-296.

³¹⁰ *Ibidem*, p.298.

3.2 AS ESCOLAS E OS PROJETOS PARA A HIGIENE E A SAÚDE PÚBLICA

Gostaríamos, neste momento, e antes de iniciarmos a análise dos três eixos propostos, de apontar a relação estabelecida entre a *escola* e a *higiene/saúde* por médicos e governantes em fins do século XIX e início do século XX, através dos estudos realizados por José Gondra, Heloísa Helena Pimenta Rocha, Maria Stephanou e Berenice Corsetti.

Para além do ensino das “letras”, à escola também eram atribuídas outras funções nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX. José Gondra afirma, ao tematizar algumas relações entre medicina, educação e sociedade no Brasil do século XIX³¹¹, que a escola e a educação não foram esquecidas no processo de expansão da medicina. A educação escolar, inserida no projeto educacional forjado pelos médicos ao longo do XIX, “[...] deveria ser ordenada de modo a participar desse projeto de erradicação da ignorância e de produção de um futuro ordeiro, homogêneo e civilizado”.³¹²

Heloísa Helena Pimenta Rocha, por sua vez, em artigo³¹³ que “[...] analisa o modelo de educação sanitária formulado no interior da ampla campanha de regeneração física, intelectual e moral a que se lançou o Instituto de Hygiene de São Paulo, instituição criada em 1918, em cooperação com a Junta Internacional de Saúde da Fundação Rockefeller”³¹⁴, corrobora a afirmação de Gondra. Ao analisar a tese de doutoramento do Dr. Antonio de Almeida Junior – diretor do Departamento de Higiene Escolar organizado junto ao Instituto de Hygiene paulista – apresentada à Faculdade de Medicina em 1922, Rocha demonstra que

Concebendo os problemas sanitários como problemas de ordem educativa, cuja solução passava pela inculcação de modos de viver calcados nos parâmetros da ciência, Dr. Almeida Junior defende a necessidade de buscar o concurso da escola primária na importante causa do saneamento do Brasil. Fator essencial na formação moral e intelectual do povo, a escola primária é

³¹¹ GONDRA, José G. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 Anos de Educação no Brasil*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

³¹² Ibidem, p.526.

³¹³ ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Educação Escolar e Higienização da Infância. *Cadernos CEDES*, Campinas, v.23, n.59, abr. de 2003a. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Estas informações também são apresentadas em ROCHA, 2003b.

³¹⁴ ROCHA, 2003a, p.39.

vista como a instituição a cuja força e poder deveriam recorrer os higienistas.³¹⁵

Já Maria Stephanou, em seu texto *Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira*³¹⁶, afirma que “nas primeiras décadas do século XX, muito crédito era atribuído à educação no concurso que ela prestava à obra de saneamento do meio e do homem”³¹⁷, e complementa que “nesse período, médicos brasileiros ocupam-se cada vez mais em discutir os conteúdos e objetivos de ensino, os procedimentos pedagógicos, a avaliação, o exemplo do professor, a materialidade e a salubridade das escolas, os pressupostos teóricos dos pedagogos”.³¹⁸

Como é possível observar nos estudos de José Gondra, Heloísa Helena Pimenta Rocha e Maria Stephanou, a escola estava inserida nos projetos médicos para a formação de homens civilizados, saudáveis e higiênicos já no século XIX e se estendendo ao século XX. Mas o que nos interessa aqui é analisar *se e como* questões relacionadas à saúde e à higiene nas escolas públicas primárias gaúchas eram apresentadas e tratadas pelos governantes do Rio Grande do Sul no período de 1893 a 1928, através do estudo das Introduções aos Relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, dos Relatórios da Diretoria de Higiene, da Instrução Pública e da Legislação. É importante não esquecer, como já apontamos anteriormente, que médicos também participaram do governo republicano gaúcho durante este período, como foi o caso do Dr. Protasio Alves, cuja atuação foi discutida mais detalhadamente no segundo capítulo desta investigação. Nossa análise estará concentrada, como já destacamos, em três eixos principais: as questões relacionadas à (in)salubridade do espaço escolar e sua materialidade; as relacionadas ao corpo, sua saúde e proteção; e as relacionadas ao papel atribuído aos professores na disseminação de ensinamentos referentes à saúde e a hábitos higiênicos. É interessante lembrar, como já apontamos no primeiro capítulo desta investigação, que Berenice Corsetti estabeleceu, entre as principais características da

³¹⁵ ROCHA, 2003a, p.42.

³¹⁶ STEPHANOU, Maria. Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Vol. III: Século XX*. Petrópolis: Vozes, 2005.

³¹⁷ Ibidem, p.144.

³¹⁸ Ibidem, p.145.

atuação do governo gaúcho no setor educacional, a “utilização da escola como instrumento de saúde preventiva, através da formação da ‘consciência sanitária da população’”.³¹⁹

Partindo das afirmações destes autores, nossa proposta é analisar, nos próximos tópicos, qual era a relação entre a escola pública primária gaúcha e questões de saúde e higiene; ou como a escola pública primária gaúcha contribuía para a formação do cidadão higiênico e saudável.

Antes, porém, de darmos continuidade, consideramos importante retomar e complementar algumas questões referentes ao conceito de infância no período em questão e já discutidas, em grande medida, no primeiro capítulo deste estudo. Como já foi afirmado naquele momento do desenvolvimento de nossa argumentação, expressões como “matéria facilmente moldável”, “matéria-prima”, “reserva dos homens do Brasil”, “adulto em formação” e “futuro de uma pátria em gestação” são recorrentes nos estudos realizados sobre a infância no final do século XIX e início do século XX, revelando a percepção do período. Entendida como “entidade físico-moral amorfa”, a infância era também vista como o período ideal da vida para a educação higiênica, como se pode perceber nas conclusões feitas por Jurandir Freire Costa sobre os métodos e objetivos da educação higiênica presentes em textos de higienistas do século XIX:

A técnica era a da criação de hábitos. As “más inclinações”, prevenidas pela inculcação dos bons hábitos, dispensavam o uso de castigos recorrentes e os agentes externos. Seus efeitos eram duradouros, praticamente invisíveis. Implantavam-se gradualmente na “alma dócil”, no “corpo tenro e flexível” sem deixar marcas perceptíveis.³²⁰

Após descrever a “técnica” utilizada, Costa explica quais eram os objetivos desta “criação de bons hábitos”:

Os objetivos também eram explícitos. Pela pedagogia higiênica procurava-se atingir os adultos. O interesse pelas crianças era um passo na criação do adulto adequado à ordem médica. Produto de hábitos, este indivíduo não saberia nem quando, nem como, nem por que começou a sentir e a reagir da maneira que sentia ou reagia. Tudo em seu comportamento deveria parecer à

³¹⁹ CORSETTTI, 2005, p.206.

³²⁰ COSTA, 1989, p.175.

sua consciência como normal, conforme a lei das coisas ou a lei dos homens.³²¹

Através da educação higiênica, as crianças tornar-se-iam adultos saudáveis e “adequados à ordem médica”. Esta “teoria do hábito” também é analisada pela já citada Heloísa Helena Pimenta Rocha, que, como já mencionamos, debruçou-se sobre a tese defendida pelo Dr. Antonio de Almeida Junior em 1922 – *O saneamento pela educação* – e na qual fica evidenciada a importância da escola primária na visão dos médicos-higienistas do período:

Essas questões põem em cena o elemento central sobre o qual se alicerça a tese do Dr. Almeida Junior, aquele sobre o qual repousam desde as justificativas para o apelo à escola, por parte dos médicos-higienistas, até os métodos, procedimentos e recursos a adotar na educação sanitária – a teoria do hábito, fundada no suposto da plasticidade infantil.³²²

Modelando a criança, um ser maleável, através da escola primária, a educação sanitária elaborada pelos médicos-higienistas se transformaria na própria natureza da criança.

3.3 A (IN)SALUBRIDADE DO ESPAÇO ESCOLAR: DIAGNÓSTICOS E PROPOSTAS

Em seu texto *Medicina, Higiene e Educação Escolar*, José G. Gondra demonstra que a preocupação com o espaço escolar estava presente no projeto educacional forjado pelos médicos já no século XIX, destacando que

A decisão de instalar escolas encontra-se visceralmente ligada às condições físicas do lugar em que deveria funcionar, isto é, as condições topográficas, climáticas, sanitárias, atmosféricas, de ventilação, de iluminação, de salubridade, das águas e de proximidade ou não das aglomerações urbanas.³²³

³²¹ COSTA, 1989, p.175.

³²² ROCHA, 2003b, p.181.

³²³ GONDRA, 2000, p.527-528. É muito importante lembrar as condições gerais de (in)salubridade de Porto Alegre no período, para pensar a escola inserida neste contexto. Problemas como a má qualidade da água eram

Comentando o parecer do jurista Rui Barbosa³²⁴ sobre a instrução pública, fundamentado na ciência médica e publicado em 1882, Gondra destaca as preocupações do jurista em relação ao espaço escolar: as escolas deveriam ter claridade e arejamento suficientes e mobiliário adequado, caso contrário seriam fábricas de míopes e de deformações do corpo.

Maria Stephanou também referiu as “imbricações dos discursos e dos saberes médicos com a Educação” nas primeiras décadas do século XX, em seu estudo sobre *Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira*, observando que:

Outros questionamentos [questionamentos dos médicos às escolas], ainda, particularizavam a análise da materialidade das escolas, condenando os espaços insalubres, a localização do prédio escolar, os problemas de iluminação, ventilação, os espaços construídos e as áreas livres, a inadequação do mobiliário e dos equipamentos disponíveis, dos bebedouros aos sanitários, avaliando os prejuízos físicos ocasionados às crianças – problemas de visão, focos contagiosos, distúrbios posturais e danos à coluna, dentre outros. Evidentemente, os médicos assinalavam o fato de que os conhecimentos da higiene eram ignorados ou desprezados nos casos citados. E esse era o problema maior.³²⁵

Como podemos perceber, os discursos médicos associavam, em fins do século XIX e início do XX, a insalubridade e a inadequação do espaço escolar com a possibilidade de

comuns no Rio Grande do Sul e em Porto Alegre em fins do XIX e início do XX, como buscamos mostrar no primeiro capítulo.

³²⁴ Rui Barbosa (1849-1923), jurista, homem público e jornalista, defensor da causa abolicionista, foi nomeado, em 1881, membro do Conselho Superior de Instrução Pública. Em 1882, elaborou, como relator da Comissão de Instrução Pública, projeto para a reforma do ensino. No ano seguinte, 1883, elaborou projeto e apresentou parecer sobre o ensino primário brasileiro. Rui Barbosa revelou-se, no projeto e parecer sobre o ensino primário, um precursor da educação física, do ensino musical, do ensino do desenho e dos trabalhos manuais. As informações sobre a vida e a atuação política de Rui Barbosa foram encontradas na página eletrônica da Fundação Casa de Rui Barbosa (Disponível em: <<http://www.casaruibarbosa.gov.br>>). Nesta mesma página, encontramos um trecho do *Parecer sobre a Reforma do Ensino Secundário e Superior*, em que Rui Barbosa se refere à educação higiênica do corpo da seguinte maneira: “[...] é impossível formar uma nação laboriosas [sic] e produtiva, sem que a educação higiênica do corpo acompanhe *pari passu*, desde o primeiro ensino até ao limiar do ensino superior, o desenvolvimento do espírito. Assim nessa quadra da vida estará arreigado o bom hábito, firmada a necessidade, e o indivíduo, entregue a si mesmo, não faltará mais a esse dever primário da existência humana. Acredita-se, em geral, que o exercício da musculatura não aproveita senão à robustez da parte impensante da nossa natureza, à formação de membros vigorosos, à aquisição de forças estranhas à inteligência. Grosseiro erro! O cérebro, a sede do pensamento, evolve do organismo; e o organismo depende vitalmente da higiene, que fortalece os vigorosos, e reconstitui os débeis.” Obras Completas de Rui Barbosa, v.9, t.1, 1882. p.174. Disponível em: <<http://ww2casaruibarbosa.gov.br/scripts/rui>>.

³²⁵ STEPHANOU, 2005, p.153.

problemas de saúde para a população escolar. Tanto Gondra quanto Stephanou constataram esta associação e observaram o registro de doenças visuais e de coluna entre os problemas decorrentes da inadequação da “materialidade das escolas”. Stephanou refere-se também à escola como um possível foco de contágio.

Mas os problemas relacionados à inadequação do espaço escolar não preocupavam apenas os médicos no período em questão. As referências às más condições de higiene do ambiente escolar podem ser observadas tanto nos Relatórios da Diretoria de Higiene, quanto nos da Instrução Pública do Rio Grande do Sul na passagem do século XIX para o século XX.

Em Relatório de 1895, o Dr. Protasio Alves, médico e então Inspetor de Higiene, avaliava da seguinte forma as condições físicas das escolas públicas da capital gaúcha: “em observância a nosso dever, temos visitado as escolas publicas da capital. Ahi temos observado que em quasi todas ha deficiencia de espaço para as crianças e em todas a agua fornecida é de má qualidade, por não ser filtrada”.³²⁶ A falta de luz, de espaço, de ar e de água filtrada são apontadas em diversas oportunidades como sendo características do ambiente escolar no período.³²⁷ Entre as medidas de saneamento apontadas pelo Dr. Protasio Alves como necessárias para a melhoria do estado sanitário de Porto Alegre, encontramos, por exemplo, “[...] a aquisição de casas proprias para as aulas publicas; collocação nas aulas, bem como nos quarteis, de filtros Pasteur para agua”.³²⁸ Vemos a mesma preocupação com as condições dos prédios escolares [ambiente escolar] repetindo-se no Relatório de 1896. Novamente o Dr. Protasio Alves posiciona-se a favor de reformas urgentes na “higiene da população escolar”.³²⁹

Em Relatório de 1898, o Dr. Protasio Alves, além de destacar as deficiências de ar, água e luz nas escolas públicas, afirma que essas reformas são indispensáveis, pois, sem elas,

³²⁶ SIE.3 – 003 (Higiene, 1895, p.206).

³²⁷ Maria Luiza Marcilio, em seu já citado texto sobre o ensino primário da rede pública na época do Império, afirma sobre as condições físicas das escolas públicas que “Não era uma situação excepcional. Em todas as províncias da época, como então se chamavam os estados, das mais ricas às mais pobres, são encontradas descrições semelhantes. O presidente de São Paulo, centro da produção cafeeira do país, escrevia: ‘As escolas públicas da província permanecem, na generalidade, funcionando em local impróprio, muitas vezes sem condições higiênicas e desprovidas de tudo quanto lhes é indispensável’. Outro problema generalizado já apontado pelo professor José Marcelino, dizia respeito à extrema precariedade, e ausência mesmo, de mobiliário e material escolar” (MARCILIO, 2005, p.83).

³²⁸ SIE.3 – 003 (Higiene, 1895, p.144).

³²⁹ SIE.3 – 003 (1896).

o governo não poderia exigir de particulares os melhoramentos higiênicos necessários. Nas palavras de Protasio Alves, “é necessario iniciar-se esta reforma, e mais do que necessario, é urgente, porque a auctoridade ficará em posição esquerda si, exigindo de um particular um melhoramento hygienico, apontarem á auctoridade a hygiene dos estabelecimentos de instrucção do Estado”.³³⁰

Em 1904, o Dr. Protasio Alves retoma as questões relativas à falta de espaço e à má qualidades da água nas escolas públicas do estado, destacando que é primordial que se corrijam os defeitos apontados, o que indica que pouco foi feito nesse sentido.³³¹

Como tentativa de melhorar as condições higiênicas do ambiente escolar, foi estabelecido, no Regulamento para o Serviço de Higiene de 1895, que as escolas seriam inspecionadas, e os alunos ou funcionários afetados por doenças contagiosas³³² seriam isolados e só retornariam ao estabelecimento de ensino mediante a apresentação de atestado médico. Estas disposições podem ser observadas nos trechos selecionados e transcritos do Regulamento para o Serviço de Higiene – Decreto n. 44, de 02 de abril de 1895.

Titulo I – Capitulo I – Da organização do Serviço

Art. 1º - O serviço sanitario do Estado do Rio Grande do Sul comprehende:

[...]

5º - A inspecção sanitaria das escolas, fabricas, hospitaes, prisões e todas as demais habitações collectivas. [...]

Capitulo II – Da Directoria

Art. 4º - Ao ajudante incumbe:

8º - Visitar hoteis, hospedarias, escolas, fabricas e em geral os estabelecimentos onde houver aglomerações de pessôas, marcando as competentes lotações e observando todas as circunstancias que possam influenciar a saúde particular ou publica para impedir aquellas que forem prejudiciaes. [...]

Titulo II – Capitulo II – Da policia sanitaria

Art. 26 – A policia sanitaria tem por fim a observancia do disposto neste regulamento, relativamente a prevençãõ e repressãõ de abusos que possam comprometter a saúde publica.

³³⁰ SIE.3 – 006 (Higiene, 1898, p.576).

³³¹ SIE.3 – 013 (1904).

³³² O Regulamento para o Serviço de Higiene de 1895 estabelecia como moléstias transmissíveis – e cuja notificação era compulsória – as seguintes enfermidades: febre amarela, cólera morbus, doenças coleriformes, sarampão, escarlatina, varíola, difteria, febre tifóide, febre puerperal e coqueluche (LEG 626 - Decreto n. 44, de 2 de abril de 1895). Em 1907, a peste foi incluída entre as doenças cuja notificação era compulsória. O Regulamento da Higiene de 1907 (LEG 641 - Decreto n. 1240A, de 31 de dezembro de 1907) suprime praticamente tudo o que se referia especificamente à inspeção escolar. Mas, como veremos mais adiante, o governo instituiu outras formas de inspeção para verificar as condições higiênicas das escolas públicas gaúchas.

Art. 27 – Em relação ás habitações particulares ou collectivas observar-se-á:
[...]

§ 9º - O tempo durante o qual os alumnos de escolas e empregados desses estabelecimentos deverão estar isolados do edificio, quando affectados de molestias contagiosas, contando-se o praso a partir do primeiro dia da molestia, será

1º Quarenta dias para escarlatina, variola, varioloide e diphteria.

2º Dezeseis dias para sarampão e varicella.

3º Quanto á coqueluche o isolamento deverá ser prolongado até 20 dias depois da cessação completa de accessos.

§ 10º - Para fiscalisação das medidas estabelecidas no § anterior, os directores de estabelecimento de ensino receberão somente os alumnos ou empregados que tenham sido affectados de molestias transmissiveis, apresentando-se-lhe um attestado de medico, que especifique o tempo de duração da doença e declare que foram feitas as desinfecções convenientes.³³³

Verificando a aplicação do disposto no Regulamento acima referido, encontramos, nos Relatórios da Diretoria de Higiene, algumas informações sobre crianças doentes proibidas de freqüentarem as escolas, pois representavam perigo de contágio para as demais; e também sobre a suspensão de trabalhos escolares ocasionada pela ocorrência de doenças contagiosas entre alunos ou professores. Estas situações podem ser observadas nos Relatórios de 1896, 1897, 1898 e 1904, por exemplo. Para exemplificar esta questão, destacamos a informação apresentada pelo Dr. Protasio Alves em 1896:

Recebeu a directoria durante o anno decorrido de 1º de Julho de 1895 a 30 de Junho deste anno notificação de 227 casos de molestias transmissiveis, assim distribuidas: sarampão 68, diphteria 45, febre typhoide 40, variola 34, coqueluche 23, infecção puerperal 10, escarlatina 7. A influenza tem nos ultimos mezes augmentado consideravelmente a morbidade, não trazendo felizmente, augmento proporcional na mortalidade. **Determinamos o isolamento em domicilio para os casos de sarampão, escarlatina e coqueluche, proibindo as crianças, que viviam sob o mesmo tecto a entrada nas escolas;** [...].³³⁴

Em alguns Relatórios, encontramos, ainda, a notificação da realização de desinfecções em escolas, como é o caso do Relatório de 1902.³³⁵ Além das medidas propostas no

³³³ LEG 626 – Decreto n. 44, de 2 de abril de 1895.

³³⁴ SIE.3 – 003 (Higiene, 1896, p.327). [grifo nosso]

³³⁵ SIE.3 – 011 (1902).

Regulamento para o Serviço de Higiene de 1895, o Dr. Protasio Alves sugere a aposentadoria de professores tuberculosos.³³⁶

Como já afirmamos, também nos Relatórios da Instrução Pública é possível encontrar informações sobre as más condições dos prédios escolares. Em Relatório de 1896, o Dr. Manuel Pacheco Prates, Diretor Geral da Instrução Pública, afirmava que:

Emquanto ao que dissestes sobre as pessimas condições hygienicas de muitas casas em que funccionam as aulas publicas nesta capital, só me cumpre accrescentar que o mal se agrava de continuo, devido á constante e successiva elevação dos alugueis sem a correspondente alteração da tabella respectiva. [...] O edificio proprio, tão aconselhado e tão necessário, que engrandece e radica a escola, eleva e dignifica a condição do professor, rodeando-o do necessário conforto e dos elementos apropriados a cumprir, com exito, sua sublime missão, é a meu ver a única solução definitiva.³³⁷

Como vemos, a questão das “péssimas condições higiênicas” dos prédios onde funcionavam as aulas públicas também preocupava o Diretor da Instrução. Como parte da solução para este problema, o Dr. Pacheco Prates sugeria que o governo deveria investir na compra de casas para o funcionamento das escolas. É importante destacar aqui que, enquanto o estado não pudesse adquirir prédios próprios para o funcionamento das escolas públicas, este seria responsável pelo aluguel de prédios para o funcionamento das mesmas, como ficava estabelecido nos Regulamentos da Instrução Pública de 1897, 1906 e 1927.³³⁸ Através da análise e leitura dos Relatórios, fica evidente que esta questão não foi inteiramente solucionada durante o período analisado nesta investigação. Em Relatório de 1908, por

³³⁶ SIE.3 – 012 (1903). Não há informações específicas sobre esta questão, mas as exigências no que se referia à saúde dos candidatos ao magistério público estadual serão abordadas ainda neste capítulo.

³³⁷ SIE.3 – 003 (Instrução Pública, 1896, p.293).

³³⁸ Sobre o aluguel de casas para o funcionamento das escolas públicas, Berenice Corsetti, ao analisar as condições de trabalho dos professores públicos, afirma que “os locais para o funcionamento das escolas dependiam, portanto, do valor concedido pelo Estado para o pagamento dos aluguéis das casas onde deviam funcionar as aulas públicas, conforme estabelecido pelos regulamentos da Instrução Pública de 1897, 1906 e 1927, vigorando essa prática por todo o período que estamos analisando. Esses regulamentos estabeleceram que, enquanto o Estado não possuísse prédios próprios para o funcionamento das escolas, seria abonado a cada professor uma quota destinada ao aluguel da sala em que tivesse que funcionar a escola respectiva, bem como ao asseio e abastecimento d’água. Essa deliberação trouxe para o cotidiano escolar dificuldades permanentes, em termos das condições de trabalho” (CORSETTI, 1998, p.384). Para exemplificar como esta determinação era expressa nos Regulamentos da Instrução Pública, transcrevemos aqui trecho do Regulamento da Instrução Pública de 1906. Sob o Título IV – Da Estatística, Casas e Fornecimento das Escolas, Capítulo II – Das casas e fornecimento, lemos, no Artigo 165, que “emquanto o Estado não possuir predios propios para nelles funcionarem as escolas publicas, abonar-se-á a cada professor uma quota destinada ao aluguel da sala em que tiver de leccionar, bem como ao asseio e abastecimento d’água” (LEG 640 – Decreto n. 874, de 28 de fevereiro de 1906).

exemplo, o Dr. Protasio Alves, então Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, afirmou que:

O governo passado começou a dotar as escolas de predios propios, mandando construir um no Campo da Redempção, onde installou-se no corrente anno uma aula mixta, e fez aquisição de excellente terreno na praça General Osorio para a construcção de um ou dois predios capazes de comportar a população escolar do antigo 3º districto, ahi funcionando as seis escolas da zona com o numero de 800 crianças. **É de inteira conveniencia para a hygiene e mesmo disciplina escolar progredirmos nessa senda, construindo prédios para escolas, pelo menos nas cidades principaes.**³³⁹

Como é possível observar, o Dr. Protasio Alves reafirma a importância da construção de novos e adequados prédios para as escolas públicas – convenientes para a higiene e para a disciplina escolar –, ressaltando que deveriam ser construídos *pelo menos nas cidades principaes*, o que nos permite inferir que muitas escolas continuaram funcionando em prédios inadequados.

Corroborando, ainda, as afirmações sobre as péssimas condições de higiene das escolas públicas, o Inspetor Regional da 1ª zona escolar do estado³⁴⁰, com sede em Porto Alegre, Arthur Toscano S. Barbosa, informa ao Inspetor Geral da Instrução Pública, em Relatório de 1898, que

Insisto, especialmente, na questão do material, já levada ao vosso conhecimento e decisão, porque, n'esse particular, o que existe nas aulas, presentemente, é tudo quanto ha de obsoleto, anti-hygienico e improprio para os fins a que tal material é destinado. [...] Além de tudo, ha por ahi salas de aula, como já vos referi, no primeiro relatorio, que só por si, constituem uma verdadeira ameaça à saude das creanças que as frequentam.³⁴¹

Em Relatório apresentado no ano seguinte, Arthur Toscano Barbosa, comentando a aplicação do Regulamento da Instrução Pública de 1897, afirma que é impossível obter uma

³³⁹ SIE.3 – 017 (Introdução, 1908, p.10). [grifo nosso]

³⁴⁰ A partir do Regulamento da Instrução Pública de 1897, o estado estava dividido em 7 regiões escolares. A 1ª região escolar, com sede em Porto Alegre, era composta ainda por Viamão, São João de Camaquã e Dores de Camaquã. O número de regiões escolares em que estava dividido o estado foi ampliado durante o período de nossa investigação. Segundo Berenice Corsetti, a divisão do território do RS em regiões tinha por objetivo uma “boa administração e eficaz inspeção do ensino” (CORSETTI, 1998, p.350). Cada região escolar deveria compreender pelo menos dois municípios.

³⁴¹ SIE.3 – 006 (Instrução Pública, 1898, p.508). O Relatório de Inspetor Arthur Toscano S. Barbosa foi entregue ao Inspetor Geral da Instrução Pública em novembro de 1897.

execução “parelha, homogênea e contínua” do estabelecido neste Regulamento. Enquanto nas cidades a aplicação da legislação relativa ao ensino ocorre “naturalmente”, nas pequenas povoações e distritos rurais, sua aplicação é muito difícil.³⁴²

A Instrução Pública também instituiu mecanismos para a avaliação e para o controle das condições higiênicas das escolas públicas primárias. Pelo Decreto n. 1617 A, de 9 de julho de 1910, foi ampliado o serviço de inspeção das escolas públicas do estado, sendo incluída neste serviço a inspeção extraordinária. Sobre as alterações na inspeção escolar realizadas pelo Decreto de 1910, sabe-se que:

A partir de então, além das inspeções permanentes estatuídas no regulamento da Instrução Pública, o governo passou a comissionar funcionários para inspeções extraordinárias em todo o Estado, os quais deveriam fiscalizar cumulativamente os aspectos didáticos e a escrituração das escolas, além de privativamente passarem a ser os responsáveis pela preparação dos processos atinentes aos professores até a sentença exclusiva, além de desempenhar todas as funções de que fossem incumbidos pelo Inspetor Geral, quer na sua, quer excepcionalmente noutra região.³⁴³

Como podemos ver, as inspeções extraordinárias possuíam diversas funções, como a fiscalização dos aspectos didáticos, por exemplo. Mas as funções que mais nos interessam não foram destacadas no estudo realizado por Corsetti. No Relatório de 1912, o Dr. Protasio Alves, no uso das atribuições conferidas pelo do Decreto n. 1746, de 24 de junho de 1911, baixou instruções para o serviço de inspeções extraordinárias, dentre as quais destacamos as de número 13 e 19.³⁴⁴ A instrução número 13 estabelece que “terá o inspetor especial cuidado com a hygiene das salas, fazendo collocar as carteiras de modo que os alumnos

³⁴² SIE.3 – 007 (Instrução Pública, 1899, p.50). O Relatório de Inspetor Arthur Toscano S. Barbosa foi entregue ao Inspetor Geral da Instrução Pública em novembro de 1898. Estas informações fornecidas pelo Inspetor Arthur Toscano permitem uma reflexão sobre a aplicação do disposto pelo governo no que se refere ao ensino público primário gaúcho, e evidencia que o proposto ou estabelecido nem sempre é facilmente aplicado ou cumprido. Neste mesmo Relatório, o Inspetor aponta ainda que a frequência nas aulas dos distritos de Viamão é “pequena, inconstante e muito variável” devido aos trabalhos realizados pelas crianças na lavoura e na fabricação da farinha de mandioca.

³⁴³ CORSETTI (1998, p.355), “A organização das atividades de fiscalização de ensino talvez tenha representado, em paralelo com a habilidade demonstrada na manipulação do orçamento público, o elemento da estrutura educacional rio-grandense foi em que a criatividade dos republicanos mais se evidenciou. A constituição de um sistema inédito de inspeção escolar caracterizou a experiência educacional dos dirigentes gaúchos, que conseguiram reunir os funcionários do Estado às próprias comunidades, nas tarefas fiscalizadoras do ensino” (CORSETTI, 2005, p.213). Para informações mais detalhadas sobre o sistema de inspeções escolares organizado pelo governo republicano gaúcho, ver CORSETTI, 1998, p.347-365.

³⁴⁴ SIE.3 – 021 (1912, p.259-260).

recebam luz directa pela esquerda, verificando também, na mesma ocasião, si ha bastante espaço, ar, e boa agua.[...]”. A instrução número 19, por sua vez, estabelece que “si no mesmo perimetro encontrar o inspetor melhor predio para o funcionamento da escola, sob o ponto de vista pedagogico e hygienico, convidará o professor a effectuar a mudança, salvo si a este acarretar prejuizos materiais não compensadores”. Como podemos perceber, a partir das instruções para as inspeções extraordinárias, estas também tinham por objetivo avaliar e, quando possível, melhorar as condições higiênicas dos prédios escolares, através do cuidado com a quantidade de luz, espaço e ar, e da qualidade da água disponíveis nos prédios. Infelizmente não encontramos informações sobre a realização destas inspeções extraordinárias na documentação consultada.

Além dos aspectos relacionados especificamente à higiene do espaço escolar e já mencionados, outra questão era apontada como sendo muito importante para a melhoria das condições materiais das escolas públicas gaúchas: a necessidade de adequação dos bancos escolares. Retomando o parecer, de 1896, do Dr. Manoel Pacheco Prates sobre as condições higiênicas das aulas públicas, o Diretor Geral da Instrução Pública afirmava que, mesmo que algumas modificações já estivessem sendo feitas com relação aos bancos escolares, segundo ele inapropriados, muito ainda havia para ser feito neste sentido, e ressaltava que “[...] parece que estes dous elementos (casas e mobílias) juntamente se conspiram contra a saude das crianças”.³⁴⁵ Argumentando sobre a necessidade de substituição dos bancos escolares existentes por outros “mais de accôrdo com o typo indicado pela pedagogia e hygiene”, Manuel Pacheco Prates afirma que

Os bancos e classes antigos vão sendo substituidos por outros mais de accôrdo com o typo indicado pela pedagogia e hygiene, mas ainda são feitos todos com a mesma altura; entretanto, o artigo 20 do regulamento da Instrucção Publica fixa a idade escolar de 7 aos 15 annos, consequentemente devem existir na mesma escola crianças de diversos tamanhos; dahí a necessidade de bancos e escrivaninhas de diferentes alturas, como existem hoje em todas as escolas dos Estados-Unidos da America e em diversos paizes da Europa, notavelmente as escolas de Paris. [...] Em minhas visitas de inspecção ás aulas desta capital tenho feito observaões neste sentido, mandando escrever, na mesma escrivaninha, crianças de diversos tamanhos

³⁴⁵ SIE.3 – 003 (Instrução Pública, 1896, p.295).

e, á primeira vista, se nota o *incommodo* que soffrem os menores pela posição terrivelmente contrafeita.³⁴⁶

Reforçando a inconveniência da uniformidade de altura da mobília escolar, o Dr. Pacheco Prates determinou que o fornecimento do mobiliário escolar e seus respectivos contratos fossem fiscalizados pela Instrução Pública. Antes do Decreto do Regulamento da Instrução Pública de 1897, os contratos para fornecimento de mobiliário escolar eram feitos pelo Tesouro do estado. No Relatório da Instrução Pública de 1898, encontramos já definida a solução estabelecida para o fornecimento de móveis para a instrução pública estadual e que vigoraria por todo o período analisado: não tendo sido apresentada nenhuma proposta para o fornecimento dos móveis necessários, o mobiliário escolar seria encomendado às oficinas da Casa de Correção de Porto Alegre.³⁴⁷ Pacheco Prates destaca a importância desta medida, afirmando que “[...] com ella muito lucrará o Estado que, além da grande economia que vae effectuar, terá, dentro de pouco tempo, suas escolas mobiliadas com gosto e asseio, na stricta observancia das prescripções hygienicas”.³⁴⁸ Quando a distância tornava o transporte dos móveis fabricados em Porto Alegre muito oneroso, estes eram encomendados na própria localidade.

Apesar destas providências tomadas pela Diretoria da Instrução Pública, constatamos que, na Introdução ao Relatório de 1913, o então Secretário do Interior e Exterior, o Dr. Protasio Alves, afirmava que ainda havia escolas desprovidas de mobiliário e outras em que havia necessidade de aumentá-lo.³⁴⁹ Além dos bancos escolares, o Relatório de 1927 apresenta dados referentes ao fornecimento de mobiliário da Casa de Correção de Porto

³⁴⁶ SIE.3 – 003 (Instrução Pública, 1896, p.295).

³⁴⁷ Na Introdução ao Relatório de 1907, encontramos informações relativas não só à encomenda de bancos escolares à Casa de Correção de Porto Alegre, mas também a “uma grande fábrica americana”. No Relatório da Instrução Pública deste mesmo ano, lemos ainda a seguinte informação: “Em officio n. 1646, de 25 de junho findo autorisou-me v. exa. a encommendar ás officinas da casa de Correção o mobiliario destinado as escolas de Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Monte Negro, S. Sebastião do Cahy, Triumpho, São Jeronymo, Santo Amaro, Taquary, Lageado, Estrella, Gravatahy, São Leopoldo, Taquara e Viamão, observando-se a ordem anteriormente dada por v. exa. quanto á diversidade de altura dos bancos e quanto ao alvitre proposto para facilidade do transporte, quer fluvial quer terrestre. Para os outros municipios ordenou-me v. exa. que o fornecimento se effectuasse mediante concorrência local aberta perante o respectivo inspector escolar e sob a immediata inspecção do inspector geral, observando-se tambem o modelo ordenado” (SIE.3 – 015/016 – Instrução Pública, 1907, p.393). É interessante observar que, muito possivelmente, *menores* trabalhavam na fabricação de mobiliários escolar para *crianças*, visto que, como apontamos no segundo capítulo, menores de idade cumpriam pena na Casa de Correção de Porto Alegre e trabalhavam nas oficinas.

³⁴⁸ SIE.3 – 006 (Instrução Pública, 1898, p.469).

³⁴⁹ SIE.3 – 022 (Introdução, 1913, p.V-VI).

Alegre para a Instrução Pública em 1926 e aponta que outros móveis eram fabricados e fornecidos pelas oficinas da Casa de Correção: armários, classes, mesas, quadros negros, escudos, cadeiras simples, estrados, cadeiras de braço, cabides, bancos, escrivaninhas, sofás, porta-chapéus e escadas.³⁵⁰

As análises até agora realizadas sobre as questões relativas à (in)salubridade do espaço escolar indicam que os governantes gaúchos preocupavam-se com as condições higiênicas nas escolas públicas primárias do estado – espaço, iluminação, ar, água, mobiliário – e procuravam adequar estas condições ao recomendado pela higiene e pela pedagogia do período. Espaço que tanto poderia produzir enfermidades quanto disseminá-las, a escola pública gaúcha foi alvo de atenção não só da Instrução Pública, como também da Diretoria de Higiene.

Considerando as informações que obtivemos a partir da análise desta documentação, propomos a retomada – para o estabelecimento de possíveis aproximações com o que propunham os médicos e governantes gaúchos – do já citado estudo de Heloísa Helena Pimenta Rocha acerca das idéias e propostas do Dr. Almeida Junior para o ensino de Higiene na escola primária paulista, para quem

Materializando-se em *lugar da saúde*, a escola, aberta à luz e ao ar, limpa, espaçosa, ordenada e clara, exerceria por si só uma *poderosa sugestão higiênica* sobre as crianças. Contrastando com a sujeira dos seus sapatos e das suas mãos, o assoalho limpíssimo e os móveis polidos e lustrosos ensinariam às crianças a necessidade de limpar a sola dos sapatos e lavar as mãos. Agindo sobre a tendência à imitação, a escola, impecavelmente limpa e iluminada, transbordaria a sua ação educativa para o ambiente doméstico [...].³⁵¹

O “transbordamento” para o ambiente extra-escolar da ação educativa de uma escola impecavelmente limpa e iluminada nos remete à epígrafe que inicia este capítulo e na qual o Dr. Protasio Alves afirma, em 1907, que “em casas apropriadas, bem localizadas, dotadas de bom material, muito aproveitarão a saúde das crianças e a sociedade em geral, porque fácil será ao professor ministrar as noções praticas de hygiene, que irão repercutir no meio

³⁵⁰ SIE.3 – 043 (1927).

³⁵¹ ROCHA, 2003b, p.187.

externo”.³⁵² A ação de uma escola adequada aos pressupostos higiênicos de fins do século XIX e início do século XX não estaria restrita à saúde dos alunos, mas seria disseminada por estes, atingindo suas famílias e a sociedade.

3.4 OS CUIDADOS COM A SAÚDE DO CORPO: EXERCÍCIOS E PRESERVAÇÃO DO FÍSICO

Como bem observado por José Gondra, durante o século XIX, os médicos se preocuparam com a questão do corpo³⁵³, razão pela qual os projetos educacionais tinham como primordial objetivo alcançar “[...] uma sociedade higienizada com auxílio da organização escolar”.³⁵⁴ Este autor ressalta que

A questão do corpo, do movimento, dos exercícios ou da ginástica é uma preocupação que ocupa lugar privilegiado na agenda médica fazendo com que, ao tratar da educação escolar, também inclua esse tema como um dos aspectos a ser observado no rol de recomendações por eles estabelecidas, de modo a produzir um colégio, alunos, alunas, professores e mestras higienizados.³⁵⁵

Também Jurandir Freire Costa destaca a importância atribuída aos cuidados com o corpo e à educação física pelos médicos já no século XIX. Segundo ele, os médicos “[...] viam na educação física um fator capital na transformação social [...]”, pois, entre outros aspectos, prolongava a vida e melhorava a espécie.³⁵⁶

Em sintonia com o pensamento médico do período, os governantes gaúchos preocuparam-se com estas questões em fins do século XIX e início do século XX. Como já indicamos anteriormente, um dos objetivos do ensino primário público gaúcho era o

³⁵² SIE.3 – 015 (Introdução, 1907, p.12).

³⁵³ Vale lembrar, que na perspectiva de Michel Foucault, “o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política” (FOUCAULT, 2003, p.80).

³⁵⁴ GONDRA, 2000, p.527.

³⁵⁵ *Ibidem*, p.534.

³⁵⁶ COSTA, 1898, p.179.

desenvolvimento físico dos alunos. No Relatório de 1896, o Diretor Geral da Instrução Pública, o Dr. Manoel Pacheco Prates, afirmou, sobre os fins do ensino primário, que

Educar, porém, não consiste em ensinar a lêr, escrever e calcular. Educar consiste em um processo que abrange a triplíce natureza humana. **Exerce sua benéfica acção sobre o corpo, desenvolvendo-o com observancia intelligente e systematica das benignas leis de hygiene que conservam a saude e prolongam a existencia.** Sobre a intelligencia, robustecendo-a e enriquecendo-a com conhecimentos uteis e cultivando-lhe o gosto que se eleva com a virtude, finalmente, sobre as faculdades moraes, fortalecendo-lhe a consciencia do bem e do dever.³⁵⁷

Como podemos perceber, o Dr. Manoel Pacheco Prates inclui, entre os fins do ensino primário, “sua benéfica acção sobre o corpo” através da observação das leis da higiene. Ao comentar o Regulamento da Instrução Pública, organizado por ele e que seria aprovado no ano seguinte, o Diretor Geral da Instrução Pública reforça que o programa abrangia a educação em seu tríplice caráter: físico, moral e intelectual.

Para um estudo mais detalhado sobre a prática de exercícios físicos nas escolas públicas gaúchas, organizamos dois quadros, nos quais é possível observar o que foi determinado, neste sentido, pelos Regulamentos e Regimentos da Instrução Pública:

QUADRO 2 - Exercícios Físicos nos Regulamentos da Instrução Pública

<p>Regulamento da Instrução Pública – 1897 Decreto n. 89, de 2 de fevereiro de 1897</p>	<p>Sob o Título I – <i>Do ensino público, sua direção e inspeção</i>, Capítulo I – <i>Do ensino público</i>, encontramos determinado no Artigo 3º que a ginástica está incluída no programa dos colégios distritais. Segundo o Artigo 5º, a ginástica também deve ser ministrada nas escolas elementares.</p>
<p>Regulamento da Instrução Pública – 1906 Decreto n. 874, de 28 de fevereiro de 1906</p>	<p>Sob o Título I – <i>Do ensino público, sua direção e inspeção</i>, Capítulo I – <i>Do ensino público</i>, encontramos a ginástica como parte do ensino ministrado em escolas elementares. A ginástica não está presente no programa do ensino complementar. O Título II – <i>Das escolas elementares e dos professores</i>, Capítulo II – <i>Do regime, matrícula e frequência das escolas</i></p>

³⁵⁷ SIE.3 – 003 (Instrução Pública, 1896, p.297). [grifo nosso]

	<i>elementares e dos adjuntos</i> estabelece, em seu Artigo 70, que haverá, no fim de cada lição, um intervalo consagrado ao descanso, aos exercícios físicos e ao canto escolar.
Regulamento da Instrução Pública – 1927 Decreto n. 3898, de 4 de outubro de 1927	Sob o Título I – <i>Do ensino público em geral</i> , Capítulo II – <i>Da organização do ensino público</i> , Seção V – <i>Da organização e regime dos colégios elementares</i> , o Artigo 28 determina que os exercícios físicos fazem parte do programa de ensino dos colégios elementares. Em seu § 3º, lê-se que “os exercicios phisicos serão praticados diaria e methodicamente, visando elles o desenvolvimento corporal dos alumnos”. Já o Artigo 34 da Seção VI – <i>Da organização e regime das escolas complementares</i> também estabelece a ginástica como parte do curso complementar.

Fonte: Legislação (LEG 628, 640 e 685).

QUADRO 3 - Exercícios Físicos nos Regimentos e Programas da Instrução Pública

Regimento Interno das Escolas Elementares – 1898 Decreto n. 130, de 22 de janeiro de 1898	Segundo este Regimento, em seu Título Único, Capítulo I – <i>Do ensino, expediente, matrícula, freqüência, exercícos e exames escolares</i> , Artigo 5º, os trabalhos diários serão divididos em diferentes exercícos e separados por recreio, movimentos e cantos. Segundo o Artigo 8º, n. 7, fica estabelecido que se consagrará à ginástica, além dos exercícos diários executados nos intervalos das lições, pelo menos uma hora por semana.
Programa do Ensino Primário Elementar e Complementar – 1899 Decreto n. 239, de 5 de junho de 1899	O Programa do Ensino Primário estabelece, em seu Artigo 15, que “o ensino de Gymnastica terá mais o caracter de exercicio de descanso e retempero do espirito, do que o de uma disciplina especial. Nos exercicios militares e em aparelhos gymnasticos tomarão parte sómente os alumnos do sexo masculino”. Já em seu Artigo 18, que determina o tempo para as lições, está estabelecido, em § único, que haverá um intervalo para descanso, exercícos físicos e canto escolar ao final de cada lição. Exercícos de ginástica, corrida e jogos são os exercícos

	estabelecidos para o ensino elementar; para o ensino complementar, exercícios com aparelhos.
Modificação do Programa do Ensino Complementar de Porto Alegre – 1909 Decreto n. 1479, de 26 de maio de 1909	A partir desta modificação, ficou estabelecido, no Artigo 9º, que a ginástica sueca faria parte do ensino complementar. O Artigo 10, referente ao ensino elementar, estabeleceu a ginástica sueca e evoluções militares nas escolas do sexo masculino como parte do curso.
Modificação de alguns pontos do Regulamento da Instrução Pública sobre o Ensino Elementar e Complementar – 1916 Decreto n. 2224, de 29 de novembro de 1916	Este Decreto estabelece, em seu Artigo 2º, que a ginástica sueca é parte do curso complementar. No que se refere ao ensino elementar, o decreto prevê, em seu Artigo 5º, que a ginástica sueca e evoluções militares são matérias deste curso.
Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino Público no Estado – 1927 Decreto n. 3903, de 14 de outubro de 1927	Este Regimento estabelece, em seu Capítulo I – <i>Do ensino</i> , Artigo 5º, que “em gymnastica procurar-se-á desenvolver o physico com pequenos exercicios diarios executados em um dos intervallos das lições em cada classe. Além desses consagrar-se-á uma hora por semana para ser executada em conjunto de classes fóra do predio”.

Fonte: Legislação (LEG 630, 631, 645, 655 e 685).

De acordo com João Carlos Jaccottet Piccoli, em estudo sobre os antecedentes históricos da educação física na escola pública do Rio Grande do Sul ³⁵⁸, “a Educação Física nas escolas gaúchas de 1º grau, anterior a 1890, era praticamente inexistente. Novas leis, e regulamentos relacionados à esta disciplina começaram a surgir posteriormente”.³⁵⁹ A partir do Decreto n. 89, de 2 de fevereiro de 1897, e que estabeleceu o Regulamento da Instrução Pública, a ginástica passou a ser incluída nos programas dos colégios distritais e das escolas elementares. É possível observar, no Programa do Ensino Primário Elementar e Complementar de 1899, que ginástica, exercícios militares e em aparelhos de ginástica fazem parte do Programa do Ensino Primário, exercícios que permanecem nos programas até praticamente o final do período analisado.

³⁵⁸ PICCOLI, João Carlos Jaccottet. *A educação física na escola pública do Rio Grande do Sul: antecedentes históricos (1857 – 1984)*. Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 1994.

³⁵⁹ *Ibidem*, p.24.

O Regulamento de 1906, Decreto n. 874, de 28 de fevereiro de 1906, manteve, como podemos observar no quadro apresentado, a ginástica como parte do ensino ministrado nas escolas elementares. Além disso, haveria intervalos consagrados ao descanso, aos exercícios físicos e ao canto escolar ao final de cada lição (a execução de exercícios diários nos intervalos das lições já havia sido estabelecida no Regimento Interno das Escolas Elementares de 1898).³⁶⁰ A ginástica não estava incluída, segundo este Regulamento, no Programa do Ensino Complementar, mas isso acabou alterado por modificações do Regulamento da Escola Complementar de Porto Alegre de 1909 – Decreto n. 1479, de 26 de maio de 1909 – e que incluiu a ginástica sueca como parte do ensino complementar.³⁶¹ Ainda segundo esta modificação do Regulamento, ginástica sueca e evoluções militares fariam parte do ensino elementar. O Regulamento da Instrução Pública de 1927 determinou que os exercícios físicos fizessem parte do Programa de Ensino dos Colégios Elementares e que a ginástica fosse parte

³⁶⁰ José Gondra, ao abordar “o ritual de finalização” do curso de Medicina a que foi submetido Francisco Antonio Gomes, em 1852, destaca que o Dr. Gomes, ao argumentar sobre a “influência da educação física no homem”, caracterizava “a educação na infância como tempo do repouso para o cérebro e exercício para os músculos, ele complementa a codificação do tempo escolar, invadindo os recreios, indicando os exercícios que deveriam ser privilegiados nessa ocasião: a música, o canto e a dança. A primeira porque ‘desenvolve e regula as aptidões do órgão da audição’; o segundo porque ‘põe em acção os órgãos respiratorios, comunica-lhes a força, e engrandece o peito’ e a dança porque ‘além de desenvolver, [...] os membros inferiores, imprime ao corpo movimentos regulares e regula a cadencia’. Aliás, a preocupação com o preenchimento do tempo livre é um princípio caro à higiene, na medida em que o tempo cheio e ocupado, especialmente pelos exercícios físicos, era entendido como uma eficaz medida preventiva” (GONDRA, 2000, p.536). Explorando os exercícios físicos como *medida preventiva*, Gondra afirma que, a seu ver, “[...] a defesa dos exercícios corporais encontra-se radicalizada por ocasião do combate àquele que era considerado o mais grave e terrível dos vícios: o onanismo. Tal hábito, descrito como vício, provocaria o aniquilamento físico, perverteria a moral e reduziria a inteligência. Exaurir fisicamente o corpo e entorpecer o espírito de aconselhamento moral seriam, portanto, estratégias para interditar o corpo dos meninos da prática masturbatória, que, no interior da ordem médico-higiênica, concorria para impedir a constituição de um corpo forte e robusto, uma boa moral e uma sabedoria desejada” (GONDRA, 2000, p.536). Michel Foucault também desenvolveu reflexões sobre o onanismo e a sexualidade infantil. Ver, por exemplo, *Os anormais*, em FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970 – 1982)*. Tradução de Andrea Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. O desenho e a música já aparecem nos programas do ensino público em 1897, e os trabalhos manuais são incluídos entre as atividades na primeira década do século XX. Definindo os objetivos dos trabalhos manuais, o dr. Protasio Alves afirma, em 1917 (SIE.3 – 028/029 – Introdução, 1917, p.XI) que “a educação moral e physica acompanha ‘pari passu’ a litteraria. A primeira essencial, digo, sempre primacial, nos estabelecimentos publicos é dada por palestras oportunas e festas commemorativas de datas nacionaes, as 2as., com methodicos exercicios de gymnastica sueca nos intervallos das aulas e tarbalhos [sic] manuaes, pelos quaes se desenvolve o senso esthetico das creanças e a faculdade de iniciativa”.

³⁶¹ Ao comentar o Decreto 1479, de 26 de maio de 1909, João Carlos Jaccottet Piccoli afirma que “um estudo histórico é um tanto complexo, porque muitas vezes leva o escritor a deduzir fatos de documentos examinados e leituras feitas. O Decreto Nº 1479, conduz o leitor a questionar a origem das atividades físicas mencionadas [...]. Acredita-se, então, que deva ter havido alguma influência das idéias de Rui Barbosa divulgada em 1882 [ver nota 324], pois existe uma similaridade entre alguns itens do Projeto Nº 224 sobre a Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública com os do Decreto Nº 1479 de 1909, no que tange à Educação Física. É, entretanto, difícil de se assegurar que a Ginástica Sueca e Exercícios Militares para alunos do sexo masculino nas escolas elementares foram, de fato, originados do parecer de Rui Barbosa” (PICCOLI, 1994, p.27-28).

do curso complementar. Neste último Regulamento, fica explícito quais eram os objetivos dos exercícios físicos no ensino primário gaúcho: “os exercícios físicos serão praticados diária e methodicamente, visando elles o desenvolvimento corporal dos alumnos”.³⁶²

Ao abordar os tipos de exercícios físicos desenvolvidos nas escolas primárias estaduais na década de 1910, João Carlos Jaccottet Piccoli afirma que

As atividades que geralmente eram ensinadas neste período eram exercícios de equilíbrio através dos quais os alunos permaneciam nas pontas dos pés, elevando as pernas alternadamente; exercícios de flexão, extensão e rotação dos braços, pernas e tronco; jogos em formação de roda; jogos com bola desenvolvendo habilidades motoras, tais como, lançar, passar e receber.³⁶³

No que se refere à orientação para os exercícios ministrados no ensino público gaúcho, o Dr. Manoel Pacheco Prates afirmou, em Relatório da Instrução Pública de 1896, ou seja, um ano antes do Decreto que estabeleceu o primeiro Regulamento no período que estamos analisando, que “sobre a educação física, procurei extrahir da escola allemã o que é possível actualmente applicar entre nós”.³⁶⁴ Segundo José Luiz Sobierajski, em Dissertação de Mestrado que abordou a *Política do Direito Desportivo Brasileiro*³⁶⁵, “a Escola Alemã, nascida em resposta natural à derrota imposta aos prussianos em 1806 pelas tropas de Napoleão, tinha como fundamento desenvolver o espírito nacionalista com fins militares”.³⁶⁶

³⁶² LEG 685 – Decreto n. 3898, de 4 de outubro de 1927.

³⁶³ PICCOLI, 1994, p.29.

³⁶⁴ SIE.3 – 003 (Instrução Pública, p.299-1896).

³⁶⁵ SOBIERAJSKI, José Luiz. *Política do Direito Desportivo Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999, p.46.

³⁶⁶ Haike Roselane Kleber da Silva aborda aspectos sobre o *turnen*, suas origens e sua prática no Brasil e no Rio Grande do Sul em seu trabalho *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão*. Segundo esta autora, o programa de exercícios adaptado por Friedrich Ludwig Jahn (1778-1853), considerado o pai da ginástica alemã, incluía “[...] jogos de luta, longas caminhadas, atividades como marchar, saltar, escalar, nadar [...]” (SILVA, 2006, p.151). Ainda segundo Silva, o período de maior desenvolvimento das sociedades de ginástica no Brasil foi entre as décadas de 80 do século XIX e 20 do século XX. A estrutura organizacional e a prática dos exercícios seguiam orientações da Alemanha. Para mais informações ver SILVA, Haike Roselane Kleber da. *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão: A história de uma liderança étnica (1868-1950)*. São Leopoldo: Oikos, 2006, p.137-155. Segundo Piccoli, “havia alguns professores de classe que eram afiliados a um *turnverein*, clube de ginástica, fundado em Porto Alegre em 1867 [atual SOGIPA, Sociedade Ginástica de Porto Alegre], onde a ginástica alemã era ensinada” (PICCOLI, 1994, p.29). Esta informação é relevante visto que, ainda segundo este autor, a Educação Física, na década de 1910, “[...] era uma disciplina lecionada pelos professores de classe não possuindo caráter científico nem profissional, pelo fato de não existir instituições profissionais que preparassem professores especializados para atuarem nas escolas elementares do Estado. Os professores de classe, então, preparavam suas sessões de Educação Física através de leituras de livros disponíveis sobre Ginástica, que geralmente eram oriundos de um país estrangeiro” (PICCOLI, 1994, p.29). Encontramos, porém, no Relatório de 1911 (SIE.3 – 020), informações sobre a contratação de uma professora de

Em 1909, porém, através do Decreto n. 1479, de 26 de maio de 1909, que modificou o Regulamento da Escola Complementar de Porto Alegre, ficou estabelecido que a ginástica sueca seria parte tanto do ensino elementar quanto do complementar. Em comparação com a ginástica alemã, a ginástica sueca tinha, segundo Sobierajski, “fundamento racional e científico e praticava a ginástica pedagógica e estética”.³⁶⁷

Além da ginástica, os exercícios militares também faziam parte, desde o Programa do Ensino Primário Elementar e Complementar de 1899 – Decreto n. 239, de 5 de junho de 1899 – dos programas do ensino público primário estadual. No Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior de 1926, observamos a primeira referência ao escotismo escolar.³⁶⁸ Substituindo o Dr. Protasio Alves na Secretaria do Interior e Exterior, o dr. João Pio de Almeida³⁶⁹ afirmou, na Introdução ao Relatório, que

Do mesmo modo o escotismo se desenvolve com proveito nos estabelecimentos de ensino publico. Ainda que não officializado, elle tem sido recommendado e estimulado como elemento de grande valia na formação do caracter, na exaltação da vontade e da energia na creança.³⁷⁰

No mesmo Relatório, há informações sobre a organização de um batalhão de escoteiros na escola complementar, com a participação de 65 alunos.

ginástica sueca para a escola complementar, que, não esqueçamos, formava candidatos ao magistério público estadual. Isto indica que havia alguma preocupação em preparar professores que pudessem lecionar a disciplina. No Relatório de 1922 (SIE.3 – 037/038, 1922, p.335), temos a afirmação desta preocupação. Neste ano, foi expedida a seguinte decisão: “Foi declarado ao director da Escola Complementar que o facto de não estar ainda installado naquelle estabelecimento o pavilhão de gymnastica não determina a suspensão dos exercicios e do ensino daquella disciplina. A professora respectiva deverá ministrá-los nas proprias salas de aula ou nos corredores, pois torna-se imprescindivel que os alumnos formados pela Escola tenham os conhecimentos sufficientes de gymnastica que os habilitem a transmittil-os, com vantagem, aos futuros discipulos. Quanto ás professoras do curso elementar, continuarão a proporcionar aos alumnos, na sala de aula ou noutras dependencias do edificio que para tal se prestem, os indispensaveis exercicios de gymnastica que visam principalmente o desenvolvimento physico das creanças” (Ofício n. 1071, de 9 de maio de 1922).

³⁶⁷ SOBIERAJSKI, 1999, p.46.

³⁶⁸ O escotismo foi desenvolvido pelo inglês Robert Stephenson Smyth Baden-Powell (1857-1941), a partir da adaptação de suas experiências militares na África e na Índia. Informações sobre o surgimento do escotismo podem ser encontradas na página eletrônica da União dos Escoteiros do Brasil (Disponível em: <<http://www.escoteiros.org>>).

³⁶⁹ João Pio de Almeida (1896-1966) nasceu em Uruguaiana, Rio Grande do Sul. Foi jornalista, biógrafo, advogado, promotor público em Santa Maria/RS, diretor da Editora Globo e Secretário da Fazenda do Estado. As informações sobre João Pio de Almeida foram encontradas na página eletrônica do Projeto SIDIE – Sistema de Disponibilização de Informações para o Ensino (Disponível em: <<http://www.alecrim.inf.ufsc.br/bdnupill/consulta/autor>>).

³⁷⁰ SIE.3 – 042 (Introdução, 1926, p.III). O escotismo não aparece, como é possível observar nos quadros apresentados, em nenhum dos Regulamentos e Regimentos do ensino primário no período entre 1893 e 1928.

Rosa Fátima de Souza, em seu artigo *A militarização da infância: Expressões do nacionalismo na cultura brasileira*³⁷¹, analisa as práticas de militarização da infância [práticas de natureza patriótica, cívico-militares] através do estudo dos objetivos e da implementação da disciplina “Ginástica e exercícios militares” nos programas do ensino primário paulista no início do século XX. A autora analisa também o escotismo escolar, entendido por esta como “mais uma expressão do militarismo e do nacionalismo na educação brasileira”.³⁷² Apesar de ter como recorte espacial o estado de São Paulo, acreditamos que o estudo de Souza possa trazer contribuições importantes para a compreensão da realidade gaúcha no que se refere à prática de exercícios militares e, mais especificamente, do escotismo, nas escolas públicas primárias.

Segundo Souza, os exercícios militares entraram em franca decadência nas escolas primárias paulistas depois da Primeira Guerra Mundial, mas o escotismo escolar foi um movimento efervescente em São Paulo nas décadas de 1910 e 1920. Esta mesma autora afirma que “os exercícios militares e os batalhões infantis estavam fadados ao esquecimento, mas não o espírito militar inspirador da educação física, moral e cívica que viria se firmar durante muitas décadas na escola paulista mediante a prática do escotismo”.³⁷³ A autora explica o entusiasmo pelo escotismo e a implantação em massa deste na instrução pública paulista pela associação que passou a ser feita entre educação cívica e nacionalismo, elementos enfatizados após a Segunda Guerra Mundial, período em que “[...] o Brasil viveu uma onda de nacionalismo efervescente”.³⁷⁴ Iniciativa implementada em 1917, o escotismo tornou-se obrigatório nas escolas públicas paulistas no início da década de 1920. Uma reforma realizada em 1925 omitiu a referência ao escotismo, mas a prática persistiu nas escolas públicas de São Paulo até meados do século passado.

³⁷¹ SOUZA, Rosa Fátima de. *A militarização da infância: Expressões do nacionalismo na cultura brasileira. Cadernos CEDES*, Campinas, vol.20, n.52, 2000. Não paginado. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 12 dez. 2006.

³⁷² *Ibidem*, [s.p.].

³⁷³ *Ibidem*, [s.p.]. Diferentemente do que indica o estudo de Rosa Fátima de Souza para o estado de São Paulo, os exercícios militares foram praticados nas escolas públicas primárias gaúchas até praticamente o final do período analisado no presente estudo, desaparecendo do Regimento em 1927.

³⁷⁴ *Ibidem*, [s.p.].

O escotismo escolar, defendido inclusive fora dos círculos educacionais paulistas, esteve vinculado à Associação Brasileira de Escoteiros³⁷⁵. Segundo os estatutos e regulamentos desta Associação, os objetivos do escotismo eram os seguintes:

1º Eugenia, na parte referente à educação física, à saúde, ao vigor e à destreza das gerações novas, homens e mulheres;³⁷⁶

2º Civismo, não apenas reduzido a ensinamentos cívicos, mas o hábito de realizar os deveres cívicos, mercê das convicções adquiridas;

3º Inteligência, isto é, o desenvolvimento de algumas das mais notáveis qualidades intelectuais, a urgência, a logicidade, a divisão pronta;

³⁷⁵ A Associação Brasileira de Escoteiros foi fundada em São Paulo em 1914. Para informações sobre o desenvolvimento do escotismo no Brasil, acessar a página eletrônica da União dos Escoteiros do Brasil (Disponível em: <<http://www.escoteiros.org>>).

³⁷⁶ Segundo Lilia Moritz Schwarcz, “o termo ‘eugenia’ – eu: boa; genus: geração – foi criado em 1883 pelo cientista britânico Francis Galton” (SCHWARCZ, 1993, p.60). Ainda segundo a autora, esta “espécie de prática avançada de darwinismo social” foi “transformada em um movimento científico e social vigoroso a partir dos anos de 1880” e cumpria metas diversas. “Como ciência, ela supunha uma nova compreensão das leis da hereditariedade humana, cuja aplicação visava a produção de ‘nascimentos desejáveis e controlados’; enquanto movimento social, preocupava-se em promover casamentos entre determinados grupos e – talvez o mais importante – desencorajar certas uniões consideradas nocivas à sociedade” (SCHWARCZ, 1993, p.60). Segundo Beatriz Teixeira Weber, “na década de 1920, no Brasil, proliferaram ligas, associações e entidades civis voltadas para a divulgação dos princípios da eugenia. Um dos pioneiros foi o médico paulista Renato Kehl, que fundou, na capital de São Paulo, em 1917, a primeira Liga Eugênica da América do Sul” (WEBER, 1999, p.69). A autora afirma que a eugenia passou a fazer parte dos discursos do governo estadual gaúcho na década de 1920. Como pontos importantes da perspectiva eugênica no discurso dos governantes gaúchos, Weber destaca os cuidados com a higiene infantil e a educação sanitária do povo. Estabelecendo uma relação entre eugenia e escolas, a historiadora aponta que “um dos pontos destacados nos estudos eugenistas era a importância das escolas como centros irradiadores de práticas higiênicas moralizadoras e disciplinares. As escolas seriam locais de adestramento, por meio de um projeto médico-pedagógico de higienização social, inclusive atingindo a educação sexual” (WEBER, 1999, p.67). Éder Silveira, abordando a discussão travada no Rio Grande do Sul entre higiene e eugenia e que tinha como vetor as publicações que circulavam na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, afirma que “a higiene e a eugenia eram vistas como saberes que deveriam ser naturalizados pela população. As noções de higiene, como o asseio pessoal, o cuidado com a proliferação de insetos, o tratamento dado aos dejetos, assim como o cuidado com os ‘fatores disgênicos’, prejudiciais à hereditariedade, tais quais o alcoolismo, a promiscuidade, o onanismo, deveriam ser incorporados aos hábitos mais elementares dos indivíduos. Para tanto, a articulação de dois fatores era fundamental: o cuidado com a infância, mediante a puericultura, e as campanhas de ‘esclarecimento da população’, fazendo com que a consciência da preservação da hereditariedade fosse desperta” (SILVEIRA, 2005, p.145). Mais uma vez, vemos os cuidados com a infância e o desenvolvimento da educação sanitária sendo destacados como elementos presentes nas discussões sobre saúde no RS das primeiras décadas do século XX. Silveira analisa ainda a relação entre higienismo e eugenia a partir das reflexões de Foucault e afirma que “o higienismo-eugenismo é a expressão mais bem acabada daquilo que Michel Foucault chamava ‘bio-poder’, na medida em que se manifesta claramente mediante a ‘administração dos corpos e pela gestão calculista da vida’. Articulam-se os dois pólos do biopoder, ou seja, as disciplinas do corpo: o ‘corpo-máquina’, sobre o qual deveriam incidir as tecnologias disciplinares visando adestrá-lo, ampliando, assim, suas aptidões; o ‘corpo-espécie’, o corpo pesando em seus processos biológicos, poder que incide no controle sobre a população, sobre os níveis de saúde e sobre as taxas de natalidade. Portanto, o corpo do indivíduo é uma parte da engrenagem da nação” (SILVEIRA, 2005, p.153). Segundo Foucault, a biopolítica é “[...] a maneira pela qual se tentou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas propostos à prática governamental, pelos fenômenos próprios a um conjunto de seres vivos constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, raças [...] Sabe-se o lugar crescente que esses problemas ocuparam, desde o século XIX, e as questões políticas e econômicas em que eles se constituíram até os dias de hoje” (FOUCAULT, 1997, p.89).

4º Caráter, considerado como o hábito adquirido pela prática sistemática da bondade, em casos concretos, dia a dia, como o horror à mentira e correlato amor à verdade, à pontualidade.³⁷⁷

Como destacamos na transcrição acima, a eugenia era um dos objetivos do escotismo, segundo a Associação Brasileira de Escoteiros, mas em nenhum momento isto aparece nos Relatórios da Instrução Pública do Rio Grande do Sul, que apresentam poucas informações sobre a prática desta atividade nas escolas públicas gaúchas. Encontramos no Almanack Escolar do Rio Grande do Sul³⁷⁸ – de 1935 – período, portanto, posterior ao de nossa investigação, as seguintes informações sobre o escotismo escolar no estado e seus objetivos:

Sendo incontestável o valor da instituição do escotismo, a qual estimula o civismo da criança, formando bons caracteres de futuros cidadãos brasileiros, é recomendável a sua criação com caráter particular, nos collegios e grupos, regendo-se pelo seguinte código:

1º A palavra de um escoteiro é sagrada. Elle colloca a honra acima de tudo, mesmo de sua própria vida.

2º O escoteiro sabe obedecer. Elle comprehende que a disciplina é uma necessidade de interesse geral.

3º O escoteiro é um homem de iniciativa.

4º O escoteiro aceita em todas as circunstancias a responsabilidade de seus actos.

5º O escoteiro é cortez e leal para com todos.

6º O escoteiro considera todos os outros escoteiros como seus irmãos, sem distincção de classes sociaes.

7º O escoteiro é valente e generoso, sempre prompto a auxiliar os fracos, mesmo com perigo da própria vida.

8º O escoteiro pratica cada dia uma boa acção, por mais modesta que seja.

9º O escoteiro estima os animaes e oppõe-se a qualquer crueldade contra elles.

10º O escoteiro é sempre jovial e entusiasta e procura o bom lado de todas as cousas.

11º O escoteiro é economico e respeitador do bem alheio.

12º O escoteiro tem a constante preocupação de sua dignidade e do respeito de si mesmo. (Circular n. 874, de 24/3/932)³⁷⁹

Como podemos observar, a referência mais completa ao escotismo escolar que encontramos destaca principalmente os aspectos morais da prática, sem fazer referência direta e explícita ao desenvolvimento físico da criança através desta atividade. É possível que uma

³⁷⁷ CAMPOS apud SOUZA, 2000, [s.p.]. [grifo nosso]

³⁷⁸ O Almanack Escolar do Rio Grande do Sul era uma publicação da Diretoria Geral da Instrução Pública. RIO GRANDE DO SUL. *Almanack Escolar*. Porto Alegre: Selbach, 1935. [Não foi possível localizar outros exemplares desta publicação]

³⁷⁹ RIO GRANDE DO SUL. *Almanack Escolar*. Porto Alegre: Selbach, 1935, p.262.

análise sobre o período posterior ao deste estudo revele maiores informações sobre esta temática.

Mas, para além dos cuidados com o desenvolvimento de um corpo saudável, podemos observar, nos Relatórios da Instrução Pública, preocupações com a preservação do corpo, com a não agressão ao corpo. Nos três Regulamentos da Instrução Pública do Estado é expressa a proibição dos castigos físicos nas escolas. No Regulamento de 1897, lemos, em seu Título II – *Das escolas e dos professores*, Capítulo I – *Do provimento e regime das escolas*, Artigo 48, que “são vedados nas escolas os castigos corporaes e os que possam prejudicar a saúde e dignidade dos alunos”.³⁸⁰ O Regulamento da Instrução Pública de 1906 apresenta a mesma proibição (Título II – *Das escolas elementares e dos professores*, Capítulo II – *Do regime, matrícula e frequência das escolas elementares e dos adjuntos*, Artigo 77)³⁸¹, assim como o Regulamento de 1927 (Título I – *Do ensino público em geral*, Capítulo VI – *Dos alunos*, Artigo 78).³⁸² Destacamos, porém, o estabelecido no Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino Público no Estado, de 1927, no que se refere aos castigos físicos. Segundo este Regimento, em seu Capítulo III – *Do diretor, por [sic] professores e alumnos*, Artigo 32,

O professor applicará com moderação e criterio as correções disciplinares estabelecidas neste regimento interno e que forem de sua competencia. De accôrdo com o Regulamento, serão vedados nas escolas os castigos corporaes e os que possam prejudicar a saúde e dignidade dos alumnos, sendo responsabilizados os directores que, tendo conhecimento de que os professores infringem essa disposição não communicarem o facto, immediatamente, á Secretaria do Interior.³⁸³

É possível perceber, através da leitura dos Regulamentos e Regimentos da Instrução Pública decretados entre os anos de 1893 e 1928, que este último Regimento apresenta uma disposição mais rígida e enfática. Silvia Maria Fávero Arend, ao investigar a família popular porto-alegrense e as tentativas de imposição da norma familiar da elite para esse grupo social desde meados do século XIX, afirma que

Através da adoção de uma punição mais severa para determinados crimes – maus tratos infantis, incesto e infanticídio – a Justiça também procurou

³⁸⁰ LEG 628 – Decreto n. 89, de 2 de fevereiro de 1897.

³⁸¹ LEG 640 – Decreto n. 874, de 28 de fevereiro de 1906.

³⁸² LEG 685 – Decreto n. 3.898, de 4 de outubro de 1927.

³⁸³ LEG 685 – Decreto n. 3.903, de 14 de outubro de 1927.

impor novos padrões de conduta para essa população. Isto ocorria em função do novo Código Penal da República, que introduziu penas mais severas para determinados crimes, como também da interpretação que os juízes faziam da lei.³⁸⁴

Como vemos, segundo Arend, as punições para maus tratos infantis passaram a ser mais severas a partir da proclamação da República e do novo Código Penal, e isto talvez explique, em grande parte, o porquê de uma maior rigidez na proibição dos castigos físicos nas escolas públicas gaúchas, como destacamos com relação ao Regimento de 1927.³⁸⁵ Prossequindo em sua análise, a autora destaca que “[...] a partir da implantação do trabalho livre no país, o corpo do trabalhador adquiriu maior importância. [...] O uso da violência, na forma de castigo, pelos populares, quando molestasse o corpo, tinha de ser então moderado”.³⁸⁶ O corpo molestado não seria saudável e, não sendo saudável, não seria força de trabalho.

Outro questionamento importante no que se refere aos castigos físicos são as razões para sua proibição estar especificada em Regulamentos e Regimentos da Instrução Pública gaúcha. Achylles Porto Alegre³⁸⁷, em crônica sobre um professor chamado André Leão Puente, afirma o seguinte: “só quem sabe o que é uma escola publica, onde tem entrada toda especie de gente, póde calcular a bondade de um professor, para não se tornar irascível e fazer da ‘Santa Luzia’ o seu auxiliar de todos os instantes”.³⁸⁸ Como podemos observar, a partir das palavras do cronista, somente um professor bondoso conseguiria evitar que a “Santa Luzia” – ou a palmatória – fosse sua auxiliar de todos os dias. Podemos deduzir, então, que não era incomum que os professores aplicassem castigos físicos aos alunos das escolas públicas gaúchas, “onde tem entrada toda especie de gente”. Numa “leitura em negativo” dos

³⁸⁴ AREND, 2001, p.81.

³⁸⁵ No Capítulo II deste estudo, já destacamos alguns Artigos do Código Penal da República referentes a crimes contra a infância. Sobre punições mais severas para estes crimes, Mozart Linhares da Silva, ao analisar a população carcerária do Rio Grande do Sul entre 1850 e 1930, afirma que “os crimes contra a infância também aparecem com maior destaque nas condenações no final do século XIX e início do XX, pois é o período em que não só a puericultura está em franco processo de publicização, mas também as políticas públicas prestam maior atenção a infância, correspondendo à tendência da medicalização da infância no período” (SILVA, 2005, p.44).

³⁸⁶ AREND, 2001, p.81-82.

³⁸⁷ Ver Capítulo I, nota 94. É importante lembrar que Achylles Porto Alegre foi também professor e inspetor escolar. No Relatório da Secretaria do Interior e Exterior de 1920 (SIE.3 – 034), encontramos a seguinte informação sobre a sua jubilação: “O inspetor escolar Achylles José Gomes Porto Alegre foi, em 17 de março ultimo jubilado por ter sido julgado incapaz pela Junta de Hygiene que, a pedido, o inspeccionou de saúde. O cargo, assim vago, não foi provido”.

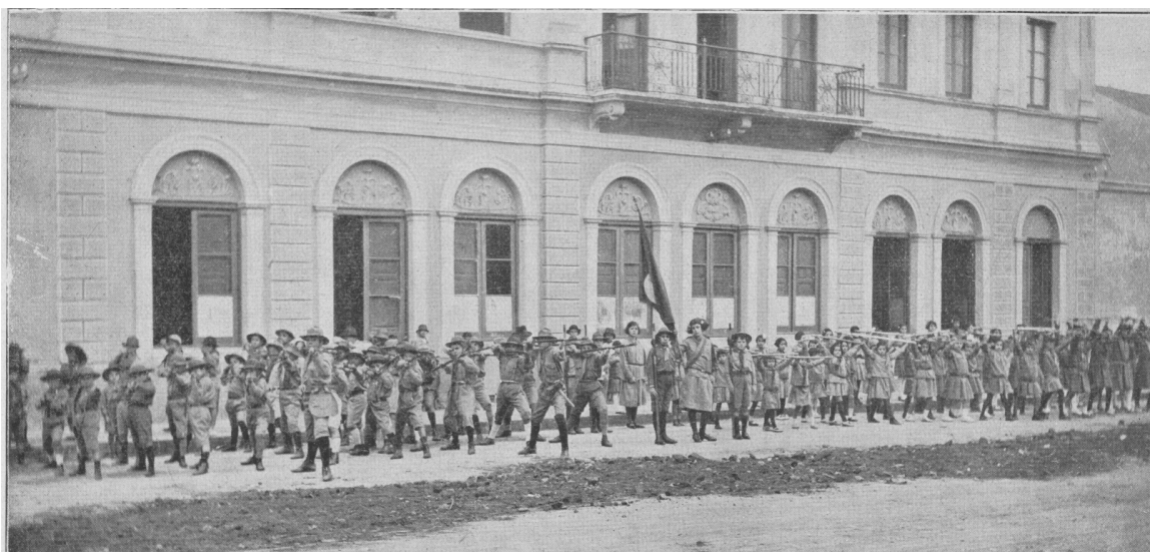
³⁸⁸ PORTO ALEGRE, 1994, p.155.

Regulamentos e Relatórios, podemos inferir que se os castigos físicos foram proibidos, e, inclusive, mais enfaticamente a partir de 1927, estes ocorriam com frequência nas escolas públicas. Corroborando esta inferência, Berenice Corsetti informa que, apesar de os castigos físicos serem vedados, “[...] há indícios de que essa prática continuou a ser exercida, apesar da proibição estabelecida nos regimentos e regulamentos escolares [...]”.³⁸⁹ Ainda, segundo Corsetti, os castigos foram, gradualmente, substituídos por outros mecanismos de controle disciplinar.³⁹⁰

As fontes analisadas nos permitem observar que a saúde e o desenvolvimento físico dos alunos das escolas públicas primárias foram uma preocupação constante dos governantes gaúchos, visto que sua importância e os meios para sua realização e alcance – ginástica, exercícios militares – foram apontados em todos os Regulamentos da Instrução Pública estadual no período aqui analisado. Além disso, os governantes também se mostraram preocupados em preservar o corpo dos alunos a partir da proibição, mais enfática a partir de 1927, dos castigos físicos nas escolas públicas do estado.

³⁸⁹ CORSETTI, 1998, p.497.

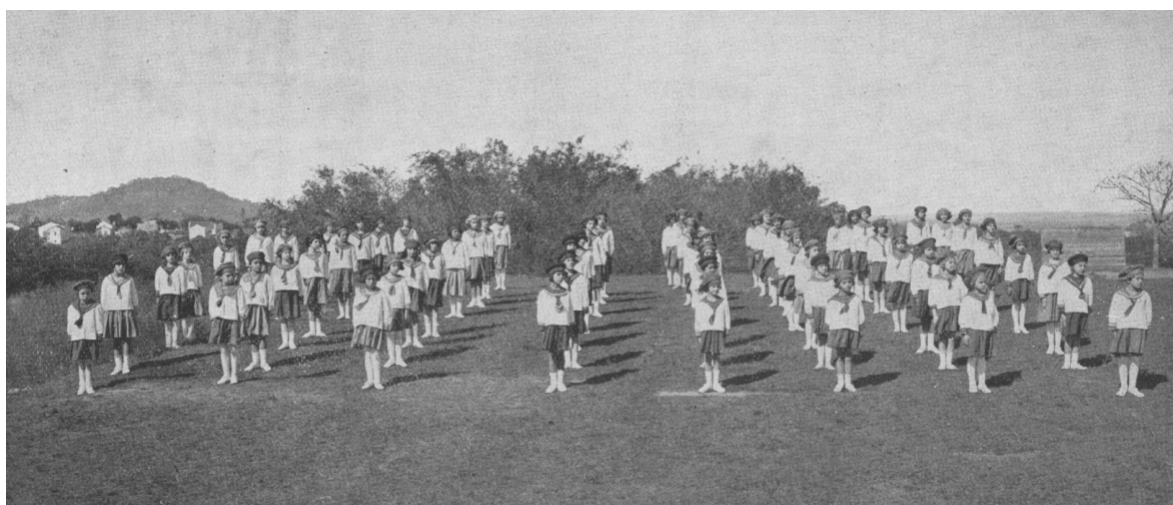
³⁹⁰ Segundo Berenice Corsetti, “o controle disciplinar era realizado através de dispositivos que possibilitavam ao professor o exercício pleno de uma autoridade hierárquica muito bem caracterizada, nos moldes da mais típica pedagogia tradicional. Ao mesmo tempo em que eram vedados nas escolas os castigos corporais, considerados ultrapassados e próprios da escolarização proporcionada pelos tempos da Monarquia, os quais podiam prejudicar a saúde e a dignidade dos alunos, era possibilitado ao professor a aplicação de diversas formas de correções disciplinares, ou seja: a) Advertência particular ou pública; b) Privação do recreio; c) Detenção na escola até uma hora depois de terminados os trabalhos do dia; d) Quadro negro; e) Boletim de má conduta; f) Queixa à família; g) Exclusão provisória; h) Exclusão definitiva. Em paralelo a esses mecanismos de punição, colocavam-se os outros procedimentos que, de forma sutil, sugeriam as atitudes que eram aceitas e estimuladas socialmente, ou seja, o professor podia recompensar os bons alunos com: a) Elogio particular ou público; b) Boletim de boa conduta; c) Quadro de honra; d) Prêmios e quaisquer outras recompensas que o bom senso do professor sugerisse. Poderiam ainda ser instituídos, por autoridades, associações ou particulares, prêmios para serem conferidos aos alunos que mais se distinguissem” (CORSETTI, 1998, p.319-320).

FIGURA 8 – Ginástica – Bagé (1924)

“Collegio elementar de Bagé – Exercício de gymnastica”
Fonte: SIE.3 – 040 (1924).

FIGURA 9 – Ginástica – Montenegro (1924)

“Collegio elementar ‘14 de Julho’, de Montenegro – Grupo de alumnas em exercicio de gymnastica”
Fonte: SIE.3 – 040 (1924).

FIGURA 10 – Ginástica – Santa Maria (1924)

“Collegio elemental em Santa Maria – Grupo de alumnas em exercicio de gymnastica”

Fonte: SIE.3 – 040 (1924).

3.5 A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO ESCOLAR: O PAPEL DOS PROFESSORES

Vivíamos, nas primeiras décadas do século XX, “um tempo de aprendizagem, de internalização de modelos”³⁹¹, e os educadores estavam entre os principais articuladores e disseminadores desses novos modelos sociais. Os professores, pessoas presumidamente idôneas e com bons hábitos, desempenhavam, sobretudo, um papel fundamental na inculcação de hábitos, devendo ser observados e imitados pelos alunos.

Também Heloísa Helena Pimenta Rocha constatou a importância da conduta exemplar do professor para a modelação comportamental dos alunos:

Exemplo de virtude, a figura do professor teria sobre a criança, *impressionável e plástica*, um enorme poder de sugestão [...]. Considerando-se os perigos da imitação era imprescindível estar atento à elaboração de cada detalhe dessa figura modelar que as crianças deveriam imitar, de modo a evitar que, presa dos pecados capitais da falta de asseio, decência ou

³⁹¹ HERSCHMANN, PEREIRA, 1994, p.27.

temperança, o mau exemplo do professor viesse a macular a alma infantil desses graves vícios, fazendo desmoronar o *castelo da educação moral*.³⁹²

Os governantes gaúchos não deixaram de também atribuir aos professores importante papel na disseminação de preceitos higiênicos, o que pode ser constatado no Relatório do ano de 1898, no qual o Dr. João Abbott, Secretário do Interior e Exterior, afirmava que

Si cada individuo observasse consigo e em sua casa os vulgares preceitos de hygiene, de *proche en proche* conseguiríamos sensível melhora no estado sanitario de um centro populoso qualquer.

Mas quão longe estamos d'essa aspiração! **Os professores nas aulas publicas e nos collegios**, os medicos nas suas visitas a domicilio, a imprensa etc., todos devem se encarregar de, por meio do ensino, da propaganda por varios modos, inculir no espirito publico essa primordial necessidade da existencia.³⁹³

Como podemos observar, as palavras do Secretário João Abbott revelam não apenas a importância atribuída aos professores – e à escola – na busca por melhorias no estado sanitário do Rio Grande do Sul, mas também inserem a escola num plano mais amplo de ação e do qual fazem parte os médicos e a imprensa, por exemplo.

A importância do professor na disseminação de hábitos pode ser abordada sob dois aspectos: o exemplo de conduta dado pelo próprio professor e o ensino de conteúdos relacionados à higiene e à saúde por ele ministrados.

No que se refere ao exemplo de conduta dado pelo professor, podemos destacar, inicialmente, que, já no Regulamento da Instrução Pública Primária de 1897, os candidatos ao magistério público deveriam ser maiores de 18 anos e exibir, juntamente com o requerimento para a inscrição no concurso, “attestado medico que prove não ter defeito physico ou enfermidade que o inhiba de, por qualquer fórma, exercer o magistério”.³⁹⁴ Além de provar

³⁹² ROCHA, 2003b, p.187.

³⁹³ SIE.3 – 006 (Introdução, 1898, p.9). [grifo nosso]

³⁹⁴ LEG 628 – Decreto n. 89, de 2 de fevereiro de 1897. Título II – Das escolas e dos professores, Capítulo I – Do provimento e regime das escolas, Artigo 37. Como estamos destacando, possuir enfermidade que inibisse o exercício do magistério era impedimento aos candidatos a professor. Mas, como já destacamos neste capítulo, quando, já em exercício, o professor ou algum de seus familiares [não podemos nos esquecer que muitos professores moravam nos prédios em que funcionavam as aulas públicas] era acometido por alguma enfermidade, as aulas poderiam ser suspensas pelo tempo necessário. Um exemplo desta situação é fornecido pelo já citado Inspetor da 1ª região escolar, com sede em Porto Alegre, Arthur Toscano Barbosa. Em seu

que não possuía defeito físico ou enfermidade, o candidato deveria provar também que não era “moralmente doente”, apresentando folha corrida fornecida pelas autoridades policiais do lugar onde morava. No Regulamento da Instrução Pública de 1906³⁹⁵, as exigências da maioridade e do atestado médico permaneceram e a “saúde moral” foi mais bem definida. Não poderiam inscrever-se ao magistério público os candidatos que “tiverem sido punidos com expulsão de estabelecimentos de ensino”, “tiverem sido condenados à pena de perda de emprego” e os “que houverem sido condenados por sentença passada em julgado [sic] em processo por crime offencivo á moral e ás leis da República”.³⁹⁶ Ainda neste mesmo Regulamento, ficava estabelecido que seria demitido o professor que ofendesse os bons costumes, não tivesse a precisa moralidade e se entregasse aos vícios da embriaguez ou a qualquer hábito reprovável.³⁹⁷ A preocupação com o mau exemplo, ação perigosa sobre o “adulto em formação”, fica aqui bastante evidente. No último Regulamento da Instrução Pública decretado no período que estamos analisando, permaneceu como impedimento para a inscrição em concurso o processo por crimes ofensivos à moral e às leis da República e o vício em álcool, cocaína, morfina ou congêneres.³⁹⁸ Como podemos observar, através do que foi estabelecido nos Regulamentos da Instrução Pública de 1897, 1906 e 1927, os professores públicos deveriam ser exemplos tanto física (saudáveis e sem defeitos), quanto moralmente (sem vícios, hábitos moralmente reprováveis ou condenações administrativas ou penais).

Além destas exigências feitas aos candidatos ao magistério público, o cumprimento de outras obrigações era exigido dos professores ao iniciarem sua atuação em sala de aula, especialmente, em relação à higiene.³⁹⁹ Nos três Regulamentos da Instrução Pública decretados entre 1893 e 1928, figuravam entre as obrigações dos professores “funcionar com a regularidade” estabelecida nos Regulamentos e Regimentos (obediência aos horários

Relatório, anexo ao Relatório da Instrução Pública de 1899, o Inspetor informa que “no começo do mez de novembro [novembro de 1898], em vista de se achar grassando ali o typho, achando-se mesmo atacado um sobrinho da professora na residencia d’esta, auctorisei a realização immediata dos exames na aula de Itapuã [distrito de Viamão] e seu fechamento” (SIE.3 – 007 - Instrução Pública, 1899, p.58).

³⁹⁵ LEG 640 – Decreto n. 874, de 28 de fevereiro de 1906.

³⁹⁶ As exigências para os candidatos ao magistério público estabelecidas no Regulamento da Instrução Pública de 1906 estão sob o Título II – Das escolas elementares e dos professores, Capítulo I – Do provimento das escolas, Artigos 45 e 46.

³⁹⁷ Título III – Das penas e do processo, Capítulo I – Das penas, Artigo 145.

³⁹⁸ LEG 685 – Decreto n. 3898, de 4 de outubro de 1927, Capítulo VII – Do provimento dos lugares de professores efetivos, Artigo 83.

³⁹⁹ Segundo Berenice Corsetti, “para qualquer eventualidade, os regulamentos estabeleciam as penas e o processo decorrentes da não execução de qualquer uma das obrigações determinadas, que iam desde a suspensão do exercício e vencimentos, de vinte a trinta dias, passando pela remoção e chegando até a demissão ‘por conveniência do serviço’” (CORSETTI, 1998, p.390-391).

estabelecidos); manter a ordem e a disciplina; inspirar em seus discípulos o amor ao trabalho e ao estudo, desenvolvendo-lhes os sentimentos do bem e da virtude e a consciência dos deveres cívicos; aplicar com moderação e critério as correções disciplinares facultadas pelos regimentos internos, e, destacamos aqui, deveriam **conservar a sala e os móveis em perfeito estado de asseio**.⁴⁰⁰ Esta última obrigação só é mantida, no Regulamento de 1927, para os professores das escolas isoladas⁴⁰¹, pois outros funcionários passaram a ser designados para estas tarefas⁴⁰².

É interessante destacar que, assim, como os professores deveriam manter o asseio das salas e dos móveis, os alunos tinham como obrigação apresentarem-se limpos, obrigação esta estabelecida pelo Regimento Interno das Escolas Elementares de 1898.⁴⁰³ Porém, esta obrigação não está contemplada nos demais Regulamentos e Regimentos da Instrução Pública gaúcha que consultamos. Recorrendo novamente à proposta de uma “leitura em negativo” dos Regulamentos e Regimentos, poderíamos, então, supor que a ausência de referência nos mesmos se devia ao fato de não ser mais necessário estabelecê-la através de decreto? Estariam os alunos das escolas públicas gaúchas, no período posterior a 1898, apresentando-se satisfatoriamente limpos nas escolas?

Quanto aos conteúdos ministrados no ensino público primário gaúcho e relacionados especificamente à saúde e à higiene, recorreremos às informações de Berenice Corsetti, em tese sobre a escola pública gaúcha (1889 – 1930):

Percebeu-se, assim, que nos conteúdos escolares estava incluída uma orientação que visava a prevenção da saúde. Se recordarmos que esse período caracterizou-se por uma política de saúde que era não ter política de saúde, com a reduzida intervenção do Estado gaúcho nesse campo conforme

⁴⁰⁰ As obrigações dos professores destacadas acima aparecem com pequenas variações nos textos dos Regulamentos, mas sempre com o mesmo sentido. [grifo nosso]

⁴⁰¹ LEG 685 – Decreto n. 3898, de 4 de outubro de 1927. Título I – Do ensino público em geral, Capítulo V – Dos diretores e professores, Seção II – Dos professores em geral, Artigo 68.

⁴⁰² No Relatório de 1912 (SIE.3 – 021), encontramos a referência ao Decreto n. 1756, de 3 de agosto de 1911 e que criou, nos colégios elementares, o lugar de porteiro conservador. Este funcionário tinha, entre suas funções, a obrigação de cuidar do asseio do prédio e abastecimento de água, além de realizar a limpeza geral fora das horas do expediente (Artigo 3º). O Decreto n. 2224, de 29 de novembro de 1916, e que previa sobre o ensino elementar e complementar do estado também estabeleceu, em seu Artigo 48, que era função do porteiro “dirigir e fiscalizar o trabalho dos serventes, sendo responsável pelo aceio do edificio, conservação do mobiliario e utensilios da Escola e fazer o inventario dos mesmos”. A partir destas disposições, podemos perceber que as escolas passaram a ter pessoal próprio para estas funções.

⁴⁰³ LEG 630 – Decreto n. 130, de 22 de janeiro de 1898. Título Único, Capítulo III – Dos alunos, Artigo 23.

evidenciaram as verbas irrisórias destinadas ao setor, os indicadores apontados pelos programas do ensino elementar salientaram a estratégia dos dirigentes que comandavam o Rio Grande. Ou seja, além de ensinar, a escola pública tinha também a tarefa de prevenir a saúde, relacionando ciência e higiene, na tentativa de, por esse veículo, conseguir a melhoria da saúde das crianças e jovens, o que poderia influir no melhoramento da raça.⁴⁰⁴

O Regulamento da Instrução Pública de 1897 determinou que o ensino ministrado nos colégios distritais compreendesse, entre outros conteúdos, elementos de ciências físicas e história natural aplicáveis às indústrias, à agricultura e à **higiene**, mas sem maiores especificações sobre que “elementos” seriam estes.⁴⁰⁵ No que se refere ao ensino elementar, entre os conteúdos ministrados, encontramos “licções de cousas”⁴⁰⁶ e noções concretas de ciência física e história natural, mas também sem maiores especificações.⁴⁰⁷ Já o Regimento Interno das Escolas Elementares estabelecia, em seu Capítulo I – Do ensino, expediente, matrícula, freqüência, exercícios e exames escolares, Artigo 8º, n. 3, que “o ensino scientifico occupará, na média e segundo as classes, de uma a uma e meia hora por dia, a saber: tres quartos de hora para arithmetica ou geometria pratica e para os exercicios que com essas materias se relacionam; o resto do tempo para sciencias phisicas e naturaes (com suas applicações), apresentadas a principio sob a fôrma de licções de cousas, e mais tarde estudadas methodicamente”.⁴⁰⁸ Novamente temos estabelecido o estudo das ciências físicas e naturais sob a forma de *licções de cousas*, mas sem a definição de conteúdos. Uma melhor definição de conteúdos será apresentada apenas nos Programas do Ensino Primário Elementar

⁴⁰⁴ CORSETTI, 1998, p.457.

⁴⁰⁵ LEG 685 – Decreto n. 3.898, de 4 de outubro de 1927. [grifo nosso]

⁴⁰⁶ Segundo o Gossário disponibilizado na página eletrônica do Grupo de Estudos e Pesquisas *História, Sociedade e Educação no Brasil*, grupo da Faculdade de Educação da Unicamp, “as lições de coisas, forma pela qual o método de ensino intuitivo foi vulgarizado é, na realidade, a primeira forma de intuição – a intuição sensível. O termo foi popularizado pela Mme. Pape-Carpentier e empregado oficialmente durante suas conferências proferidas aos professores presentes na Exposição Universal de Paris, em 1867 (BUISSON, 1912). Pestalozzi também é apontado por Buisson (1897, p.11) como referência em lição de coisas, pelo fato deste ter captado os pontos essenciais da renovação pedagógica que as lições preconizavam ‘[...] as coisas antes das palavras, a educação pelas coisas e não a educação pelas palavras’. Despertar e aguçar o sentido da observação, em todas as idades, em todos os graus de ensino, colocar a criança na presença das coisas, fazê-las ver, tocar, distinguir, medir, comparar, nomear, enfim, conhecê-las, este é o objetivo das lições de coisas no ensino primário e nos jardins de infância, cuja aplicação pode ser feita através de dois sistemas: como um exercício à parte ou uma lição distinta, tendo uma hora reservada para aplicação dentro do programa de ensino ou aplicada em todas as disciplinas escolares, inserida em todo programa de ensino (BUISSON, 1897)”. Para saber mais sobre as *lições de coisas*, sua aplicação no Brasil e polêmicas, consultar o endereço eletrônico (Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario>>).

⁴⁰⁷ LEG 628 – Decreto n. 89, de 02 de fevereiro de 1897, Título I – Do ensino público, sua direção e inspeção, Capítulo I, Artigos 3º e 5º.

⁴⁰⁸ LEG 630 – Decreto n. 130, de 22 de janeiro de 1898.

e Complementar de 1899.⁴⁰⁹ Nestes Programas, temos a seguinte distribuição e definição de conteúdos:

QUADRO 4 - Programas do Ensino Primário Elementar e Complementar (1899)

ESCOLAS ELEMENTARES	<p>Primeira Classe <u>Primeira Seção</u> <i>Licções de Cousas</i> Os cinco sentidos e sua cultura, especialmente da visão e audição.</p> <p><u>Segunda Seção</u> <i>Licções de Cousas</i> Conhecimento das substâncias alimentícias mais comuns e sua procedência: carne, pão, café, chá, mate, leite, manteiga, queijo, açúcar, legumes, feijão, batata, arroz, vinho, aguardente.</p>	<p>Segunda Classe <u>Primeira Seção</u> <i>Licções de Cousas:</i> Noções gerais e elementares do corpo humano. Principais funções da vida: respiração e nutrição.</p> <p>Desenvolvimento de preceitos higiênicos relativos à conservação do corpo humano e à regularidade das funções vitais.</p> <p><u>Segunda Seção</u> <i>Licções de Cousas:</i> Noções sobre o ar e a água. Idéia da importância que eles têm na higiene; preceitos práticos.</p>	<p>Terceira Classe <u>Primeira Seção</u> <i>Licções de Cousas:</i> Ampliação do estudo do corpo humano.</p> <p><u>Segunda Seção</u></p>
ESCOLAS COMPLEMENTARES	Primeira Classe	Segunda Classe Conteúdos de física e química (química orgânica, acústica, ótica...).	Terceira Classe História Natural: noções anatômico-fisiológicas sobre o homem.

*Os conteúdos dos Programas apresentados acima foram selecionados porque entendidos como relativos à saúde e à higiene. Fonte: LEG 631 – Decreto n. 239, de 5 de junho de 1899.

Como podemos observar, os conteúdos relativos à saúde e à higiene estavam concentrados no Programa do Ensino Elementar e incluíam o estudo do corpo humano, de

⁴⁰⁹ LEG 631 – Decreto n. 239, de 5 de junho de 1899.

funções como a respiração e a nutrição, de elementos como a água e o ar e preceitos de higiene.⁴¹⁰

O Regulamento da Instrução Pública de 1906 manterá a definição sucinta dos conteúdos a serem ministrados no ensino elementar e complementar. No que se refere ao primeiro, encontramos referências a *licções de cousas* e noções concretas de ciências físicas e história natural. Dentre os conteúdos que compreendiam o ensino complementar, destacam-se a pedagogia (história, educação física, intelectual e moral, metodologia, prática de ensino) e o estudo de elementos de ciências físicas e de história natural aplicáveis à indústria, à agricultura e à higiene. O Artigo 204 deste Regulamento estabelece que “no ensino de pedagogia, além das 3 horas dedicadas às licções na 3ª série, haverá uma licção pratica de uma hora, feita pelo professor na escola elementar. [...] **A cargo do lente de pedagogia ficara o ensino de hygiene escolar**”.⁴¹¹ Como vemos, o professor de pedagogia do curso complementar, curso que visava formar candidatos ao magistério público, era o responsável pelo ensino de higiene escolar. Infelizmente, não conseguimos maiores informações sobre os conteúdos de higiene escolar nos documentos analisados.

Os conteúdos relativos à higiene e à saúde ministrados no ensino elementar e complementar permanecem praticamente inalterados em sua definição nos Regulamentos da Instrução Pública durante o período de nossa análise. Encontramos, porém, no Regulamento da Instrução Pública de 1927, entre os conteúdos ministrados aos alunos do ensino complementar, menção à *hygiene em suas relações com a escola*, o que demonstra, aparentemente, uma maior clareza e preocupação em ministrar conteúdos que articulassem *higiene e escola* aos futuros candidatos ao magistério público.⁴¹²

Além dessa alteração no Regulamento, encontramos outra determinação bastante interessante no Regimento Interno dos Estabelecimentos de Ensino Público no Estado. Em seu Capítulo I – Do ensino, Artigo 8º, o Regimento estabelece que

⁴¹⁰ Cabe lembrar os problemas de salubridade dos prédios escolares já apontados neste capítulo e aqueles relacionados à qualidade da água e ao ar.

⁴¹¹ LEG 640 – Decreto n. 874, de 28 de fevereiro de 1906. [grifo nosso]

⁴¹² LEG 685 – Decreto n. 3.898, de 4 de outubro de 1927.

Haverá semanalmente, de preferencia aos sabbados, ao se encerrarem as aulas, prelecções em fórma de palestras aos alumnos, as quaes, approximadamente, durarão quinze minutos, e versarão sobre motivos de ordem moral a hygienica.

Sempre que possível, deverão ser reunidos os alumnos em uma sala, caso esta os não comporte a todos, serão divididos em grupos de classes.

Um professor, escalado por ordem de antiguidade, se encarregará de desenvolver um thema previamente escolhido. Se o assumpto não fôr exgottado em um quarto de hora, o professor, com acquiescencia do director, que entrará tambem no numero dos conferencistas, poderá continua-la no sabbado seguinte.

As prelecções serão feitas em linguagem simples, facilmente accessivel, aproveitando factos impressionantes que cheguem ao conhecimento publico, como suicidio, por jogo, etc., figurando hypoteses na falta de factos citados, de modo que prendam melhormente a attenção dos ouvintes.

Nas zonas infestadas de verminose os conselhos dados pelos medicos de hygiene deverão ser analysados, explicados minuciosamente pelos professores, e sobre elles se insistirá com frequencia, ensinando não só os meios de cura da infecção como os de prevenil-a. O alcoolismo e outros vicios serão estudados em seus inicios e consequencias.

Sobre os assuntos que dizem respeito á hygiene, os professores podem pedir directamente instrucções á respectiva directoria.⁴¹³

Esta disposição presente no Regimento de 1927 nos permite fazer uma série de considerações. Destacamos, inicialmente, que as prelecções – lições, conferências didáticas – deveriam versar sobre *motivos de ordem moral e hygienica*. Novamente, encontramos uma estreita relação estabelecida entre *moral* e *higiene*, já destacada anteriormente. Observando as possibilidades de temáticas a serem desenvolvidas nas prelecções, encontramos referência à verminose, ao suicídio e ao alcoolismo.

As orientações relativas à linguagem que deveria ser adotada – *simples, facilmente accessivel* – também merecem atenção. Os professores deveriam utilizar *factos impressionantes que cheguem ao conhecimento publico*, como um caso de suicídio por dívida de jogo, por exemplo, para prender melhor a atenção dos seus ouvintes, ou seja, dos alunos. Na falta de casos verídicos, o professor, ou outro conferencista, deveria discorrer sobre um caso hipotético. Ao abordar a questão da verminose, por exemplo, o professor deveria empenhar-se em fazer a “tradução” – em linguagem simples e acessível – dos conselhos médicos aos alunos, ficando evidente o importante papel social desempenhado pelos professores públicos no período delimitado para nossa investigação.

⁴¹³ LEG 685 – Decreto n. 3.903, de 14 de outubro de 1927.

A partir da orientação de que “sobre os assuntos que dizem respeito à hygiene, os professores podem pedir directamente instrucções à respectiva directoria”, podemos inferir que se estabelecia, assim, uma relação mais estreita entre a Instrução Pública e a Diretoria de Higiene. Outro aspecto que reforça esta inferência – sobre uma relação mais estreita entre Instrução Pública e Higiene – é a determinação pelo Regulamento da Instrução Pública, de 1927, da realização de inspeção médico-escolar. Segundo Maria Stephanou, em trabalho já citado sobre *Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira*, houve disputas, no início do século XX, sobre quem deveria ficar encarregado da medicina escolar: se o médico ou a autoridade educacional. Apontando o desfecho da polêmica, Stephanou afirma que “diferentes documentos do período atestam que nessa disputa os médicos asseguraram seu lugar no exercício da inspeção médico-escolar”.⁴¹⁴ Com relação à documentação que analisamos, a vitória dos médicos também parece assegurada, visto que o Regulamento da Instrução Pública estabelece, em seu Título I – Do Ensino Público em Geral, Capítulo VIII – Da inspeção médico-escolar, Artigo 84º que “a inspecção medico-escolar será praticada pelas autoridades sanitarias do Estado, conforme instrucções que receberem do Secretario do Interior”.⁴¹⁵

Fato que merece ser novamente destacado, apesar de já apontado na Introdução, refere-se ao Regulamento da Instrução Pública e ao Regimento dos Estabelecimentos de Ensino Público do Estado, elaborados e decretados em fins de 1927, ainda sob a assinatura do Dr. Protasio Alves e do Presidente do Estado, Borges de Medeiros, mas comentados no Relatório de 1928, que viria a ser apresentado ao novo Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, pelo novo Secretário do Interior e Exterior, Oswaldo Aranha. No Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior de 1928, o Dr. Fernando de Freitas e Castro⁴¹⁶, que ocupava o cargo de Diretor da Higiene, comentou a inclusão da inspeção médico-sanitária referida no Regulamento de 1927 com as seguintes palavras: “é o complemento indispensavel da obra de hygiene infantil não carece de justificação, porque o

⁴¹⁴ STEPHANOU, 2005, p.159.

⁴¹⁵ LEG 685 – Decreto n. 3.898, de 4 de outubro de 1927.

⁴¹⁶ Fernando Freitas e Castro (1887-1941) nasceu em Porto Alegre. Titulou-se médico pela Faculdade de Medicina de Porto Alegre em 1910 e foi, a partir de 1913, professor de Higiene e Medicina Legal na mesma Faculdade. Também foi diretor da Faculdade, vereador do Conselho Municipal de Porto Alegre (1922) e membro da Sociedade de Medicina de Porto Alegre. Médico da Diretoria de Higiene, foi nomeado em 1929, durante a administração de Getúlio Vargas, Diretor Geral dos Serviços de Saúde do Estado (STEPHANOU, Maria. *Tratar e educar: discursos médicos nas primeiras décadas do século XX*. 450p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999, p.106).

seu valor está perfeitamente demonstrado pelos resultados que deu nos países onde já foi posta em prática. Compete a esta Directoria, apenas, lamentar que ainda não tivesse sido possível pô-la em execução no Rio Grande do Sul”.⁴¹⁷

Como já observado na Introdução, quando justificamos as razões de o nosso estudo se concentrar no período entre os anos de 1893 e 1928, ressaltamos que a opção por este recorte temporal não indica, necessariamente, que consideramos o período imediatamente anterior e posterior como radicalmente diferentes; pelo contrário, acreditamos que possam apresentar continuidades e semelhanças. Um dos fortes indicativos desta continuidade reside na permanência de funcionários nos quadros do governo do estado no período posterior a 1928. O Dr. Fernando de Freitas e Castro é um destes funcionários.

No Relatório de 1924⁴¹⁸, o Dr. Protasio Alves, Secretário do Interior e Exterior, informa que o Dr. Fernando de Freitas e Castro, então médico ajudante da Diretoria de Higiene, havia voltado de um curso de aperfeiçoamento realizado na Universidade Johns Hopkins, curso este custeado pela Fundação Rockefeller⁴¹⁹. Regressando do curso de

⁴¹⁷ SIE.3 – 044 (Higiene, 1928, p.111). Além do comentário sobre as inspeções médico-escolares, o Dr. Fernando de Freitas e Castro aborda a mortalidade e a higiene infantil no estado, mas, por exceder o período estabelecido para análise, nos limitaremos a comentar rapidamente. O Dr. Fernando de Freitas e Castro indica novamente os altos índices da mortalidade infantil e afirma que é necessário tomar medidas urgentes, como a organização de um serviço de proteção à infância que siga os modernos princípios da higiene infantil, com a criação, por exemplo, de um serviço completo de pediatria no Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre; ou a fiscalização do trabalho dos menores.

⁴¹⁸ SIE.3 – 040 (1924).

⁴¹⁹ A Fundação Rockefeller foi criada nos Estados Unidos em 1913, e sua atuação no Brasil iniciou-se em 1916. Segundo informações encontradas no site Biblioteca Virtual Carlos Chagas, o objetivo da Fundação é promover, nos EUA e em outros países, “o estímulo à saúde pública, ao ensino, à pesquisa biomédica e às ciências naturais. [...] No campo da educação, a diretriz é incentivar o ensino superior nas áreas de medicina, saúde pública e ciências biológicas e, no que se refere à ação médico-sanitária, a preocupação central volta-se para o controle de doenças endêmicas, especialmente a ancilostomose, a malária e a febre amarela.” A atuação da Fundação Rockefeller no Rio Grande do Sul merece estudos futuros, pois, além de viagem de aperfeiçoamento realizada aos EUA pelo Dr. Fernando de Freitas e Castro, “aproveitando as vantagens oferecidas pela Fundação Rockefeller”, os Relatórios da Secretaria do Interior e Exterior apresentam informações sobre um contrato firmado entre a Fundação e o estado para a profilaxia e assistência rurais e que, acreditamos, ainda não foi estudado. Recorrendo mais uma vez às informações apresentadas pela Biblioteca Virtual Carlos Chagas, sabemos que “as ações da Rockefeller são conduzidas em parceria com cientistas e médicos brasileiros – que ao longo da década de 1910 promovem intensa campanha pelo saneamento rural do país – e implementada através de acordos de cooperação com o governo federal e os governos estaduais”. A Fundação retirou-se do país em 1942. Informações sobre a Fundação Rockefeller podem ser encontradas na página eletrônica da Biblioteca Virtual Carlos Chagas (Disponível em: <<http://www4.prossiga.br/chagas/traj/links/textos/rockefeller.html>>). Para mais informações sobre a atuação da Fundação Rockefeller na profilaxia rural, recomendamos o texto de Luís Rey, Um século de experiência no controle da ancilostomíase, publicado no volume 34, n. 1, da *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical* e acessível para consulta no endereço eletrônico (Disponível em: <<http://www.scielo.br>>). Sobre a concessão de bolsas de estudos por parte da Fundação, e que acreditamos tenha beneficiado o Dr. Freitas e Castro, Heloísa Helena Pimenta Rocha afirma que “como parte da estratégia de

aperfeiçoamento, o Dr. Freitas e Castro apresentou um Relatório de cinco volumes, que viria a ser comentado pelo Dr. Protasio Alves no Relatório apresentado ao Presidente do Estado. Dentro dos objetivos desta Dissertação, é interessante que destaquemos que, entre as disciplinas cursadas pelo Dr. Freitas e Castro na Universidade Johns Hopkins, estava a de “Educação sanitária das crianças como um fator de saúde Pública”. Em seu longo comentário sobre o terceiro volume do Relatório – dedicado à higiene infantil –, o Dr. Protasio Alves congratula-se com as palavras de Freitas e Castro: “penso que em uma repartição de Hygiene os dois mais importantes *bureaux* são o de ‘Hygiene Infantil’ e o de ‘molestias contagiosas’”.⁴²⁰ Ainda segundo o Dr. Protásio Alves, o Relatório do Dr. Freitas e Castro também aborda a questão da inspeção médica nas escolas, desenvolvendo pormenorizadamente a organização do serviço.⁴²¹

Como fica evidenciado pela análise da documentação, o governo republicano gaúcho atribuiu importante papel aos professores das escolas públicas primárias do estado. Além do exemplo de saúde física e moral que deveriam ser, eram responsáveis pelo ensino e pela disseminação de hábitos saudáveis e higiênicos através das disciplinas ministradas e, a partir de 1927, das preleções semanais que versariam sobre questões relativas à saúde e à moral.

Através do desenvolvimento dos três eixos de análise propostos na Introdução e retomados no início deste capítulo – a (in) salubridade do espaço escolar, os cuidados com o corpo, e o papel dos professores na disseminação de preceitos de saúde e higiene – pudemos constatar que o governo republicano do Rio Grande do Sul preocupou-se efetivamente com a saúde das crianças que freqüentavam as escolas públicas do estado e com as condições higiênicas destas escolas.

formação de profissionais altamente qualificados, a Fundação Rockefeller instituiu também um sistema de concessão de bolsas de estudo a profissionais criteriosamente selecionados, os quais deveriam desenvolver um programa de estudos na Universidade de Johns Hopkins e retornar aos seus países, onde deveriam assumir postos-chave na difusão do modelo de ciência forjado pela instituição” (ROCHA, 2003b, p.61).

⁴²⁰ SIE.3 – 040 (Introdução, p.LXVI-LXXII – 1924).

⁴²¹ Seria bastante interessante realizar estudo analisando o Relatório apresentado pelo Dr. Fernando de Freitas e Castro após a viagem de aperfeiçoamento nos Estados Unidos da América e suas observações e propostas quando à frente da Higiene no estado. Em análise rápida, e a título de exemplo, identificamos algumas semelhanças entre o papel das *nurses* norte-americanas (mulheres que acompanhavam as gestantes e crianças pequenas) comentado por Freitas e Castro em seu relatório, e das *enfermeiras visitadoras* presentes no programa de higiene infantil proposto por ele em 1928 (SIE.3 – 044 – 1928).

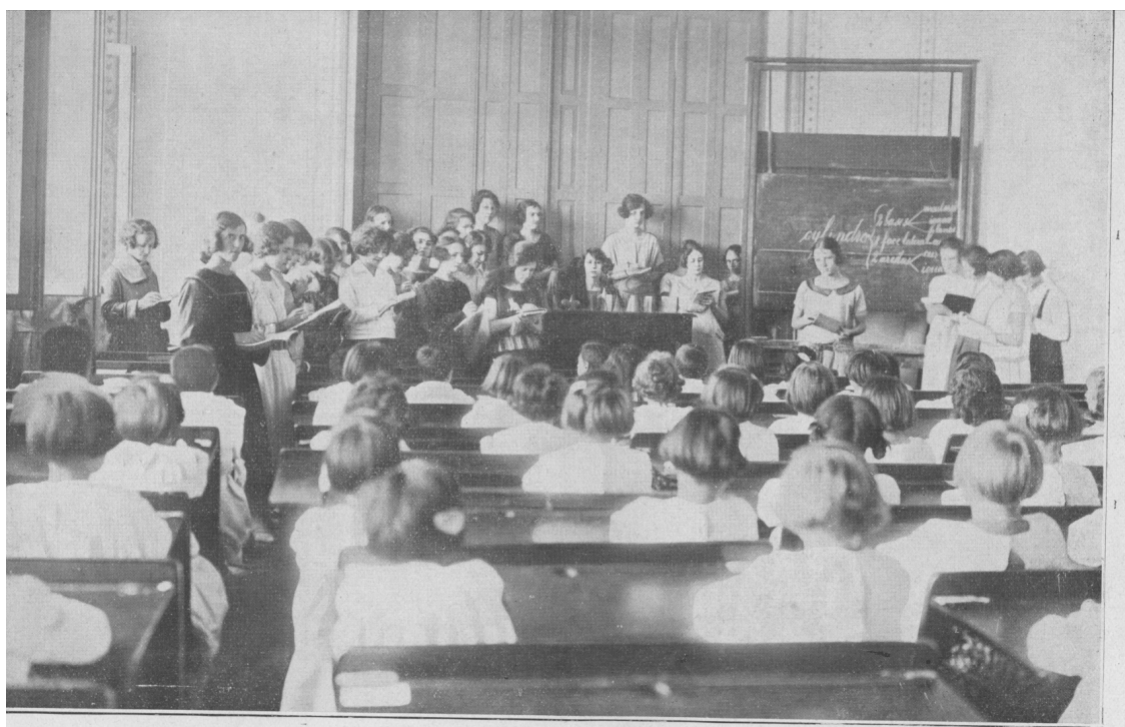
Em sintonia com as discussões que ocorriam em nível nacional, os governantes sul-rio-grandenses buscaram, através de diversas propostas e dispositivos legais, disseminar hábitos higiênicos e saudáveis. Escolas higiênicas, atividades e exercícios físicos, proibição de castigos, exemplo do professorado, disciplinas relacionadas à saúde e à higiene, inspeções extraordinárias e médico-sanitárias e preleções semanais foram os meios utilizados para melhorar não apenas a saúde e os hábitos da população escolar gaúcha entre os anos de 1893 e 1928, mas também para melhorar a saúde e os hábitos da população em geral. As palavras do Dr. Protasio Alves – e que abrem este terceiro capítulo – ilustram bem este empenho: “em casas apropriadas, bem localizadas, dotadas de bom material, muito aproveitarão a saúde das crianças e a sociedade em geral, porque fácil será ao professor ministrar as noções praticas de hygiene, que irão repercutir no meio externo”.

FIGURA 11 – Curso Elementar – Escola Complementar (Porto Alegre – 1924)



“Escola Complementar – Capital – Curso elementar”
Fonte: SIE.3 – 040 (1924).

FIGURA 12 – Escola Complementar – Aula Prática (Porto Alegre – 1924)



“Escola Complementar – Capital – Aula de Prática”

Fonte: SIE.3 – 040 (1924).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No dia 07 de fevereiro deste ano, 2007, o assassinato do menino João Hélio Fernandes Vieites, de 6 anos, foi noticiado no Brasil e em várias partes do mundo. A morte do menino, arrastado por ruas da cidade do Rio de Janeiro durante um assalto, suscitou uma nova série de debates sobre a infância brasileira, com a discussão de temas como a violência cometida contra crianças e a violência cometida por crianças, tendo em vista que um dos acusados de participar do assalto e matar João Hélio tem 16 anos de idade. Em clima de comoção e revolta, discutiram-se, por exemplo, a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos de idade e o aumento da pena para adultos que envolvam crianças ou adolescentes em crimes praticados por quadrilhas.⁴²²

Mas, apesar dos protestos e da revolta desencadeados por acontecimentos como o do Rio de Janeiro, a violência contra crianças ainda é um problema grave e de difícil solução. Em relatório sobre a situação da infância brasileira de 0 a 6 anos de idade, realizado e disponibilizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF – em 2006⁴²³, um índice preocupante foi divulgado: acidentes e agressões são a principal causa de morte de crianças de 1 a 6 anos no Brasil, figurando com 21,11%, ou seja, quase um quarto dos óbitos.

⁴²² Notícias publicadas sobre a morte do menino João Hélio Fernandes Vieites e sobre as discussões e debates suscitados pelo caso podem ser parcialmente recuperadas pela imprensa eletrônica. Nossa pesquisa foi realizada na página eletrônica do Jornal Folha de São Paulo (Disponível em: <<http://www.folha.com.br>>).

⁴²³ Relatório sobre a Situação da Infância Brasileira em 2006 – Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (Disponível em: <<http://www.unicef.org.br>>).

Porém, a violência não é o único problema a atingir crianças e adolescentes brasileiros. O mesmo relatório divulgou índices referentes à mortalidade infantil no país. Mesmo apresentando números em queda nos últimos anos, a morte de crianças com menos de um ano de idade ainda é um problema grave no país, que apresenta a terceira maior taxa da América Latina, perdendo apenas para a Bolívia e a Guiana: 26,6 por mil. Apresentando a taxa de mortalidade infantil por regiões e unidades da federação, o relatório divulga que o Rio Grande do Sul possuía, em 2002, um índice de 15,4, São Paulo, 17,4, e o Rio de Janeiro, 19,5. Estados como Alagoas, por exemplo, apresentavam índices bastante elevados: 57,7.

No que se refere à educação no país, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁴²⁴ – IBGE – apresenta dados que indicam que o Brasil chegou ao final do século XX com 96,9% das crianças de 7 a 14 anos na escola. Porém, em 2002, apenas 36,5% das crianças de 0 a 6 anos de idade estavam matriculadas em creches ou escolas, apesar da creche e da pré-escola serem reconhecidas como direito da criança e parte da educação básica desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – em 1996. A taxa de analfabetismo no país entre pessoas de 15 anos ou mais era de 13,6% em 2000.

Buscando informações sobre o trabalho infantil no Brasil, encontramos, na página eletrônica brasileira da Organização Internacional do Trabalho – OIT –, que, em 2001, 8,5% das crianças e jovens entre 5 e 15 anos de idade trabalhavam no país, ou seja, mais ou menos 3 milhões de pessoas.⁴²⁵

Como podemos perceber, violência contra crianças e cometida por crianças, saúde e mortalidade infantil, educação e trabalho infantil ainda são problemas graves no Brasil e mobilizam diversos setores da sociedade, inclusive o governo estadual do Rio Grande do Sul, como indica, por exemplo, a implantação do Programa Primeira Infância Melhor.

O Programa Primeira Infância Melhor, política pública estadual permanente implantada em 7 de abril de 2003, cuja lei número 12.544 foi sancionada em 3 de julho de

⁴²⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

⁴²⁵ Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – FNPETI – Perfil do trabalho infantil no Brasil. Estudo encontrado na página eletrônica brasileira da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Disponível em: <<http://www.oit.org.br>>.

2006, tem como objetivo “orientar as famílias, a partir de sua cultura e experiências, para que promovam o desenvolvimento integral de suas crianças desde a gestação até os 6 anos de idade”. De caráter intersetorial, o Programa envolve as Secretarias Estaduais da Educação, Cultura, Trabalho, Cidadania, Assistência Social e Saúde, esta última responsável pela coordenação do Programa. Entre as atividades organizadas e realizadas pelo Programa, destacamos o trabalho de visitadores junto a crianças-alvo e suas famílias, a realização do I Simpósio Internacional *A Primeira Infância no Desenvolvimento Econômico Sustentável* (março de 2006) e da IV Semana Estadual do Bebê (novembro de 2006).⁴²⁶

Nossa proposta nesta investigação foi, conforme afirmamos na Introdução, analisar como as questões relacionadas à infância e à saúde infantil foram apresentadas e tratadas pelos governantes gaúchos, destacando sua aplicação nas escolas públicas do Rio Grande do Sul entre os anos de 1893 e 1928. À guisa de conclusão, retomaremos alguns pontos desenvolvidos nos capítulos aqui apresentados e que consideramos importantes.

No primeiro capítulo, enfocamos aspectos que consideramos importantes para a compreensão da temática central desta Dissertação, ou seja, a disseminação de hábitos saudáveis e higiênicos *nas* e *através das* escolas públicas primárias do RS entre os anos de 1893 a 1928. Destacamos a importância, para o período em questão, da proclamação da República e dos projetos para o país em disputa no período, com ênfase para o positivista, de grande influência no Rio Grande do Sul.

Não foi nosso objetivo, como também afirmamos na Introdução desta Dissertação, discutir a influência do positivismo no Rio Grande do Sul, reflexão já realizada em diversos e importantes trabalhos. Mas, tendo em vista a impossibilidade de discutirmos a República Velha no Rio Grande do Sul sem mencionar a influência da doutrina no estado, destacamos apenas os aspectos indispensáveis para a compreensão da temática aqui proposta, ou seja, os aspectos relativos à saúde e à educação.

Um país e um estado, como o Rio Grande do Sul, que se queriam modernos, passaram a sofrer a crescente influência dos “especialistas” – médicos, engenheiros, educadores – entre

⁴²⁶ O endereço eletrônico oficial do Programa Primeira Infância Melhor do governo estadual do Rio Grande do Sul é <<http://www.pim.saude.rs.gov.br>>.

os quais destacamos os médicos. A busca por uma população saudável e higiênica apresentou, no RS, um aspecto diferenciado do restante do país: o exercício da medicina só foi regulamentado no estado na década de 1930. Durante o período delimitado para nosso estudo, os governantes gaúchos instituíram a liberdade profissional e religiosa, o que não impediu, porém, que médicos formados ocupassem postos importantes na organização administrativa do estado sul-rio-grandense. Os problemas de saúde e salubridade que preocupavam tanto os governantes gaúchos quanto a população também foram alvo de nossa atenção.

A organização do sistema educacional nacional e sul-rio-grandense – este último livre, leigo e gratuito – também foi abordada neste capítulo. Através, principalmente, das investigações realizadas por Berenice Corsetti, apontamos as principais características da educação no Rio Grande do Sul no período proposto, com ênfase para o ensino público primário estadual. Gostaríamos de destacar aqui dois aspectos referentes ao ensino público primário estadual já abordados por Corsetti. Em primeiro lugar, a autora demonstrou, através de análise cuidadosa, que nem todos os recursos destinados pelo governo do estado do Rio Grande do Sul para o setor educacional foram efetivamente aplicados neste setor. Esta análise demonstra, mais uma vez, a importância de se revisitar temáticas muitas vezes consagradas pela historiografia, como a importância atribuída à educação pelos governantes gaúchos tendo em vista o grande investimento econômico no setor educacional. O segundo aspecto apontado por Corsetti, e que gostaríamos também de destacar, é a afirmação de que a escola pública gaúcha foi utilizada como instrumento de política de saúde preventiva. Destacamos este aspecto porque ele está diretamente relacionado à temática que desenvolvemos nesta investigação.

O último ponto desenvolvido no primeiro capítulo foi o conceito de infância em vigor no Brasil e no Rio Grande do Sul na passagem do século XIX para o XX. Entendida como “matéria facilmente moldável”, “matéria-prima”, “adulto em formação”, a criança experimentou uma “valorização” no período em questão, sendo alvo de discussões, de debates e de cuidados especializados por parte de diversos setores da sociedade brasileira e gaúcha: governantes, médicos, juristas, educadores, entre outros. A transformação do Brasil e do Rio Grande do Sul em “modernos”, “urbanos” e “civilizados” passava também pelos cuidados com a infância.

No segundo capítulo, nossa proposta foi desenvolver questões relacionadas à infância e que preocupavam diversos setores da sociedade brasileira e gaúcha. Cotejando a bibliografia nacional e regional, abordamos os maus tratos contra crianças, o trabalho infantil, a mortalidade, a infância desamparada e a criminalidade infantil. A análise mais detalhada da mortalidade infantil no Rio Grande do Sul, a partir das impressões dos médicos Protasio Antonio Alves e Euclides de Castro Carvalho, e da criminalidade infantil, através da análise da internação dos *menores* gaúchos na Casa de Correção de Porto Alegre, permitiu-nos perceber que os governantes gaúchos estavam em sintonia com as discussões relativas à infância que ocorriam em nível nacional.

A análise dos diagnósticos realizados pelo médico gaúcho e político atuante, o Dr. Protasio Alves, e pelo médico paulista, o Dr. Euclides de Castro Carvalho, apontam para a discussão, em nível regional, de questões relativas à mortalidade infantil e que também eram discutidas em nível nacional: o grave problema representado pelos elevados índices da mortalidade de crianças (problema inclusive econômico, como destacamos), e a busca por apontar as principais causas para o problema, entre as quais figuravam a ignorância das mães, mal preparadas para cuidar de seus filhos.

Outro aspecto que destacamos no segundo capítulo foi a trajetória pessoal e política do Dr. Protasio Antonio Alves, que ocupou cargos importantes relacionados à infância, como a Diretoria de Higiene e a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior. A partir da leitura dos Relatórios, pudemos constatar que o Dr. Protasio Alves foi quem mais abordou questões como a mortalidade infantil e a salubridade do espaço escolar. A atuação política e profissional do Dr. Protasio Alves carece, como já afirmamos em nota, de estudos que se dediquem a desvendar, sobretudo, a aparente ambigüidade entre o exercício profissional da medicina e a adesão deste médico aos postulados positivistas, cuja posição em relação à saúde e à medicina foi destacada ainda no primeiro capítulo.

Ao enfocarmos o destino dado aos *menores* infratores gaúchos – a Casa de Correção de Porto Alegre –, verificamos, mais uma vez, que o governo gaúcho esteve em sintonia com as discussões e preocupações nacionais relativas à infância e, neste caso específico, à infância infratora. Ao discutir questões como a convivência entre crianças e adultos nas instituições penais e a dificuldade de aplicação da legislação específica para a infância em conflito com a

lei, o presidente do Conselho Penitenciário instalado em Porto Alegre em 1925, Francisco de Souza Ribeiro Dantas, apontou para um governo preocupado também com a resolução dos problemas referentes à infância.

O terceiro e último capítulo foi dedicado à discussão de como questões relacionadas à saúde e à higiene *do e no* espaço escolar, temáticas igualmente discutidas em âmbito nacional, foram abordadas e propostas pelos governantes gaúchos no período de 1893 a 1928. Tendo as escolas públicas primárias gaúchas como foco central de análise, nossa investigação foi desenvolvida a partir da análise dos seguintes eixos: a (in)salubridade do espaço escolar, os cuidados com o corpo e o papel dos professores na disseminação de preceitos de saúde e higiene. Para facilitarmos a compreensão da temática desenvolvida, destacamos também aspectos sobre a administração e funcionamento das escolas públicas estaduais.

Analisando as Introduções aos Relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior do Rio Grande do Sul, os Relatórios da Diretoria de Higiene, da Instrução Pública e parte significativa da Legislação referente à saúde e à educação no período, pudemos constatar que os governantes gaúchos preocuparam-se, durante o período delimitado, com questões como a salubridade do espaço escolar, o desenvolvimento físico dos alunos, a preservação da integridade física dos mesmos e a disseminação de preceitos saudáveis e higiênicos. Ao realizarmos esta análise, consideramos e propusemos também para o Rio Grande do Sul a relação entre escola, saúde e higiene, apontada nos estudos realizados por José Gondra, Heloísa Helena Pimenta Rocha, Maria Stephanou e Berenice Corsetti.

Considerando os aspectos relativos à (in)salubridade do espaço escolar, verificamos que os governantes gaúchos preocuparam-se com as condições higiênicas nas escolas públicas primárias do estado – espaço, iluminação, ar, água, mobiliário – e procuraram adequar estas condições ao recomendado pela higiene e pela pedagogia do período, através de mecanismos de fiscalização das condições higiênicas das escolas, da construção de prédios próprios e da fabricação e importação de bancos escolares mais de acordo com o recomendado no período.

A preocupação com o desenvolvimento e preservação do físico dos alunos das escolas públicas primárias estaduais pode ser identificada nas proposições que constam dos Regulamentos e Regimentos da Instrução Pública, em especial, no que refere à prática de

exercícios e à proibição de castigos físicos. Ao definirem como um dos objetivos da educação primária pública gaúcha a sua “benéfica ação sobre o corpo”, os governantes sul-riograndenses evidenciavam sua preocupação com a saúde e o desenvolvimento físico dos alunos.

Os professores das escolas públicas primárias gaúchas também desempenharam importante papel na educação higiênica e para a saúde da população no período estudado. Através de exigências como atestado médico e folha corrida, os governantes gaúchos almejavam, através de uma criteriosa seleção, a contratação de pessoal idôneo e com bons hábitos, que pudessem servir de exemplo para as crianças. A inclusão de conteúdos relativos à saúde e à higiene nos programas das escolas primárias do estado também é indicativa da preocupação em abordar e disseminar questões relativas à saúde e à higiene.

Em linhas gerais, nossa investigação constatou que os governantes gaúchos preocuparam-se efetivamente com questões referentes à infância, e, ainda, que os mesmos mantiveram profunda sintonia com as discussões ocorridas em outros contextos nacionais, pois, apesar do que o progresso já havia trazido, ainda faltava, como afirmava o cronista Achylles Porto Alegre, tanta coisa, como “a nossa infância descuidada e a nossa mocidade sonhadora”. Preocupados com os problemas de saúde e higiene da população em geral, e com a saúde e o elevado índice da mortalidade infantil, especificamente, os governantes do Rio Grande do Sul buscaram, através dos diversos meios aqui mencionados – melhoria das condições higiênicas das escolas, proposição de atividades e exercícios físicos, proibição dos castigos, escolha criteriosa do professorado, instituição de disciplinas e preleções relacionadas à saúde e à higiene e realização de inspeções extraordinárias e médico-sanitárias – melhorar não apenas a saúde e os hábitos higiênicos da população escolar, mas também da população do Rio Grande do Sul de uma forma geral. Pragmaticamente, significava que, através de uma adequada educação das crianças, se atingiriam e educariam também os adultos. Esta constatação reforça a afirmação de Berenice Corsetti de que uma das características da educação no RS foi a sua utilização como política preventiva de saúde.

Acreditamos que, em trabalhos futuros, seja interessante pensar a possível relação entre a intensificação das propostas de disseminação de hábitos higiênicos e saudáveis nas escolas públicas primárias gaúchas, no final da década de 1920, com a instituição das

inspeções médico-sanitárias e das preleções sobre ordem moral e higiênica, especialmente a partir de 1927, bem como sua possível relação com a crescente influência e disseminação das concepções de eugenia no estado, apontada por diversos autores, como por exemplo, Beatriz Teixeira Weber.

Outro assunto que carece de estudos, a nosso ver, é a relação entre o governo do Rio Grande do Sul e a Fundação Rockefeller, não apenas no que se refere à organização do serviço sanitário estadual sob a direção do Dr. Fernando de Freitas e Castro, mas, também, os contratos e as parcerias firmadas entre o governo estadual gaúcho e a Fundação para a profilaxia rural, que foram referidos nos Relatórios do período de nossa investigação e analisados por nós. Nos Relatórios encontramos, por exemplo, informações sobre as estratégias de atuação da Fundação na profilaxia e assistência rurais em cidades como Torres, Montenegro e São Leopoldo.

Retomando o que já afirmamos em nossa Introdução, acreditamos que o maior mérito desta investigação reside na análise que empreendemos dos Relatórios da Diretoria de Higiene e da Instrução Pública do Rio Grande do Sul de fins do século XIX e início do XX, na medida em que a fizemos a partir de uma perspectiva pouco trabalhada, a da saúde e da higiene infantil, enfocando, especificamente, o tratamento dado pelo governo republicano gaúcho a estas questões e sua aplicação no âmbito da escola pública primária. Em razão disso, acreditamos estar contribuindo para estudos não só na área da História da Infância, mas também para futuros estudos sobre a História da Educação no Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AREND, Silvia Maria Fávero. *Amasiar ou casar? A família popular no final do século XIX*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001. 98p.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Tradução de Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. 279p.

ARMUS, Diego. Legados y tendencias en la historiografía sobre la enfermedad en América latina moderna. In: ARMUS, Diego (Comp.). *Avatares de la medicalización en América latina (1870 – 1970)*. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2005. p.13-40.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKI, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p.23-79.

BEZZANT, Tânia Maria Gomes da Silva. História da Família: Novos Tempos, Novas Abordagens. *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, v.3, n.2, dez. 2003. p.135-140.

BIBLIOTECA VIRTUAL CARLOS CHAGAS. Disponível em: <<http://www.prossiga.br/chagas>>.

BIBLIOTECA VIRTUAL OSWALDO CRUZ. Disponível em: <<http://www2.prossiga.br/ocruz>>.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. cap.9.

BOTELHO, Tarcísio. Contando os milhões. *Nossa História*, Rio de Janeiro, ano 1, n.4, p.76-79, fev. 2004.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: Imprensa Nacional, 1991.

BRASIL. Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>.

CAMPOS, Maria do Carmo; D´AZEVEDO, Martha Geraldo Alves. *Protasio Alves e o seu tempo (1859-1933)*. Porto Alegre: Já Editores, 2006. 431p.

CAPONI, Sandra. Corpo, população e moralidade na história da medicina. *Esboços*, Florianópolis, v.9, p.69-86, 2002.

CARVALHO, Euclides de Castro. *O Estado Sanitario do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1927. p.180-217.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 166p.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 196p.

_____. O Positivismo Brasileiro e a Importação de Idéias. In: GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; LEAL, Elisabete (Org.). *Revisitando o Positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998. p.13-27.

_____. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p.83-129.

_____. O pecado original da República. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 1, n.5, p.20-24, nov. 2005.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p.45-59.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de medicina popular e das sciencias accessarios para uso das familias*. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

CORSETTI, Berenice. *Controle e Ufanismo: A Escola Pública no Rio Grande do Sul (1889/1930)*. 537p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1998.

_____. Política e organização da educação sob o castilhismo. In: AXT, Gunter et al (Org.). *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p.203-216.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. cap.5.

COSTA, Nilson do Rosário. *Lutas urbanas e controle sanitário: origens das políticas de saúde no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985. 121p.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação nas Constituições Brasileiras. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*, volume III: século XX. Petrópolis: Vozes, 2005. p.19-29.

DILL, Aidê Campello. *A criança sob inspiração positivista no Rio Grande do Sul (1898 – 1928)*. 234p. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

FARIA, Sheila de Castro. História da Família e Demografia Histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p.241-258.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, Imprensa Oficial do Estado, 2001. cap.3.

FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito. A idéia de república no Império do Brasil. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 1, n.5, p.31-33, nov. 2005.

FOUCAULT, Michel. *Resumo dos Cursos do Collège de France (1970 – 1982)*. Tradução de Andrea Daher, consultoria de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. 134p.

_____. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 18.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003. 295p.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. Disponível em: <<http://casaruibarbosa.gov.br>>.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br>>.

GONDRA, José G. Medicina, Higiene e Educação Escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). *500 Anos de Educação no Brasil*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.519-550.

HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder (Org.). *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20 – 30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. 226p.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO (Folha on-line). Disponível em: <<http://www.folha.com.br>>.

KUHLMANN JR., Moysés. *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. 2.ed. Porto Alegre: Mediação, 1998. 210p.

_____. A circulação das idéias sobre a educação das crianças: Brasil, início do século XX. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moysés (Org.). *Os Intelectuais na História da Infância*. São Paulo: Cortez, 2002. p.459-498.

LONDOÑO, Fernando Torres. A Origem do Conceito Menor. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História da criança no Brasil*. 5.ed. São Paulo: Contexto, 1998. p.129-145.

LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. Tradução de Adalberto Marson. São Paulo: Perspectiva, 1975. 282p.

MACEDO, Oscar de Soares (Coment.). *Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil - 1890*. 5.ed. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1910.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. Repensando política e cultura no início da República: existe uma cultura política carioca? In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Org.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p.285-303.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil: 1726 – 1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997. p.51-76.

_____. O Menor Infrator e os Direitos da Criança no Século XX. In: LOURENÇO, Maria Cecília França (Org.). *Direitos Humanos em Dissertações e Teses da USP: 1934-1999*. São Paulo: EDUSP, 2000. p.39-49.

_____. O bê-á-bá no caos. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 1, n.4, p.82-85, out. 2005.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Histórias de higienização pelo trabalho: crianças paranaenses no noventa. *Cadernos CEDES*, Campinas, v.23, n.59, p.57-78, abr. 2003. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

MAUCH, Cláudia. *Ordem Pública e Moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. 231p.

MONTEIRO, Charles. Histórias e memórias da cidade nas crônicas de Aquiles Porto Alegre (1920 – 1940). *História UNISINOS*, São Leopoldo, v.8, n.10, p.81-96, jul./dez. 2004.

MOTA, Maria Aparecida Rezende. *Sílvio Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 120p.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Infância Operária e Acidente do Trabalho em São Paulo. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História da criança no Brasil*. 5.ed. São Paulo: Contexto, 1998. p.112-128.

_____. Meninos e meninas de rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.19, n.37, set. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 10 dez. 2003.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <<http://www.oit.org.br>>.

PECHÍN, Claudia Azucena. Infancia, aprendizaje y nacionalidad en los inicios del sistema educativo argentino. In: DI LISCIA, María Silvia; SALTO, Graciela Nélica (Ed.). *Higienismo, Educación y Discurso en la Argentina (1870 – 1940)*. La Pampa: Editorial de la Universidad Nacional de La Pampa, 2004. p.65-85.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (Coord.). *O espetáculo da rua*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996. 95p.

_____. *O cotidiano da república: elite e povo na virada do século*. 4.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. 87p.

_____. *Visões do Cárcere*. Jeweb Editora Digital, 2003. E-Book.

_____. As muitas faces do crime. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 1, n.3, p.56-61, set. 2005.

PICCOLI, João Carlos Jaccottet. *A educação física na escola pública do Rio Grande do Sul: antecedentes históricos (1857-1994)*. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 1994. cap.1 e 2.

PIROTTA, Kátia Cibelle Machado. Juventude e Saúde Sexual e Reprodutiva: estudo com alunos da rede estadual de ensino público no município de Santos, 2005. In: *XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 2006. Caxambu. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_780.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2007.

PORTER, Roy. História do Corpo. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda França Lopes. 2.ed. São Paulo: UNESP, 1992. p.291-326.

PORTO ALEGRE, Achylles. *Homens Illustres do Rio Grande do Sul*. 2.ed. Porto Alegre: Selbach, 1917. 294p.

_____. *História popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1994. 207p.

PRADO, Maria Emília. *Memorial das desigualdades: Os impasses da cidadania no Brasil (1870 – 1902)*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. cap.4.

PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA MELHOR. Disponível em: <<http://www.pim.saude.rs.gov.br>>.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Cidade Disciplinar*. Brasil: 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 209p.

REIS, Carlos A. (Org.). *Album do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: [s.n.], 1905. 273p.

RIO GRANDE DO SUL. *Almanack Escolar*. Porto Alegre: Selbach, 1935. 436p.

_____. *Constituição Política do Estado do Rio Grande do Sul*, de 14 de julho de 1891. In: *Constituições do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral do Estado, Instituto de Informática Jurídica, 1990.

_____. Memorial do Ministério Público do Estado. Disponível em: <<http://www.mo.rs.gov.br/memorial>>.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Ilustrações de Pedro Pamplona. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Amais, 1997. 301p.

RIZZINI, Irma. *Assistência à Infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993. cap.2.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. Educação Escolar e Higienização da Infância. *Cadernos CEDES*, Campinas, v.23, n.59, p.39-56, abr. 2003a. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

_____. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Higiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 2003b. 272p.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Disponível em: <<http://prodam.sp.gov.br>>.

SCHUELER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para a República. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.19, n.37, set. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em: 10 dez. 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 282p.

SCLIAR, Moacyr. *Do mágico ao social: trajetória da saúde pública*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002. 160p.

SIDIE - Sistema de Disponibilização de Informações para o Ensino. Disponível em: <<http://sidie.inf.ufsc.br>>.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. *Entre o amor ao Brasil e ao modo de ser alemão: A história de uma liderança étnica (1868 – 1950)*. São Leopoldo: Oikos, 2006. p.137-155.

SILVA, Mozart Linhares da. *Eugenia, antropologia criminal e prisões no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005. 117p.

SILVEIRA, Éder. *A cura da raça: eugenia e higienismo no discurso médico sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX*. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2005. 173p.

SIMERS - Sindicato Médico do Rio Grande do Sul. Acervo Histórico. Disponível em: <<http://www.memoria.simers.org.br>>.

SOARES, Janine Borges. *A construção da responsabilidade penal do adolescente no Brasil: uma breve reflexão histórica*. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br>>. Acesso em: 25 mar. 2006.

SOBIERAJSKI, José Luiz. *Política do Direito Desportivo Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. p.46.

SOUZA, Rosa Fátima de. A militarização da infância: Expressões do nacionalismo na cultura brasileira. *Cadernos CEDES*, Campinas, vol.20, n.52, nov. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 12 dez. 2006.

STEPHANOU, Maria. *Tratar e Educar: Discursos médicos nas primeiras décadas do século XX*. 450p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

_____. Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*, volume III: século XX. Petrópolis: Vozes, 2005. p.142-164.

TAMBARA, Elomar. Positivismo e Educação no Rio Grande do Sul. In: GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; LEAL, Elisabete (Org.). *Revisitando o Positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998. p.171-182.

TORRESINI, Elizabeth Rochadel. A modernidade e o exercício da medicina em Olhai os lírios do campo, de Érico Veríssimo. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n.38, p.59-75, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.fapa.com.br/cienciaseletras/publicacao.htm>>. Acesso em: 11 set. 2006.

UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL. Disponível em: <<http://escoteiros.org>>.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. Disponível em: <<http://unicef.org.br>>.

UNIVERSIDADE DE CAMPINAS – UNICAMP. Faculdade de Educação, Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/index.html>>.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP. Biblioteca Virtual. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Disponível em: <<http://www.bibvirt.usp.br>>.

VARGAS, Anderson Zalewski. Moralidade, autoritarismo e controle social em Porto Alegre na virada do século 19. In: MAUCH, Cláudia et al. *Porto Alegre na virada do século 19: cultura e sociedade*. Porto Alegre / Canoas / São Leopoldo: Ed. Universidade / UFRGS / Ed. ULBRA / Ed. UNISINOS, 1994. p.25-42.

_____. Porto Alegre, início do século XX: imprensa, “ânsia de civilização” e menores de rua. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; NEUMANN, Eduardo Santos (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.247-272.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história: Foucault revoluciona a história*. Tradução de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4.ed. rev. Brasília: UnB, 1998. 285p.

VIANNA, Adriana de Resende B. *O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro (1910 – 1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. 198p.

_____. Internação e Domesticidade: caminhos para a gestão da infância na Primeira República. In: GONDRA, José Gonçalves (Org.). *História, Infância e Escolarização*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002. p.28-43.

VIOLA, Solon Eduardo Annes. As Propostas Educativas das Escolas Públicas no Início do Século. In: GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes; LEAL, Elisabete (Org.). *Revisitando o Positivismo*. Canoas: Editora La Salle, 1998. p.183-196.

WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol.19, n.37, set. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 10 dez. 2003.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense – 1889 / 1928*. Santa Maria: Editora da UFSM; Bauru: EDUSC – Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999. 249p.

_____. Positivismo e ciência médica no Rio Grande do Sul: a Faculdade de Medicina de Porto Alegre. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.5, n.3, nov. 1998/fev. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>.

_____. Doenças, Epidemias e Medos: Possibilidades de Pesquisa no Século XIX. In: I Seminário de Pesquisas do AHRS, 2001, Porto Alegre. *Anais do I Seminário de Pesquisas do AHRS*, 2001. E-Book.

_____. *A História da Medicina no Rio Grande do Sul*. In: Projeto SBPC na Comunidade, abr. 2001. Disponível em: <<http://www.ufsm.br>>. Acesso em: 9 mar. 2006.

WITTER, Nikelen Acosta. *Dizem que foi feitiço: as práticas de cura no sul do Brasil (1845 a 1880)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. 151p.

ZENI, Maurício. Positivismo. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822 – 1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. p.585-587.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

ACERVO DO ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL – AHRS. Relatórios da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Exterior.

SIE.3 – 001 – Relatório apresentado ao Presidente do Rio Grande do Sul, em 15 de setembro de 1893, pelo Secretário de Estado Interino dos Negócios do Interior e Exterior Possidonio M. da Cunha Junior. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas de A Federação, 1893.

SIE.3 – 001 – Relatório apresentado em 31 de agosto de 1894 ao Presidente do Rio Grande do Sul, Dr. Julio Prates de Castilhos, pelo Secretário de Estado Interino dos Negócios do Interior e Exterior Possidonio M. da Cunha Junior. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas de A Federação, 1894.

SIE.3 – 003 – Relatório apresentado ao Sr. Dr. Julio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 15 de agosto de 1895. Porto Alegre: Oficinas a Vapor da Livraria Americana, 1895.

SIE.3 – 003 – Relatório apresentado ao Sr. Dr. Julio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 31 de julho de 1896. Porto Alegre: Oficinas a Vapor da Livraria Americana, 1896.

SIE.3 – 004 – Relatório apresentado ao Sr. Dr. Julio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 30 de julho de 1897. Porto Alegre: Oficinas a Vapor da Livraria Americana, 1897.

SIE.3 – 006 – Relatório apresentado ao Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 30 de julho de 1898. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas da Livraria do Globo, 1898.

SIE.3 – 007 – Relatório correspondente ao ano de 1899. Sem folha de rosto.

SIE.3 – 012 – Relatório apresentado ao Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 20 de agosto de 1903. Porto Alegre: das Oficinas Tip. da Liv. do Comércio, 1903.

SIE.3 – 013 – Relatório apresentado ao Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 31 de agosto de 1904. Porto Alegre: Oficinas Tipográficas de Emilio Wiedemann & Filhos, 1904.

SIE.3 – 015 – Relatório correspondente ao ano de 1907. Sem folha de rosto.

SIE.3 – 017 – Relatório apresentado ao Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 8 de setembro de 1908. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1908.

SIE.3 – 018 – Relatório apresentado ao Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 8 de setembro de 1909. Porto Alegre: Oficina Tipográfica da Livraria Universal de Carlos Echenique, 1909.

SIE.3 – 019 – Relatório apresentado ao Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 8 de setembro de 1910. Porto Alegre: Tipografia da Livraria Universal de Carlos Echenique, 1910.

SIE.3 – 021 – Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Barbosa Gonçalves, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 9 de setembro de 1912. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1912.

SIE.3 – 022 – Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 8 de setembro de 1913. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1913.

SIE.3 – 028 – Relatório correspondente ao ano de 1917. Sem folha de rosto.

SIE.3 – 030 – Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 4 de setembro de 1918. Porto Alegre: Oficinas Gráficas de A Federação, 1918.

SIE.3 – 034 – Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 30 de agosto de 1920. Porto Alegre: Oficinas Gráficas de A Federação, 1920.

SIE.3 – 037 – Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 4 de setembro de 1922. Porto Alegre: Oficinas Gráficas de A Federação, 1922.

SIE.3 – 040 – Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 6 de setembro de 1924. Porto Alegre: Oficinas Gráficas de A Federação, 1924.

SIE.3 – 042 – Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Pio de Almeida, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 1º de agosto de 1926. Porto Alegre: Oficinas Gráficas de A Federação, 1926.

SIE.3 – 043 – Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Antonio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Protasio Antonio Alves, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 24 de agosto de 1927. Porto Alegre: Oficinas Gráficas de A Federação, 1927.

SIE.3 – 044 – Relatório apresentado ao Dr. Getulio Vargas, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. Oswaldo Aranha, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior em 25 de agosto de 1928. Porto Alegre: Oficinas Gráficas de A Federação, 1928.

CASA DE CORREÇÃO DE PORTO ALEGRE. Regulamentos. Anais do I Seminário de Pesquisas do AHRS, 04 a 06 de outubro de 2001. E-Book.

Regulamento Especial da Cadeia Civil de Porto Alegre – 27 de fevereiro de 1857.

Regulamento da Casa de Correção de Porto Alegre – Ato n. 24, de 29 de fevereiro de 1896.

Regulamento da Casa de Correção de Porto Alegre – Decreto n. 2.012, de 22 de agosto de 1913.

RIO GRANDE DO SUL. Legislação Estadual. Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado.

626 – Decreto n. 44, de 2 de abril de 1895 – Dá regulamento para o serviço de higiene.

628 – Decreto n. 89, de 2 de fevereiro de 1897 – Reorganiza a instrução primaria do estado.

630 – Decreto n. 130, de 22 de janeiro de 1898 – Aprova o regimento interno das escolas elementares do estado.

631 – Decreto n. 239, de 5 de junho de 1899 – Aprova o programa do ensino elementar e complementar.

640 – Decreto n. 874, de 28 de fevereiro de 1906 – Reorganiza o serviço da instrução pública do estado.

641 – Decreto n. 1240A, de 31 de dezembro de 1907 – Expede regulamento da diretoria de higiene do estado do Rio Grande do Sul.

645 – Decreto n. 1479, de 26 de maio de 1909 – Modifica o programa do ensino complementar e cria colégios elementares no estado.

655 – Decreto n. 2224, de 29 de novembro de 1916 – Provê sobre o ensino elementar e complementar ministrado pelo estado.

685 – Decreto n. 3.898, de 4 de outubro de 1927 – Expede novo regulamento da instrução pública.

685 – Decreto n. 3.903, de 14 de outubro de 1927 – Aprova o regimento interno dos estabelecimentos de ensino público do estado.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

K84e Korndörfer, Ana Paula
**“É melhor prevenir do que curar” : a higiene e a saúde nas
escolas públicas gaúchas (1893/1928) / por Ana Paula
Korndörfer. --2007.**
178 f. : il. ; 30cm.

Dissertação (mestrado) --Universidade do Vale do Rio dos
Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2007.
“Orientação: Profª. Drª. Eliane Cristina D. Fleck , Ciências
Humanas”.

1. Escola pública - Rio Grande do Sul - História. 2. Escola

Catálogo na Publicação:
Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil - CRB 10/1184